UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

VINICIUS MARTINS CARRASCO DE OLIVEIRA

#descontent@mento -

O QUE COMUNICAM OS PROTESTOS BRASILEIROS DE 2013

BAURU
2015

VINICIUS MARTINS CARRASCO DE OLIVEIRA

#descontentamento -

O QUE COMUNICAM OS PROTESTOS BRASILEIROS DE 2013

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Área de Concentração: Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Bauru, na Linha de Pesquisa Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Professor Doutor Cláudio Bertolli Filho.

BAURU
2015

CARRASCO, Vinicius.
#descontent@mento - O que comunicam os protestos brasileiros de 2013 / Vinicius Martins Carrasco de Oliveira, 2015.

223 f.

Orientador: Cláudio Bertolli Filho

Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2015

1. Comunicação. 2. Ativismo em rede/Ciberativismo/Net-ativismo. 3. Movimentos Sociais. 4. Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP). 5. Cibercultura. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
Campus Bauru

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VINICIUS MARTINS CARRASCO DE OLIVEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DO(A) FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICACAO DE BAURU.

Aos 24 dias do mês de agosto do ano de 2015, às 16:00 horas, no(a) Auditório dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. CLAUDIO BERTOLLI FILHO do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicacao de Bauru, Profa. Dra. CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicacao de Bauru, Prof. Dr. ROZINALDO ANTONIO MIANI do(a) Departamento de Comunicação / Universidade Estadual de Londrina, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de VINICIUS MARTINS CARRASCO DE OLIVEIRA, intitulado "#descontent@mento-o que comunicam os protestos brasileiros de 2013". Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. CLAUDIO BERTOLLI FILHO

Profa. Dra. CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

Prof. Dr. ROZINALDO ANTONIO MIANI

Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Bauru - SP
CEP 17.033 360 - Tel.: (14) 3103-6000 - Fax: (14) 3103-6051
site: www.faac.unesp.br

À minha família, alicerce e porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais esta etapa concluída;

À minha família;

Ao meu orientador do Mestrado, Prof. Dr. Cláudio Bertolli Filho, que não mediu esforços e esteve sempre disponível para orientações, contribuições, discussões teóricas e conceituais, apoio e incentivo;

À Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Fiho";

Aos membros da Comissão Examinadora;

Aos meus colegas de classe e amigos, que dividiram ao longo dos últimos anos os angústias e alegrias neste processo;

Aos Professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC/Unesp/Bauru);

Aos professores e funcionários dos Departamentos de Ciências Humanas e Comunicação Social da mesma instituição;

A todos aqueles que souberam entender as ausências nesse período;

A todos os meus professores ao longo de minha trajetória escolar e acadêmica;

Àqueles que, de alguma forma ou de outra, contribuíram com a realização deste trabalho.

"O descontentamento é o primeiro passo
na evolução de um homem ou de uma nação."
(Oscar Wilde)

RESUMO

Ao longo dos últimos anos, movimentos sociais em rede surgiram ao redor do globo combinando a utilização da comunicação mediada por computador como forma articuladora de eventos e mobilizações, a ocupação das cidades e do espaço público. O Brasil também pôde vivenciar uma experiência particular neste sentido a partir das manifestações de junho de 2013 que, a priori, reivindicavam a redução de tarifa e melhoria do transporte público. O presente trabalho pretende, por meio de uma abordagem teórica e da observação do contemporâneo, situar tais protestos dentro da perspectiva da comunicação, sistematizar e apontar as características destes movimentos enquanto espacialidades comunicativas e de ativismo em rede, analisar tais manifestações em sua esfera comunicacional, nesse processo que envolve ação comunicativa e produção de sentido com a apropriação das novas mídias e redes sociais digitais pelos movimentos sociais contemporâneos. Pretende-se estudar o que comunicam esses protestos, inferir quais as identidades e representações sociais se constroem com tais mensagens se consideradas como produções simbólicas e analisar de que maneira movimentos de mobilização coletiva como o Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP), um de seus articuladores, se apropriam do potencial de comunicação das redes sociais digitais como forma para arquitetar a mobilização social, promover suas causas e levar para as ruas discussões políticas. Para tal propósito, recorre-se ainda à análise de conteúdo das mensagens entre o movimento e os usuários de sua página oficial do Facebook. Espera-se, assim, contribuir para a discussão sobre o papel singular da comunicação na sociedade contemporânea e de que maneira o ativismo em rede se relaciona com o exercício da cidadania, a discussão de temas de interesse público e a participação política e social, abordar o legado dessas manifestações enquanto geradoras do que chamo de cultura de protestos, uma dimensão simbólica que se traduz na ação coletiva em rede como experiência reativa, que comunica o descontentamento, a crítica social e política e carrega o desejo e a esperança de mudança.

Palavras-chave: Comunicação; Ativismo em rede/Ciberativismo/Net-ativismo; Movimentos sociais; Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP); Cibercultura

ABSTRACT

Over the past few years, social movements have emerged in the network around the globe by combining the use of computer-mediated communication as an articulator form of events and demonstrations, the occupation of cities and public space. The Brazil could also experience a particular experience in this regard from the June 2013 demonstrations, a priori, claiming the rate reduction and improvement of public transport. This paper aims, through a theoretical approach and observation of contemporary situate such protests within the communication perspective, systematize and point out the characteristics of these movements as spatialities of communication and networking activism, analyze such manifestations in your communication sphere, this process involving communicative action and production of meaning with the appropriation of new media and digital social networks by contemporary social movements. It is intended to study the communicating these protests, infer which identities and social representations are constructed with such messages are considered symbolic productions and analyze how movements for collective action as the Free Pass Movement São Paulo (MPL-SP), an its organizers, appropriate the communication potential of digital social networks as a way to engineer social mobilization, promoting their causes and lead to political discussions streets. For this purpose, use is made also analyzed the content of the messages between the movement and the users of their official Facebook page. It is expected, therefore, contribute to the discussion about the unique role of communication in contemporary society and how activism networking relates to the exercise of citizenship, the discussion of issues of public interest and the political and social participation, address the legacy of these events while generating of what I call culture of protests, a symbolic dimension that translates into collective action network as reactive experience, communicating the discontent, social and political criticism and loads the desire and the hope for change.

Keywords: Communication; Network activism/ciberativism; Social movements; Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP); Cyberculture

Lista de Figuras

Figura 1 - Número de seguidores em 16 de junho de 2013 - Reprodução da página do Facebook do MPL-SP. 105
Figura 2 – Número de seguidores em algumas semanas de protesto em 2013 - Reprodução da página do Facebook do MPL-SP na ocasião dos protestos em junho de 2013. 106
Figura 3 - Reprodução da página do Facebook do MPL-SP. 106
Figura 4 - Reprodução da página do MPL-SP no Twitter - @mpl_sp. 107
Figura 5 - Exemplo de postagem convocatória para os "atos" organizados pelo MPL. 146
Figura 6 - Exemplo de postagem convocatória para os "atos" organizados pelo MPL. 147
Figura 7 - Imagem usada para convocar pessoas para o 6º ato em 18/06. 147
Figura 8 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 1 152
Figura 9 - Frequência de termos nos comentários da Nota 1. 154
Figura 10 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 2 156
Figura 11 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 3 157
Figura 12 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 4 159
Figura 13 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 6 160
Figura 14 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 5 160
Figura 15 – Reprodução de nota 5 publicada no dia 14 de junho sobre a violência da PM no ato do dia anterior. 162
Figura 16 - Reprodução de postagem do *Blog* do Leite. 163
Figura 17 - Reprodução de postagem da Nota 7. 164
Figura 18 - Reprodução de postagem da Nota 8. 165
Figura 19 - Reprodução de dados quantitativos da Nota 9. 166
Figura 20 - Frequência de termos nos comentários da Nota 9. 168
Figura 21 - Reprodução de capa de página do álbum "Primeiro grande ato no centro contra a tarifa" 172
Figura 22 - Frequência das palavras mencionadas nos comentários da capa do álbum de fotos de 6 de junho. 175
Figura 23 - Foto 1 - Álbum 6 de junho de 2013. 175
Figura 24 - Foto 2 do álbum. Manifestante atingido por bala de borracha. No detalhe, depoimento do usuário Ademar Santos Santos. 176
Figura 25 - Reprodução de capa do álbum Segundo ato - bloqueio da marginal. 178
Figura 26 - Reprodução recorte de capa do álbum 11/06 - Terceiro Grande Ato no Facebook. 180
Figura 27 - Reprodução recorte de capa do álbum 11/06 - Terceiro Grande Ato no Facebook. 181
Figura 28 - Frequência das palavras mencionadas nos comentários da capa do álbum de fotos de 6 de junho. 183
Figura 29 - Percentual de comentários por gênero no álbum de fotos do 3º ato. 184
Figura 30 - Reprodução de foto comentada pela internauta. 189
Figura 32 - Reprodução de postagem do 1º ato de 2015. 197

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Amostra - dados quantitativos 145
Tabela 2 - Análise quantitativa das interações nas notas postadas pelo MPL-SP em junho de 2013. 148
Tabela 3 - Quantitativo das interações de usuários em notas publicadas pelo MPL-SP entre 10 e 19 de junho de 2013. 150
Tabela 4- Exemplos de comentários de usuários - Nota 1 - 10/06/13. 155
Tabela 5 - Temáticas presentes nos comentários. 169
Tabela 6 - Comentários com mensagem de incentivo às manifestações. 169
Tabela 7 -Exemplos de comentários com crítica política. 170
Tabela 8 - Análise quantitativa do álbum de fotos - Primeiro grande ato no centro contra a tarifa 06/06. 173
Tabela 9 - Temáticas dos comentários da capa do álbum de fotos do dia 6 de junho de 2013. Contagem Manual 174
Tabela 10 - Nível de interação nos compartilhamentos. 177
Tabela 11 - Dados Quantitativos - álbum Segundo ato - bloqueio da marginal. 178
Tabela 12 - Dados quantitativos do álbum de fotos do 3º Ato. 182
Tabela 13 - Exemplos de comentários contrários ao vandalismo. 187
Tabela 14 - Comentários - representação social das autoridades. 188
Tabela 15 - Comentários - representação social da PM. 188
Tabela 16 - Exemplos de comentários sobre a imprensa. 189
Tabela 17 - Exemplos de postagens que reproduzem uma discussão oral. 191
Tabela 18 - Exemplos de comentários sobre as temáticas. 192
Tabela 19 - Atos de janeiro de 2015. 196
Tabela 20 - Dados quantitativos das postagens - 1º ato de 2015. 198

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Picos de interação das notas do MPL-SP por tipo em junho de 2013. 150
Gráfico 2- Quantitativo de interações..... 151
Gráfico 3 - Temáticas dos comentários da capa do álbum de fotos 6 de junho 2013. . 174
Gráfico 4 - Demonstração gráfica do quantitativo de interações do álbum 3º Ato. 183

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16

2 COMUNICAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE – Aspectos para a Compreensão do Contemporâneo 22
2.1 O conceito de cultura 23
2.2 Cultura e Comunicação 26
2.2.1 Sob a perspectiva dos Estudos Culturais 28
2.2.2 Sobre a questão do Sujeito – Identidades e alteridades 31
2.3 O conceito de comunicação 35
2.3.1 A questão epistemológica 37
2.3.2 As espacialidades da Comunicação 39
2.4 Cultura, Comunicação, Sociedade e Novos Paradigmas 41
2.5 A técnica e a comunicação no contemporâneo 47
2.6 Visões distintas 50
2.6.1 Cibercultura, internet e participação 52
2.6.2 Cultura, comunicação e cibercultura – aspectos a destacar 57

3 ATIVISMO EM REDE E MOVIMENTOS SOCIAIS 59
3.1 A metáfora da rede 60
3.1.2 Perspectiva reticular 68
3.1.3 Ativismo em rede, ciberativismo e/ou net-ativismo 71
3.2 Movimentos Sociais 78
3.2.1 Movimentos pelo mundo. 82
3.2.2 Características dos movimentos sociais 83

4 OS PROTESTOS DE 2013 88
4.1 Os protestos de junho na capital paulista 90
4.1.1Os principais coletivos 90
4.1.2Contextualização das ações 92

5 MOVIMENTO PASSE LIVRE E O ATIVISMO EM REDE 99
5.1 Tarifa Zero 103
5.2 O MPL-SP e as Redes Sociais 104
5.3 A espetacularização e midiatização dos protestos 108
5.4 Os protestos na internet 112
5.5 A ocupação simbólica da cidade e a questão do espaço público 115
5.6 O novo espaço público 118

6 AS TEMÁTICAS DOS PROTESTOS DE 2013 ..... **123**
6.1 A violência dos protestos ou contra os protestos? 126
6.2 A mudança de posicionamento da mídia tradicional 127
6.3 As respostas do governo aos protestos de junho de 2013 130

7 MENSAGENS NA REDE - UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO **139**
7.1 O percurso de coleta e alguns entraves 143
7.2 As Notas Oficiais do MPL no Facebook 148
7.3 Álbuns de fotos 172

7.4 Algumas leituras possíveis 185
7.4.1 Identidade e representação social 185
7.4.2 Interação semelhante à oralidade 190
7.4.3 Sobre a utilização da página do Facebook como espaço público 191

8 O LEGADO DOS PROTESTOS **194**
8.1 A apropriação da cultura dos protestos 201

9 CONSIDERAÇÕES OU RETICÊNCIAS? **204**

REFERÊNCIAS 213

1 INTRODUÇÃO

No mês de junho de 2013 o Brasil viu emergir uma onda de protestos que, em linhas gerais, foram desencadeados pela reivindicação inicial pela redução de tarifa de transporte público em algumas capitais brasileiras como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Salvador. Historiadores, sociólogos e meios de comunicação, consideraram tais protestos como as maiores manifestações populares brasileiras de todos os tempos até então se comparados aos movimentos como o das "Diretas Já", que em 1984 pedia a mudança e regime político no país que vivia sob o comando de militares, e os protestos pró-*impeachment* de Fernando Collor de Mello, em 1992, quando "Caras Pintadas" clamaram pela saída do ex-presidente acusado de corrupção, embora os contextos e as formas de manifestação sejam diferentes.

Os protestos brasileiros estenderam a pauta de reivindicações para assuntos como saúde, educação, desigualdades sociais, combate corrupção, entre outros. Outros movimentos com características semelhantes já vinham ocorrendo há alguns anos em outras partes do mundo como, por exemplo, aqueles registrados no norte da África e no Oriente Médio, que receberam a denominação de "Primavera Árabe". No Egito, as manifestações contra o regime ditatorial do ex-presidente Hosni Mubarak; na Líbia, com os movimentos contra o ditador Muamar Kadafi. Na Europa, foram registradas iniciativas como o movimento conhecido como 15M ou "Os indignados", na Espanha, em 2011, originado no período em que o país europeu enfrentava alta taxa de desemprego, e que existe até hoje. Na Inglaterra, pessoas foram às ruas se manifestar contra o assassinato de um cidadão pela polícia britânica. Apesar dos diferentes propósitos, contextos e motivações, todas essas manifestações, assim como a brasileira têm em comum o fato de utilizar o ativismo em rede como forma de articulação, apropriando-se de canais de comunicação como as redes sociais digitais e a ocupação das cidades e ruas como meio de propagação de sua mensagem.

O interesse pelo tema surge da observação de que as redes sociais como manifestações políticas é cada vez mais frequente, embora ainda pouco explorado. Enquanto comunicador, faz-se necessário entender como se processa o fluxo de informações dentro dessas redes, como os sujeitos nela se articulam ou se a articulação é involuntária; estudar o assunto a partir das ferramentas teóricas relativas ao universo da Comunicação, para avançar em particularidades que as outras áreas não conseguiram abarcar, por conta de interesses ou referenciais teóricos diversos dos que nesta pesquisa. Leva-se ainda em consideração a relevância da produção de conhecimento sobre tal temática, sua importância social, sobretudo

quando tal estudo advém de uma universidade pública. Em uma perspectiva acadêmica, objetiva-se entender tal fenômeno social e sua problemática enquanto pela perspectiva social, espera-se contribuir para sua elucidação ou resolução ou fazer com que esta análise possa trazer contribuições para a sociedade.

O presente trabalho propôs-se a analisar os protestos de junho de 2013 dentro da perspectiva da comunicação, sistematizar e apontar as características dos movimentos sociais contemporâneos de mobilização coletiva, como o Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP), um dos articuladores desses protestos, enquanto espacialidades comunicativas e de ativismo em rede, nesse processo que envolve ação comunicativa e produção de sentido com a apropriação das novas mídias e redes sociais digitais. A pergunta-chave que o motivou foi: o que comunicam tais protestos? Outras questões referentes à maneira que esses movimentos se apropriam do potencial da comunicação e do ativismo para arquitetar a mobilização social, promover suas causas e levar para as ruas discussões políticas também sempre acompanharam o percurso de pesquisa.

Para dar conta de tais propósitos, além da observação sistemática do fenômeno, da análise bibliográfica e documental de materiais veiculados pela mídia e na internet durante os protestos, o presente estudo ampara-se metodologicamente na análise de conteúdo, pois, conforme Bardin (2011), tal método de pesquisa é aplicável a qualquer forma de comunicação e por ser um conjunto de técnicas de análises das comunicações, "seja qual for a natureza do seu suporte" (BARDIN, 2011, p.35). A escolha da análise de conteúdo também se deve ao fato de tentar responder à questões-problema deste estudo como qual o papel das redes sociais digitais durante os protestos, como se articulou tal comunicação entre movimento, usuários, autoridades e opinião pública e também permitir identificar as temáticas emergentes em tais protestos para que pudesse se identificar o que os principais atores ou actantes das manifestações de junho queriam comunicar e o conteúdo dessas mensagens.

Optou-se por analisar o conteúdo da página do MPL-SP no Facebook visto que tal rede social ou de relacionamento apresentava a maior parcela da população brasileira entre os seus usuários. Para a codificação dos dados na presente análise optou-se pelas postagens oficiais do MPL-SP em especial as que se referem aos dias dos atos de junho: 6, 7, 11, 13, 17, 18, 19, 20 e do dia 24, quando o movimento emitiu uma carta aberta à presidente Dilma Rousseff. As unidades de registro que comporiam o recorte do presente trabalho são tais postagens e também fotos (imagens) que compõem álbuns de fotos referentes ao período mencionado na página do MPL-SP no Facebook. Optou-se para o presente estudo em construir uma amostra dessas postagens diante do volume de dados fornecidos e a definição

de categorias semânticas (baseadas em temas) e respectivas coocorrências mensuradas através da repetição ou do aparecimento de determinados termos.

Inicialmente, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, do conteúdo e revisão de literatura, para buscar subsídios teóricos sobre o tema de pesquisa, partindo do material já existente, aprofundar conceitos e teorias (MARCONI, LAKATOS, 2001).

Um problema ou desafio encontrado é o fato de recortar uma realidade dinâmica como a dos protestos deste macro com os quais ele dialoga. Por isso, optou-se por contextualizar nosso objeto e o que elegemos como importantes para dimensioná-lo, na tentativa de que, mesmo consciente que nosso recorte seria fragmentário, é capaz de apontar algumas perspectivas sobre o objeto que podem ser analisadas em tempo hábil como o qual dispomos, sem deixar de negar a ciência da complexidade acerca de nosso objeto. Não negamos aqui um embate: o recorte perde, em certos aspectos a fluidez e a dinâmica do todo, todo esse que buscamos dimensionar teoricamente deixando demais aspectos para estudos futuros. Contudo, este recorte estático de um objeto dinâmico que continua a se construir com a fluidez do tempo e o efeito das consequências do que fora plantado lá atrás, naquele junho de 2013. Sabemos que não daremos conta de dimensionar por completo o fenômeno estudado. Precisamos reconhecer que nossa análise é um fragmento do todo que lança um olhar para um microscópio recorte ou célula de um organismo muito complexo que se relaciona com outros tantos organismos de um ou mais sistemas interligados em rede ou cadeia, não em forma linear ou sistêmica, mas num fluxo que se delimita instantaneamente de forma a se autorregular, desprezando em certos aspectos toda e qualquer lógica, pois são muitas as variáveis a serem consideradas para algo tão amplo e complexo. Os próprios fenômenos estudados são experimentações e *constructos* instantâneos que, embora sejam até certo ponto planejáveis em sua execução, durante a aplicação ou prática, ganham contornos imprevistos e com reflexos em médio e longo prazo.

Nossa proposta, assim como o recorte que, para efeitos didáticos e metodológicos, nos permite analisar determinados aspectos do objeto, é apenas um fragmento, um ângulo de visão sobre o todo. Acreditamos, entretanto que isso não invalidada a presente pesquisa por encontrar no recorte proposto elementos que contemplem nossos objetivos e permitam adentrar nosso universo de estudo a fim de averiguar nossas hipóteses e responder algumas de nossas indagações, já que outras, ao longo do percurso de pesquisa, constatamos serem instigadoras de novos olhares e merecedoras de estudos mais abrangentes.

Parte-se de considerações teóricas que abrangem a polissemia dos conceitos de cultura e comunicação, a mediação, as tecnologias de informação e comunicação como formas de

sociabilidade características do contemporâneo abrangidas pela cibercultura e pela perspectiva sociossemiótica da cultura defendida pelos Estudos Culturais, em especial pelos seus representantes na América Latina como Néstor García Canclini e Jésus Martín-Barbero, cuja noção e o conceito de cultura rompem com alguns paradigmas ao analisar as formas textuais e as práticas documentadas de uma sociedade sob uma abordagem multidisciplinar ou interdisciplinar de análise dos fenômenos no que se convencionou chamar de perspectiva sociossemiótica e interpretativa que abarca o processo de produção, circulação e consumo de significações na vida social. No presente trabalho cultura será tratada como sistema de interações de signos interpretáveis e como sistema de símbolos e os processos comunicativos são entendidos como processos culturais que, criam sistemas secundários que constituem os signos. Com as tecnologias de informação e comunicação, as aproximações de tais conceitos parecem ainda mais coerentes dado um momento de reconfiguração dos modelos comunicacionais que se conheciam até então e nos papéis que se reestabelecem entre os envolvidos no processo de comunicação e produção de significado, principalmente ao se considerar que o contemporâneo é marcado por uma sociedade midiatizada na qual diversos suportes técnicos são utilizados como meios de comunicação que carregam a potencialidade de ampliar a participação bem como sua apropriação que situa-se no universo da cibercultura circunscrito às espacialidades da comunicação.

Em seguida, discute-se a metáfora da rede, a distinção e aproximações entre os conceitos de rede e comunidade diante da presença da característica reticular nas relações sociocomunicativas contemporâneas, permitindo uma reflexão sobre as particularidades dessas articulações e o contexto contemporâneo permeado pelas interações humanas e tecnologias da informação e comunicação. Abordam-se também as diferentes nomenclaturas (ativismo em rede, ciberativismo e/ou net-ativismo) utilizadas para referir-se às formas do ativismo em rede e aspectos inerentes às características das ações sociais deste tipo e agentes, atores ou actantes envolvidos nas mesmas. Para tanto, recorre-se ao conceito de movimentos sociais e às características dos movimentos contemporâneos que se apropriam da dinâmica da rede e do ativismo em rede como forma de articulação. São apresentados, para esta contextualização, exemplos de movimentos realizados nos últimos anos ao redor do globo, como os registrados no norte da África e no Oriente Médio, que receberam a denominação de "Primavera Árabe", o movimento conhecido como 15M ou "Os indignados" e outros protestos como os que ganharam a denominação de *Occupy*, em que coletivos protestaram contra aspectos econômicos nos Estados Unidos, se espalhando para outras localidades do globo.

O pensador espanhol Manuel Castells (2013, p.19-20) lembra que a relação entre os movimentos sociais e a comunicação é algo observado historicamente. Se hoje temos formas ou veículos de propagação mais rápidos como as redes sociais, comunicação multimídia, multimodal e horizontal, a ocupação das ruas, antes, os movimentos utilizavam-se de boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. Para ele, as características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam os traços organizacionais do próprio movimento: "quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero" (2013, p.20).

Posteriormente, é feita uma contextualização sobre os protestos de junho de 2013 na capital paulista e os grupos ou atores de maior destaque envolvidos na forma de ativismo em rede e sua articulação como *Anonymous* e *Black Blocs*.

No capítulo seguinte, aborda-se o Movimento Passe Livre São Paulo, suas origens, características e sua forma de atuação em rede na qual se considera a questão espacial, o *locus* dos protestos - apropriação de diferentes espaços pelo movimento e pelos manifestantes: as ruas e as redes sociais ou mídias digitais na internet – mote para discussão sobre questões como a midiatização dos mesmos e a ocupação simbólica da cidade como ato de reapropriação de direitos e exercício cidadão com a emergência de um novo espaço público que comunica anseios e necessidades a serem atendidos.

Com base na análise de conteúdo, abordam-se depois as temáticas dos protestos, a resposta do governo e a página do Facebook do MPL-SP com o objetivo de responder às questões fundamentais do presente trabalho: como se dá a utilização das tecnologias da informação e da comunicação neste contexto e o que comunicam esses protestos, quais suas mensagens e, até que ponto, o ativismo em rede que se articula com questões como cidadania e democracia, avaliando, por fim, o uso dessas redes e da cibercultura nesse contexto. São apresentadas neste item as temáticas emergentes e leituras possíveis que sinalizam um descontentamento generalizado com aspectos políticos e sociais do país.

Discute-se, a seguir, o legado dessas manifestações dois anos após enquanto geradoras de que chamo de cultura de protestos, uma dimensão simbólica que se traduziu na ação coletiva em rede como experiência reativa e que comunica o descontentamento e carrega o desejo e a esperança de mudança. Depois, tecem-se considerações sobre a apropriação dessa cultura de protesto gerada após os eventos de junho em outras tentativas de articulação

ocorridas em 2015 como os atos de janeiro contra o aumento da tarifa na capital paulista e dois meses depois as iniciativas de mobilização contra o governo Dilma Rousseff.

Espera-se, por fim, contribuir para a discussão sobre o papel singular da comunicação na sociedade contemporânea e de que maneira o ativismo em rede se relaciona com o exercício da cidadania, a discussão de temas de interesse público e a participação política e social, abordar o legado dessas manifestações enquanto geradoras do que chamo de cultura de protestos, uma dimensão simbólica que se traduz na ação coletiva em rede como experiência reativa, que comunica o descontentamento, a crítica social e política e carrega o desejo e a esperança de mudança.

2 - COMUNICAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE – ASPECTOS PARA A COMPREENSÃO DO CONTEMPORÂNEO

2.1 O conceito de cultura

Segundo o antropólogo Denys Cuche (1999), para compreensão do conceito de cultura, é indispensável que se constitua sua genealogia, permeando desde aspectos como a formação da palavra, o conceito científico, sua origem e evolução semântica. Sob este aspecto, o autor destaca que o exemplo do uso francês de cultura foi decisivo para a produção do conceito de cultura no século das Luzes (século XVIII) refletindo muito na concepção contemporânea.

Quando se mergulha na etimologia do termo cultura, se remonta ao pensamento greco-latino clássico relacionado à ideia de natureza. Segundo Eagleton (2005, p. 12)[1], a "a raiz da palavra "cultura" é *colere*, o que pode significar qualquer coisa, desde cultivar e habitar a adorar e proteger", no mesmo sentido abordado por Cuche (1999, p.19), que resgata a origem do termo como "cuidado dispensado ao campo ou ao gado, ela aparece nos fins do século XIII para designar uma parcela de terra cultivada". Os autores da antropologia destacam o quanto o conceito se ampliou para envolver o cuidado com espírito, deuses e sagrado, educação, colonização, entre outros. Semanticamente falando, até o século XVIII, segundo Cuche, a evolução da palavra implicava em a cultura como estado à cultura como ação (metonímia) e da cultura da terra à cultura do espírito (metáfora), passando no período próximo ao Iluminismo a um sentido figurado que exigia complementos ("cultura das artes", "cultura das letras", "cultura das ciências"). Posteriormente, há esse desmembramento das "especialidades" ou "complementos" e herdou-se do Iluminismo a noção de cultura como algo que distingue os homens das demais espécies, soma de saberes acumulados e transmitidos ao longo das gerações. O percurso rumo a um conceito mais humanista aproxima os conceitos de cultura e civilização (século XIX), numa definição etnológica com visão universalista atribuída ao antropólogo britânico Edward Burnett Tylor (1832 -1917), que considera cultura e civilização como "conjunto complexo que inclui conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades como hábitos

[1] A exemplo de Cuche, Terry Eagleton (*in* EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Unesp, 2005.) também resgata o significado de cultura, traça um panorama conceitual e histórico, as mudanças que o conceito passou e o aborda em relação à questões contemporâneas como, por exemplo, a homogeneização da cultura de massas, a função da cultura na estruturação do Estado-Nação e a construção das identidades. Não cabe aqui discutir a dialética da natureza da cultura como fez Eagleton (2005) ao estabelecer o diálogo entre Marx, Nietzche e Freud, mas depois do resgate do termo, avançar para aspectos mais contemporâneos que implicam, sobretudo sobre a questão da relação entre o homem e a técnica. Mais recentemente, Zygmunt Bauman também faz uma releitura do conceito de cultura (*in* BAUMAN, Zygmunt. *A cultura no mundo líquido moderno*. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013).

adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade" (*apud* CUCHE 1999, p. 35). Em outras palavras, como destaca Cuche, para Tylor, "a cultura é expressão da totalidade da vida social do homem", algo transmitido e não inato e que "se caracteriza por sua dimensão coletiva". Franz Boas, considerado o "inventor da etnografia, ao realizar pesquisas *in loco* ou *in situ* em culturas ou comunidades primitivas, por sua vez, instaura a concepção particularista da cultura, na qual "cada cultura representava uma totalidade singular" (CUCHE 1999, p. 45). Emile Durkheim (1858-1917), embora utilizasse poucas vezes o conceito de cultura, contribuiu para propor interpretações dos fenômenos culturais com uma "abordagem unitária dos fatos da cultura" ao tentar compreender o social em todas as suas dimensões e aspectos.

Para Cuche, a noção de cultura é inerente à reflexão das Ciências Sociais, visto que o homem é essencialmente um ser cultural que, ao longo de seu processo de hominização caracterizado pela adaptação genética e cultural ao meio ambiente se adaptar o meio ou a natureza a si mesmo. Contudo, como adverte o próprio autor, as Ciências Sociais nunca foram independentes dos contextos intelectuais e linguísticos. O autor (1999, p. 11) afirma que, em sentido amplo, a cultura remete a modos de vida e de pensamento. "O uso da noção de cultura leva diretamente à ordem simbólica, ao que se refere ao sentido, isto é, ao ponto sobre o qual é mais difícil de entrar em acordo", uma vez que essa coerência simbólica é jamais absoluta. Segundo Cuche, a análise cultural é pertinente e dá conta das lógicas simbólicas no mundo contemporâneo.

Clifford Geertz (1926-2006), em *A Interpretação da Cultura* (1978), também exemplifica essa dificuldade de delimitação de cultura. Geertz cita *Mirror for Man* (1952)[2], do antropólogo Clyde Kluckhon (1905-1960). Na obra, tal definição refere-se a pelo menos onze possibilidades, segundo Geertz (1978, p. 14), remetendo à "polifonia" conceitual: o modo de vida global de um povo; o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; uma forma de pensar, sentir e acreditar; uma abstração do comportamento; uma teoria elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente, um celeiro de aprendizagem em comum, um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; comportamento aprendido; um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento ou um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação a outros homens, etc.

[2]A obra foi publicada em português com o título *Antropologia: um Espelho para o Homem*, pela editora Itatiaia, MG, 1972.

Geertz (1978, p. 15), sob o olhar da antropologia, afirma preferir utilizar o conceito semiótico da cultura, considerando, portanto, como Max Weber, que "o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu". Só o homem, dentre outras espécies de animais, tem essa capacidade de atribuir ou criar significados às coisas e ao mundo e interpretar ou compreender tais significados. Nessa perspectiva, para Geertz, cultura é vista como essas teias e a sua análise é, portanto, como uma ciência interpretativa, à procura de significado e não como uma ciência experimental. Segundo Geertz, a cultura consiste em estruturas de significados socialmente estabelecidas e implica também o universo do discurso humano:

> Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos, ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1978, p. 24)

Geertz trabalha com o conceito de "descrição densa", oriundo da linguística, mais precisamente em ensaios do inglês Gilbert Ryle (1900–1976), que sofre influência das teorias de Wittgenstein sobre a linguagem. Geertz utilizar este conceito para tratar da etnografia, método descritivo da Antropologia para coleta direta de dados dos fenômenos observados e junto com a etnologia, ou seja, a análise do material colhido ou observado acaba por construir a lógica da sociedade estudada. Porém, na visão do autor, ao empregar o conceito de "descrição densa", as duas etapas podem ser consideradas uma única, na medida em que representam pontos de vista de quem coletou os dados e fez a análise concomitantemente. E, para ele, a análise implica em "escolher entre as estruturas de significação – o que Ryle chama de códigos estabelecidos" e inteligíveis do comportamento social, podendo variar de uma sociedade para outra, e fazer a "leitura desses códigos" atribuindo sentido (antropologia interpretativa). Geertz (1978, p. 24) admite ainda que a antropologia não é a única disciplina tentar fazer essa leitura do "discurso humano" e explora a complexidade que a envolve do ponto de vista do conceito semiótico de cultura.

Nesse sentindo, de acordo com Geertz (1978, p. 27), a cultura é tratada como algo simbólico e para sua compreensão é preciso atentar-se ao comportamento, mais precisamente à ação social, porque é através dela que as formas culturais encontram articulação. Os significados passam a ser compreendidos ou se manifestam através do papel social que os atores sociais desempenham, ou em seu "uso", como diria Wittgeinstein.

Numa interpretação da concepção de Geertz, pode-se dizer que o homem não teria, portanto, a capacidade da apreensão da realidade do ponto de vista objetivo e sim como um ponto de vista interpretativo. Assim, tais considerações se alinham a outro conceito tão polissêmico quanto o de cultura é o de comunicação. Segundo Rezende, (2010, p. 259-260), cultura e comunicação os dois conceitos estão relacionados pela linguagem, prática que organiza estruturas comuns entre os indivíduos, desenvolvendo a participação simbólica dos sujeitos. Nos anos de 1950, francês Claude Lévi-Strauss evidenciou a relação entre os dois campos ao definir os fenômenos sociais como linguagens, isto é, mensagens sujeitas a múltiplas interpretações, possibilitando a compreensão da cultura como sistema de interações de signos interpretáveis e como sistema de símbolos e, também, percebendo os processos comunicativos como processos culturais que, por sua vez, criam sistemas secundários que constituem os signos. De lá prá cá, com as tecnologias de informação e comunicação, as aproximações de tais conceitos parecem ainda mais coerente dado um momento de reconfiguração dos modelos comunicacionais que se conheciam até então e nos papéis que se reestabelecem entre os envolvidos no processo de comunicação e produção de significado, principalmente ao se considerar que o contemporâneo é marcado por uma sociedade midiatizada na qual diversos suportes técnicos são utilizados como meios de comunicação.

A concepção de cultura para Geertz se aproxima da concepção adotada neste estudo e defendida pelo grupo dos Estudos Culturais, em especial incluindo seus representantes na América Latina, como será destacado a seguir em relação à construção simbólica e à comunicação, conceito que passará a ser abordado principalmente às tecnologias da informação e comunicação e ao contexto da sociedade contemporânea.

2.2 Cultura e Comunicação

Bertolli Filho (2013) discute os conceitos de cultura endossados pela comunicação e as consequências de cada opção para o desenvolvimento das pesquisas na área. Neste sentido, convém dimensionar como as correntes comunicacionais norte-americanas, Escola de Frankfurt, Estudos Culturais e pensamento contemporâneo francês tratam de tais conceitos e qual delas se alinha com essa dimensão semiótica ou interpretativa que se relaciona com a perspectiva deste estudo. Tal diferenciação se faz necessária para justificar a perspectiva que será considerada para esta análise.

A vertente norte-americana (*mass communication research*), representada, sobretudo, pela chamada Escola de Chicago e estudos de cunho condutivista-funcionalista, está alicerçada no funcionalismo do antropólogo 'polônio-britânico' Bronislaw Malinowski (184-

1942), no estruturo-funcionalismo de Radcliffe-Brown e também na psicologia dos grupos humanos explorada por Charles Horton Cooleyo. Tal corrente entende cultura como "um 'todo' integrado com a função de satisfazer as necessidades biológicas e psicológicas humanas e garantir o equilíbrio social". Tal paradigma, "implica em uma operação marcadamente ideológico-normativa" para "manutenção de um sistema historicamente elaborado e defesa da hegemonia estadunidense" (BERTOLLI FILHO, 2013).

A corrente denominada Escola de Frankfurt responsável pela chamada Teoria Crítica teve como expoentes Max Horkheimer (1895 a 1973) e Theodor Adorno (1903 -1969), Walter Benjamin (1892-1940), Herbert Marcuse (1898- 1979) e Jürgen Habermas (1929-). De acordo com Bertolli Filho (2013), tal corrente parte tem um paradigma marxista, que considerava que a "indústria cultural"[3] como pseudocultura submissa à ideologia dos detentores dos meios de comunicação de massa, gerando passividade e alienação dos receptores. Nota-se, conforme lembra Bertolli Filho (2013), que Horkheimer e Adorno não trabalham o conceito de cultura isoladamente, mas associando-o a civilização, por exemplo, aproximando-se da visão funcionalista de cultura como "uma totalidade dos recursos e 'aparatos' culturais", que funciona como mediadora das relações entre o coletivo e a psique do indivíduo".

A noção de cultura do ponto de vista simbólico encontra importantes contribuições nas correntes denominadas "Escola Contemporânea Francesa" e Estudos Culturais. Apesar de aproximações, sua abordagem de cada corrente é distinta.

Os teóricos da chamada "Escola Contemporânea Francesa", Pierre Bourdieu (1930-2002), Michel Maffesoli (1944), Lucien Sfez (1937-) e Dominique Wolton (1947), Edgar Morin (1921-), segundo Bertolli Filho (2013), se aproximam da concepção estruturalista lévi-straussiana segundo a qual "cultura abrange amplos aspectos das manifestações humanas", ou seja, "um complexo e multifacetado" muito propício aos estudos comunicacionais. Bourdieu, contudo, dialoga mais com a concepção de cultura compreendida como sistema simbólico. Bourdieu acredita na liberdade e autonomia dos sistemas simbólicos e critica a ótica marxista ortodoxa sobre a cultura, determinada pelo econômico. Ao utilizar sua noção de campo enquanto "uma rede ou configuração de relações objetivas entre posições" e abordar "campo cultural" ou "campo simbólico" estuda-se a cultura como uma categoria inserida nas tramas do poder dentro da vida social. (BERTOLLI FILHO, 2013).

---

[3] Indústria Cultural refere-se ao conceito criado por Theodor Adorno e Max Horkheimer para designar as indústrias da diversão (ou entretenimento) e difusão de bens simbólico-culturais, veiculados por rádio, televisão, jornais, revistas, cinema etc.

Assim, para os teóricos desta corrente, a cultura é vista, em síntese como algo pertencente ao campo simbólico, mas também estruturada sob um campo de conflito e negociação entre grupos sociais e cabe ao receptor que se configura com o papel ativo de realizar tais negociar e não só de aceitar o que lhe é imposto pelos grupos dominantes e hegemônicos.

2.2.1 Sob a perspectiva dos Estudos Culturais

A corrente denominada Estudos Culturais agrupa pesquisadores do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) ou Escola de Birmingham, fundada, em 1964, por Richard Hoggart (1918-2014), Raymond Williams (1921-1988) e E. P. Thompson (1924-1993) que depois também teve contribuições de autores como Stuart Hall (1932-2104) além de representantes nos Estados Unidos como Henry Giroux (1943-), ainda na Europa como Richard Johnson e na América Latina com nomes como argentino-mexicano Néstor García Canclini e pelo colombiano Jesús Martín-Barbero, entre outros. Como se observa, os autores que se agrupam sob o rótulo desta corrente são diversos, assim como seus objetos de estudo. Pairam sobre os Estudos Culturais as críticas por abrigarem múltiplas perspectivas ou seu caráter multi ou multidiciplinar.

A noção e o conceito de cultura que emerge dos adeptos desta corrente, entretanto, rompem com alguns paradigmas ao analisar as formas textuais e as práticas documentadas de uma sociedade. Segundo Escosteguy (2001, p. 155), credita-se aos teóricos do CCCS, a ampliação do conceito de cultura, em especial sob dois aspectos: 1) deixar de ser considerada "monolítica ou homogênea" e passar a ser encarada como "diferenciada" em qualquer formação social ou época; 2) ruptura com a ideia de cultura enquanto "sabedoria recebida ou experiência passiva", permitindo interpretá-la como "um grande número de intervenções ativas", expressas "através do discurso e da representação".

Assim, o grupo dos Estudos Culturais, incluindo seus representantes na América Latina, propõem uma abordagem multidisciplinar ou interdisciplinar de análise dos fenômenos no que se convencionou chamar de perspectiva sociossemiótica que diminuiu as tensões entre Ciências Humanas e nas Ciências Sociais Aplicadas. Sob essa perspectiva, como destaca Bertolli Filho (2013), há de se destacar o caráter "cambiante da cultura" em especial as transferências dos conteúdos midiáticos que ocorrem de um sistema para outro, inserindo novas relações simbólicas.

> Os elementos constitutivos da cultura circulam por diferentes planos (classes e fragmentos de classes sociais) e, ao serem "consumidos" em contextos materiais e simbólicos diversificados, tornam-se novas "realidades" que, ao serem recobertas por novos atributos, recebem funções às vezes inusitadas, já que muito diferentes daquelas propostas pelo produtor original. (BERTOLLI FILHO, 2013, p 31).

Essa definição sociossemiótica e interpretativa de cultura, que possui aproximação com a dimensão defendida por Geertz (1978) irá abranger o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social, o território de contínuas recodificações atribuindo ao receptor um papel ativo, capacitado para ressignificar as mensagens culturais, diferente do modelo passivo e alienado proposto pela Teoria Crítica. Assim, "para os Estudos Culturais, é no território da cultura que a sociedade demonstra sua capacidade de resistência e organiza seus projetos de ação, negociando sentidos em tudo que lhe é apresentado pelos 'donos do poder'" (BERTOLLI FILHO, 2013, p. 32).

Segundo Lemuel Sobrinho (1997, p. 100), é inegável o significado da semiótica.

> A premissa geral da sociossemiótica é que qualquer objeto cultural é tanto um objeto de uso em um determinado sistema social com uma genealogia e um contexto quanto um componente em um certo sistema de significações. A base da sociossemiótica é a polissemia e a necessidade de analisar a articulação dos objetos culturalmente dados com os vários sistemas de signos, partindo-se do ponto de vista do produtor e do consumidor de cultura.
>
> A análise sociossemiótica aponta para alguns desenvolvimentos futuros da pesquisa social, propondo, em primeiro lugar, a consideração da cultura material com base na análise da circulação dos signos, dando atenção, inclusive, aos significados residuais, e, em segundo, a interpretação da cultura material em suas relações com as ações comunicativas.
>
> Isso significa reconhecer que as ações organizadas fundadas no uso de objetos como meios de expressão caracterizam muito da cultura. Em último lugar, sugere um aporte metodológico capaz de dar conta da polissemia que marca a pós-modernidade, focalizando, inclusive, o papel das relações de poder na definição dos significados que serão legitimados e dos que serão relegados à obscuridade e enviados às margens do discurso social. (SOBRINHO, 1997, p. 100)

Para Sobrinho, a formulação de Peirce, defensora da inclusão do mundo externo dos objetos materiais na teoria da significação é mais "utilizável" análise concreta dos fenômenos sociais e culturais do que o que propões Saussure. No mesmo sentido, Eliseo Verón (2014) defende que os fenômenos midiáticos são uma característica de toda a sociedade humana desde os tempos mais remotos e formas mais rudimentares de comunicação e, portanto, são uma "precondição de sistemas sociais complexos". Utilizando conceitos da semiótica de Charles Sanders Peirce, Verón propõe uma perspectiva semioantropológica do processo de

midiatização, que se alinha à perspectiva sociossemiótica. Esse processo poderia ser entendido como o momento em que determinado dispositivo técnico comunicacional se estabiliza e é "adotado" ou "apropriado" pelas comunidades humanas passando a configurar seus usos.

O conceito sociossemiótico de cultura se aproxima e parece ser o mais apropriado para a abordagem de estudos da comunicação. Primeiro, por relacionar-se do ponto de vista teórico com a organização, estrutura e funcionamento dos sistemas simbólicos e significados produzidos socialmente e, depois, por produzir sentido às ações sociais desenvolvidas enquanto fenômenos da vida cotidiana. Tal definição permite relacionar a cultura como um meio através do qual os significados sociais, políticos, geográficos e históricos são comunicados e compreendidos por diferentes grupos (etários, de gênero, de classe, nacionalidade e etnia etc.).

Hoje, segundo García Canclini (2009) diante de uma diversidade de paradigmas e do relativismo epistemológico do pensamento pós-moderno, há necessidade de se pensar quais são as principais narrativas quando se refere à cultura. Da noção elementar de cultura como acúmulo de conhecimento e aptidões intelectuais estéticas, passou-se para a distinção cultura e civilização, que encontrou na filosofia alemã no final do século IX e início do século XX e, por conseguinte divisão entre o corporal e o mental, o material e o espiritual, trabalho e classes e grupos sociais. Depois da apropriação e vulgarização do termo, vieram as oposições entre natureza e cultura e cultura e sociedade, passando a abarcar a questão das dimensões da vida social (tecnologia, economia, religião, moral, arte etc.). Ralph Linton e Pierre Bourdieu, cada um por seu caminho, ocuparam-se em meados do século XX desta oposição entre cultura e sociedade resolvendo questões que a concepção pragmática não conseguia lidar, ao tratar a sociedade como conjunto de estruturas objetivas organizadas através dos meios de produção e poder entre indivíduos e grupos sociais, práticas sociais, econômicas e políticas. Jean Baudrillard, ampliando o esquema marxista que previa para a cultura um valor de uso e um valor de troca introduz ainda os valores de signo e símbolo, permite diferenciar o socioeconômico do cultural, uma vez que determina que uso e troca, baseados na vida social, referem-se à materialidade do objeto, enquanto signo e símbolo estão relacionados aos processos de significação e, portanto, à cultura. No mesmo sentido, Bourdieu estabelece a diferença entre cultura e sociedade através das relações de força e sentido, mas, contudo, assim como Geertz limitados até certo ponto às sociedades nacionais, diferente do que se observa hoje (GARCÍA CANCLINI, 2009, p.36-41). Assim, "a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto

de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação da vida social" (idem, p.41).

Para García Canclini (2009, p. 43), a definição sociossemiótica da cultura abarca o processo de produção, circulação e consumo de significações na vida social, configurando várias tendências, vários modos de definir ou sublinhar aspectos particulares da função social e do sentido que a cultura adquire dentro da sociedade. Assim, García Canclini destaca quatro vertentes contemporâneas consideram o sociomaterial e o significante da cultura: a que vê a cultura como instância em que cada grupo organiza sua identidade; a que vê a cultura como instância simbólica da produção e reprodução da sociedade; a que vê a cultura como instância de conformação de consenso e hegemonia (cultura política e legitimidade) e, por fim, a que trata da cultura como "dramatização eufimizada dos conflitos sociais". De certa forma, diante das características da sociedade contemporânea marcada por essa fluidez tais aspectos se relacionam. No caso do objeto aqui estudado, observa-se que os movimentos sociais se organizam identitariamente nesse universo simbólico da cultura, produzindo sua mensagem e deixando seu legado, confrontando de forma legítima os poderes instituídos e gerando uma nova cultura política, tentando utilizar esse espaço simbólico para minimizar os conflitos sociais, ainda que para isso recorram de recursos dramáticos ou midiatizados.

2.2.2 Sobre a questão do Sujeito – Identidades e alteridades

A questão da identidade, construção e desconstrução do sujeito é tônica desde a antiguidade e se acentuou com a pós-modernidade e esvaziamento do sujeito. No contemporâneo, essa questão ganha novos contornos e a busca por essa construção identitária passa a operar no simbólico, tanto para definição dos indivíduos (sujeitos) quanto para a questão dos grupos (sujeitos coletivos) nos quais os mesmos estão envolvidos.

Segundo García Canclini (2009, p. 184), a desconstrução mais radical da subjetividade vem sendo realizada por procedimentos genéticos e sociocomunicacionais que favorecem a invenção e simulação de sujeitos. O autor nos lembra de que as situações envolvidas na comunicação entre pessoas e grupos, as maneiras em que a usam e o tipo de práxis que realizam ao transformá-la e, inclusive o transformar mediante a linguagem, as interações sociais. (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 194). Assim, segundo García Canclini, para a compreensão do sujeito, a teoria bourdieana ajuda a compreender a interação entre as estruturas estruturantes com as quais a sociedade configura os sujeitos, por meio do *habitus*[4],

[4] De acordo com García Canclini (2009, p. 198) Bourdieu descreve o *habitus* como uma estrutura modificável devido à sua conformação renovada segundo as mudanças das condições objetivas.

e as respostas dos sujeitos a partir de práticas. (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 197). A crítica que García Canclini faz a Bourdieu, no entanto, refere-se ao fato dele reduzir sua teoria social aos processos de reprodução social sem distinguir as práticas (como execução ou reinterpretação do *habitus*) e a *práxis* (transformação da conduta para a transformação das estruturas objetivas). Para resolver tais lacunas, a sugestão é "examinar os processos de mediação sociossubjetiva mediante os quais se implantam nos sujeitos os esquemas de conhecimento e ação. (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 198).

De acordo com García Canclini, a questão do sujeito se ampliou nas últimas décadas na filosofia, na linguística, na antropologia e na psicanálise com a necessidade de configuração atual da subjetividade relacionada à questão da interculturalidade do mundo globalizado e, sobretudo, devido ao aspecto "móvel" e "flutuante" dessa formação e permanência do sujeito diante das condições tecnológicas e culturais pós-moderna. (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 2000). Assim, a discussão sobre a concepção do sujeito passou de um caráter universal (na filosofia e psicanálise), para a análise empírica do sujeito relacionada à cultura, classe ou nação (na história, na sociologia e na antropologia) passando a considerar as interações entre indivíduos e sociedade, já que a glocalização "intensifica a dependência recíproca). Assim, García Canclini defende que, principalmente num mundo em rede, os sujeitos não são mais isolados ou definem sua identidade atrelada a questões de etnia ou nação ou território, o sujeito é intercultural e o pós-moderno o redefine como "nômade", uma vez que configuração atual da sociedade ele "vivem trajetórias variáveis, indecisas e modificadas várias vezes".

> As identidades dos sujeitos formam-se agora em processos interétnicos e internacionais, entre fluxos produzidos pelas tecnologias e as corporações multinacionais; intercâmbios financeiros globalizados, repertórios de imagens e informação criados para serem distribuídos a todo o planeta pela indústria cultural. Hoje, imaginamos o que significa ser sujeito não só a partir da cultura em que nascemos, mas também de uma enorme variedade de repertórios simbólicos e modelos de comportamento. (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 201)

Nesse contexto de interculturalidade, García Canclini defende que as identidades podem ser definidas a partir de diferenças, desigualdades e conexões, objetos antes tratados separadamente pelas ciências sociais. Antes os estudos sobre conectividade e desconexão se concentravam no campo comunicacional e informático, a questão do ético e nacional era tratada sob o ponto de vista das diferenças e as teorias macrossociológicas se preocupavam

com a questão das desigualdades. Segundo García Canclini, há necessidade, no contexto atual, de trabalhar a interculturalidade conjuntamente.

Os sujeitos ou grupos se definem de acordo com suas características que remetem a ideia de pertencimento. Tal característica é associada a determinado grupo, quem não a possui é diferente, logo não pertence, ou seja, nesse processo, ao mesmo tempo em que há a constituição ou firmação de identidades, ocorre a alteridade, resultando em expulsão simbólica, através da discriminação, dos que se afastam da ideia defendida pelo grupo. Aqui, até certo ponto, há de se considerar uma aproximação com a chamada teoria da desconstrução de Jacques Derrida. Segundo Nöth (1996, p. 145), para Derrida, significações são geradas num processo dinâmico que envolve tanto diferença (*différence*) e diferencia (*différance*). Diante desse quadro, outra questão que passa também a ser considerada é a da alteridade, onde as identidades passam também a ser definidas com relação ao outro, com o nosso alter ego, da forma como o estigmatizamos em relação à nós mesmos. Neste sentido, há aproximações com Paul Ricoeur e seus estudos sobre a linguagem no qual a mesma é muito mais entendida como produção do que como produto, e analisa-se a relação da mediação entre o sistema e o ato, a estrutura e acontecimento (GARCÍA CANCLINI, 2009, P. 193-194) e, sobretudo, a questão da mediação da alteridade. Na polifonia social, se produzem multi-identidades que combinam autoidenditade (ou identidade requerida) e heteroidenditades (identidades atribuídas).

Jesús Martín-Barbero (2006) também destaca a questão da identidade como um processo a ser observado no contemporâneo. Ele afirma que dois processos estão transformando radicalmente o lugar da cultura em nossas sociedades: a revitalização das identidades e a revolução das tecnicidades.

> o que a revolução tecnológica introduz em nossas sociedades não é tanto uma quantidade inusitada de novas máquinas, mas sim de um novo modo de relação entre os processos simbólicos – que constituem o cultural – e as formas de produção e distribuição dos bens e serviços: um novo modo de produzir, confusamente associado a um novo modo de comunicar, transformar o conhecimento numa forma produtiva direta. (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 54).

Foi com *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, de 1987 e publicado no Brasil dez anos mais tarde, que o termo mediação popularizou-se. A etimologia da palavra mediação remete ao adjetivo inglês *mediate* (embora se admita também vinculação com o francês *mediat* e, em seguida, *médiation*) do qual se originou o substantivo *médiation* e seus derivados, como *intermediation* (SIGNATES, 2012, p. 37-38). Na perspectiva de

Martín-Barbeiro, teórico dos estudos culturais latino-americanos, a preocupação com o meio e a produção da mensagem se desloca para os processos culturais, sociais e econômicos presentes tanto na produção quanto na recepção das mensagens da mídia. Desta maneira o conceito de mediações abrange a construção cultural e simbólica de sentido e as ressignificações as quais os sujeitos da comunicação (emissor/produtor e receptor) estão vinculados e às práticas sociais que o envolvem e nas quais eles estão imersos, ou seja, às mediações ou práticas entre comunicação e movimentos sociais. Com as transformações ocorridas nas últimas décadas, eventuais lacunas foram sendo preenchidas e o conceito revisto.

> A ruptura da ordem linear sucessiva alimenta um novo tipo de fluxo, que conecta a uma estrutura reticular do mundo urbano com a do texto eletrônico e do hipertexto. Na assunção de tecnicidade midiática como dimensão estratégica da cultura, nossa sociedade pode interagir com nos novos campos de experiência em que hoje se processam as mudanças: desterritorialização/recolocação das identidades, hibridações da ciência e da arte, dos escritos literários, audiovisuais e digitais, a reogranização dos saberes desde os fluxos e redes, pelos quais hoje se mobilizam não só a informação, mas também o trabalho e a criatividade, o intercâmbio e a aposta em comum de projetos políticos, de pesquisas científicas e experimentações estéticas (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.76)

Guillermo Orozco Gómez, por sua vez, entende que as mediações têm um caráter múltiplo podendo se manifestar em diferentes níveis: individual (do sujeito como indivíduo ou sujeito social), situacional, institucional e videotecnológico ou midiático. Estas noções foram descritas num momento em que a televisão era o veículo de maior audiência na sociedade e ainda a internet não se apresentava na forma como se apresenta hoje. Orozco Gómez (2006, p. 88-89) afirma que entende as mediações como processos estruturantes que provêm de diversas fontes, incluindo processos de comunicação e formando as interações comunicativas dos atores sociais e que a mediação tecnológica vem causando mudanças de paradigmas nas formas de participação, nas transformações identitárias e na educação.

A distinção entre mediação e midiatização é abordada por Sodré (2013, p. 11-82). Segundo ele, a palavra mediação carrega o significado da ação "de fazer ponte ou fazer comunicarem-se duas partes (o que implica diferentes tipos de interação)" enquanto midiatização se caracteriza pela ordem de mediações socialmente realizadas através de um meio ou *médium* ou dispositivo cultural sociotécnico, que Sodré considera uma "prótese" (do grego *prosthenos*, extensão), num sentido próximo ao de Marshall McLuhan que defendia que os meios de comunicação eram extensões do homem. Ao se tratar desta construção simbólica

da cultura e dos processos que a envolvem há de se considerar o papel singular da comunicação, conceito tão polissêmico quanto o de cultura. Por este, motivo, retoma-se tal conceito.

2.3 O conceito de comunicação

O conceito de comunicação é complexo, "ambíguo" ou "um termo de largo espectro e uso variado". As afirmações feitas por Muniz Sodré (2012, p.12; 2010, p.11) são consenso no meio acadêmico e entre os pesquisadores da comunicação. Quem se propõe abordar ou estudar tal conceito e o que ele abarca se coloca diante embates teóricos, epistemológicos, conceituais, interpretativos, metodológicos e até filosóficos que tentam dar conta de dimensionar a amplitude e complexidade conceitual do termo e o universo a ele circunscrito.

Entretanto, tal amplitude não pode ser limitadora quando se propõe estudar determinado objeto sob a perspectiva comunicativa. Pelo contrário. Faz-se necessário situar tal objeto, delimitando-o.

Como passo norteador, para tentar compreender tal conceito e o que ele engloba, recorreu-se à etimologia. Espera-se, assim, com resgate conceitual iniciado pela origem da palavra e sua evolução, caminhar para a compreensão deste estudo e do objeto proposto.

Luiz Beltrão (1983), considerado o fundador do campo de pesquisa em comunicação no Brasil, afirma que a comunicação é um fenômeno dinâmico, uma vez que exige dos seus agentes uma permanente atividade psicossocial, no sentido de se adaptarem às mudanças que aquele algo, a mensagem, opera no ambiente.

Em entrevista à Revista Pesquisa Fapesp[5], José Marques de Melo, destaca que a comunicação, na verdade, não é uma área autônoma de pesquisa. "Como todas as ciências aplicadas, ela incorpora contribuições que vêm das demais ciências, das exatas e das humanas".

Não se pretende aqui aprofundar questões epistemológicas ou na discussão acerca da trans ou multidisciplinares de comunicação. Primeiro, porque diversos teóricos[6] dedicam trabalhos de reconstrução histórica do campo e de teorização dos objetos de pesquisa de comunicação como, por exemplo, José Marques de Melo, Antonio Fausto Neto, M.

---

[5] MOURA, Mariluce. José Marques de Melo: A prima pobre das ciências sociais. *In* **Revista Pesquisa Fapesp**, Edição 201 - Novembro de 2012, P. 27-33. Disponível em <http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/11/12/jose-marques-de-melo-a-prima-pobre-das-ciencias-sociais/> ou <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/11/026-033_Entrevista_201.pdf>. Acesso em 01 jul 2014.

[6] Para aprofundar tais aspectos, indica-se a leitura de LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.*)*. **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003; SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **MATRIZes**, v. 5, n. 2, p. 11-28, 2012; SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **MATRIZes,** v. 1, n. 1, p. 15-26, 2009.

Immacolata V. Lopes, Luiz Martino, José Luiz Braga, Lucrécia Ferrara, Muniz Sodré, Ciro Marcondes Filho, Lúcia Santaella, Francisco Rüdiger, Robert Craig, entre outros. Segundo, por não se tratar do objetivo deste estudo. Contudo, não se pode deixar de mencionar tal questão, quando se pretende situar nosso objeto dentro do campo da comunicação.

Comunicação, em sentido amplo, significa a troca de informações entre uma fonte ou emissor e um receptor. (HOHLFELDT, 2011, p. 234). O termo vem do latim *communicatio*, do qual distinguimos três elementos: a raiz *munis*, que significa 'estar encarregado de', que acrescido do prefixo co, que expressa simultaneidade, reunião, temos a ideia de uma 'atividade realizada conjuntamente', e a terminação tio, que por sua vez reforça a ideia de atividade. (MARTINO, 2011, p. 12-13). Decompondo-se se tem "comum + ação, de onde vem o significado 'ação em comum'" e conclui que o termo se refere ao processo de "compartilhar um mesmo objeto de consciência, ele exprime a relação entre consciências" (idem. 14-15). Martino acrescenta que o ser humano é um ser da comunicação consigo (subjetividade) e com o mundo, ambos entendidos como o produto da comunicação com outrem e conclui que "comunicar é simular consciência de outrem, tornar comum (participar) um mesmo objeto (sensação, pensamento, desejo, afeto). (2011, p. 23)".

Em *Pensar a Comunicação*, Dominique Wolton (2004) cita a comunicação como uma área de pesquisa em pleno desenvolvimento, que pode ser apreendida sob três formas: na interface com as neurociências e as ciências cognitivas, na interface entre as ciências cognitivas e as ciências da engenharia e, finalmente, na relação estabelecida entre as ciências humanas/sociais e as técnicas. Essa ideia de partilha da comunicação é algo a quem Wolton (2004) denomina de caráter normativo ou comunicação normativa, caracterizado pelo intercâmbio entre as pessoas. Para Wolton (2004), a comunicação teria ainda uma dimensão funcional, que surgiria a partir do século XVII relacionada à difusão.

> Remete mais para as necessidades de trocas no seio das sociedades complexas, para a difusão do trabalho e para a abertura das sociedades umas em relação às outras. Desde que haja especialização, há intercâmbio, logo, desenvolvimento de comunicações funcionais que preenchem uma função prática sem ter, por isso, outros significados. Mas a sociedade ocidental continua a valorizar, simultaneamente, o ideal da partilha. Compreende-se que o desenvolvimento da comunicação funcional se faça por referência à comunicação normativa (WOLTON, 2004, p. 504).

Eduardo Duarte (2003, p. 42-43) também destaca a etimologia para a compreensão do termo. Segundo ele, a palavra comunicação é derivada da palavra latina *communis*, da qual surge o termo comum em nosso idioma. *Communis* quer dizer pertencente a todos ou a

muitos. Dessa mesma a raiz latina surge a palavra *comunicare*, origem de comungar e comunicar. Num novo desdobramento dessa raiz, ainda no latim, chegamos a *comunicationis* que indica a ideia de tornar comum. Desdobrando um pouco mais a palavra comunicação temos junto a ideia de tornar comum que deriva de *communis*, o sufixo latino *ica* que indica estar em relação e o sufixo *ção* que indica a ação de.

Duarte (2003, p. 46) acrescenta que há uma linha sutil que atravessa as ideias de pertencimento a muitos ou a todos, comunhão, tornar comum e estar em relação, que por sua vez, implica a emergência de uma superfície comum de troca, ou uma zona de encontro de percepções dos emissores e receptores. E estas percepções se relacionam com a atribuição de sentido, que segundo o autor (p.47), apropriando-se de da contribuição de Gilles Deleuze, afirma que este ocorre na fronteira. Esta metáfora da comunicação enquanto um "encontro de fronteiras" também é destacada, segundo o autor, por Maurice de Merleau-Ponty, que afirma que o sentimento de partilha é o que define a comunicação, é construir com o outro um entendimento comum sobre algo. Assim, segundo Duarte, para Deleuze (1977, p.26): "o eu e o outro como dois territórios que são arrastados para redefinições territoriais a partir do encontro" e para Merleau-Ponty, a comunicação "é um terceiro plano cognitivo" construído pela "desterritorialização das partes que reterritorializam um terceiro cogito emergente. A comunicação então é uma virtualidade que se atualiza na relação " (DUARTE, 2003, p. 48).

A etimologia, contudo, apesar de esclarecedora, não consegue dar conta de aspectos mais amplos. Parte-se, então, uma discussão epistemológica, para que, após a reflexão geral em torno da natureza comunicativa, suas etapas e limites, seja possível seguir para o objeto e suas complexidades e especificidades. Convém, então, tecer algumas considerações sobre o universo que abarcam os estudos comunicacionais e suas interfaces. Neste sentido, parece pertinente, para contextualização, apresentar aspectos referentes ao campo comunicacional e posteriormente adentrarmos a justificativa sobre o objeto da comunicação e o objeto em particular deste trabalho.

2.3.1 A questão epistemológica

Por epistemologia entende-se a reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, especialmente nas relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo. O termo também é frequentemente empregado como uma derivação de estudo dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científico, ou das teorias e práticas em geral, avaliadas em sua validade cognitiva, ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus

paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história; teoria da ciência. (HOUAISS, 2009).

A palavra epistemologia é definida como, o estudo crítico, dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas e visa a determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo delas, ou seja, um conjunto de conhecimentos teórico-metodológicos ligados simbioticamente que permitem elaborar uma forma de investigar um objeto. "Epistemologia é o estudo dos princípios de investigação que direciona um olhar para um tema" (DUARTE, 2003, p. 41-42).

Quando a discussão é sobre o campo comunicacional, logo se recorre ao conceito de campo proposto por Bourdieu.

> Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 57)

Social ou científico, o campo é um espaço social composto por relações objetivas entre agentes e instituições e destinado a legitimar suas enunciações, com suas próprias leis de funcionamento. Bourdieu procura formular uma teoria da prática tendo como guias três conceitos: 1) *habitus*, ou o conjunto cognitivo de disposições que motivam práticas e percepções; 2) espaço social ou a situação existencial dos indivíduos, isto é, as suas propriedades relacionais ou diferenças intersubjetivas; 3) capital simbólico ou o conjunto de modos de dominação, tanto em nível físico quanto econômico, cultural e social, responsável pelas estruturas de poder. (SODRÉ, 2012, p. 14). Sodré reforça ainda a ideia de que o conceito de campo científico, por sua vez, é aplicável a qualquer esfera do conhecimento, podendo-se constituir a partir de demandas ou da especificidade de um contexto, contudo, nele importa o lugar ocupado por cada um de seus membros, portanto, o espaço social, de modo que o alcance das questões levantadas não é independente da virtude cognitiva e do peso institucional do sujeito que fala. Desde fins da década de 70, têm convergido progressivamente para a *episteme* comunicacional aportes teóricos de disciplinas antes privilegiadas pelo estruturalismo, método científico que interveio no campo das ciências humanas com o intuito de superar as filosóficas descrições fenomenológicas dos objetos por meio da construção de modelos dos conjuntos de objetos, segundo o qual, o homem cedia

lugar às estruturas — linguísticas, literárias, psicanalíticas, antropológicas, econômicas — na explicação do social. (SODRÉ, 2012, p. 23)

Os pensadores pós-estruturalistas franceses como Debord, Lyotard, Foucault, Baudrillard concebem a comunicação como uma hermenêutica[7] da existência atravessada pelo *bios* midiático que atua nessa produção de sentido[8], por vezes "modificando a ontologia tradicional dos fatos sociais" (SODRÉ, 2010, p.28).

2.3.2 As espacialidades da Comunicação

De acordo com Vera França e Rousiley Maia (2003, p. 196), a perspectiva de que "tudo é comunicação" torna impossível a identificação do objeto, e assim, a sua apreensão. Para as autoras (idem, p. 198), se a comunicação é confluência de vários elementos e dinâmicas (é a relação dos interlocutores, a construção discursiva, a produção e interpretação de sentidos, realizada por suportes específicos, enraizada em um dado contexto sócio-histórico), uma perspectiva de estudo comunicacional implica uma abordagem, uma metodologia que busque dar conta da apreensão do movimento, pluralidade e interseção dos elementos aí contidos.

O sujeito da comunicação é o sujeito da linguagem e também um sujeito social, e, por isso, muitas vezes as indagações da comunicação não são respondidas sem o aporte das ciências sociais e da linguagem. O olhar comunicativo se apoia e é herdeiro das diferentes tradições que recortam os vários elementos que compõem o processo comunicativo (FRANÇA; MAIA, 2003, p., p. 199). Assim, segundo Duarte (2003, p. 51), "torna-se objeto da comunicação o estar em relação, ou melhor, a troca". Desta maneira, para o autor, o campo da comunicação pode ser teórico, quando este analisa a ontologia desses encontros, quando se preocupa com processos que tornam comum um pensamento a um grupo que troca informações e também pode ser empírico quando a mesma discussão ontológica considera a relação com os suportes nos quais os planos cognitivos estão atrelados. Ainda neste sentido, mas voltando o foco para a comunicação social, a comunicação social preocupa-se apenas com aqueles processos comunicacionais que se dão exteriormente, em sociedade, como, por exemplo, a comunicação face a face (um x um); a comunicação grupal (um x vários) e a comunicação de massa (vários x vários), que se dá especialmente através de processos industrializados de produção e veiculação, levando a uma recepção enorme e a grandes

---

[7] Sodré (2012, p. 24) explica que hermenêutica não se entende como um modo de inteligibilidade (uma «língua» afiada) aplicado aos fenômenos de compreensão suscitados pela consciência tecnológica.

[8] Quando se menciona a questão de produção de sentido, se relaciona o conceito de comunicação ao conceito de cultura, que será abordado em momento oportuno.

distâncias (HOHLFELDT, 2010, p. 235). Aproximando-se do que já foi abordado, conforme Hohlfeldt, a comunicação é, acima de tudo, uma espécie de negociação de sentidos, conforme as teorias contemporâneas da análise de conteúdo e, desta maneira, um processo simbólico. Segundo Baccega (2009, p. 149-150), "evidencia-se a comunicação como eixo da leitura do presente, considerando-o resultado do passado e base do futuro". É ela que permite o conhecimento dessa realidade complexa.

Sodré (2013, p.234-235), ao definir o que ele chama de *bios midiático*, afirma que a comunicação cobre um "largo, mas delimitado, espectro de ações ou práticas" como: a) veiculação, voltada para a relação ou contato entre sujeitos sociais por meio das tecnologias da informação ou dispositivos de veiculação (mídia) de natureza societal; b) vinculação, que engloba as práticas e estratégias de promoção ou manutenção do vínculo social; c) cognição, ou seja, práticas teóricas relativas à posição de observação e de sistematização das práticas de veiculação e das estratégias de vinculação. Por isso, que para ele, o conceito de comunicação social também permanece como possibilidade hermenêutica de se desenvolver a reflexão sobre a diferença ontológica, na acepção heideggeriana, entre o ser (modo de aparecimento original do que existe) e o ente (o existente) aproximando-se da chamada teoria "ontológica" defendida por Vattimo, que incorpora contribuições da psicologia, da semiótica, da antropologia, mas também da biologia e etologia, para se poder pensar a natureza. (SODRÉ, 2010, p. 37).

Sonia Aguiar e Suzana Barbosa (2010, p. 472) ajudam o entendimento deste propósito com sua definição enciclopédica de "espacialidades da comunicação" como

> expressão que abrange todos os referenciais, formas e processos espaciais que afetam as interações humanas e que orientam a produção, a distribuição, a recepção e o consumo de conteúdos, formatos, meios e tecnologias de informação e comunicação. Abrangem, também, a produção discursiva das noções de espaço, lugar, localidades, região, território e territorialidade, indissociáveis da cultura e da política.

As autoras reforçam que as espacialidades da comunicação, pensadas a partir das concepções de David Harvey (2001, 2006) sobre os "espaços do capital" e os "espaços de esperança", são indissociáveis da dinâmica geográfica da expansão capitalista e do processo de globalização, da assimetria entre produção e consumo de bens simbólicos, do global ao local; da organização geopolítica dos conglomerados transnacionais de mídia e serviços de informação e espaço de fluxos das práticas sociais na chamada "sociedade em rede" (CASTELLS, 2003); e das táticas dispersas de contrainformação e contrafluxos midiáticos. Para Aguiar e Suzana Barbosa (2010) esta espacialidade vai além. Na vida cotidiana, designa

os processos de construção de novas relações espaço-temporais, seja por meio da comunicação digital, que promove o encurtamento simbólico das distâncias e a quebra de fronteiras, ou através das mídias locativas e dos dispositivos de comunicação móvel, geradores dos referenciais de "aqui" e "agora". Tal conceito, para as autoras, também abarca a cibercultura e suas "espacialidades híbridas" ou "interlugares" que se situam entre "as localidades concretas e o ciberespaço" e o glocal, que dá nova função ao global a partir do reforço do local, trabalhando a produção e difusão de conteúdo.

Até aqui, o proposto foi permear, de maneira introdutória, contextualizadora ou justificatória de comunicação e cultura, conceitos que abarcam o objeto do presente estudo. Contudo, ainda seguindo este percurso e dentro de uma visão de que a comunicação social abarca a leitura do presente e as relações de interação entre os sujeitos e seus contextos faz-se necessário entender um pouco sobre a dinâmica do contemporâneo marcada pela tecnologia.

2.4 Cultura, Comunicação, Sociedade e Novos Paradigmas

A comunicação e as tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm tido um papel singular na configuração da sociedade contemporânea marcada cada vez mais por novos espaços de comunicação entre os indivíduos e os diferentes grupos sociais, espaços cheios de interatividade, convergência de tecnologias e novas maneiras de relacionamento e de construção de sentido.

Nos últimos anos, na tentativa de articular as tecnologias digitais e a sociedade, surgiram termos como cultural digital, cultura da convergência, tecnocultura, cibercultura, etc. Espaços singulares de sociabilidades ou socialidades, comportamentos, práticas culturais foram criadas com as chamadas mídias sociais por meio de formas de expressão a elas relacionadas e, sobretudo da comunicação e organização em rede.

Entender como se estabelece esta dinâmica atrelada aos estudos da comunicação enquanto expressão cultural e simbólica exige inicialmente que se lance um olhar para a compreensão do contemporâneo, uma tarefa complexa de reflexão histórica, social e filosófica que tem instigado pensadores e suscitado discussões teóricas ao longo das últimas décadas[9].

Para tentar dar conta do discurso teórico sobre o conjunto de práticas e experiências socioculturais que cobre campos que vão das artes, à filosofia, às Ciências Humanas, Sociais, etc. é comum encontrar-se nomenclaturas distintas que ora dialogam, ora se contradizem:

[9] Pretende-se aqui, sistematizar tais discussões apenas para contextualização do objeto desta pesquisa. Recomenda-se o estudo da temática sobre a modernidade, pós-modernidade e conceitos correlatos nos trabalhos dos autores citados no corpo do texto para uma dimensão mais aprofundada dos conceitos e visões individualizadas.

Modernidade (Habermas, entre outros); Pós-Modernidade (Lyotard, Mafessoli, Baudrillard, entre outros); condição Pós-Moderna (Harvey); Pós-Modernismo (Jameson); Alta Modernidade (Chauí); Modernidade tardia (Hall); Modernidade líquida (Bauman), Modernidade Reflexiva (Anthony Giddens, Ulrich Beck e Scott Lash), sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento ou em rede. Para Bertolli Filho[10] tais definições seriam vagas ou privilegiam uma ou outra particularidade sobre o que se propõem a entender. O percurso desde a explosão da bomba atômica em solo japonês, em agosto de 1945, passando pela queda do Muro de Berlin (1989) à crise das ideologias ocidentais no século XX é vasto e é aqui resgatado com a finalidade de contextualização temática.

Até o século XVII, quando se viveu a modernidade, o homem se guiava por determinados valores, materializados em algumas figuras retóricas como Deus/religião, o capitalismo e o progresso. A partir do século XX, vive-se a crise do progresso e da razão e instaura-se esse período de incertezas com relações às questões existenciais.

Atribui-se a Jean-François Lyotard (1924-1998) e a publicação de *La condition postmoderne* (*A Condição Pós-Moderna*), no final dos anos de 1970, o marco referencial da pós-modernidade. Na obra o autor prega o fim das "grandes narrativas" ou metanarrativas como o iluminismo, o idealismo, o marxismo, o cristianismo, etc. e a relativização de valores ou mudanças em prol do "progresso", ou seja, a modernidade como uma condição cultural, uma vez que o conhecimento científico entra em crise. Segundo Lemos (2013, p. 65), para Lyotard, "o homem pós-moderno obedece às enunciações de várias ordens através de jogos de linguagem".

Diante deste contexto, emergem, no campo acadêmico, temáticas como a morte do sujeito, o esvaziamento de sentido, o desconstrutivismo, o nomadismo e pensamento rizomático e teóricos como Jean Braudillard, Guilles Deleuze, Félix Gattari, Michel Foucault e Jacques Derrida passam a ser reconhecidos sob a nomenclatura de pós-estruturalistas, pós-metafísicos, pós-marxistas ou pós-modernos. Assim, o conceito de pós-modernidade insurge contra o pensamento moderno que pregava, entre outras coisas, o progresso linear, as verdades absolutas, a racionalidade social e a padronização de conhecimento e produção (YAMAMOTO E SODRÉ, 2014).

A leitura de Marshall Berman (1940-2013) propõe uma reflexão sobre os conceitos de espaço e tempo e as experiências atreladas à "modernidade". Logo na introdução de *Tudo que*

---

[10] Para a estruturação deste tópico da dissertação foi bastante salutar a contribuição teórica das aulas da disciplina Mídia, Cultura e Sociedade, ministrada pelo orientador Cláudio Bertolli Filho, entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015.

é sólido se desmancha no ar, o autor se apropria de uma máxima marxista do Manifesto Comunista e traça um percurso de algumas mudanças que rompem com os paradigmas, tais como a descobertas nas ciências físicas, a mudança da visão teocêntria pra heliocêntrica; a industrialização da produção, a transformação do conhecimento científico em tecnologia e criação novos ambientes humanos, acelerando o ritmo de vida, gerando novas formas de poder corporativo e de luta de classes, o crescimento urbano e dos sistemas de comunicação de massa, a expansão dos Estados nacionais, o surgimento de movimentos sociais. Para contextualização temporal, segundo Berman, essas mudanças poderiam se dividir em três fases: a primeira do início do século XVI até o fim do século XVIII, a segunda fase de 1790, com a Revolução Francesa e suas até o século XIX e "experienciada" a partir do século XX, com o que o autor chama de "modernização" e um estado de "vir a ser", como uma proposta de substituição das coisas, mercadorias, ideias e personagens por identidades fluídas[11].

Beck, Giddens e Lash (1995, p.7) afirmam que a discussão prolongada sobre modernidade e pós-modernidade se tornou cansativa e pouco produtiva e, por isso, os três propuseram o termo modernização ou modernidade reflexiva. Cada qual com sua particularidade, na mesma obra, eles se propõem a tratar das transformações do mundo atual, do processo de crise e de suas consequências, um mundo cada vez mais reflexivo que se autoconfronta com os problemas gerados pela sociedade industrial e as formas de progresso dela resultantes. Os autores chamam atenção para três temáticas: 1) a destradicionalização em um contexto de cosmopolitanismo global, 2) ambiente visto não mais como um contexto externo à ação e vida social humana, mas algo penetrado e rodeado por elas. Assim, a modernização reflexiva seria "a desincorporação" e a "reincorporação das formas sociais industriais por outra modernidade" (1995, p. 12). Em virtude do de seu dinamismo, a sociedade está acabando com suas formações de classes, camadas sociais, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e formas contínuas de progresso. Nessa sociedade emergem incertezas que são consideradas riscos e amplificadas pela crise das instituições e ao, ao mesmo tempo em que ela se torna imprevisível, também faz com que os sujeitos tentem assumir o controle, como ator de sua própria vida.

Questiona-se se tais mudanças deste período transitório hoje vivenciado realmente instauram novos paradigmas ou se são apenas modificações, apropriações ou releituras do paradigma (ou paradigmas) anterior(ores). Por essa razão, por exemplo, Anthony Giddens (1991) prefere utilizar o termo "modernidade radicalizada", e afirma que estamos vivendo na

[11] Observa-se grande assimetria com o conceito de "Modernidade Líquido", posteriormente difundido pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman, popularizados anteriormente sob forma de Pós-modernidade.

contemporaneidade o que ele chama de “as consequências da modernidade”. Para Giddens, a modernidade, surgida na Europa no século XVII está relacionada ao estilo, costume e organização social daquele período. No final do século XX, surge uma variedade de termos tentado ressignificar esse período de transição como, por exemplo, “sociedade de informação”, “sociedade de consumo” para definir nosso sistema social, ou “pós-modernismo”, pós-modernidade, pós-industrial. Esses termos refletem as transformações institucionais, mudança ou deslocamento da manufatura, uma questão que para Giddens se configura com aspectos filosóficos e epistemológicos. Assim, para Giddens, a modernidade se constituiria como uma “descontinuidade” entre as formas sociais tradicionais e instituições sociais modernas que ocasiona, segundo Sodré e Yamamoto (2014, p. 87-88), o desenraizamento e insegurança generalizada, com um modelo civilizacional caracterizado entre outros aspectos por um “ritmo de vida dinâmico, integração de diferentes estruturas de vida; produção de sistemas abstratos de relacionamento social e uma reflexibilidade socioinstitucional que permite que grupos políticos se desenvolvam na tentativa de “atender demandas socioculturais mais imediatas e específicas”.

O filósofo francês Giles Lipovetsky, por sua vez, prefere o termo “hipermodernidade”, por defender não ter havido de fato uma ruptura com o moderno, para caracterizar o período que se consolidou a partir dos anos 80 e, sobretudo 90, marcado pela velocidade, pelo efêmero e fluído, caracterizado pela cultura do excesso (LIPOVETSKY, 2004, p.76 apud BAPTISTA e BERTOLLI FILHO, 2012) numa aproximação da noção de sobremodernidade de Marc Augé (2006) constituída de excessos: de informação, de imagens e de individualismo. Uma configuração social na qual há uma inversão do que estabelecia Marx para infraestrutura e superestrutura marxista, na qual a cultura passa a ser o elemento fundamental.

De acordo com Lemos (2013a, p.61), a ideia de modernidade está ligada ao próprio nascimento da filosófica ocidental, “uma maneira de estar no tempo e no espaço, vivida de forma diferente pelas civilizações míticas tradicionais” e, por sua vez, associada à análise de Baudelaire da sociedade industrial e sociologicamente por Weber, na sua análise da modernidade burocrática”. Segundo Lemos, Max Weber define a modernidade como processo de racionalização da vida social no término do século XVII e esse processo abriu as vias para a industrialização e a modernização global do Ocidente, integrando a economia capitalista, o Estado Nação, a administração científica do trabalho e da produção, o desenvolvimento industrial e tecnológico.

> A modernidade é a expressão da existência de uma mentalidade técnica, de uma tecnoestrutura e de uma tecnocultura que se enraíza em instituições, incluindo toda a vida social na burocratização, na secularização da religião, no individualismo e na diferenciação institucionalizada das esferas da ciência, da arte e da moral (...). O espaço divide-se em espaço privado, de liberdades individuais, e em espaço público, de dever cívico. O cidadão consumidor deve articular nesse espaço de universalidade e de igualdade. É no espaço público que as ações são tomadas pela sociedade organizada (sindicatos, associações, ONGs, partidos políticos). A democracia representativa constitui-se como um jogo político, como representação legítima da sociedade. (LEMOS, 2013a, p.62)

Lemos (2013a, p.63), defende que a ideia de pós-modernidade, por sua vez, aparece na segunda metade do século XX com o advento da sociedade de consumo e dos *mass media,* associados à queda das grandes ideologias modernas (exceto o capitalismo) e de ideias como história, razão e progresso o que causaria uma "modificação radical" nos campos da política, da ciência e da tecnologia, da economia, da moral, da filosofia, da arte, da vida cotidiana, do conhecimento e da comunicação. Para Lemos, a pós-modernidade é a expressão do sentimento de mudança cultural e social correspondente ao aparecimento de uma ordem econômica chamada de pós-industrialismo, nos anos 1940-50 nos EUA, e em 1958 na Franca, com a 5ª República. Os anos de 1960 serão um período de transição, de reencaixe (GIDDENS) das instituições à falência dos discursos. Aparecem, aqui e ali, sintomas desse mal-estar: contracultura, revolução-verde, informatização da sociedade, pós-colonialismo e pós-industrialismo.

Para Jameson é possível entender a mudança espaço-temporal da pós-modernidade ancorada agora no presente, mas que ao mesmo tempo revisita o passado, através das ideias de pastiche e esquisofrenia, causando frustração e desespero. Arthur Kroker, por sua vez, afirma que a cultura pós-moderna é marcada por cenas de pânico, "excesso, desperdício", "marcada por niilismo profundo e pela sedução, sendo uma interface entre o êxtase e a decadência", entre a "prisão e o prazer do corpo" e a "fascinação e lamento" (LEMOS, 2013a, p. 67).

Marc Augé se refere à velocidade, numa análise desde os meios de transporte ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e à emergência do ciberespaço. Tais considerações remetem ao urbanista e filósofo Paul Virilio e suas considerações sobre o imediatismo, a instantaneidade e questões que abarcam tempo e espaço, conforme também lembra Eugênio Trivinho (2007, 2009).

A sociedade do século XXI é reflexo de um processo gradativo de mudanças. Nos últimos anos, fatores como o surgimento e desenvolvimento de organizações transnacionais,

como o Nafta (1992) e a União Europeia (1993), por exemplo, a expansão das telecomunicações e das tecnologias de informação, o acesso a esta informação, a globalização acelerada dos mercados e movimentação de capitais, o desaparecimento das fronteiras nacionais e dos territórios regionais, a internacionalização e homogeneização de processos culturais e produção passaram a ser organizados em escala mundial adaptando os mercados regionais para as novas exigências globais. Processos que abalaram profundamente os quadros sociais.

> Trata-se de uma ruptura simultaneamente histórica e epistemológica, provocando obsolescências e ressurgências de realidades e formas de pensamento, bem como o desafio de taquigrafarem as novas realidades, formas de sociabilidade, jogos e forças sociais, formas de vida e trabalho, modos de ser, compreendendo evidentemente novos conceitos e novas categorias com os quais se buscam a 'compreensão' e a 'explicação' da realidade. Os conceitos de indivíduo e sociedade, sociedade civil e Estado, comunidade e sociedade, mercado e planejamento, alienação e emancipação, assim como as categorias de tempo e espaço, passado e presente, parte e todo, aparência, sincrônico e diacrônico, estrutura e história, singular e universal, tudo se altere, mais ou menos radicalmente. (IANNI, 2003, p. 331)

Ianni acrescenta que, independente da terminologia empregada (globalização, mundialização, transnacionalização) esta nova realidade diz respeito a questões como o local, o provincial, o regional, o nacional e o global, além do micro e do macro definindo outra formação social, simultaneamente geo-histórica, econômica, política e cultural, compreendendo aspectos demográficos, ecológicos, religiosos, linguísticos, étnicos e de gênero, diferente do que se estava habituado.

Particularidades à parte de cada visão, Lemuel Sobrinho (1997, p. 100) defende a ideia de que é mais frutífero destacar uma série de questões colocadas pelos autores eventualmente classificados como pós-modernos à teoria e à pesquisa social ao invés de concentrar esforços na tentativa de precisar os aspectos conceituais da discussão sobre a emergência da pós-modernidade e do pós-moderno. Em síntese, o autor destaca as principais as mudanças estruturais nas abordagens sobre o assunto como

> o declínio da eficácia política dos Estados-Nação que apareceram na modernidade (tanto internamente quanto externamente), as transformações econômicas nos processos de produção e na organização das relações de produção, e, no campo da cultura, o progressivo estabelecimento do consumismo, provavelmente a principal atividade social e simbólica das sociedades contemporâneas, mediada pelos meios de comunicação de massa. Tudo isso provocando algumas alterações na natureza das categorias sociológicas convencionais, como as de classe, status, gênero e partidos políticos. (SOBRINHO, 1997, p. 100).

Diante de tudo que foi exposto, conclui-se que tais características desta configuração social contemporânea marcada por contradição e conflito denunciam o estado de transição que parecem pertencer a um presente contínuo ainda em curso ou conjugado, mas que carrega elementos do passado desenhando uma perspectiva de futuro. Num caminho mais estrito, tais discussões aqui apresentadas sobre esse processo de mudanças ocorridas após a segunda metade do século XX, que refletiram no modo de pensar e na configuração da sociedade, remetem à questão da cultura, da técnica e da comunicação, uma vez que o contemporâneo está marcado por espaços de comunicação ainda passíveis de compreensão. Alguns teóricos do grupo dos Estudos Culturais defendem uma perspectiva interdisciplinar ou multidisciplinar para compreender o contemporâneo, já que as concepções pós-modernas não oferecem alternativas teóricas ou modelos socioculturais para entender os dilemas atuais e que é preciso recorrer ao intercâmbio de conhecimento das ciências sociais (GARCÍA CANCLINI, 2009). A abordagem sobre esta relação comunicação e cultura, os dois conceitos tratados até o presente momento, continua a seguir sob o viés da técnica e das tecnologias ou suportes relacionadas a tais processos.

2.5 A técnica e a comunicação no contemporâneo

Na concepção dos gregos que criaram o termo, "técnica é a forma de saber de que o homem se serve para produzir o que a natureza não lhe proporciona espontaneamente, mas sempre dentro de certos limites, sugeridos ao homem por essa própria natureza". Já na concepção dos ocidentais modernos (RÜDIGER, p.300-301), a "técnica pode ser objeto de ciência e meio de dominar a natureza, pode nos tornar senhores do mundo: não há limites para vontade humana, uma vez que essa se deixe conduzir pela pesquisa científica e a atividade técnica (tecnociência ou tecnologia) ".

Assim, a técnica teria passado de uma fase mítico-artesanal para uma empírica e mecânica e depois para a científica e cibernética. Tanto Rüdiger (2003,2013) quanto Lemos (2013) fazem um resgate histórico e conceitual da técnica para chegarem ao entendimento da tecnocultura contemporânea, sua problemática que convém ser lida por quem pretende aprofundar o assunto. De acordo com Rüdiger (2003, p. 5) desde o século XVII a técnica se converte como poderosa forma material que afeta nosso modo de ser; a vida cultural e as formas de sociabilidade. É neste período em que a técnica se associa à ciência.

Para fins didáticos, na tentativa de relação com o ambiente comunicacional contemporâneo, far-se-á um recorte relacionado a artefatos ou suportes relacionados às transformações no modelo civilizatório em curso. Quando se estuda História da Comunicação, é comum relacionar determinadas ocorrências como marcos determinantes dessas mentalidades. Em *A galáxia de Gutenberg*, Marshall McLuhan traça uma perspectiva evolutiva para o processo comunicativo, determinando três períodos: civilização da oralidade, caracterizada pela palavra falada e as relações sociais tribalizadas; civilização da imprensa, na qual as relações sociais se destribalizaram devido ao racionalismo e nacionalismo; e civilização da eletricidade, marcada por um resgate deste tribalismo através dos meios de comunicação permitindo mais interação entre os indivíduos de forma "planetária". Apesar de receber muitas críticas, alguns dos pensamentos de McLuhan voltam a ser revistos e ressignificados, principalmente depois do da invenção da rede mundial de computadores e a criação da internet.

Convencionou-se dizer que a humanidade passou por três grandes revoluções comunicativas ou três momentos que marcaram o surgimento de nova forma de comunicar, novos meios, a introdução de possibilidades de comunicação e novas práticas de socialização e interação com o ambiente. A primeira revolução teria sido o surgimento da escrita (século V a. C.), que marca a passagem da sociedade oral para a cultura e a sociedade escrita. A segunda foi a invenção dos tipos móveis e a impressão de Johannes Gutenberg (século XV) e a terceira, Revolução Industrial (séculos XIX e XX), marcada pela cultura de massa e caracterizada pela difusão de mensagens veiculadas pelos meios eletrônicos. (DI FELICE, 2008, p.21).

Di Felice é um dos teóricos que defende que na época contemporânea, a humanidade estaria enfrentando uma "revolução comunicativa", implementada pelas tecnologias digitais e que constituiria "a quarta revolução", pois estaria ocasionando importantes transformações em vários aspectos do convívio humano, permitindo o alcance de informações a um público ilimitado e a transmissão de mensagens em tempo real. Lévy (1999), em uma visão muito próxima, também trata das transformações pelas quais a humanidade passou até a contemporaneidade, sobretudo em matéria da comunicação, considerando-a uma das dimensões de uma mutação antropológica de grande amplitude. Sodré (2013, p.12-13), por sua vez, é contrário ao uso do termo "revolução" empregado nesse sentido, pois afirma que revolução não é conceito que se reduza à mudança simples e pura. "As transformações tecnológicas da informação mostram-se francamente conservadoras das velhas estruturas de poder". Ele prefere o utilizar "mutação tecnológica", pois afirma que do ponto de vista

material há uma "maturação tecnológica do avanço científico, que resulta em hibridização e rotinização dos processos de trabalho e recursos técnicos já existentes sob outras formas".

Termos como "sociedade da informática", "sociedade da informação", "era virtual", "sociedade em rede" tentam definir essa "nova" esfera contemporânea caracterizada pela comunicação mediada pela tecnologia. Como lembram Parente, Latour e Deleuze (2004, p. 91-110), o uso de algumas destas terminologias já significa admitir que as mudanças foram, sim, causadas em parte pelas tecnologias de informação e comunicação.

De acordo com Jambeiro (2009, p. 21), a partir da década de 1980, e mais marcadamente da década de 1990, a evolução da economia mundial e as inovações científicas e tecnológicas convergiram para a criação de novos paradigmas sociais, culturais, políticos e econômicos. Segundo Jambeiro, a chamada Sociedade da Informação caracteriza, principalmente pela formação e desenvolvimento de redes digitais virtuais, que ligam pessoas e grupos, pela reorganização interativa dos processos políticos, sociais, econômicos, culturais e institucionais, com base em tecnologias avançadas de informações e comunicações e pela reconfiguração da vida cotidiana dos indivíduos, grupos sociais, governos, empresas e entidades em geral, por efeito da consolidação e crescente expansão de redes digitais.

Em *A pele da Cultura,* Derrick de Kerckhove (2009), *faz* um balanço da transformação histórica que marca a passagem da mídia analógica para a digital. O autor utiliza o conceito de "tecnopsicologia" ao se referir aos significados das interações midiáticas e o papel desenvolvido pela mídia em diversas áreas do conhecimento.

> A 'tecnopsicologia' é o estudo da condição psicológica das pessoas que vivem sob a influência da inovação tecnológica. A tecnopsicologia pode ser ainda mais relevante agora que existem extensões tecnológicas para as nossas faculdades psicológicas. A tecnopsicologia pode ser para os investigadores da cultura e psicologia, o campo das atividades das psicotecnologias.
> Inventei o termo psicotecnologia, baseado no modelo da biotecnologia, para definir qualquer tecnologia que emula, estende ou amplia o poder de nossas mentes. (DE KERCKHOVE, 2009, p. 22).

De Kerckhove defende que a linguagem pode ser considerada um aparato tecnológico ou tecnologia. A linguagem é o *software* que conduz a psicologia humana. Qualquer tecnologia que afete significativamente a linguagem afeta também o comportamento emocional e mental. Para ele, à medida que aprendemos a ler, o alfabeto influencia nossa relação com o tempo e espaço e a estrutura da linguagem faz com que nosso cérebro processe sequencialmente e ordenadamente determinada informação. Assim, segundo De Kerckhove

(2009, p. 46), o alfabeto criou duas revoluções complementares: uma no cérebro e outra no mundo. E, consequentemente, essa "revolução" alfabética cria perspectiva, entendida pelo estudioso canadense como, arte da representação proporcional do espaço em três dimensões", uma "projeção direta da consciência letrada" (2009, p. 48). A visão perspectiva tornou-se um sistema privilegiado de representação, segundo De Kerckhove.

> Ver as coisas em perspectiva significa colocar tudo no seu lugar com as proporções certas para a mente humana. A racionalidade, que vem do latim *ratio,* também implica um sentido de proporcionalidade. O racionalismo é o estudo de objetos, noções e relações não simplesmente isolados, mas considerando a sua proporção com todas as outras coisas que pertencem à mesma ordem. A racionalidade faz parte d a psicodinâmica do alfabeto e se expressa sem dúvida, no quadro perspectivo. (DE KERCKHOVE, 2009, p. 51).

Assim, o alfabeto teria se tornado base de inspiração e modelo para outros códigos: a estrutura atômica, a cadeia genética, o *bit* de computadores (DE KERCKHOVE, 2009, p. 52). "Estamos sendo sempre feito e refeitos pelas nossas invenções" (DE KERCKHOVE, 2009, p. 22), afirma o discípulo de Marshal McLuhan. Para De Kerckhove os computadores aceleram e desintegram padrões culturais tradicionais para reintegrá-los mais tarde, de uma nova maneira porque, segundo ele, todas as vezes que a ênfase é dada a um determinado meio muda, toda cultura se move (DE KERCKHOVE, 2009, p. 83 e p. 141). Ele aponta transformações causadas pelas redes, que encontra na eletricidade amplo processo de alteração e percepção e de extensão dos nossos sentidos que, desde sempre, interessa à relação homem-mídia.

Diante do exposto, é inegável que a humanidade experimentou após a segunda metade do século XX um processo sem precedentes de mudanças no pensamento e da técnica[12], em especial, nas tecnologias de comunicação, nas artes e no pensar da sociedade e das instituições. Esse novo ciclo, vivenciado pela sociedade, passou a ser interpretado de forma distinta, importante base para discussão dos temas seguintes.

2.6 Visões distintas

O semiólogo Umberto Eco postulou dois termos para discutir a questão da cultura de massas na era tecnológica. Para Eco, "apocalípticos" são aqueles que condenam os meios de comunicação de massa e "integrados" os que os defendem. A grosso modo, os integrantes do primeiro grupo defendem a que os meio de comunicação de massa padronizariam e criariam

[12] Para aprofundamento sobre essa questão da técnica, recomenda-se a leitura das obras de Francisco Rüdiger e Lemos referenciadas no final deste trabalho.

uma cultura homogênea, necessidades de consumo tornando um receptor passivo, facilmente controlado pelos grupos que detém o poder capitalista. O segundo grupo defende, contudo, que os meios de comunicação de massa seriam a única fonte de informação de uma parcela da população contribuindo com sua formação intelectual do público.

Com a emergência das novas tecnologias de informação e novas comunicações, os termos também passaram a ser empregados para designar aqueles que as defendem e os que condenam tais tecnologias. A nomenclatura também não é uníssona. Segundo Rüdiger (2003, p. 49) a sociedade começa, no final do século XX, a viver um novo ciclo de transformações tecnológicas que assiste a encampação das capacidades intelectuais por autômatos e máquinas informacionais. Rüdiger (2003 e 2013)[13], em certa aproximação com Eco, aponta três grupos com visões sobre a cibercultura.

O primeiro deles, classificados como "populistas tecnocráticos", defendem suas qualidades sociais, econômicas, políticas e culturais. A ele pertecem o que Rüdiger convencionou chamar de herdeiros de Marshall McLuhan que em seu conceito de aldeia global desenvolvida com o suporte das tecnologias de comunicação pemitiria uma interação mais igualitária. Entre esses "herdeiros" estariam Howard Rheingold, defensor do empoderamento do indivíduo através dos computadores ligados em rede; Dan Gillmor crente no fim do monopólio dos conglomerados de comunicação e entretenimento já que todos podem produzir suas próprias notícias ou opiniões através dos novos suportes e Henry Jenkins, que cunhou termos como "cultura da convergência" e "cultura participativa" para tratar desta nova realidade na qual, os internautas passaram a contar com recursos cada vez mais amplos para se comunicar na rede diferentemente da maneira de se comunicar tradicional. Para Jenkins, este tipo de ambiente que emerge com as novas tecnologias permite a chamada inteligência coletiva, ou seja, "essa capacidade das comunidades virtuais de alavancar a expertise combinada de seus membros e criar conteúdos deixando o papel de mero consumidor. O que não podemos saber ou fazer sozinhos, agora podemos fazer coletivamente" (JENKINS, 2009, p.56).

O outro grupo defendido por Rüdiger lançaria um olhar mais crítico sobre o fenômeno da cibercultura, e são rotulados como "conservadores midiáticos", do qual fazem parte Dominique Maniez e Andrew Keen, que pregam que a mídia tradicional precisa ser protegida por ser a única com capacidade de entregar conteúdo de qualidade para o público.

---

[13] Nas duas obras citadas no referencial teórico desta pesquisa, Rüdiger faz um retrospecto das teorias da cibercultura e os adeptos de cada vertente em profundidade, trançando um panorama mais pormenorizado, que recomendamos e, por hora, não parece conveniente.

Por fim, os cibercriticistas vinculam cibercultura e poder do indivíduo. Neste grupo se enquadram Herbert Marcuse, que estuda a tecnologia além da técnica analisada sob o aspecto da política e da cultura; Julian Stallabrass, que analisa as relações entre mercado, suas dinâmicas e comunicação *on-line*; Kevin Robins, que considera o ciberespaço como objeto de apropriação mercadológica; Mark Andrejevic, questionador da interatividade como via de mão dupla; Lee Siegel, defensor de que a cibercultura está ligada ao capitalismo.

Rüdiger também utiliza os termos visão fáustica e prometéica da técnica. Segundo o autor, a visão prometéica, baseada no mito grego de Prometeu e segundo a qual a técnica é uma força criada pelo homem que o leva a fazer vários sacrifícios, como sua única forma de salvação. Já a visão fáustica segue a perspectiva cultural à lenda do Dr. Fausto (século XVI) e entende a técnica como força criada pelo homem e tende a dele se emancipar, desenvolvendo-se autonomamente e acarretando sua destruição.

Entendidas tais dicotomias e diferentes visões acerca desta relação dos teóricos e acadêmicos com a questão da técnica e das tecnologias abarcadas pela cibercultura, convém direcionar as atenções a este conceito "produto de uma sinergia entre o técnico e o social" (LEMOS 2013a, p. 15).

2.6.1 Cibercultura, internet e participação

Nos últimos anos, na tentativa de articular as tecnologias digitais e a sociedade, ou o tecnológico e o social, surgiram termos como cultural digital, cultura da convergência, tecnocultura, cibercultura, entre outros (LÉVY, 2013; LEMOS 2002 e 2003; RÜDIGER, 2011 e 2013).

Para Trivinho (2007), a cibercultura pode ser considerada a configuração material, simbólica e imaginária da vida humana correspondente à predominância mundial das tecnologias e redes digitais avançadas, na esfera do trabalho, do tempo livre e do lazer.

Segundo Rüdiger (2011), a expressão cibercultura passou a se popularizar nos anos 1990 criada pela fusão dos termos cultura e cibernética, o neologismo passou a ser empregado com intenção classificatória, à medida que ia progredindo a exploração mercadológica e publicística da nova plataforma de comunicação. Sua criação se deve à engenheira norte-americana chamada Alice Hilton, fundadora do Instituto de Pesquisas Ciberculturais, em 1964, que a empregou referindo-se á automação e máquinas inteligentes (RÜDIGER, 2013, p. 8). Num segundo momento, o termo passou a ser usado por Thomas Helvey relacionado às "configurações sociais da cibernética".

Para Pierre Lévy (1999, p.17), cibercultura pode ser definida como o conjunto de técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modo de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento de ciberespaço.

De Kerckhove (2009, p. 143) afirma que de depois dos anos de 1980, a humanidade assistiu a ascensão da "cultura da velocidade" e "das redes" e, então, se instaurou uma terceira era midiática. Para ele, a cibercultura é o produto da multiplicação da massa pela velocidade, com as tecnologias do vídeo intensificadas pelas tecnologias da informática.

Para Lemos (2013a), a cultura contemporânea, associada às tecnologias digitais (ciberespaço, simulação, tempo real, processos de virtualização etc.) vai criar uma nova relação entre a técnica e a vida social. A cibercultura pode ser entendida como o conjunto de saberes, hábitos e discursos (sociais, políticos, econômicos, históricos, artísticos) que se assentam em torno de três princípios básicos: a liberação do polo da emissão da informação, o crescimento da conexão aberta e planetária e a reconfiguração de práticas associadas à industria cultural de massa. Como toda cultura, é derivada de processos dinâmicos, fruto das dimensões sociais e técnicas presentes no contexto histórico de seu desenvolvimento. (LEMOS, 2014, p. 413). Lemos, costuma dividir os estágios do processo tecnológico em quatro períodos que considera fundamental para entender a cibercultura.

O primeiro desses períodos abrange as décadas de 1950 e 1960. Lemos (2013 e 2014) recorre a Philippe Breton, autor de *Une historie de L'Informatique* (1990) e afirma que nesse momento, considerado o que criou as bases conceituais técnicas para o surgimento da cibercultura com as ideias de inteligência artificial, cibernética e metafísica, o objetivo de criar máquinas que processassem automaticamente a informação simulando o funcionamento do cérebro humano. Caracterizam essa etapa a cibernética (Norbert Winner) e da teoria matemática da informação (Claude E. Shannon e Warren Ewaver). Winner, inventor da teoria cibernética, em 1948, afirma que a sociedade deve ser analisada a partir das trocas de informação entre homens e o seu ambiente, e consequentemente entre homens e homens, homens e máquinas e máquinas e máquinas que deram as bases para o funcionamento das redes telemáticas e novas tecnologias. Já o modelo matemático de Shannon e Weaver, além de permitir o surgimento de conceitos como informação, mensagem, ruído, transmissor, sinal, código etc., foi responsável pelo funcionamento das máquinas eletrônicas de comunicar.

As duas décadas seguintes são marcadas pelo surgimento da microinformática, da popularização da internet, que se desenvolve inicialmente para fins bélicos ou militares e acadêmicos, e da contracultura (ou cultura *underground / hackers*), que pregava a liberdade de circulação de conhecimento, e caracterizam-se pela passagem das TICs para o campo

comunicacional. É nesse período que se desenvolvem as primeiras comunidades mediadas por computadores, percussoras das redes sociais digitais que conhecemos hoje: a Usenet, rede de conversação mundial constituída por grupos temáticos (*newsgroup*), e a BBS (*Bulletin Board System*).

Em 1984, Willian Gibson, autor de ficção cyberpunk[14], cria o termo *cyberspace* em sua obra *Neuromancer*, entretanto, é na década de 1990 que o ciberespaço se desenvolve. Após a invenção da *world wide web*, em 1991, por Tim Berners-Lee. Nesse terceiro período, surgem temas como inclusão digital, sociedade em rede, ciborgue, *ciberpunk* (princípio do fazer você mesmo e do ativismo e resistência em rede), web-arte ou ciberarte (da criação colaborativa e obras abertas), comunidades *on-line*, governo e democracia *on-line*.

Se antes tínhamos a chamada *web 1.0* que tinha a função de apenas informar e trocar informações de formas estáticas através de *blogs*, *e-mails*, fóruns, livros de visitas e *homepages*, hoje a interação é muito mais dinâmica. A era *web 2.0* abre possibilidades de cooperação através de *blogs, microblogs,* redes sociais ou de relacionamento, compartilhamento de vídeo e foto, mídia locativa, mapas interativos e da internet das coisas, com a popularização de *smartphones*, por exemplo (LEMOS, 2014).

Por suas características, a internet e suas ferramentas comunicativas trouxeram uma nova compreensão e sentido para participação, ampliando de certa forma a maneira com a qual as pessoas se comunicam, se expressam, discutem, partilham opiniões e reivindicam seus direitos, ressignificando ainda aspectos da democracia, do ativismo e das identidades coletivas. Por *web 2.0*, entende-se a segunda geração da *web* baseada na inteligência coletiva, ou seja, na construção coletiva de conhecimento, que permite, por exemplo, que comunidades de interesses específicos sejam criadas para apoiar determinadas causas, discutir temáticas individuais ou de interesse coletivo, além de levar a opinião pública à reflexão sobre determinado assunto, ensinar e transmitir conteúdos informacionais, disseminar informações políticas e sociais, entre outras possibilidades. A web 2.0, dada sua forma de conectividade e suas características interativa e colaborativa, permite a participação de ações sociais coletivas de modo *on-line* e *off-line* (LUVIZOTTO, ALANIZ; ANNIBALL, 2014). Primo (2013, p. 61-62) trata de dois tipos de interação nesse contexto: a interação mútua, caracterizada por relações interdependentes e processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada da relação, afetando-se mutuamente e; a interação reativa, limitada por relações determinísticas de estímulo e resposta. Ele defende que a interação

[14] Segundo Lemos (2014) o termo *cyberpunk* se refere ao gênero que espelha o imaginário da cibercultura e surge dentro da ficção científica.

social mediada por computador sempre será mútua e dialógica. Tais características da Web 2.0 e da internet remetem também ao conceito de participação.

O educador e comunicador paraguaio Juan R. Diaz Bordenave (1994) recorre à etimologia para definir o termo participação, fazer parte, tomar parte ou ter parte. Nota-se aqui, aproximação com o conceito de partilha que carrega a palavra comunicação. De acordo com Bordenave (1994, p. 46), o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa. Ela pressupõe vivência coletiva que só se aprende na prática grupal, um processo contínuo de criação e conhecimento, com função educativa de desenvolver mentalidades.

Wilson Gomes (2006) se propôs a tratar do tema da participação política e os efeitos políticos da Internet e examinar a tese segundo a qual a internet constitui um ambiente de comunicação que tenderia a transformar o padrão atual de baixa participação política por parte da esfera civil nas democracias contemporâneas. Segundo ele, uma democracia, entre outros aspectos, deve habilitar o cidadão a níveis adequados de compreensão de questões, argumentos, posições e matérias relativas aos negócios públicos e ao jogo político; dar possibilidade de acesso aos cidadãos a debates públicos, onde a cidadania pode ser exercitada do ponto de vista argumentativo, da formação de opiniões ou deliberativo, que inclui as decisões políticas. A democracia deve ainda proporcionar a ele oportunidades de participação em instituições democráticas ou em grupos ações por meio de voto, afiliação, eventos ou atividades políticas e prepará-los para a comunicação da esfera civil com os seus representantes. (GOMES, 2006, p. 59). Observando tais aspectos o autor defende que o modelo de democracia representativa ou liberal estaria em crise, sendo perceptível a apatia dos eleitores; a ausência de efetividade (*disempowerment*) da cidadania no que tange aos negócios públicos; o desinteresse público na vida política; uma informação política distorcida ou dependente dos meios de massa, a desconexão entre sociedade política e esfera civil; a desconfiança generalizada com respeito à sociedade política, entre outros. Gomes afirma que há falta de meios; modos e oportunidades de participação política. E, quando existem, os mesmos se limitam a plebiscitos com opções estabelecidas pelo campo político, a movimentos sociais "profissionalizados" e a raras manifestações públicas, ou são ainda, controlados pelo *gatekeeping* (crivo ou seleção) do Estado ou do jornalismo que não produzem resultados que comprometam a classe política.

A literatura sobre o impacto da internet e as possibilidades de participação política trazem discussões acerca do revigoramento da esfera pública com esse "novo meio ambiente de comunicação política" e a capacidade da internet, em particular, e dos novos meios, em

geral, de superar o *déficit* democrático dos tradicionais meios de comunicação de massa, constituindo-se ainda em um recurso relativamente barato para transmissão de informação *on-line*. (GOMES, 2006, p. 64). Entre alguns aspectos positivos destacados, ressalta-se, em tese da superação do tempo e do espaço, do controle do comunicador sobre a mensagem, sem filtros ou censuras. Além disso, considera-se o caráter interativo que permite um diálogo de mão dupla entre quem envia e quem recebe, dando voz inclusive à minorias e excluídos. Contudo, segundo Gomes, essa interatividade só se efetiva quando se estabelece a comunicação contínua e de iniciativa recíproca entre esfera civil e agentes políticos, servindo para um recíproco *feedback* entre cidadania e sociedade política. Para ele a internet é um ambiente, um meio pleno de possibilidades, desde que as sociedades consigam dela retirar tudo o que de vantajoso à democracia pode oferecer, mas, contudo, a sociedade civil e o Estado não têm ainda conseguido explorar plenamente as possibilidades favoráveis à democracia e ao interesse público.

Em outro texto que discute a relação entre internet e um modelo de democracia capaz de incluir de maneira mais plena a participação da esfera civil na decisão política, Gomes (2005) afirma que as potencialidades da internet fazem com a chamada democracia participativa surja como esperança de uma terceira via entre a democracia representativa, que retira do povo a decisão política, e a democracia direta. A elas, segundo Gomes, estariam atreladas expressões como eletrônica, ciberdemocracia, democracia digital, *e-democracy* referem-se, em geral, às possibilidades de extensão das oportunidades democráticas instauradas pela infraestrutura tecnológica das redes de computadores, que, em tese, facilitaria a participação numa relação sem intermediários, sem interferência dos poderes econômicos e políticos e o consumo passivo de informação por parte da esfera política, gerando a despolitização ou desinteresse. Porém, Gomes (2005) destaca que a comunicação on-line não garante instantaneamente uma esfera de discussão pública justa, representativa, relevante, efetiva e igualitária, afirmando que, em muitos casos, na internet ou "fora" dela, livre opinar é só opinar. E ainda: a esfera política virtual de alguma maneira reflete a política tradicional.

> A abundância de meios e chances não formará, *per se*, uma cultura da participação política. Isso não quer dizer, por outro lado, que não se devam explorar ao extremo todas as possibilidades democráticas que a internet comporta. (GOMES, 2005, p. 221).

García Canclini (2009, p. 241) também defende que a videopolítica gerou despolitização e apatia, reações contra a distância e o autoritarismo dos governantes e que a sociedade do conhecimento inclui formas de compreensão e comunicação informatizadas,

tentativas alternativas de política presencial, neocomunitária, usos heterodoxos das tecnologias para promover formas de sociabilidade e organização "alheias à aliança entre tecnologias-informação-mercados".

Em *A Cultura da Participação*, Clay Shirky (2011) também se propõe a discutir a questão da participação na contemporaneidade, a exemplo de Henry Jenkins (2009) com sua noção de cultura participativa, aqui já mencionada. Sem chegar a um conceito de participação, Shirky apresenta iniciativas que emergem nos últimos anos como formas colaborativas e participativas de engajamento dos cidadãos. Para ele, existem basicamente quatro níveis de engajamento ou compartilhamento: o pessoal, de indivíduos que não estariam coordenados; o comum, que ocorre em um grupo de colaboradores e, por isso, pode gerar mais envolvimento; o público, que permite interações externas entre um grupo de colaboradores organizados para obter um recurso público e; o cívico, no qual o grupo busca ativamente a transformação da sociedade.

Essa relação entre a tecnologia, a comunicação, a ação colaborativa em e na rede em busca de transformação remetem a aspectos da cibercultura que para Lemos (2014), no século XXI, abrange questões como a cultura da convergência, trasmidiática, crossmídia (HENRY JENKINS); ativismo global e novos movimentos sociais como ferramenta política (CASTELLS, R. RHEINGOLD); do ciberativismo, *free culture (*LAWRENCE LESSIG), *software* livre (R. STALLMAN), da *web semântica* (T. BERNES-LEE). Dentro da chamada cibercultura, que relaciona a tecnologia e o social, chamadas "novas mídias" ou "mídias digitais" constituem-se em um espaço de interações sociais e interfaces, interferindo nas relações entre cultura e identidade dos indivíduos, já que influencia o modo das pessoas se comunicarem, de agir e desempenhar seus papéis sociais (BAPTISTA e BERTOLLI FILHO, 2012). As chamadas mídias sociais criaram um espaço singular de sociabilidades ou socialidades[15], comportamentos, práticas culturais envolvendo a expressão e a comunicação.

2.6.2 Cultura, comunicação e cibercultura – aspectos a destacar

Conforme já mencionado, sob a perspectiva dos Estudos Culturais adotada no presente trabalho, entende-se a cultura como a produção simbólica de grupos imersos no tecido social e

[15] Aqui, recorre-se à socialidade na acepção de Orozco Goméz (2006, p. 87) entendida como o conjunto de negociações que os atores socais realizam entre os referentes e os outros atores no processo comunicativo e de gestão de significados e também na visão de Maffesolli (1987 e 1998) descrita como formas de agrupamentos urbanos contemporâneos nas quais relações cotidianas se dão fora do controle social.

a comunicação como um instrumento basilar para este constructo de sentidos, identidades e representações, uma vez que a apropriação de artefatos técnicos, tecnológicos e/ou midiáticos situados no universo da cibercultura está circunscrita às espacialidades da comunicação. O conceito de cibercultura, apresentado sob diferentes perspectivas teóricas aqui já mencionadas, embora definido por cada um de seus representantes com particularidades mais próximas de suas respectivas áreas de interesse ou objetos de estudo, ainda parece estar em construção ou redefinição pela própria dinâmica que caracteriza os múltiplos objetos que o envolve. Para efeito didático, adota-se a perspectiva sobre cibercultura apontada por Lemos (2014) em sua acepção no século XXI, apesar de tal autor trabalhar atualmente muito mais com a questão dos dispositivos móveis, a mobilidade e os aspectos artísticos da cibercultura, sua produção e utilização. Considera-se que a contribuição de Lemos em sua definição é a de atualizar tal conceito e congregar toda sua multiplicidade temática e conceitual, principalmente o particular aspecto do ativismo em rede, que será tratado no capítulo seguinte. Contudo, vale-se considerar sob o ponto de vista da coerência metodológica do presente estudo que a mesma, reunida às visões de Rüdiger e Trivinho, também destacadas no tópico anterior, permite uma compreensão mais abrangente do fenômeno a ser estudado, sobretudo deixando mais clara a relação com a questão simbólica e da produção de sentido. Ao apresentar tais relações entre cultura, comunicação e cibercultura pretende-se dimensionar este papel singular da comunicação nas leituras e representações do nosso tempo, suas dinâmicas e paradigmas ou a crise que os envolve.

Busca-se a seguir, em perspectiva mais estrita, tratar das peculiaridades da articulação social contemporânea que, embora pareça uma releitura de outras formas de organização e comunicar, adquire contornos específicos e complexos em sua organização, na construção, apropriação e disseminação dessas construções simbólicas. Tratar-se da perspectiva da rede e sua relação com a dinâmica e os processos contemporâneos utilizados pelos movimentos sociais dos últimos anos e suas características.

3 ATIVISMO EM REDE E MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste capítulo, pretende-se abordar a questão da metáfora da rede, a distinção e aproximações entre os conceitos de rede e comunidade diante da presença da característica reticular nas relações sociocomunicativas contemporâneas, permitindo uma reflexão sobre as particularidades dessas articulações e o contexto contemporâneo permeado pelas interações humanas e tecnologias da informação e comunicação. Abordar-se-á também as diferentes nomenclaturas utilizadas no contexto acadêmico para referir-se às formas do ativismo em rede e aspectos inerentes às características das ações sociais deste tipo e os envolvidos nas mesmas. Tais nomenclaturas que tangem ao ativismo em rede são muito próximas e a adoção de uma ou outra refletem opções metodológicas de seus autores ou linhas de pesquisas trabalhadas pelos mesmos e seus seguidores de forma muito particular apesar de levar-se em conta sua divulgação e popularização dentro da academia e dos estudos que envolvem a cibercultura. Metodologicamente, opta-se por ativismo em rede para referir-se ao fenômeno que engloba as ações dos movimentos sociais que se articulam em dado momento com utilização das tecnologias da informação e comunicação. Tal opção se justifica pelo fato da nomenclatura ativismo em rede englobar de forma mais abrangente tal fenômeno, fazendo com que as demais terminologias possam ser contempladas por ela, independentemente de suas especificidades.

Procura-se ainda tratar dos envolvidos neste processo de ação social e ativismo em rede, apresentando-se inclusive a perspectiva do ator-rede, que mesmo não sendo estudada no presente trabalho, com ele se relaciona em virtude de seu objeto e vem sendo considerada no meio acadêmico para tratar de aspectos relacionados à interação entre o humano e o tecnológico no processo que envolve o ativismo em rede e as ações dos grupos que dele se utilizam. Vale destacar que tal perspectiva difere opção metodológica adotada no presente estudo, que prefere lançar seu olhar muito mais para o(s) agente(s) ou actante(s) humano do que para o tecnológico. É por esse motivo, que serão abordadas também questões inerentes aos movimentos sociais, do conceito às características dos movimentos contemporâneos, para que se possa, em momento oportuno, relacionar tais aspectos, com o objeto do presente estudo, uma vez que tais movimentos também se apropriam da dinâmica da rede e do ativismo em rede como forma de articulação.

3.1 A metáfora da rede

A metáfora da rede tem sido utilizada como forma de explicar ou definir as dinâmicas, as problemáticas que envolvem a cibercultura e a própria sociedade contemporânea e suas formas de articulação.

Manuel Castells foi um dos pioneiros a considerar o papel relevante das tecnologias da informação e comunicação para a transformação sociopolítica e econômica ao distinguir cinco principais características da sociedade em rede: a informação, a flexibilização da produção, a lógica reticular, a difusão e a convergência das tecnologias digitais de comunicação. Para Castells, passamos de "um modo de produção burocrático e verticalizado para uma estrutura reticular e horizontal, característica de um novo paradigma comunicativo e produtivo" no qual "a lógica da rede passa a definir os processos sociais dominantes" (DI FELICE, 2013a, p. 52 – 53).

Parente, Latour e Deleuze (2004, p. 91-110) afirmam que as redes se transformaram ao mesmo tempo em uma espécie de paradigma e de personagem das principais mudanças em curso quando as tecnologias de informação e comunicação passaram a exercer o que eles chamam de "papel estruturante na nova ordem mundial". Neste sentido, eles afirmam que pensar em rede não é apenas pensar na rede, que ainda remete à ideia de social ou à ideia de sistema, mas, sobretudo pensar a comunicação como lugar de inovação e do acontecimento, daquilo que escapa ao processo de representação. (PARENTE, LATOUR E DELEUZE 2004, p. 92).

3.1.1.1 O conceito de rede

Segundo Yamamoto (2011), o termo rede abrange além das formas estruturantes do processo de globalização (sua infraestrutura técnica: dispositivos de comunicação e informação) o modo organizacional dos elementos estruturadores (agentes sociais culturais, econômicos). A palavra rede vem do latim *retis* (século XII) e designa, para suas variações linguísticas (*réseau*, *red*), "o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós". A sua condição metafórica permite uma ampla aplicabilidade do termo como nos conhecidos mitos e símbolos da humanidade que remetem às imagens reticulares (tecidos, malhas, conjuntos e fios e nós que nos liga a outros seres e ao cosmos). Em Saint-Simon, por exemplo, tem-se a imagem de um organismo vivo (especificamente o corpo humano: imagem, em grande parte, influenciada pela Era positiva e alguns avanços no campo das ciências exatas, biológicas e químicas). Para Armand e Michèle Mattelart (2002), a rede materializou muitas filosofias técnico-racionais como, em especial, a sansimonista, ou seja, a transição do feudalismo à era industrial marcada pela passagem de um período de dominação para um período de associação, desde que amparada por redes comunicativas entre os associados. Segundo os autores, o sansimonismo renovou o pensamento social da época enfatizando as funções da comunicação e da rede (sistema de código) na sociedade-organismo (YAMAMOTO, 2011, s/p.).

Para Claude-Henri de Rouvroy, o Conde de Saint-Simon, sociedade é concebida como um sistema orgânico. E esta concepção após o final do século XVIII e começo do XIX representa uma ruptura, segundo Pierre Musso (2004, p. 17-38), que faz um resgate da noção de "rede" na tentativa de explicar a complexidade e abrangência deste termo tão "polissêmico", que, segundo ele, é empregado em diversas disciplinas:

> nas ciências sociais, ela define sistemas de relações (redes sociais, de poder...) ou modos de organização (empresa-rede, por exemplo); na física, ela se identifica com a análise dos cristais e dos sistemas desordenados (percolação); na matemática, informática e inteligência artificial, ela define modelos de conexão (teoria dos grafos, cálculos sobre rede, conexionismo...); nas tecnologias, a rede é a estrutura elementar das telecomunicações, dos transportes ou da energia; em economia, ela permite pensar as novas relações entre atores na escala internacional (economia de rede, intermediação); a biologia é apreciadora dessa noção de rede que, tradicionalmente, se identifica com a análise do corpo humano (redes sanguíneas, nervosas, imunológicas...). (MUSSO, 2004, p.17)

O autor (2004, p.17) faz também uma crítica a esta questão polissêmica ao afirmar que isso pode gerar dúvida sobre coerência de seu conceito, concluindo, contudo, que "a rede é um receptor epistêmico ou um cristalizador", que por isso tomou o lugar de outras noções e denominações como sistema ou estrutura.

Neste resgate, Musso afirma que a ideia de rede existe desde a mitologia, sendo associada na Antiguidade, do ponto de vista da medicina, ao organismo. Ele acrescenta que, na língua francesa, por exemplo, a palavra rede (*réseau*) só aparece no século XII, vindo do latim *retiolus*, diminutivo de *retis*, e do francês antigo *résel* como forma de designar redes de caça, pesca ou tecidos que envolvem o corpo. A partir do século XVII, o termo passa a ser empregado para qualificar a trama de fibras têxteis, passando a ser usado para desenhar o aparelho sanguíneo e as fibras do corpo humano. Na ciência, o termo passou a ser empregado inicialmente por Marcello Malphighi (1628-1694) para descrever, segundo Musso, "o 'corpo reticular da pele". No fim do século XVIII, entretanto, a rede passa a ser empregada como algo técnico, um artefato e o chamado "efeito de rede" passa a ganhar corpo e ser empregado até na cibernética de Norbert Wiener. A Claude-Henri de Saint-Saint-Simon (1760-1828), Musso (2004, p.22), atribui o conceito moderno de rede, que "permite conceber e realizar uma estrutura artificial de gestão do espaço e do tempo", noção que vai tomando outros formatos até simbolizar "o vínculo selado entre os três elementos da religião saint-simoniana, a associação, a comunicação e a comunhão" (2004, p.27).

Segundo Musso (2004, p. 30), Michel Serres pesquisou os fundamentos de uma epistemologia do conceito de rede. Para ele, um diagrama em rede seria constituído, em um dado instante "de uma pluralidade de pontos (picos), ligados entre si por uma pluralidade de ramificações (caminhos)". Como contribuição dos trabalhos de Serres, Musso chega a uma definição do conceito de rede: "a rede é uma estrutura de interconexão instável, composta por elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento" (MUSSO, 2004, p.31.) e completa, no sentido de distinguir três níveis:

> 1. A rede é uma estrutura composta de elementos em interação; estes elementos são os picos ou nós da rede, ligados entre si por caminhos ou ligações, sendo o conjunto estável e definido em um espaço de três dimensões.
> 2. A rede é uma estrutura de interconexão instável no tempo; a gênese de uma rede (de um elemento de uma rede) e sua transição de uma rede simples a outra mais complexa são consubstanciais a sua definição. A estrutura de rede inclui sua dinâmica. Que se considere o desenvolvimento de um elemento em um todo-rede ou de uma rede em uma rede de redes, trata-se sempre de pensar uma complexificação autoengendrada pela estrutura da rede.
> 3. Enfim, terceiro elemento da definição de rede, a modificação de sua estrutura obedece a alguma regra de funcionamento. Supõe-se que a variabilidade da estrutura em rede respeita uma norma – evidentemente modelizável – que explica o funcionamento do sistema estrutura de rede. Passa-se da dinâmica da rede ao funcionamento do sistema, como se o primeiro fosse o invisível e o segundo, portanto, seu fator explicativo (MUSSO, 2004, p.31-32).

Por fim, Musso completa que o conceito de rede se tornou uma espécie de chave-mestra ideológica, por recobrir três níveis de significação:

> em seu ser ela é uma estrutura composta de elementos em interação; em sua dinâmica, ela é uma estrutura de interconexão instável e transitória; e em sua relação como um sistema complexo, ela é uma estrutura escondida cuja dinâmica supõe-se explicar o funcionamento do sistema visível. (2004, p. 32).

Virgínia Kastrup (2004, p. 80-90), por sua vez, afirma que o conceito de rede é oriundo da topologia e, por isso, ela é definida por suas conexões e não por suas formas e limites, uma vez que ela pode ser aumentada ou diminuída. Ela afirma que a rede é uma figura empírica da ontologia do presente e resgata a ideia de rizoma, criado por G. Deluze e F. Gattari, em *Mil Platôs* (1995), explicitando as características de rede ou princípios: conexão – qualquer ponto de um rizoma pose ser conectado a qualquer outro, sem estabelecer relação hierárquica (sistema acentrado) ou contra os princípios de causalidade, determinismo ou

previsibilidade; heterogeneidade – O rizoma tem a linguagem como uma das linhas, que o interconecta com diversas cadeias, mas não é de natureza linguística.; multiplicidade - que permite destacar a autocriação, as transformações; ruptura a-significante – temporalidade e ruptura; cartografia – o rizoma seria composto por um mapa aberto e conectável em todas as direções, "suscetível a receber modificações constantemente" e; decalcomania – no sentido de captar linhas, movimentos, tendências já feitas e incorporar à nova criação. Assim, de acordo com Kastrup, o rizoma seria a própria rede, conforme Bruno Latour (1994), "um campo visível de efetividade onde ocorrem agenciamentos[16] concretos entre os elementos que as compõem" (KASTRUP, 2004, p. 84), algo ao mesmo tempo "real, coletiva e discursiva" (KASTRUP, 2004, p. 85).

3.1.1.2 Comunidade x Rede

Yamamoto (2011) afirma que no campo da Comunicação, os termos "comunidade" e "rede" encontram equivalência em muitos trabalhos acadêmicos e são usados como sinônimos de coletivos humanos ou grupo de compartilhamento de coisas em comum (materiais, interesses, identidades). Yamamoto faz um resgate dos conceitos e estabelece uma diferença conceitual entre "comunidade" e "rede" a partir de suas diferentes lógicas econômicas:

> Enquanto na primeira há o predomínio da doação e da pessoalidade (economia da dádiva/dom) tendo em vista relações de sociabilidade e produção de vínculos sociais, a segunda compõe formas racionais e impessoais de trocas tendo em vista o aspecto livre e utilitário da relação (custo-benefício). (YAMAMOTO, 2011, s/p.)

Yamamoto recorre ao conceito etimológico da palavra comunidade ("communitas") baseado em Roberto Espósito[17].

> Em uma inquirição etimológica do conceito (do latim *communis* = *cum* + *munis*), Espósito chega a três significados de *munus* (*onus*, *officium* e *donus*). Enquanto nos dois primeiros a acepção de „dever" é imediatamente evidente – daí derivam „obrigação", „função", „cargo", „emprego", „posto" – no terceiro (*donus*) ocorre algo problemático, sendo este o ponto em que o autor investe toda sua energia filosófica. [...] o *munus* indica só o dom que se dá, não o que se recebe. Projeta-se por completo no ato transitivo de dar. Não implica de nenhum modo a estabilidade de uma posse – e muito menos a dinâmica aquisitiva de uma ganância – mas perda, subtração, cesão: é uma

[16] Aqui o termo é utilizado referindo-se à aproximação que existe entre a teoria das totalidades especiais de Gabriel Tarde, monadologia de Leibniz, o agenciamento de Deleuze, as associações hibridadas de Latour ou da *assemblage* defendida por Manuel Delanda, que defende que o social é um agenciamento fruto de processos históricos e não apenas da linguagem (LEMOS, 2013, p. 188-193).
[17] ESPÓSITO, Roberto. *Communitas: origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

> prenda ou um tributo que se paga obrigatoriamente (ESPÓSITO, 2003, p. 28 apud YAMAMOTO, 2011, s/p.).

Seguindo seu raciocínio, Yamamoto (2011) se apropria da visão do historiador da economia Karl Polanyi, autor de A grande transformação (1980), que afirma que "a forma econômica de toda sociedade se constitui como organização social com base tanto na cultura quanto nas instituições ou figuras de autoridades constituídas socialmente para regularem os fluxos de pessoas e coisas". Assim, o homem conheceu quatro maneiras de integração econômica: "a administração doméstica (subsistência); a reciprocidade (relação dádiva e contradádiva); a redistribuição (produção social para distribuição da riqueza) e; o mercado (troca de bens e serviços mediados pela moeda)". As mesmas eram auxiliadas por quatro instituições de apoio: a autarcia (patriarca ou senhor feudal); a simetria (símbolos e deuses); a centralidade (o Estado e seus sistemas públicos - saúde, previdência, educação etc.) e; o mercado (instituições supranacionais de controle do comércio, como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio - OMC). Soma-se a estes aspectos o conceito de "fenômeno social total", de Marcel Mauss (1974), o qual exprime todo tipo de instituição. Para Mauss, conforme Yamamoto, muitos grupos e pessoas estão ligados uns aos outros pela troca de bens cujo valor simbólico supera o seu valor de uso convencional (dádiva) e através disso desenvolvem vínculo e vinculação.

Miani (2011) também aborda a complexidade do conceito de comunidade, no sentido da "construção de uma nova sociabilidade".

> Quando um determinado grupo social se articula e age politicamente para se constituir como comunidade, o que se vislumbra é a possibilidade de "construção" de uma "sociabilidade possível" e compatível com as características específicas desse grupo, desde que procurando romper com as condições de alienação impostas pela lógica mercantilista e massificadora que impera na forma como as relações sociais se configuram numa sociedade capitalista. As características e determinações dessa sociabilidade não necessariamente já teriam sido praticadas anteriormente pelos integrantes do grupo, mas seriam aquelas que, a partir das condições concretas vivenciadas pelos seus sujeitos, pudessem proporcionar uma aproximação entre os envolvidos, a ponto de desenvolver um sentimento de pertencimento, e que estivessem voltadas para o estabelecimento de novos valores ético-políticos, valores esses que se apresentam como realidade inédita para a absoluta maioria dos grupos. (MIANI, 2011, p. 226)

Para Miani (2011, p. 226-227) a comunidade deve ser entendida como uma possibilidade que se realiza como decorrência da dinâmica social estabelecida por um conjunto de indivíduos que se reconhecem como construtores de um sentimento coletivo de

pertencimento no interior de um grupo social, dando ao indivíduo a compreensão acerca de sua inserção no mundo, conforme perspectiva desenvolvida pelo educador Paulo Freire (1989). Assim, segundo Miani, ao reconhecer e assumir o seu pertencimento, os indivíduos de um mesmo grupo social proporcionam as condições para a realização de ações organizadas de caráter cooperativo e possibilitam o desenvolvimento de valores comuns e individuais, emergindo uma "consciência de reciprocidade" que retroalimenta a busca pela realização do sujeito, em uma palavra, a sua humanização.

O conceito de comunidade está atrelado ao conceito de participação, entendida, de acordo com Miani (2011, p. 228) como a força motriz na realização dessa comunidade para ela que se estabeleça como exercício do poder de forma democrática ou partilhada de decisões e atrelada à perspectiva de uma atuação política e à cidadania se apresenta como o eixo norteador das mais diversas ações organizadas por uma determinada comunidade. Com relação à comunicação, Miani ressalta que no aspecto comunitário, o que se produz e veicula está diretamente relacionado com os interesses da comunidade ou o que ela considera importante para atender à demanda de informação e conhecimento de cada um dos indivíduos e também do coletivo.

Em *O Tempo das Tribos*, Michel Maffesoli (1998, p. 22) afirma que "em todos os domínios, do mais sério ao mais frívolo, dos diversos jogos de faz de conta ao jogo político, na ordem do trabalho como na dos lazeres, bem como nas diversas instituições, a paixão, o sentimento, a emoção e o afeto (re)exercem um papel privilegiado". O sociólogo francês aborda o que ele chama de comunidades emocionais e afirma que as pessoas se unem por uma emoção coletiva e configuram-se em laços sociais e comunidades efêmeras, mutantes e estruturadas no cotidiano. As mesmas são baseadas em certa proximidade, afinidade ou identificação, refletindo emoções, paixões, sentimentos e opiniões gerando também uma espécie de emoção coletiva. Tais emoções teriam sido motivadoras para a ação comunicativa dos agrupamentos ativistas dos recentes protestos pelo globo como os vivenciados no Brasil a partir das manifestações de junho de 2013?

A metáfora da "tribo" ganhou novas configurações no contemporâneo e permite perceber de forma mais concreta a metamorfose do vínculo social, atenta à saturação da identidade e do individualismo e sua expressão. O termo é repetidamente usado e "em todos os domínios, será o valor dominante para os decênios vindouros" (MAFFESOLI, 2007, p. 98). O tribalismo está relacionado à importância do sentimento de pertença a um lugar, a um grupo, como fundamento essencial de toda a vida social e, portanto, ao ideal comunitário ou dimensão transindividual, coletiva. Maffesoli defende a ideia de que o mundo e indivíduo não

podem mais ser pensados a partir da "*reductio ad unum*", cujo esquema A. Comte estabeleceu e que, *volens nolens* ("querendo / não querendo") é a base dos diversos sistemas sociológicos anteriores. É preciso retomar o mecanismo da participação mágica: dos outros (tribalismo), do mundo (magia), da natureza (ecologia). (MAFFESOLI, 2007, p. 100).

> O tribalismo, mais profundamente, é uma declaração de guerra ao esquema substancialista que marcou o ocidente: o Ser, Deus, o Estado, as Instituições, o Indivíduo, e a gente poderia seguir gostosamente com esta listagem das substâncias servindo de fundamento para todas as nossas análises. Quer queiramos, ou não, quer tenhamos consciência, ou não, a "ontologia" é o ponto de partida. Em síntese, só o que dura é estável, consistente, merece atenção. O individuo é seu último avatar. Ele é o Deus moderno, a identidade, o seu modo de expressão. (MAFFESOLI, 2007, p. 100).

Hoje, observa-se que os protestos e movimentos ativistas em rede e nas redes ao redor do globo configuram-se o que Maffesoli chama de neotribalismo, uma vez que eles que agregam as pessoas em torno de uma causa ou propósito por afinidade ou grupos de interesses comuns. Maffesoli (2007, 1998), utiliza o termo *principium relationis* para definir as formas como se estabelecem as relações nas sociedades tradicionais e primitivas e nas sociedades contemporâneas observam-se relações multiformes em que os domínios (religioso, cultural, político e social) são afetados. O indivíduo com identidade estável tem um "deslizamento" exercendo a sua função dentro de situações contratuais para a pessoa com identificações múltiplas, desempenhando papéis em tribos de afeição e sua participação passa a fazer parte do inconsciente coletivo (MAFFESOLI, 2007, p. 10). Na concepção de Maffesoli (2007, p. 101), esse tribalismo marca o fim de uma época: a de um mundo organizado a partir do primado do indivíduo e o retorno da comunidade. Para o sociólogo francês, dado o caráter de fluidez das relações atuais, o que se estabelece entre os indivíduos e entre as instituições nas sociedades contemporâneas não é mais uma relação contratual, mas uma relação de pertencimento na qual os agrupamentos se dão por afinidades, laços de sentimentos ("estar junto"). Tais relações que se configuram nesse neotribalismo podem ser relacionadas à dinâmica da rede, ao presente vivido coletivamente por agrupamentos que se estruturam ou se estabelecem em torno de causas comuns ou éticas específicas em busca de identidades que se configuram de forma afetiva, transitória, efêmera, emocional e que coletivamente são capazes de estabelecer a socialidade entre os indivíduos. Tais indivíduos ou grupos das sociedades contemporâneas passam a ter papéis e não mais funções como nas sociedades modernas, adotando uma estrutura mais orgânica do que a estrutura mecânica que se experimentava no período anterior.

Em síntese, distinguindo um conceito de outro, Yamamoto (2011) defende a tese de que a rede configura o ambiente principal de realização da economia de mercado, ao passo que a comunidade constitui o ambiente que dá operacionalidade a uma lógica inversa, voltado à produção de laços sociais. Diante do exposto, observa-se que a linha divisória entre os conceitos de comunidade e rede é tênue e a proximidade de tais conceitos leva às interpretações confusas dos mesmos, devido a características que se entrelaçam. A perspectiva aqui adotada, não dissocia um termo do outro, apesar de tais distinções, visto que a sociedade contemporânea é a própria metáfora da rede, em sua complexidade e que as comunidades que se articulam em rede fazem parte do todo da teia e do *bios* social. Pelo contrário, há uma relação entre os dois termos e essa aproximação converge com a perspectiva reticular característica do contemporâneo, sobretudo com relação à comunicação.

> Particularmente, no campo brasileiro da Comunicação, a palavra rede tem abrangido a totalidade das diferentes formas de agregação humana voltadas à produção, circulação e consumo (redes de trabalho e distribuição) dos bens culturais, tanto quanto às práticas contrárias às demandas do capital e do Estado (movimentos sociais ciberativistas) designando, igualmente, o simples e prazeroso "estar-junto" (MAFFESOLI, 2006, p. 14 apud YAMAMOTO 2011, s/p.).

Tratar-se á a seguir sobre esta perspectiva reticular, um fenômeno que é anterior ao advento da cibercultura e originou-se em outras áreas do conhecimento, mas traduz a dinâmica da contemporaneidade.

3.1.2 Perspectiva reticular

Di Felice (2012) afirma que o advento das redes sociais digitais e as suas implicações para as transformações das nossas sociedades nos desafiam a buscar novas teorias interpretativas capazes de narrar o dinamismo contemporâneo e que para entender a profundidade das transformações decorrentes da difusão das redes digitais é necessário interpretar a lógica reticular a partir não somente de uma perspectiva comunicativa, mas no interior de uma mudança maior que torna possível a compreensão das arquiteturas reticulares como uma ruptura epistêmica que acontece em diversos campos do conhecimento.

A origem da perspectiva reticular está associada a um conjunto de transformações conceituais e experimentos realizados entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, como os da geometria elíptica de B. Riemann (1826-66) e a perspectiva da relatividade de Einstein que começaram a questionar a representação espacial, sistêmica e linear das coisas. Além da física e da matemática, advém da lógica biológica, que passou a

considerar a interdependência entre os elementos vivos (as espécies animais e vegetais), o meio ambiente e os demais elementos naturais dois conceitos importantes para a concepção reticular: a) o de ecologia (do grego *oikos* - casa, hábitat - e *logos* -discurso), criado pelo biólogo darwinista E. Haeckel, em 1866, e que está relacionado ao estudo das relações dos diversos organismos com o mundo exterior (ambiente orgânico e inorgânico); e b) o conceito de ecossistema, formulado pelo botânico inglês A. Tansley, em 1935, e que trata da uma relação constante entre os diversos membros (animais, vegetais e inorgânicos) e determinada comunidade geográfica. Assim, a concepção reticular pode ser entendida, segundo Di Felice (2012, p.10-11), pelo "conjunto de relações e de fluxos não apenas entre organismos vivos, mas entre um conjunto de elementos e de realidades em contínua comunicação". No âmbito do campo da comunicação, a perspectiva reticular e interativa tem sua origem na cibernética e nos estudos que determinaram o questionamento da representação linear dos fluxos informativos. Posteriormente, tal perspectiva se desenvolve com a já citada criação das redes como a Arpanet, precursora da internet.

> Uma nova cultura tecnológica e comunicativa marca o cotidiano e a existência das novas gerações que vivem em contextos sociais e midiáticos digitais, e que produzem alterações qualitativas na política, na democracia e na forma de pensar a sociedade. A passagem de um modelo comunicativo baseado na separação identitária entre emissor e receptor e num fluxo comunicativo bidirecional para um modelo de circulação das informações em rede, no qual todos os atores desenvolvem simultaneamente a atividade midiática de emissão e de recepção, altera a prática e o significado do ato de comunicar. (DI FELICE, 2012, p. 13)

Assim, a arquitetura reticular, como defende Di Felice, desenha-se como uma nova forma da explicação da complexidade que possui a sua especificidade nas suas qualidades conectivas. Tal perspectiva reticular, como adianta o autor será responsável por rupturas como a que obriga a repensar o conceito, o papel e a função social da mídia e o significado das relações comunicativas com as inteligências conetivas (D. de Kerckhove) e planetárias (Lévy) e em virtude de transformações como as geradas pela "situação social tecnologia" com a transformação da localidade e a transferência do sentido de lugar e das interações para a relação simbiótica com a mídia muito mais do que a questão espacial ou geográfica. Há o deslocamento da atuação dos atores sociais (indivíduos, grupos, classes, instituições ou empresas) para as redes informativas: "o social deixa de ser somente algo que está na nossa frente, observável e reconhecível, para (...) se tornar um conjunto infinito de informações a ser reconstituído e reinterpretado por nós" (DI FELICE, 2012, p, 17).

> As redes digitais, portanto, uma vez que possuem em si a complexidade de um ecossistema social atópico[18] e interativo, consequentemente, não poderão mais ser descritas apenas como uma estrutura midiática, nem pensadas apenas como um sistema de repasse das informações (mídia), mas como uma nova "arquitetura da inteligência" (DE KERCKHOVE, 2009) ou como "uma inteligência coletiva expandida em toda parte" (LÉVY, 2000). (DI FELICE, 2012, p, 17)

De outra forma, segundo Di Felice, Torese e Yanazi (2010, p. 91) enquanto a modernidade com o advento dos meios de comunicação eletrônicos (fotografia, cinema e, depois, a televisão) multiplicou as imagens da natureza colocando-as em circulação (tecnologização da paisagem, segundo Walter Benjamin), a contemporaneidade e os fluxos informativos em rede reacendem o debate em torno da concepção de natureza e das formas de "ecologização" do mundo, tornando impossível a compreensão da vivência do espaço social sem a consideração da sua dimensão natural (conforme defende Maffesoli[19]).

Assim, para os autores,

> além de um nível filosófico (Lyotard, Vattimo, Derrida); um nível sociológico (Maffesoli, Harvey, M. Featherstone) e um nível antropológico (C. Geertz, J. Clifford e A. Appadurai), existe a possibilidade de pensar a crise do moderno a partir de uma ruptura do significado tradicional do ambiente tomando como ponto de partida o significado atribuído a este pela intervenção da mídia e pelo impacto das transformações que a mídia aporta no pensamento, no cotidiano, na situação social, na formação do mundo imaginal e no processo de significação de mundo. (DI FELICE, TORRES, YANAZI, 2010, p. 88)

Do ponto de vista da condição tecno-social da sociedade contemporânea pode-se relacionar ainda com a questão em discussão outro fundamento que caracteriza a cibercultura e, consequentemente, a sociedade contemporânea visto que, os movimentos sociais

---

[18] Do grego ατοπος, lugar atípico, estranho, paradoxal, fora do lugar. Esse ecossistema refere-se ao conceito de habitar atópico defendido por Di Felice conforme mencionado em DI FELICE, Massimo; TORRES, Julliana Cutolo; YANAZE, Leandro Key Higuchi**.** *Ecologia, mídia e pós-modernidade*. Comunicação e Sociedade, v. 18, p. 85, 2012. Ou ainda o termo grego expressa a junção do prefixo alfa "privativo" com a palavra topos (lugar) que a uma tradução atenta não remete à ausência de lugar, mas a uma localidade estranha, uma localidade fora do local, uma localidade indizível (*in* DI FELICI, 2013).

[19] *In* Maffesoli, M. *No Fundo das Aparências*, Petrópolis: Editora Vozes, 1999. Segundo os autores, para Maffesoli, nesse ideal de *"*ecologização do mundo social", *"*a natureza não se apresenta mais como objeto a explorar e 'a comunhão/vivência com a natureza tende a fortalecer a ligação/vivência social de forma não mais 'contratual', mas estética, entendida como *aesthesis*, como um 'sentir-comum', uma partilha de sensações e emoções que, de um lado, colocam em interação, em sinergia, o *tribalismo*, a preocupação com o território, a atenção à natureza, a religiosidade e o prazer dos sentidos, e, do outro, o desenvolvimento tecnológico, o multiculturalismo metropolitano, a comunicação – sem criar uma síntese, mas mantendo as contradições entre esses elementos"(DI FELICE, YANAZE, TORRES, 2010, p.90).

contemporâneos utilizam-se do ativismo em rede, ciberativismo ou net-ativismo como forma de articulação.

3.1.3 Ativismo em rede, ciberativismo e/ou net-ativismo

A nomenclatura referente ao ativismo em rede também não é única. Na literatura é possível encontrar com maior recorrência os termos ciberativismo, net-ativismo, *hack-ativismo* e outras denominações que tentam abarcar as ações e características dos movimentos que adotam a rede como forma de articulação em suas diversas instâncias. Assim como ocorre com o conceito de modernidade e até como a própria cibercultura, as razões para a ausência de uma única denominação para tal fenômeno vão desde a delimitação conceitual por dada linha acadêmica ou de pesquisa ou pesquisador até a divergência em determinados aspectos, apesar de similaridades.

Longe desta discussão, propõe-se aqui a apresentar tais vertentes, por uma questão de opção e coerência teórico-metodológica, opta-se preferencialmente pela adoção de ativismo em rede para dar conta da problemática discutida neste trabalho. Acredita-se que o mesmo é mais abrangente que os demais, que já carregam em si em sua nomenclatura as características contempladas por esta pesquisa, visto que a articulação em rede extrapola a questão espacial, muitas vezes limitada ou mal interpretada na denominação ciberativismo, da mesma forma que também suplanta a denominação net-ativismo que é derivativa ou tradução fiel de *network-ativism*. O entendimento desta escolha ficará mais evidente com o detalhamento dessas definições expressas a seguir. Contudo, tal escolha não invalida, questiona ou diminuiu o que é proposto pelas correntes que defendem as demais nomenclaturas.

Segundo Di Felice (2013a, p. 54), com a expansão da internet, começou a surgir uma série de movimentos de ação direta, com práticas sociais e comunicativas específicas, realizando novas formas de conflitualidades sociais. Surge nos anos de 1990, o termo ciberativismo, que de acordo com o autor, em termos gerais, refere-se a como utilizar a internet para dar suporte a movimentos globais e às causas locais, utilizando as arquiteturas informativas da rede para difundir informação, promover a discussão coletiva de ideias e a proposição de ações, criando canais de participação (LEMOS, 2003).

A primeira experiência que se configura com essas características refere-se às ações do EZLN (Exército Zapatista de Liberação Nacional), um movimento político armado mexicano criado nos anos de 1980 formado por descendentes indígenas e inspirado em Emiliano Zapata, líder da revolução mexicana do início do século XX. A criação do Nafta, tratado de livre

comércio da América do Norte que incluía Estados Unidos, Canadá e México, e a adoção de uma política hegemônica e neoliberal, em 1992, faria emergir dois anos mais tarde mobilizações do ELZN e ocupações na região da província de Chiapas pedindo a derrubada do então presidente Carlos Salinas. Nas estratégias de ocupações iniciadas em 1º de janeiro de 1994, os mascarados do ELZN, sob o comando do subcomandante Marcos, utilizaram a internet como ferramenta de luta política na busca de contatar e estabelecer relações em rede com outras organizações políticas mundiais. A intenção do ELZN era ainda criar a chamada Rede Intercontinental de Resistência, aglutinado a comunicação de toda a resistência contra o neoliberalismo[20.]

Para Lemos (2003), o ciberativismo busca mobilizar, informar e agir, usando as novas tecnologias do ciberespaço como suporte essencial de luta, criando canais de participação. Segundo ele, é possível pensar em três categorias de ciberativismo: 1) conscientização e informação através de campanhas como as de cunho ambiental, por exemplo; 2) organização e mobilização, a partir da Internet, para uma determinada ação (convite para ações concretas nas cidades), como é o caso dos movimentos de junho que são objeto deste artigo e; 3) iniciativas "hacktivistas", que contemplam ações na rede, envolvendo diversos tipos de atos eletrônicos como o envio em massa de e-mails, criação de listas de apoio e abaixo-assinados etc. Há, neste sentido, uma aproximação com Sandor Veight (2003, p. 72 *apud* BECKER 2010)[21,] que compreende que o ciberativismo, quanto à finalidade, se constitui basicamente em três áreas: a "conscientização/apoio, organização/mobilização e ação/reação".

Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 47), por sua vez, definem o ciberativismo, como "a potencialização do indivíduo/coletividade em termos de ação política na internet" e o apresentam como uma das categorias a serem abordadas no contexto de pesquisa e "perspectivas metodológicas construídas para as problemáticas relativas à própria comunicação mediada por computador" (2011, p. 18).

Segundo Ugarte (2008, p. 55), ciberativismo pode ser definido como

> toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do ―boca a boca' multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal.

---

[20]Para mais informações, aconselha-se a consulta ao *site* do Ejército Zapatista de Liberación Nacional (www.ezln.org).

[21]VEGH, Sandor. *Classifying forms of online activism:the case of cyberprotests against the World Ban*k. *In*: McCaughey, Martha;Ayers, Michael D. (Ed.). *Cyberactivism:online activism in theory and practice*. London: Routledge, 2003.

Ugarte explica que a estratégia ciberativista em sua origem previa a disseminação de suas mensagens e ações através da publicação em um *blog*, fórum, um e-mail ou SMS para pessoas reenviassem à sua lista de contatos. Tal estratégia previa duas formas básicas: a lógica de campanha, ou seja, construir um centro, propor ações e difundir a ideia; e o iniciar de um *swarming*, isto é, um grande debate social distribuído, com consequências imprevisíveis.

O conceito de ciberativismo, entretanto, segundo Di Felice (2013a), teria se transformado, por não se limitar à incorporação da internet aos processos comunicativos do ativismo, delineando-se como "uma forma intensiva de interação em rede entre indivíduos, território e tecnologias digitais, designativa da conectividade característica da ação social em e nas redes" (2013a, p. 54), havendo assim uma mudança do ciberativismo para outra terminologia derivada da reinterpretação do termo *netactivism* ou net-ativismo, que deu título ao livro de Ed Schwartz (1996) e que indica a simplificação da expressão *Network-Ativism*, como forma de não restringir seu significado ao âmbito da democracia eletrônica e das redes cidadãs de participação política ou aos usos da internet propostos pelo ciberativismo, mas também com a finalidade de "analisar uma nova forma de ativismo digital em rede e na rede que se articula como maximização das possibilidades de autonomia, de processos de sustentabilidade e de criatividade no âmbito dos movimentos *new-global*", caracterizados não pela oposição à globalização, mas pelo advento de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não nega a diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação glocal avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente e sustentabilidade (DI FELICE, 2013a, p. 54).

Com a necessidade aprofundar o significado de ação social, Di Felice distingue historicamente três principais fases do net-ativismo.

> A primeira fase, que podemos considerar como uma fase embrionária está ligada ao advento da internet na sua primeira forma de rede de computadores, que torna possível a divulgação e o compartilhamento de textos e de primeiras ações com caráter global entre os internautas. A segunda fase, ao contrário, é marcada pela experimentação das primeiras formas de conflitualidades sociais que pela internet deslocam a ação social para uma espacialidade informático-planetária. A terceira se caracteriza pelo advento da web 2.0 e dos *social network* e se exprimem, além de que, em movimentos de protestos, subversões de vários tipos, na constituição de redes eficazes de ativismo e de colaboração. (2013a, p. 55)

Esse terceiro momento que, segundo Di Felice (2013a, p. 55-58), é marcado pela "passagem de uma forma de conflitualidade informativa-mediática para formas reticulares autônomas e colaborativas de ativismo" responsáveis, em muitos casos, pela "implementação

de radicais processos de transformação ou pelo surgimento de novos atores e de amplos movimentos surgidos contra os partidos políticos e a corrupção, tornando difícil e inseguras as ações de governos de diversos".

Assim, o "net-ativismo" pode ser entendido como

> o conjunto de ações colaborativas que resultam da sinergia entre atores de diversas naturezas - pessoas, circuitos informativos, dispositivos, redes sociais digitais, territorialidades informativas - apresentando, segundo esta perspectiva, como a constituição de um novo tipo de ecologia (*eko-logos*) não mais opositiva e separatista, mas expandido às demais entidades técnicas, informativas, territoriais, de forma reticular e conectiva. (DI FELICE, 2013b, p. 268)

Feita tal contextualização, a seguir, serão apresentadas considerações sobre ação social, os movimentos sociais contemporâneos, suas características e particularidades dos protestos brasileiros.

3.1.3.1 Ação Social

Di Felice (2012) organiza as teorias sociológicas em dois grupos a partir dos significados atribuídos à ação do sujeito em relação ao meio ambiente e a sociedade.

O primeiro grupo, que englobaria autores como Marx Weber e Jünger Habermas, conforme destacado por Di Felice como teoria da ação social empática, que "descreve a ação social como sequência intencional de ações fornidas de sentidos que um sujeito (seja este indivíduo ou coletivo, muitas vezes definido como ator ou agente) realiza" (p.36-37), ou seja, "atividade do sujeito em direção ao externo, isto é, ao ambiente, à sociedade e ao seu contexto". Weber, em *Economia e Sociedade* (2004) classifica quatro formas de determinação da ação social a partir de valores, finalidades, emoções e da tradição enquanto Habermas (1987) analisa a ação como atividade do sujeito racional. Ele distingue três mundos (o dos eventos, o social das normas e o subjetivo dos sujeitos em diálogo) e cada um deles determina um tipo de ação (teológica, regulamentada pelas normas e agir dramatúrgico) e acrescenta ainda a "ação comunicativa", onde a esfera de ação seria "mediada pelo debate e pelas discussões racionais" que os sujeitos teriam com o objetivo de uma ação transformadora. (DI FELICE, 2012, p.37).

Já o segundo grupo, de acordo com Di Felice (2012, p. 38), "pensa a impossibilidade da realização da ação, a sua irrelevância e, até mesmo, a sua inexistência", definindo ação social como "'exotópica', isto é, extensa ao sujeito, estranha e imposta a ele, segundo o significado do conceito de 'exotopia' indicado pela obra Dostojevskij de Mikhail Bakhtin". A este grupo,

pertenceria desde Platão, Émile Durkheim, Talcott Parsons até Hannah Arendt, que, em *A Condição Humana* (1981), a descreve como marcada por três tipos de atividade: o trabalho, a obra e a ação, ligando esta última ao aspecto do discurso, diferentemente dos gregos, atribuindo o significado de "ação social a partir de sua distinção em relação à política" onde se definem os espaços público e privado como âmbitos da vida e as pessoas deixariam de agir para se comportar da forma esperada pela sociedade (DI FELICE, 2012, p.38).

De Habermas, que defendia que toda ação política era uma ação comunicacional, também é pertinente mencionar o conceito de esfera pública, que segundo ele seria o espaço onde pessoas, articulam suas visões de mundo, suas opiniões e organizam-se para tentar influenciar ou questionar as instituições políticas.

Ampliando a questão da ação social para os contextos das redes digitais ou mídias sociais digitais, que "incluem as novas formas de protestos e de ações de cidadania", tanto Di Felice quanto Roza (2012) citam Joshua Meyrowitz, que repensa o conceito de situação social como algo ligado à interação humana e também às formas de interações eletrônicas como já mencionado quando se tratou da perspectiva e ecologia reticular e as interações dos meios de comunicação contemporâneos.

> De fato, um exame mais aprofundado das dinâmicas de situações de comportamentos indica que o lugar enquanto tal é na realidade uma subcategoria da noção mais inclusiva de campo perceptivo. A natureza da interação não é determinada pelo ambiente físico enquanto tal, mas pelos modelos de fluxos informativos […]. A situação social e os comportamentos no interior da sociedade podem ser modificados pela introdução de novos meios de comunicação […]. A situação social pode ser considerada também como um sistema informativo, isto é, como um determinado modelo de acesso às informações sociais e como um determinado modelo de acesso ao comportamento das outras pessoas (MEYROWITZ, 1985, p. 61, apud DI FELICE, 2012, p. 17).

Segundo, Di Felice (2013a; 2013b), as culturas ecológicas contemporâneas, as práticas de sustentabilidade, os movimentos de ativismo digital através de formas de conflitualidade realizadas mediante as interações com social *networks*, são as expressões de um novo tipo de ação social, não mais direcionada ao externo, nem apenas resultante de práticas provocadas por um condicionamento informativo ou técnico. Diante do exposto, o teórico afirma que surge a necessidade de se pensar um novo tipo de ação, biótica, técnica e informativa ao mesmo tempo, e um novo tipo de meio ambiente, interativo e dinâmico, que é possível habitar somente por meio de interações tecno-humanas, reticulares e colaborativas, que envolvem "dispositivos, circuitos elétricos, bancos de dados e às demais pessoas, muitas vezes, também

conectadas a dispositivos, circuitos elétricos, bancos de dados e às demais pessoas". "Mais do que uma transformação comunicativa, a forma reticular, portanto, apresenta-se como uma nova ecologia" (DI FELICE, 2013b, p. 256).

3.1.3.2 A teoria ator-rede

Di Felice defende a proposta da Teoria do Ator Rede (ANT) de Bruno Latour, Michel Callon e John Law, que, inspirados na microssociologia de Gabriel Tarde, se propõem a estudar o social não mais a partir do conforto dos conceitos teóricos desenvolvidos pelas ciências sociais como totalidade de estruturas, instituições e grupos, mas decorrente da observação dos tipos de agregações reticulares resultantes de processos de conexões, passando assim do estudo do social para o estudo dos coletivos e, consequentemente, da sociologia para "as ciências das associações".

> *Social is not a place, a thing, a domain, or a kind of stuff but a provisional movement of new associations*. (LATOUR, 2005[22], p. 238 apud LEMOS, 2013b).

E nesse sentido, Di Felice postula em *Do Social para as redes*, a introdução de *A comunicação das coisas* (2013), que "o social deixa de ser para se tornar-se evento, acontecimento comunicativo, único e assistêmico".

> A esfera comunicativa não pode ser mais pensada apenas como mídia, isto é como o conjunto de meio e instrumento de fluxo de informações. A comunicação, deixa também de ser o elo de junção entre atores para se tornar a forma constituidora. A partir desta concepção é necessário ressaltar que de nada servem as intepretações e os estudos sociológicos sobre a a mídia desenvolvidos em contextos industriais para entender a complexidade do papel da comunicação que desenvolve-se em contexto de redes e redes (LEMOS, 2013b, p. 14-15).

A Teoria Ator-Rede (TAR), também conhecida como "sociologia da tradução" (*sociology of translation*) ou "sociologia da inscrição" (*enrolment theory*)[23] nasceu no âmbito dos Estudos de Ciência e Tecnologia (*Sceince and Tecnology Studies*, STS), sendo estabelecida nos anos de 1980, por Bruno Latour, Michel Callon, Madeleine Akrick, Jonh

---

[22] "O social não é um lugar, uma coisa, um domínio ou um tipo de coisa, mas um movimento provisional de associações". (tradução nossa). Originalmente *in* LATOUR, B. Reassembling the social: An Introduction to Ator-Network Theory. Oxford: Oxford University Press. Ver a tradução brasileira *Reagregando o Social. Introdução a Teoria do Ator-Rede*, EDUFBA/EDUC, 2012.

[23] Segundo Lemos (2013b, p. 36), a noção de inscrição está ligada à fabricação de fatos por instrumentos em um ambiente artificial que é o laboratório e na proliferação de rastros.

Law, Wiebe Bijker, entre outros. Tais teóricos passaram a pensar o social de acordo com questões econômicas, simbólicas, institucionais, jurídicas e científicas de forma inseparável e, por isso, o conceito de rede, enquanto "movimento da associação, o social em formação" ganha tamanha relevância (LEMOS 2013b, p. 34-35). Os críticos como Bingham e Thrift[24], afirmam que Latour se apropria das concepções sobre redes de Michel Serres, aqui já mencionadas, em que a rede é o próprio espaço-tempo e remete às formas de associação entre actantes[25] e intermediários[26] definindo a relação (ou mediação ou tradução ou inscrição entre eles). Em outras palavras, a rede seria o "próprio movimento associativo que forma o social", movimento este nem sempre linear, como defendia Serres (LEMOS, 2013b, p. 53).

Assim, dentro desta concepção, a tradução ou mediação, que outrora se viu na concepção de Martín-Barbero, mas que é oriundo deste ponto de vista das concepções de Serres significando "relações que implicam sempre em transformação, comunicação, comunidade, no sentido principal dessa palavra como causa, como o comum ou a política", algo interpretado ou transformado, "uma coisa transformada em outra" e remete aqui para comunicação e transformação dos actantes e para a constituição das redes, implicando, sobretudo, na ação ou agenciamento que um actante faz ao outro e nas estratégias e interesses envolvidos na "estabilização futura da rede" com a obtenção de determinado objetivo (LEMOS, 2013b, p. 48).

Aqui, a Teoria Ator-Rede é utilizada como forma de exemplificar a complexidade das dinâmicas que abarcam o objeto de estudo bem como mensurar alguns conceitos que permitam facilitar sua compreensão. Não se pretende aprofundar tais questões, uma vez que a análise aqui proposta, mesmo diante do fenômeno abordado, contempla apenas algumas dessas especificidades, mas metodologicamente adota outro direcionamento, embora esteja relacionado aos conceitos propostos.

Segundo Di Felice (2013a, p. 64), nessa perspectiva a ação em contextos reticulares é o resultado do diálogo entre diversos actantes, humanos e não-humanos, que compõe coletivos não estruturados. Abordar-se-á a seguir, aspectos referentes a associações contemporâneas que se articulam em redes e se configuram em movimentos sociais.

---

[24] BINGHAM, N.; THRIFT. N. Some New Instructions for Travellers. The Geography of Bruno Latour and Michel Serres. In CRANG, M.; THRIFT. N. (ed.) Thingint Spae, New York: Routledg, 2003. (Citado por LEMOS, 2013b).

[25] Actante é um termo criado por Lucien Tesnière usado na semiótica greimasiana para designar participante (pessoa, animal ou coisa) em uma narrativa literária. Para Greimas (1974), é o actante quem realiza a ação. Segundo Lemos (2013b, p.42), é o ator da expressão ator-rede, o mediador, o articulador que fará a conexão e montará a rede nele mesmo e fora dele em associações com os outros.

[26] Intermediários seriam aqueles que apenas transportam (leva de um lugar ao outro) sem modificar ou transformar, sem mediar a ação. (LEMOS, 2013b, 46-47.)

3.2 Movimentos Sociais

De acordo Maria da Glória Gohn (2011, p. 335-336), os movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas e, em geral, "possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade". Para a especialista em movimentos sociais, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até o que ela chama de pressões indiretas.

> Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci (1996). Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo. (GOHN, 2011, p. 336).

Para Cicilia Peruzzo (2013, p. 75), movimentos sociais são definidos como articulações da sociedade civil constituídas por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos e que se organizam para reivindicá-los. Eles podem assumir configurações dependendo de suas motivações, do lugar, do tempo histórico e da conjuntura em que se movem.

> Um movimento social pressupõe a existência de um processo de organização coletiva e se caracteriza pela consistência dos laços, identidades compartilhadas, certa durabilidade e clareza não só no uso de táticas (mobilizadoras, comunicativas, civil, judiciais etc.), mas também nas estratégias, como aquelas envolvendo um projeto amplo de sociedade, ou pelo menos, propostas de programas para determinados setores. (PERUZZO, 2013, p. 76)

Nas últimas décadas, desde a era pós-ditadura, no final dos 1970 e em diante, eles passaram a ser agrupados em categorias ligadas aos fatores que os motivam ou orientam sua razão de ser: a) movimentos vinculados a melhorias das condições de trabalho e de remuneração, como, por exemplo, movimento de professores e de outras categorias

profissionais; b) os que defendem os direitos humanos relativos a segmentos sociais a partir de determinadas características de natureza humana (gênero, idade, raça e cor) tais como os movimentos de mulheres, de índios, de negros, de homossexuais etc.; c) aqueles voltados a resolver problemas decorrentes das desigualdades que afetam grandes contingentes populacionais (movimentos de transporte, moradia, terra, saúde, lazer, meio ambiente, paz, contra a violência, defesa dos animais etc.) tais como o Movimento Nacional pela Moradia, o Movimento Passe Livre e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; d) Movimentos político-ideológicos (lutas por participação política, protestos por antagonismos políticos, reivindicações por democracia, mudança de regime etc.) (PERUZZO, 2013, p. 163).

Ilse Scherer-Warren (2014) *criou* uma tipologia que permite distinguir movimentos sociais históricos de manifestações de rua conjunturais na tentativa de verificar como e quando os movimentos sociais organizados se expressam politicamente através das manifestações públicas e em que medida as manifestações de rua excedem o espaço discursivo e politicamente estabelecido pelos movimentos sociais e abordar se os movimentos sociais organizados vêm sendo impactados pelas manifestações de rua e incorporando ou consolidando demandas transversais em suas agendas políticas. Através de um quadro analítico, a autora identifica diferentes modalidades de organizações do ativismo na sociedade civil contemporânea, cada qual com suas formas de lutas cidadãs coletivas, dinâmicas políticas internas e papel político na sociedade.

O primeiro grupo chamado de Movimentos sociais organizados, tem como característica a organização com algum arranjo institucional que garanta sua continuidade temporal, objetivos definidos ou em construção pelos militantes e um projeto ou utopia de mudança social, política e cultural. São grupos que se utilizam manifestações públicas periódicas para reivindicação e protestos para dar visibilidade a suas lutas na esfera pública. Como exemplo, pode-se citar o Movimento Passe Livre. As manifestações ou marchas dos movimentos sociais, que constituem a segunda tipologia, buscam visibilidade pública de suas pautas específicas e referem-se a manifestações históricas vinculadas aos movimentos sociais ou à sociedade civil organizada, como o Grito dos Excluídos. O terceiro grupo, denominado manifestações amplas da cidadania e/ou indignados, agregam múltiplos coletivos com reivindicações conjunturais e protestos heterogêneos, mobilizando-se principalmente através das redes sociais e/ou virtuais, como as manifestações pelas Diretas Já, Caras Pintadas e Manifestações de Junho de 2013.[27] Outra tipologia refere-se às manifestações-bloqueio ou

[27] Scherer-Warren (2014) trata aqui das manifestações enquanto fenômenos em si e não dos grupos ou coletivos que as mesmas envolvem.

"formas de ação nas ruas" que apresentam táticas ou estratégia de lutas de grupos "oportunistas" que seguem princípios ideológicos de anarquismo, como, por exemplo, *Black Blocs* e *Anonymous*. Por fim, a quinta tipologia, é denominada ação-manifesto sociocultural e apresenta expressão coletiva em espaços públicos para afirmar direitos socioculturais de segmentos da população, em geral excluídos ou discriminados, assim como a Marcha das Vadias e Rolezinhos. (SCHERER-WARREN*, 2014, p. 14-15).*

Segundo ela, os movimentos sociais organizados se distinguem das manifestações por terem permanência temporal e estrutura-se por meio da militância como estratégia para construção de significados políticos ou culturais em comum, conquistar, mobilizar cidadãos e produzir transformações sociais. As manifestações, por sua vez, são reações conjunturais coletivas e públicas que criam visibilidade política e reconhecimento das vozes dos cidadãos através de mobilizações para um evento público em si. Nesse sentido, o movimento social organizado deve ter as seguintes características para sua permanência e continuidade como ator político: 1) construir um "frame" ou engajamento organizacional (através de ações de base com grupos organizados, associações, entidades civis, organizações não governamentais e entidades articuladoras e mediadoras como fóruns, redes etc. onde se constrói significados comuns para as lutas na esfera pública; 2) construir significados através de articulações discursivas para construção de demandas, ideários e projetos comuns para uma mudança social; 3) traduzir demandas e ideários em ações; 4) buscar na manifestação momento de protesto, reivindicação ou visibilidade, e dar continuidade para além desse momento mobilizatório público. Já as manifestações de rua tem como parâmetros a construção de um evento político reativo a situações ou fatos políticos indesejáveis ou para criar visibilidade a demandas coletivas nos campos socioeconômico, cultural ou político. Essas manifestações podem ser fruto dos movimentos sociais organizados ou reação de cidadãos em geral ou ambas as coisas. (SCHERER-WARREN*, 2014, p. 14-16).* Segundo a autora (2014, p. 17), para entendermos os discursos políticos dos principais atores coletivos nas manifestações de 2013 temos de recuperar o antes e o depois do ato de manifestar. As manifestações expressam o momento "multidão" dos movimentos, que por sua vez é formado por "múltiplas identidades" que cooperam pensando no benefício comum.

Essa construção de significados tem se dado por manifestações discursivas ou simbólicas por intermédio nas novas tecnologias de informação e em atos de protesto em praça pública. Nesse sentido considerar-se-ão os movimentos sociais e sua comunicação enquanto produção simbólica no aspecto também abordado por Bakhtin (1997) como fenômeno ideológico que reflete as situações empregadas pelos usuários sociais localizados

historicamente uma vez que tais movimentos podem assumir, como já mencionado, configurações conforme as motivações, o lugar, o tempo histórico e a conjuntura em que se movem. (PERUZZO, 2013, p. 75).

Castells (2013, p. 14) afirma que, ao longo da história, os movimentos sociais, "são produtores de novos valores objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas normas para organizar a vida social. Para Castells (2013, p. 15), os movimentos sociais exercem o contrapoder constituindo-se mediante um processo de comunicação autônoma e transformadora, livre do controle dos que detêm o poder institucional.

> Uma vez que o espaço público institucional – o espaço constitucionalmente designado para a deliberação – está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos (2013, p. 14-15).

Fundamentalmente, segundo Castells, este novo espaço público e híbrido situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma e transformadora. "A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação" (2013, p. 16).

> O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio torna-se retirada. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço de fluxos equivale a um ativismo interrompido. (Castells, 2013, p.160-161)

Com as TICs os coletivos sociais e organizações civis conseguem se proliferar e ramificar. Tais organizações tendem a ser cada vez mais horizontais, descentralizadas, integradas em rede, flexíveis e menos hierárquicas. As causas tendem a se universalizar ou particularizar para atender a uma ou a um conjunto de aspirações de coletivos sociais pequenos e específicos ou ampliar-se para lutas com aceitação universais (desenvolvimento

sustentável, direitos humanos, direito à autodeterminação dos povos, combate ao racismo e formas de discriminação, democracia, liberdade de expressão, etc.).

3.2.1 Movimentos pelo mundo

Não se pretende aqui fazer um resgate do que foram os movimentos sociais ao longo da história. Tais abordagens são mais específicas e têm da Sociologia e Ciências Políticas e são feitas em maior propriedade por seus estudiosos. Contudo, por tratar-se no presente trabalho destas formas de manifestação contemporânea, é pertinente que se faça um retrospecto dos principais movimentos pelo mundo, com as características que se assemelham à dinâmica reticular dos protestos brasileiros de junho de 2013.[28]

Um deles é a chamada Primavera Árabe, o conjunto de levantes contra a opressão de regimes ditatoriais em países árabes do Norte da África e do Oriente Médio como Tunísia, Egito, Líbano, Jordânia, Líbia, territórios palestinos etc. As figuras a seguir apontam características e a localização dos levantes, ilustrando a disseminação dos mesmos. A Tunísia foi o primeiro país árabe a se levantar contra a opressão e a favor da democratização das suas instituições políticas, derrubando o governo do então presidente Zine El Abidine Ben Ali, que renunciou após 23 anos no poder, em 14 de janeiro de 2011. Inspirados na revolta da Tunísia, os egípcios tomaram as ruas e marcharam do centro Cairo em direção à Praça Tahrir reivindicando a queda do governo, melhores condições de vida, liberdade de expressão e emprego. As mobilizações puseram fim aos 30 anos do governo de Hosni Mubarak, mas a tensão ainda não diminuiu. Na Líbia, o que seria uma manifestação pacífica pelas ruas de Benghazi, em fevereiro de 2011, famílias de prisioneiros foram massacradas em 1996 por Muamar Kadafi, se transformou em uma violenta guerra civil que culminou com a morte de milhares de rebeldes, civis, soldados e do ditador Kadafi. Na Síria, os levantes pela queda do regime do governo Bashar al-Assad, por direitos humanos e democracia, começaram em março de 2011. A estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) é de quase 95 mil mortos e que um milhão e meio de pessoas tenham se refugiado em países vizinhos. O país ainda segue em uma guerra civil.

---

[28] Neste sentido, vale apontar que Castells (2013), Di Felice (2008, 2009, 2010, 2012, 2013), Roza (2012) e um estudo internacional que engloba o grupo de Pesquisa Atopos, da Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo, fazem um mapeamento dos movimentos sociais pelo mundo e podem contribuir para o aprofundamento da questão.

Outro exemplo é o Movimento dos Indignados ou 15M[29], que emerge na Espanha cobrando reformas políticas que culminaram na ocupação da Praça Porta do Sol, em Madri, em 15 de maio de 2011, numa forma de expressar a insatisfação contra o poder dos bancos, a crise enfrentada pelo país e a luta por uma democracia direta.

Na mesma linha, também se pode citar o *Occupy Wall Street*[30], protestos pacíficos contra o sistema financeiro nos Estados Unidos, em 17 de setembro em 2011. Os protestos surgiram com a mobilização através das redes sociais depois da publicação de um artigo pela revista da organização não governamental anticomunista *Adbusters Media Fundation* e do coletivo *Anonymous,* criado em 2008 e que defende a liberdade de expressão pelas redes sociais, o sigilo e o anomimato. Segundo Roza (2012, p. 93), o movimento foi considerado a maior mobilização popular nos Estados Unidos no século XXI. Hoje, o movimento *Occupy* se espalhou pelo mundo e se manifesta em prol de diferentes causas. De acordo com Castells (2013, p. 9), a rede global de movimentos *Occupy*, sob a bandeira 'Unidos pela Mudança Global", mobilizou centenas de milhares de pessoas em 951 cidades de 82 países, reivindicando justiça social e democracia real. Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões.

Da mesma forma, as mídias sociais, como *Facebook* e *Twitter* foram usadas para convidar as pessoas para participar de manifestações na Inglaterra em 2011, que começaram em Londres e se espalharam, em seguida, por outras cidades e vilas do país, onde houve confrontos entre a população e a polícia, saques e incêndios criminosos. Tudo começou em 6 de agosto de 2011, depois de uma manifestação pacífica para pedir esclarecimentos às autoridades sobre o assassinato de Mark Duggan, dois dias antes, por membros armados da Polícia Metropolitana de Londres.

3.2.2 Características dos movimentos sociais contemporâneos

Os protestos e movimentos sociais que emergiram neste limiar do século XXI podem estar geograficamente distantes, mas estão conectados por algumas semelhanças dos chamados movimentos em rede. Eles nascem nas redes, das conexões dos indivíduos e de suas trocas informativas. Os grupos e atores utilizam as redes sociais digitais para se articular, marcar protestos e ações, mas também, ao ganharem as ruas, elas se tornam plataformas que

[29] Para saber mais, acesse a página do movimento na internet: http://www.movimiento15m.org/
[30] Para mais informações, a página do movimento é http://occupywallst.org/

dão vozes ao que está ocorrendo através das postagens de fotos, comentários etc. Seguem o mesmo princípio da mobilidade em redes em suas conexões também no que se refere às reivindicações. As causas, em geral, sempre são motivadas por uma injustiça social.

Di Felice (2013a), um dos coordenadores da pesquisa internacional intitulada *Net-ativismo: ações colaborativas e novas formas de participação em redes digitais*, desenvolvida durante 2011 e 2013, identificou algumas características comuns que marcaram as ações net-ativistas em diversos países e sistematizou tais características dos movimentos sociais contemporâneos contrapondo-as as dos movimentos modernos.

Para o autor, a primeira característica refere-se à "particular ecologia de tais ações e nas suas múltiplas localidades", que têm como origem as redes digitais e continuam nas ruas das cidades, sem deixar a sua dimensão informativo-digital, sendo filmadas, transmitidas, fotografadas, postadas e comentadas *on-line*. Nesta perspectiva, conforme o autor, uma localidade, portanto, não mais expressa as contraposições real/virtual, público/privado, mas se refere a questões conectivas.

A imprevisibilidade, temporalidade sincrônica e não linearidade de suas ações que se apresentam como o conjunto de ações não apenas humanas, isto é, não apenas expressões da vontade de um sujeito ator, de movimentos sociais ou de opinião, mas resultado da sinergia de diversos actantes[31] (circuito informativo, dispositivos, *smarthphones*, câmaras digitais, gravadores, redes sociais, como movimentos sociais, indivíduos, etc.) também são apontadas como características destes movimentos.

Neste sentido, o que caracteriza estas ações e seu espaço é o que o autor chama de "especificidade atópica" ou atopia[32] e as info-localidades fruto das contínuas interações de trocas de fluxos informativos entre indivíduos, dispositivos de conectividade, banco de dados, circuitos informativos e territorialidades, fazendo que a distinção entre espaços físicos e informativos também passe a ser inadequada (DI FELICE, 2013a, p.65-66). Outras características também foram observadas: o formato organizativo em rede a-hierárquico; a valorização do anonimato e a recusa de uma identidade política (o que chamo apartidarismo), ideológica ou sintetizada em figuras carismáticas ou em líderes (ausência de liderança); recusa da institucionalização, expressa seja na comum aversão aos partidos políticos de qualquer tendência, seja na recusa, de se tornar uma força política institucional.

---

[31] Di Felice (2013) refere-se ao conceito usado por Bruno Latour e a teoria do Ator-Rede, pela qual é possível definir ator como qualquer membro, humano ou não, que contribui para o desfecho de uma ação.

[32] Segundo Di Felice (2013), o termo grego expressa a junção do prefixo alfa "privativo" com a palavra *topos* (lugar) que a uma tradução atenta não remete à ausência de lugar, mas a uma localidade estranha, uma localidade fora do local, uma localidade indizível, conforme já mencionado.

Manuel Castells (2013), um dos pioneiros a abordar a problemática da sociedade em rede, também traz contribuições sobre aspectos destas manifestações em sua obra que trata especificamente sobre os protestos contemporâneos ao redor do mundo. Apesar de dialogarem em alguns pontos, Di Felice (2013a) caracteriza a abordagem do pesquisador espanhol como sociológica o que, segundo ele, a limitaria no que tange à questão comunicativa. Independente de tal discussão ou da particularidade de cada autor, ambos dão contribuições inegáveis à compreensão da problemática que situam protestos dentro da perspectiva do ativismo em rede. Para Castells (2013) enquanto nos movimentos sociais do passado, cuja história reforçava a figura do herói ou de um líder específico, nos movimentos do século XXI, desenvolvidos ou orquestrados por indivíduos unidos através de uma coletividade conectada pelo processo de comunicação e também por afinidade, muito mais emocional e afetivamente, naquela acepção já mencionada do pensador francês Michel Maffesolli sobre "Comunidade Emocional".

Seguindo o seu raciocínio, Castells (2013, p. 19) afirma que, para que o processo de comunicação, que será este *start* de ativação inicial, opere, há duas exigências: a consonância cognitiva entre emissores e receptores da mensagem (a espécie de identificação mencionada anteriormente) e um canal de comunicação eficaz:

> a segunda condição para que as experiências individuais se encadeiem e formem um movimento é a existência de um processo de comunicação que propague os eventos e as emoções a eles associadas. Quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva (2014, p. 19)

O autor (2013, p. 21) classifica os movimentos sociais em rede contemporâneos como "arautos da mudança social no século XXI" e reforça o caráter de propagação dos mesmos ao afirmar que eles se espalharam "por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias" (2013, p. 8). Castells apresenta aqui a crença otimista no poder de transformação iniciado com esses movimentos em rede.

> Da segurança do ciberespaço, as pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história – numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais. (2013, p. 8).

O sociólogo espanhol destaca, ainda, como peculiaridade dos movimentos sociais em rede contemporâneos, a conexão "em múltiplas formas" ou "multimodal" por incluírem redes

sociais *on-line* e *off-line*, redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento, quer dentro do movimento, com outros movimentos pelo mundo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade (CASTELLS, 2013, p.159-160).

Para o autor, embora estes movimentos, geralmente, comecem nas redes sociais da internet, "eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano, seja por ocupação permanente de praças públicas, seja pela persistência das manifestações de rua", e desenvolveriam uma "nova forma espacial" que ele chama de "espaço da autonomia".

> O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio torna-se retirada. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço de fluxos equivale a um ativismo interrompido. (CASTELLS, 2013, p.160-161)

Deste modo, eles não precisariam de uma liderança central, de comando ou controle, nem de uma organização vertical, para passar informações ou instruções, segundo Castells. Para o pensador espanhol (2013, p.160), os movimentos são simultaneamente locais e globais, começando em contextos específicos, mas se conectando com o mundo inteiro, com outras experiências e aprendendo com elas; também são atemporais, gerando suas próprias formas de tempo (p.161) e virais, seguindo a lógica das redes na internet na propagação e difusão de mensagens em si, particularmente das imagens de mobilização, mas em função do efeito demonstração dos movimentos que brotam por toda parte (p.162).

Apesar de semelhanças com relação às características dos movimentos e de destacar a importância do pensador espanhol sobre o tema, segundo Di Felice (2013a), as considerações de Castells (2013 p. 11) acerca do conceito de comunicação se restrigem ao "processo de compartilhar significados pela troca das informações" se reduzem à sua função social (comunicação socializada), aproximando a sua análise sobre as interações entre redes digitais e movimentos sociais à perspectiva designada como disseminativa por John Durham Peters que, em *Speaking Into the Air. A History of the Ideia of Communication*, distingue dois principais tipos de comunicação: a forma da disseminação e a do diálogo. Enquanto a primeira exprime as formas da divulgação das informações de um emissor que busca difundir seus conteúdos para quem possa interessar, a segunda, ao contrário, reforça um tipo de laço

estreito e produz um tipo de interação particular, na qual os participantes não possuem o controle sobre o conteúdo, mas o constroem de forma relacional. (DI FELICE, 2013a, p. 59 – 60). Isso "prejudica e limita a análise do sociólogo espanhol", de acordo com Di Felice, que argumenta que a outra perspectiva de Peters, convida as pessoas para pensar as redes digitais não a partir de sua função social e do seu poder de transformação, mas como uma forma criadora, aproximando-se do "dinamismo reticular não sistêmico" da Teoria ator-rede, de Michel Callon (1986) e Bruno Latour, que propõe a passagem da sociologia para a ciência das associações, trocas e atos conectivos, diferente das interpretações sociológicas sobre ação social, como já exposto.

> A ideia de rede disseminativa, que considera as redes como parte de uma estrutura social maior, pretende explicar os movimentos sociais em rede, sua organização e suas ações como práticas sociais, evitando questionar a autoria da ação, portanto, quem age, quem são os atores e seus sociais, limitando, consequentemente, à análise do net-ativismo às dimensões políticas e dialéticas dos conflitos entre Estado e redes de movimentos. A ideia de rede de diálogo, ao contrário, enfatiza a necessidade de pensar a qualidade do social desenvolvida pelos movimentos net-ativistas que constroem suas ações através da constituição de uma complexa ecologia que reúnem e agregam humanos, circuitos informativos, interfaces, dispositivos de conexões, banco de dados, *social network*, imprensa, mídias etc. (DI FELICE, 2013a, p.64).

Ilse Scherer-Warren (2014) sintetiza que esses processos mobilizatórios têm a identidade como essência organizadora, a vontade de transformar valores culturais, o descrédito nas instituições do Estado e a utilização das TICs para convocar, organizar, articular, registrar e partilhas informações sobre suas causas.

Dessa forma, dada complexidade do objeto, expandem-se as dimensões e frentes a serem abordadas e exploradas pela comunicação, como já destacado. Independente dessa discussão teórica específica, neste tópico procurou-se apresentar o conceito de movimento social fazendo sua aproximação das formas de articulações sociais contemporâneas e suas características com a perspectiva da ação social e comunicativa em rede, exemplificando-as através de iniciativas que emergiram ao redor do globo. Parte-se agora para a contextualização do caso brasileiro, objeto de estudo do presente trabalho, em especial os levantes na capital paulista durante os protestos de junho de 2013, bem como tratar dos coletivos que se autointitulam seus articuladores, para posteriormente, em específico um ator, actante ou mediador, o Movimento Passe Livre.

4 OS PROTESTOS DE 2013

A proposta deste capítulo é a contextualização dos protestos de junho de 2013 na capital paulista. Tal contextualização se faz necessária para compreensão do fenômeno aqui analisado. Serão abordadas características dos principais grupos articuladores da forma de ativismo em rede presente em tais manifestações como *Anonymous* e *Black Blocs* para, em seguida, abordar a questão da mobilidade urbana, a luta por transporte público, questão da tarifa de transporte e o desenrolar das ações, suas etapas e significados, de modo, a no capítulo seguinte, abordarmos especificidades sobre o Movimento Passe Livre São Paulo, outro ator singular em todo esse contexto.

A luta por transporte público é histórica. Remete também a episódios conhecidos como a "Revolta do Vintém", no Rio de Janeiro, então capital do Brasil império, em 1879-1880. A população saiu às ruas para protestar contra a cobrança de um tributo de vinte réis (vintém) nas passagens dos bondes, instituída pelo ministro da fazenda, Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto). Estima-se que cinco mil manifestantes tenham participado das manifestações que terminou com mortos e feridos. Outro episódio que também remete a esta luta por transporte são os levantes de movimentos sociais populares de bairros ditos periféricos que marcaram a década de 1970, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), órgão ligado à igreja católica. (GOHN, 2013, p.46).

Os protestos realizados no Brasil em 2013 eclodiram em forma de manifestações populares contra o aumento das tarifas do transporte coletivo das principais capitais brasileiras como, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Segundo os organizadores, estima-se que dois milhões de pessoas tenham saído às ruas entre junho e agosto de 2013, em 483 municípios, e que as manifestações superaram a marca de dois milhões de pessoas. Só em junho as manifestações foram realizadas em 353 cidades brasileiras e atingiu em 20 de junho a marca histórica de num único de mobilização de um milhão de pessoas. (GOHN, 2013, p.8). Tais protestos tiveram também desdobramento em pelo menos 27 cidades no exterior como Paris (França); Valência, MADRID, La Coruña e Barcelona (Espanha); Londres e Dublin (Reino Unido); Lisboa, Coimbra, Porto (Portugal); Boston, Chicago e Nova York (EUA); entre outras. Historiadores, sociólogos e meios de comunicação, consideraram tais protestos como as maiores manifestações populares brasileiras de todos os tempos se comparados aos movimentos como o das "Diretas Já", que em 1984 pedia a mudança e regime político no país que vivia sob o comando de militares, e os protestos pró-impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992, quando "Caras Pintadas" clamaram pela saída do ex-presidente acusado de corrupção, embora os contextos e as formas de manifestação sejam diferentes.

Em março de 2013, em Porto Alegre, surgiram manifestações contrárias à proposta de aumento da tarifa de ônibus de R$ 2,85 para R$ 3,05 e das lotações, de R$ 4,25 para R$ 4,50. Em São Paulo, a maior metrópole do país, as manifestações populares começaram quando a prefeitura e o governo do Estado anunciaram o reajuste dos preços das passagens de ônibus, do metrô e dos três de R$ 3,00 para R$ 3,20. Nos dias 6, 7 e 11 de junho de 2013, a população foi às ruas se manifestar. Dois dias mais tarde, ações também eram realizadas em cidades como Natal, Porto Alegre, Teresina e Rio de Janeiro, por exemplo. Os mesmos se multiplicaram por todo o país.

Termos como manifestações, jornadas, atos, protestos em massa, mobilizações, revoltas, entre outros, são utilizados para tratar do fenômeno que se observou a partir de junho de 2013. A articulação de tais protestos se deu através das redes como assumiram os próprios movimentos como Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP), em São Paulo; o Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens (Fórum de Lutas), no Rio de Janeiro; a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte e movimento Revolta do Busão, em Natal.

4.1 Os protestos de junho na capital paulista

Em São Paulo, especificamente, três coletivos se destacaram durante as ações: os *Black Blocs, Anonymous* e o Movimento Passe Livre-SP. Os dois primeiros serão caracterizados brevemente a seguir, enquanto o último, que se trata do caso específico estudado no presente trabalho, será tratado em capítulo à parte.

4.1.1 Os principais coletivos

O coletivo *Anonymous* (de anônimos, em português) é um exemplo da presença de grupos de ativismo digital internacionais nos protestos brasileiros de junho de 2013. Criado nos Estados Unidos, na primeira década deste século, o *Anonymous* é um grupo formado por legiões de coletivos, ou seja, muitos usuários de comunidades *on-line* existindo simultaneamente que tem entre as características pessoas cujas verdadeiras identidades são desconhecidas ou preservadas. Ações creditadas ao *Anonymous* são realizadas por indivíduos não identificados se autointuluam "anônimos". O grupo tem como marca a máscara inspirada em Guy Fawkes, um soldado católico que, em 05 de novembro de 1605, tentou explodir o Parlamento Inglês no episódio conhecido como “Conspiração da Pólvora”, popularizado pelo filme *V de Vingança* (no original *V for Vendetta*, 2005, direção James McTeigue) e nas

histórias em quadrinho. Esse coletivo, que foi associado ao hacktivismo[33] e ganhou notoriedade depois dos ataques à seita Cientologia[34], conseguindo reunir nove mil pessoas em frente à igreja desta seita. A tática *hacker* consiste na invasão de uma página da internet através de um programa de computador que opera o sobrecarregamento desse *site* até retirá-lo do ar. Entre os alvos, destacam-se os bancos, sites governamentais, agências de controle de cartão de crédito, órgãos de segurança e internacionais. O Anonymous ampliou sua atuação e, em 2010, "realizou um cerco cibernético às empresas que aturam contra o WikiLeaks, site de denúncias criado por Julian Assange", passando a questionar o sistema de representação política e a forma como se dá a participação política. O grupo assume ações dos movimentos Occupy Wall Street, Primavera Árabe e o combate internacional à censura na internet, utilizando as redes e tecnologia para participação direta. No Brasil, a legião atua desde 2011, quando assume a invasão do *site* do governo federal (GOHN, 2014, p. 51-55). A vertente brasileira do Anonymous conta com mais de 80 mil seguidores no Twitter[35] e 254 mil fãs no Facebook[36]. O coletivo paulistano, por sua vez, tem 24.725 fãs no Facebook[37] e 438[38] no Twitter[39]. Nos protestos de 2013, o ativismo digital do grupo teve relevãncia para divulgar as ações pela redução da tarifa e contra a Copa.

Outro grupo que também ganhou a cena nesses episódios foram os Black Blocs. O Movimento Black Bloc, considerado por muitos como anarquista foi criado no início dos anos de 1980 na Alemanha e era ligado no início ao movimento autonomista da então Alemanha Ocidental. A tática dos Black Blocs foi adotada também por adeptos do Movimento Anarcopunk, que surgiu nos anos de 1970 no Reino Unido, trouxe a tônica da violência aos protestos de junho. Os mascarados de roupa preta consideram a violência uma forma legítima de manifestação e protesto contra o sistema. (GOHN, 2013). Grupos que utilizam a estratégia *Black Bloc* ganham projeção no noticiário nacional e internacional a partir do sexto ato contra a tarifa. (GOHN, 2013; ESPÍRITO SANTO, 2014). Os *Black Blocs* são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. A expressão refere-se a uma forma específica de ação coletiva, uma tática que

---

[33] Hackativismo ou ativismo *hacker* é um termo controverso, que aqui será usado para referir-se à ação ciberativista de grupos que utilizam linguagem de programação de computador (o código fonte) para promover ideologias políticas. O termo está associado a atos destrutivos e ataques à segurança dos computadores na internet.

[34] Cientologia é um conjunto de crenças e práticas criado por L. Ron Hubbard (1911–1986), em 1952. Para saber mais acesse: http://www.scientology.pt/

[35] https://twitter.com/AnonBRNews

[36] https://www.facebook.com/AnonBRNews

[37] https://pt-br.facebook.com/AnonSaoPaulo

[38] https://twitter.com/anonymousbrsp

[39] Todos os dados são 05 de junho de 2015.

consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças em parte, às máscaras e roupas pretas (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 10 apud GOHN, 2014, p. 58-59). Eles repudiam as formas de democracia representativa e adotam a ação direta como tática de luta, pregando o uso da violência, uma "violência performática: quebrar vidraças, janelas e portas de vidros de bancos e estabelecimentos comerciais multinacionais ou lojas de carros. A performance mistura elementos interativos, comunicativos e simbólicos de forma a configurar algo além de atos de desobediência civil", uma "recusa à ordem estabelecida" em contestação política ao sistema vigente. (GOHN, 2014, p. 59).

> Há uma identidade coletiva dialógica que focaliza no ato violento a realização da ação. Os repertórios argumentativos e simbólicos presentes nas raras falas de manifestantes "mascarados" que se pronunciam na imprensa demonstram que eles buscam ressignificar a violência como um ato entre outros desenvolvidos pelo sistema capitalista opressor. Ela é resposta ao ataque. (GOHN, 2014, p. 59).

Na lógica *Black Bloc* a violência acaba sendo uma forma de expressão, protesto e contestação, mas, contudo, isso também gerou leituras negativas dos protestos, em especial a depredação do patrimônio público e privado, dividindo a opinião pública, e, até de certa forma, prejudicando a imagem das manifestações e dos demais grupos nela envolvidos.

Antes de abordar o Movimento Passe Livre, opta-se por contextualizar os eventos de protestos junho de 2013. Tal abordagem ajudará na compreensão das características do MPL-SP, outro grande articulador das ações em rede que tomaram conta da capital paulista.

4.1.2 Contextualização das ações

Um dos problemas cruciais das grandes metrópoles brasileiras, sobretudo São Paulo é questão da mobilidade urbana. Na capital paulista, para um terço da população, o tempo médio de deslocamento é de mais de três horas quer em carros parados em congestionamentos, quer em ônibus e vagões de trem ou metrô superlotados. Políticas de incentivo à compra de automóveis, somadas à ineficiência do transporte coletivo fez com que o número de carros nas doze metrópoles brasileiras saltasse de 11,5 milhões; em 2011, para 20,5 milhões. Em São Paulo, onde circulam diariamente 5,2 milhões de automóveis, uma experiência realizada entre às 17h e 20h em junho de 2012 apontou que a velocidade média dos automóveis, medida foi de 7,6 km/h, equivalente à de uma caminhada a pé. Durante o período da manhã, a velocidade média sobe para 20,6 km/h, a mesma de uma bicicleta. Além disso, obras de infraestrutura viária também são pensadas para o transporte individual sem

"qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário, além, obviamente, do financiamento de campanhas". (MARICATO, 2013, p. 24-25). O programa do metrô previa a entrega de 450 quilômetros de vias até 1990, mas até 2013, o governo estadual apresentou apenas 90 quilômetros.

O transporte público em São Paulo é operado por oito concessionárias privadas e tal servido é gerido pela SPTrans, uma autarquia municipal. No atual modelo, 70% do valor da tarifa é subsidiado pelo usuário, 20% pelo poder público e 10% pelos concessionários do serviço. Além de tais fatores, custo do transporte público, que teria triplicado em 15 anos, está diretamente relacionado à problemática da mobilidade urbana. De R$ 1 real, em 1998, o preço do bilhete saltou para R$3,00, em 2011 (aumento de 11,11%, acima da inflação do período 6,03%). Em 2013, o prefeito eleito, Fernando Haddad (PT) anunciou o aumento da passagem para R$3,20. O aumento de 6,4%, impôs uma diferença R$ 0,20, que impacta diretamente na vida daqueles que recebem recebe um salário mínimo (R$ 755 no Estado de São Paulo) e utilizam pelo menos um ônibus e um metrô para ir e voltar do trabalho pois terão um gasto de R$ 200, o que equivale a 26,4% de sua renda total (PELLANDA, 2013).

Segundo Chaui (2013), a mobilidade urbana se tornou quase impossível, ao mesmo tempo em que a cidade se estruturou com um sistema viário destinado aos carros individuais em detrimento do transporte coletivo, incapaz de resolver o problema. Um exemplo disso é que o programa do metrô previa a entrega de 450 quilômetros de vias até 1990, mas até 2013, o governo estadual apresentou apenas 90 quilômetros. Mas a questão da mobilidade também está relacionada a outros problemas da nova ordem urbana inaugurada nas últimas décadas do século XX como a explosão imobiliária com os grandes condomínios (verticais e horizontais) e *shoppings centers*, que produzem uma densidade demográfica praticamente incontrolável e infraestrutura inadequada para atender tais demandas; aumento da exclusão social e da a consequente expansão das periferias carentes e de sua crescente distância com relação aos locais de trabalho, educação e serviços de saúde. As manifestações de junho, na acepção de Chauí, são uma resposta ao que ela denomina de "inferno urbano".

A questão do reajuste das tarifas foi tônica constante nos protestos de 2013, embora iniciativas semelhantes sejam encontradas em períodos anteriores. No *site* do Movimento Passe Livre, encontra-se um histórico detalhado de lutas em 2006, quando em São Paulo, houve aumento da tarifa de R$ 2,00 para R$ 2,30; 2010, quando manifestantes se acorrentaram a catracas em frente à Secretaria Municipal de Transportes após o aumento para R$ 2,70; e 2011, ano em que a tarifa chegou a R$ 3,00, levando o movimento a organizar atos de protestos e o chamado "Churrascão da gente diferenciada" – ato de protesto contra

moradores do bairro de Higienópolis, tradicional bairro paulistano, contrários à construção de uma estação de metrô na região. (PASSE LIVRE SÃO PAULO; GOHN, 2014, p.45-46; ESPÍRITO SANTO, 2014).

Didaticamente, Gohn (2014, p. 23-25) divide em três momentos o que ocorreu em 2013 tendo a cidade de São Paulo como referência para a narrativa dos acontecimentos. O primeiro momento pode ser sintetizado como de desqualificação do movimento e descaso, visto que as manifestações começaram tímidas como o primeiro ato em seis de junho, atrelado inicialmente como uma manifestação estudantil retratada pela mídia sob o estigma do vandalismo, descaracterizador das reivindicações dos participantes. O segundo momento, cronologicamente marcado a partir do 4º ato contra a tarifa, em 13 de junho, quando a violência da Polícia Militar deixou dezenas de feridos e resultou em 192 prisões. Tal momento caracteriza-se, segundo Gohn, pela violência, revolta popular e susto pelo movimento de massa. O que ocorreu nesse 4º ato teria sido responsável pela mudança da opinião pública, gerando adesão ao movimento. Em 17 de junho, 65 mil pessoas comparecem ao Largo da Batata para a marcha em direção ao palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. Em 20 de junho, um milhão de pessoas vão às ruas em várias cidades brasileiras das quais 25 capitais, no 7º ato, que passa a caracterizar o terceiro momento, iniciado após a revogação do aumento da tarifa em 19 de junho. Uma comemoração à vitória da demanda básica das manifestações.

Alan Gripp (2013 apud GOHN, 2014, p. 24), por sua vez, divide as manifestações em três fases: 1) com foco na tarifa e que reúne majoritariamente estudantes; 2) "com forte apoio popular e mais efêmera – arrastou multidões contra a baixa qualidade dos serviços públicos, a corrupção, a polícia e tudo mais"; 3) "manifestações mais radicais, já sem o paio da maioria da população, marcada por quebradeira dos adeptos à tática *Black Bloc*".

Na avaliação do próprio Movimento Passe Livre o desenrolar dos fatos pode ser interpretado sob dois grandes momentos, segundo um dos seus porta-vozes:

> Tem uma posição da mídia, muito clara, até o dia 13, incluindo o dia 13, incluindo a edição da manhã do dia 13, então você tem esse primeiro momento. Nesse primeiro momento você tem o Primeiro Ato, que era muito grande, do tamanho de um dos maiores atos desde 2011 que foi a última luta contra o aumento, então você já tem uma maior informação, já tem uma maior legitimidade de lutar, de desnaturalizar o aumento da passagem e de desnaturalizar o transporte como mercadoria, você tem essa luta como legítima, o pessoal tá falando assim: "O transporte tem que ser direito, é minha cidade, é meu transporte, eu deveria poder usar do jeito que eu bem entender e decidir sobre ele", então, você tem, cada vez mais, as pessoas tendo essa posição, acho que isso é um processo histórico e talvez o MPL

> tenha alguma parte nisso, eu acho que tem, algo em torno dele e aí você chega nos cinco mil, mais ou menos, o que tinha no primeiro ato. E aí vai aumentando, por quê? Porque as pessoas têm essa apropriação cada vez mais, tem essa legitimidade do transporte ser um direito, e por mais que isso é uma construção da mídia: de ser uma coisa ilegítima, cada vez mais as pessoas vão se apoderando e vão refletindo, elas próprias sendo cada vez mais os sujeitos dessa luta. E vai aumentando, não sei talvez em grande parte por causa da repressão que dá uma questão midiática, a radicalidade dá uma questão midiática, não sei, acho que as pessoas se apropriaram da luta e isso faz com que elas se interessem mais em lutar. (LUCA, 2013 apud ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 27)

Feitas considerações sobre tais fases ou etapas, convém contextualizar de forma sintética o que se convencionou a chamar dos sete "grandes atos de junho de 2013 contra o aumento da tarifa". Cada um dos eventos será abordado resumidamente, destacando-se aspectos mais característicos que permitam uma leitura dos mesmos que auxilie na compreensão do fenômeno como um todo.

O primeiro ato de protestos ocorreu em 6 de junho, após o anúncio do dia 2 do mesmo mês, por meio de decreto, do aumento das tarifas de ônibus, metrô e trens em São Paulo de R$ 3,00 para R$ 3,20. Cerca de duas mil pessoas foram convocadas por coletivos organizados como o MPL tendo como premissa a redução da tarifa. Partindo do teatro Municipal (mais uma relação dos atos com a questão teatral), a iniciativa tomou as principais vias de circulação e visibilidade da capital, como as avenidas 9 de Julho, 23 de Maio e Paulista. O primeiro protesto foi marcado por depredações e pichações de lixeiras, estações de metrô e até mesmo do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e foi caracterizado pela mídia como um protesto de jovens estudantes e partidos de oposição que se confrontaram com a polícia, que revidou utilizando gás e balas de borracha para repreender os manifestantes, além de deter 15 pessoas e deixar 10 feridos.

O dia 8 de junho reuniu cinco mil pessoas na capital paulista no que ficou conhecido como "2º grande ato contra o aumento da tarifa". O Largo da Batata, na região de Pinheiros, foi o ponto de concentração dos manifestantes que saíram pelas ruas em direção à Avenida Paulista tendo como trajeto avenidas como a Rebouças e Faria Lima. Novos confrontos com a polícia e declarações de autoridades contra a violência caracterizaram tal episódio.

Realizado no dia 11 de junho, o terceiro ato de protesto reuniu, segundo a Polícia Militar, cinco mil manifestantes, e, de acordo com organizadores 12 mil. O ato partiu da Avenida Paulista. Marcado pela violência com cerca de 100 feridos entre jornalistas, manifestantes e policiais e 19 detidos, 87 ônibus depredados. (GOHN, 2014; ESPÍRITO SANTO, 2014).

No dia 13 de junho, 20 mil manifestantes segundo o MPL e cinco mil de acordo com a PM participaram do 4º ato contra o aumento da tarifa. A agressividade e violência da Polícia se agravou durante o protesto. Tal episódio se caracteriza por uma mudança da opinião pública, que, em virtude da abordagem da mídia, tratava os manifestantes como "vândalos". Um dos marcos dessa mudança foi a agressão à imprensa. A jornalista Giulliana Vallone, repórter da Folha de S. Paulo, atingida no olho por uma bala de borracha. E ela não foi a única.

> Conforme a manifestação foi recebendo mais participantes durante seu desenrolar e se encaminhando para parar o tráfego na Avenida Paulista, PM obtinha ordens de não permitir que os manifestantes chegassem ao seu destino. Sendo assim, os 400 homens da polícia deram início a repressão de maneira indiscriminada com o uso de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha. A Tropa de Choque da PM atirava mesmo sob gritos de não violência. "Pessoas que sequer participavam do protesto, mas estavam nos arredores, em lojas e bares, também sofriam agressões por parte dos policiais" (FERNANDES & ROSENO, 2013, p. 19). No fim, 130 pessoas foram detidas e 105 feridas. Mas um aspecto em especial da atuação da polícia fez com que a repressão fosse tão repudiada: muitos repórteres da grande mídia, mesmo que identificados com crachás, foram agredidos. O repórter Piero Locatelli da revista Carta Capital foi detido violentamente por "porte de vinagre", pois esta substância é utilizada pelos manifestantes para se proteger já que ajuda a amenizar os efeitos do gás lacrimogêneo. O fotógrafo do Portal Terra, Fernando Borges, também foi detido e ficou 40 minutos de frente para a parede, junto com outros manifestantes. Ambos foram liberados posteriormente. (ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 31-32)

A agressão à imprensa ganhou repercussão internacional e mostrou o despreparo das forças policiais e do governo para lidar com os protestos, causando indignação de entidades como a Anistia Internacional, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo e a ONG Repórteres Sem Fronteiras. A agressão passou a ser encarado como um ataque à liberdade de imprensa e ao "quarto poder" da mídia tradicional que até então se mostrava combativa a tais movimentos. No mesmo dia, fotos, relatos e vídeos começaram a ser postados nas redes sociais por pessoas que vivenciaram aquele "cenário de guerra" na região da Rua da Consolação. O material se espalhou rapidamente pela internet. Nesse contexto, o grupo Mídia Ninja ganhou espaço, como outro ator de importância na construção das manifestações de junho. A sigla Ninja, de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, diz respeito a um grupo de pessoas ligadas ao coletivo da área cultural Fora do Eixo que fez transmissões em tempo real das manifestações pelo país fazendo uso de câmeras de celulares ligados a redes sem fio de internet através do Pós-TV, um *site* que divulga transmissões em tempo real de manifestações, debates, discussões, etc. Como o próprio nome disse, a proposta é de uma

forma de transmissão diferente da televisão, onde é possível a interação dos que assiste às imagens com aqueles que estão fazendo a transmissão, o que se dá principalmente através das postagens de comentários dentro do próprio site durante o acontecimento. O grupo colaborou na construção de uma narrativa alternativa àquela praticamente hegemônica da mídia tradicional, mostrando outro lado da história, ajudando a desconstruir o discurso de que a polícia somente havia tomado atitudes extremas por que havia sido atacada primeiro pelos manifestantes. O Mídia Ninja ajudou a deixar claro o posicionamento da grande mídia até aquele momento de tentar desmobilizar os manifestantes e deslegitimar a causa. E, por isso, a rejeição às grandes redes de televisão se tornou tão grande que os repórteres passaram a ter que retirar o logo da emissora de seus microfones quando iriam fazer transmissões em meio aos manifestantes. (ESPÍRITO SANTO, 2014, p. 33).

65 mil pessoas foram às ruas da capital paulista no dia 17 de junho para o 5º ato. O trajeto partiu do Largo da Batata, em Pinheiros, e manifestações foram registradas em frente à sede da Rede Globo, no Morumbi, e no Palácio dos Bandeirantes. Os manifestantes receberam demonstrações de apoio pelo trajeto como lenços brancos estendidos nas janelas ou chuva de papel picado. A polícia deixou de usar bombas de gás e balas de borracha, em decorrência da repercussão da violência nos atos anteriores. (GOHN, 2014; ESPÍRITO SANTO, 2014). Em 12 capitais, o MPL contabilizou 215 mil pessoas, e ocupações do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa também marcaram os atos pelo país.

A Praça da Sé, tradicional ponto de ocupação em manifestações políticas na capital reuniu manifestantes para do 6º ato no dia 18 de junho. A tropa de Choque da PM foi chamada para conter os participantes. Saques e depredação de lojas de departamento, bancos, prefeitura municipal, estações de metrô, entre outras também foram registrados. Um carro da Rede Record de Televisão também foi atacado. Em especial neste episódio, a repercussão para ações utilizando táticas *Black Blocs* ganharam projeção.

Já o chamado 7º ato foi realizado no dia 20 de junho em 75 cidades do país e ocorreu após o anúncio de revogação dos aumentos em várias capitais brasileiras e também foi marcado por atos violentos. Em resposta aos ataques, à descriminalização da violência e apropriação dos protestos por grupos como os *Black Blocs*, no dia 21 de junho, o MPL-SP anuncia que não irá mais fazer manifestações, mas as mesmas voltaram a acontecer posteriormente.

Feitas tais considerações, parte-se para uma breve análise dos protestos e seus desdobramentos, antes de dar corpo à análise metodológica aqui proposta. Como ponto de partida, para a presente discussão, abordam-se as características do MPL e sua forma de

atuação em rede onde se considera a questão espacial, o *locus* dos protestos. Para tanto, abordar-se-á a apropriação de diferentes espaços pelo movimento e pelos manifestantes: as ruas e as redes sociais ou mídias digitais na internet.

5 MOVIMENTO PASSE LIVRE E O ATIVISMO EM REDE

Pretende-se neste capítulo tratar do Movimento Passe Livre São Paulo, suas origens, características e sua forma de atuação em rede na qual se considera a questão espacial, o *locus* dos protestos - apropriação de diferentes espaços pelo movimento e pelos manifestantes: as ruas e as redes sociais ou mídias digitais na internet – mote para discussão sobre questões como a midiatização dos mesmos e a ocupação simbólica da cidade como ato de reapropriação de direitos e exercício cidadão com a emergência de um novo espaço público que comunica anseios e necessidades a serem atendidos.

O Movimento Passe Livre (MPL)[40] ganhou projeção depois dos protestos de 2013, em várias cidades brasileiras, pela redução da tarifa e melhorias no transporte coletivo urbano. Um ano e meio depois, sua vertente paulistana, MPL-SP, voltou às ruas, em 2014, com protestos durante a realização da Copa do Mundo de Futebol e em 2015, para novas reivindicações após o anúncio do aumento da tarifa do transporte para R$ 3,50 na capital de São Paulo.

No ensaio *Não começou em Salvador*, não vai terminar em São Paulo, publicado no livro *Cidades rebelde, passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (2013) e assinado pelo Movimento Passe, o próprio movimento afirma:

> Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. É em meio a essa experiência concreta da luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre. (MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO, 2013, p. 13-14)

As origens do MPL remontam ao ano de 2003, quando uma revolta popular desencadeada por jovens, estudantes e trabalhadores fecharam as ruas de Salvador contra o aumento da tarifa numa paralisação de dez dias. O episódio, que segundo o MPL teve a participação estimada de 40 mil pessoas, ficou conhecido como "A Revolta do Buzu" e virou documentário com o mesmo nome dirigido por Carlos Pronzato.

> Durante as aulas, estudantes secundaristas pulavam os muros das escolas para bloquear ruas em diversos bairros, num processo descentralizado,

[40] Mais informações sobre o Movimento Passe Livre (MPL) na página oficial (http://www.mpl.org.br) ou em seu perfil no Facebook (https://www.facebook.com/MovimentoPasseLivrempl/info), nas páginas de coletivos como sua vertente paulistana, o MPL-SP (http://saopaulo.mpl.org.br/), no perfil no Facebook (https://www.facebook.com/passelivresp/info) ou no *site* http://tarifazero.org/mpl/.

> organizado a partir de assembleias realizadas nos próprios bloqueios. A indignação popular represada no interior do transporte coletivo fomentou uma dinâmica de luta massiva que escapava a qualquer forma previamente estabelecida. A Revolta do Buzu exigia na prática, nas ruas, um afastamento dos modelos hierarquizados; expunha outra maneira, ainda que embrionária, de organização. (MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO, p. 14)

No ano seguinte, em Florianópolis, a chamada "Revolta da Catraca" da qual participaram estudantes, associações de moradores, professores, sindicatos e a população em geral, pedia redução das tarifas.

> Ocupando terminais e bloqueando a ponte que dá acesso à ilha, os protestos forçaram o poder público a revogar o aumento e serviram de base para a fundação do MPL no ano seguinte. A perspectiva aberta por esse curto processo de lutas que alcançou a vitória na capital catarinense deu origem ao movimento: uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações. (MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO, p. 15)

Em 2005, depois destes dois episódios e durante a plenária do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, nascia o Movimento Passe Livre.

O Movimento Passe Livre (MPL), um dos principais atores sociais dos protestos, se autointitula "um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente (de partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc.), que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada" e como "movimento social brasileiro que luta por transporte público". Tais características estão expressas na carta de princípios[41], um documento que estabelece os pontos de unidade dos coletivos federados nacionalmente ao MPL, aprovada na Plenária Nacional pelo Passe Livre, no V Fórum Social Mundial, em 28 de janeiro de 2005, alterada no III Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (ENMPL), no dia 30 de julho de 2007; alterada por consenso no IV ENMPL em 2013.

Sobre os princípios, o movimento os define da forma expressa no documento mencionado[42]:

- ✓ **Autonomia** - o mesmo que autogestão. Todos os recursos financeiros do movimento devem ser administrados, criados e geridos pelo movimento. Não vale depender de doações de empresas, ONGs, partidos políticos e outras organizações;
- ✓ **Independência** - uma das consequências da autonomia. Os coletivos do MPL são independentes entre si, em suas ações locais, desde que respeitem os princípios organizativos

[41] Disponível em http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/.
[42] Idem.

nacionais e independente ainda de partidos políticos, ONGs, governos, ideologias e de unidades teóricas. “O MPL depende apenas das pessoas que o constituem”.

✓ **Horizontalidade** - todas as pessoas envolvidas no MPL devem possuir o mesmo poder de decisão, o mesmo direito à voz e a liderança nata. “Um movimento horizontal é um movimento onde todos e todas são líderes, ou onde esses líderes não existem. Desta forma, todos e todas tem os mesmos direitos e deveres, não há cargos instituídos, todos e todas devem ter o acesso a todas as informações. As responsabilidades por tarefas específicas devem ser rotatórias, para que os membros do grupo possam aprender diversas funções”.

✓ **Apartidarismo** (mas não antipartidarismo) - Os partidos políticos oficiais e não-oficiais, enquanto organização, não participam do Movimento Passe Livre. Entretanto, pessoas de partidos, enquanto indivíduos, podem participar desde que aceitem os princípios e objetivos do MPL, sem utilizá-lo como fator de projeção política. O MPL não deve apoiar candidatos a cargos eletivos, mesmo que o candidato em questão participe do movimento.

Todos os coletivos das cidades brasileiras devem obedecer a essas diretrizes e ainda princípios organizativos, como os que pregam: que “a força deve vir das ruas”; as deliberações não referentes a princípios devem vir de propostas consensuais e, na impossibilidade, através de votação. Como perspectivas estratégicas o documento afirma que o “MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade” e, portanto, a luta pela Tarifa Zero deve ser “o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários)”. Como estratégia, o documento também prevê que o movimento fomente “a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social” e lute “pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais”, “contra a própria repressão e criminalização de que tem sido alvo”. Em nível federal, o MPL é formado por representantes dos movimentos nas cidades, que constituem um Grupo de Trabalho (GT), formado por pelo menos um e no máximo três membros referendados pelas delegações presentes no Encontro. Os grupos locais de luta não presentes devem ter o aval dos movimentos que fizerem parte do GT. Os coletivos devem também estabelecer uma rede de contatos inter-coletivos, tentando ao máximo se aproximar uns dos outros, tornando real o apoio mútuo entre coletivos, o que garantirá organicidade ao Pacto Federativo do MPL. Os

MPLs locais devem ter autonomia para definir as atividades a serem realizadas e o GT deve obter a programação de todas as cidades para divulgar por meios eletrônicos e outros. Ainda sobre a questão da comunicação, faz parte da resolução do movimento que "o MPL deve utilizar mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público".

5.1 Tarifa Zero

O MPL prega a chamada "Tarifa Zero", pois entende que o transporte é um serviço público essencial, direito fundamental que assegura o acesso das pessoas aos demais direitos como, por exemplo, a saúde e a educação e, consequentemente, é aquele que não tem exclusão, que permite o acesso de todas as pessoas. A argumentação do MPL parte de levantamento do IPEA[43] que indica que no Brasil, 35% da população que vive nas cidades grandes não tem dinheiro para pagar ônibus regularmente. "Muitas pessoas estão excluídas da educação porque não podem pagar o ônibus até a escola. Toda vez que aumenta a tarifa do ônibus, esta exclusão aumenta também". Assim, o movimento prega a reestruturação do transporte cujo serviço seria pago por impostos progressivos e não por tarifa. O MPL defende que a tarifa zero deva "ser feita através de um Fundo de Transportes, que utilizará recursos arrecadados em escala progressiva, ou seja: quem pode mais paga mais, quem pode menos paga menos e quem não pode, não paga" e que as prefeituras, além de fazer uma reforma tributária distribua "melhor o orçamento público, separando uma parte para subsidiar o transporte, ao invés de gastar dinheiro em propaganda, corrupção e obras que não atendem às reais necessidades da população".

Na cidade de São Paulo, por exemplo, a iniciativa de uma proposta de tarifa zero foi anunciada em outubro de 1990, pela então prefeita Luiza Erundina (PT). O projeto de autoria do secretário de Transportes Lúcio Gregori pretendia garantir a gratuidade total do transporte coletivo entre 1o de julho a 31 de dezembro de 1991 e visava garantir o direito de ir e vir para toda a população que gastava, em 1986, 22% do seu salário em transporte. A proposta, que tinha 65% de apoio popular, segundo o MPL, era que a tarifa fosse por um Fundo de Transporte, que recolheria fatias de uma cobrança progressiva IPTU e o custeio do transporte seria baseado no conceito de forte distribuição de renda: "quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos e quem não tem nada não paga". O projeto começou a ser discutido na Câmara Municipal em 22 de outubro de 1990, mas foi derrotado e o executivo passou a

[43] Fonte: http://tarifazero.org/mpl/

defender a municipalização do transporte coletivo. Por esse modelo, as decisões sobre a quantidade de ônibus, os horários e as linhas não estariam mais nas mãos das empresas que operavam pela lógica de mercado (colocando menos ônibus em linhas consideradas não-rentáveis, de periferia, por exemplo) e a prefeitura pagaria um valor determinado para que as empresas, subordinadas às decisões do poder público, pusessem seus ônibus nas ruas ("uma espécie de fretamento"). Este modelo foi aprovado em maio de 1991.

A Tarifa Zero não vingou na capital paulista, mas tornou-se realidade em algumas cidades do estado como Paulínia, na região de Campinas; Agudos na região de Bauru; Potirendaba, na região de São José do Rio Preto; além de municípios de outros estados como Diamantina (MG); Miracá, Porto Real e Silva Jardim (RJ) e em cidades de outros países como Hasselt, na Bélgica; Chanching e Chagzhi, na China; Zagreb, na Croácia; Corvalis, nos Estados Unidos; e Gibraltar, no Reino Unido.

O próprio MPL declara que "uma das principais bandeiras do movimento é a migração do sistema de transporte privado para um sistema público, garantindo o acesso universal através do passe livre para todas as camadas da população", além de aprofundar o debate sobre o direito de ir e vir, sobre a mobilidade urbana nas grandes cidades e sobre um novo modelo de transporte para o Brasil, o mote inicial para os protestos de junho de 2013.

5.2 O MPL-SP e as Redes Sociais

O MPL-SP se articula na internet e em diferentes canais de comunicação. Existem páginas alternativas como a Tarifa Zero que aglutina as causas, lutas e propostas do movimento. O MPL nacional e seus coletivos estaduais ou federados possuem página oficial. No caso do MPL-SP, o endereço eletrônico apresenta diversas seções. É bem organizado e tem um forte caráter informativo e educativo, reunindo vasto material institucional.

A vertente paulistana do movimento Passe Livre possui ainda canais nas principais redes sociais ou de relacionamento e nas mídias digitais. Elas tiveram papel decisivo durante os protestos de 2013, sendo utilizadas para convocação, na articulação dos atos de protesto e na construção das narrativas durantes os mesmos, desarticulando sobretudo o ponto de vista da mídia tradicional e hegemônica. Até hoje observa-se que há, por parte do movimento um tratamento diferenciado, estratégico e bem articulado na comunicação por meio dessas redes.

Estima-se que dos 107,7 milhões de internautas, o equivalente a 80% dos internautas brasileiros (89 milhões de pessoas) esteja conectado ao Facebook, rede social digital ou de relacionamento criada em 2004 pelos universitários da universidade de Harvard, Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes. Diariamente o acesso a

essa rede chega a 59 milhões de brasileiros, segundo dados de agosto de 2014 divulgados pela própria rede social[44]. O Facebook atingiu em 2012, 1 bilhão de usuários ativos e, em janeiro de 2015, anunciou que conta com 1.44 bilhão de usuários em todo o mundo[45].

A página oficial do MPL-SP nessa rede foi criada em junho de 2011. A primeira postagem data do dia cinco de junho e informa que o perfil de usuário foi alterado para página depois cinco mil amigos há duas de semanas e continuavam recebendo uma medida de 15 solicitações por dia[46].

Figura 1 - Número de seguidores em 16 de junho de 2013 - Reprodução da página do Facebook do MPL-SP. [47]

No dia 14 de junho de 2013, ela contava com 58.350 seguidores ("curtidas"). Rapidamente, a página do movimento foi conseguindo aumentar a adesão. Até o fim dos primeiros atos de protestos de 2013 já possuía aproximadamente 295 mil "curtidas", termo relacionado à aprovação positiva de determinada publicação ou página do Facebook e, que, ao se referir ao determinado endereço de usuário reflete basicamente o número de seguidores das páginas destinadas a grupos, organizações ou pessoas notórias.

---

[44] Portal G1. Oito a cada dez internautas do Brasil estão no Facebook, diz rede social. 21 de agosto de 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/08/oito-cada-dez-internautas-do-brasil-estao-no-facebook-diz-rede-social.html> Acesso em 21 ago. 2014.

[45] FOLHA ONLINE. Facebook supera estimativa de receita de analistas; usuários já são 1,4 bi. 20 jan. 2015. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2015/01/1581963-facebook-supera-estimativa-de-receita-de-analistas-usuarios-ja-sao-14-bi.shtml>. Acesso em 11 maio 2015.

[46] No Facebook, perfis se destinam a usuários individuais e podem reunir até cinco mil "amigos" enquanto as páginas são destinadas a organizações, instituições, empresas ou personalidades públicas, tendo um número ilimitado de seguidores.

[47] Disponível em: http://imguol.com/c/noticias/2013/06/14/passe-livre-sp-o-site-do-movimento-passe-livre-sp-um-dos-organizadores-dos-protestos-na-cidade-de-sao-paulo-conta-com-eventos-e-conteudos-de-internautas-sobre-as-manifestacoes-contra-o-aumento-da-1371228679195_956x500.jpg. Acesso em 15 mai. 2015.

Figura 2 – Número de seguidores em algumas semanas de protesto em 2013 - Reprodução da página do Facebook do MPL-SP na ocasião dos protestos em junho de 2013.
Fonte: https://www.facebook.com/passelivresp

Hoje a página oficial do MPL-SP apresenta 303 mil "curtidas"[48], número que, neste contexto, indica o número de seguidores.

Figura 3 - Reprodução da página do Facebook do MPL-SP.
Fonte: https://www.facebook.com/passelivresp. Acesso em 12 mai. 2015

O coletivo também utiliza o *microblog* Twitter no qual "@mpl_sp" a conta criada em janeiro de 2010, tem atualmente 3.034 seguidores[49]. Durante os protestos de 2013, a rede social digital teve papel significativo ao indicar em tempo real as ações, fatos e as temáticas que envolviam as manifestações como se observa a seguir.

[48] Dados até 12 de maio de 2015.
[49] Dados de 12 de maio de 2015. Acesse: https://twitter.com/mpl_sp

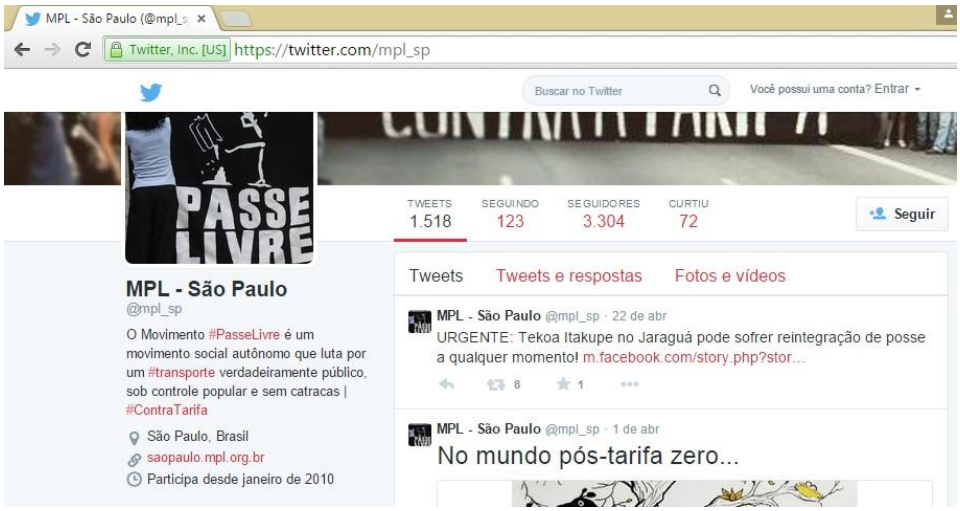


Figura 4 - Reprodução da página do MPL-SP no Twitter - @mpl_sp.
Disponível em <https://twitter.com/mpl_sp>. Acesso em 12 mai. 2015.

Segundo pesquisa do Datafolha, divulgada em 19 de junho de 2013[50] e realizada com 766 pessoas, dos 65 mil presentes na manifestação de segunda-feira, 17 de junho, no Largo da Batata, em São Paulo, 93% soube do ato através dos das redes sociais. O Facebook foi utilizado por 81% como principal fonte de informação sobre os protestos. Os dados apontam o perfil dos manifestantes: eram homens (63%), de até 25 anos (53%) e com nível superior de ensino, completo ou incompleto (77%); 56% mencionaram a posição contrária ao aumento da passagem; 40% disse estar ali para protestar contra a corrupção; 31%, contra a repressão/violência policial e 27% por um transporte de melhor qualidade.

O alcance, a participação das pessoas conectadas às redes e aos protestos pode ser observada pela equipe Grunz[51], um grupo de monitoramento da Internet: mais de 3 milhões de pessoas confirmaram presença nos eventos pelo Facebook entre 17 e 30 de junho em 611 cidades – 538 cidades brasileiras, das quais 26 capitais, e 73 cidades de 27 países do exterior.

As redes foram mais que canais de comunicação e informativos do movimento, enquanto instituições permitiram que as vozes dos cidadãos também se propagassem e, sobretudo, apresentar uma leitura alternativa à da mídia tradicional sobre os eventos de junho pela redução da tarifa. Dadas as proporções que os protestos atingiram, observou-se durante junho de 2013 que tanto a mídia tradicional como as chamadas mídias digitais foram responsáveis por projetar os levantes de junho. A mídia tradicional que, inicialmente ignorava

[50] Dados resumidos da pesquisa podem ser encontrados em: http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297654-largo-da-batata-reuniu-75-mil-a-maioria-novatos-na-onda-de-protestos.shtm. A íntegra está disponível no endereço: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/contagaem-manifestacao-lgo-da-batata.pdf

[51] Dados disponíveis em http://www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo. Acesso em 01 ago. 2013.

ou abordava o movimento de forma negativa, precisou mudar sua postura diante dos acontecimentos, principalmente quando por meio das redes, ele ganhou projeção, como se observa no depoimento de um dos integrantes que falou como porta-voz do MPL:

> [...] os próprios manifestantes noticiando, no Facebook, tirando foto, colocando vídeo no YouTube, noticiando pras pessoas, falando "tirei a foto aqui, olha a bala de borracha que eu tomei", "olha esse cara, como é que ele tá", "tô aqui na delegacia há 'x' horas" Eles têm um papel muito importante na informação, quanto mais gente falando... A gente acha que grande parte do tamanho que toma é porque a maioria das pessoas se apropriaram disso e elas se tornam sujeitos também da luta, quanto mais gente lutando melhor. O MPL não é a única organização que tá nessa luta e nem quer ser. Gente que tá lutando pelo transporte e não tá no MPL, maravilha. Gente que tá na manifestação e tá fazendo a notícia, não precisa ser uma página oficial do Facebook, do MPL, do Passe Livre São Paulo pra ter uma relevância na importância da luta, é isso. Teve uma importância muito grande em desmistificar e deslegitimar uma versão que estava sendo mantida pela mídia [...] (LUCA, 2013 apud ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 67)

Se os tradicionais veículos de massa como a televisão tiveram até o final do século XX o papel de espetacularizar os fatos, os mesmos também contribuíram para que isso ocorresse, mas foi, sobretudo, com a propagação viral de fotos, depoimentos, curtidos, comentários, compartilhamentos e outras formas de interação que envolvem a comunicação mediada por computador que eles e suas reivindicações se popularizaram e até conseguiram a simpatia de parte da opinião pública. Milhares de comentários individuais, de apoio, complemento, indignação, repúdio eram postados o tempo todo. Protestos individuais que se amplificavam no coletivo ou grupo com o uso das mais variadas plataformas tecnológicas de conexão, aspectos que nos remetem à forma de socialidade inerente à cibercultura.

5.3 A espetacularização e midiatização dos protestos

Guy Debord (1931-1994), em *A Sociedade do Espetáculo*, afirma que toda a vida nas sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos e tudo o que é vivido se esvai na fumaça da representação. As imagens criam um mundo à parte, uma realidade "parcial" e, neste sentido, o espetáculo, enquanto parte da sociedade, é algo produzido fruto da relação social entre pessoas mediatizadas por imagens, gera o olhar "iludido" ou angulado deste conjunto de imagens e representações, traduzido na perda de unidade das coisas. Desde que o conceito de sociedade do espetáculo foi cunhado, nos anos de 1960-1970, muitas transformações ocorreram como já mencionado.

Segundo Kellner (2004, p. 5), estamos entrando numa nova cultura do espetáculo que constitui uma nova configuração da economia, da sociedade, da política e da vida cotidiana, e que envolve novas formas de cultura e de relações sociais e novos modelos de experiência. Para Kellner, os espetáculos existem desde os tempos pré-modernos. Olimpo, os festivais de dramaturgia e de poesia, batalhas retóricas públicas, e guerras da Grécia Clássica, às orgias, a ampla oferta de pão e circo, batalhas políticas, o espetáculo do Império com as paradas e os monumentos em honra dos Césares vitoriosos e dos exércitos da Roma Antiga são exemplos que ilustram isso.

> Nos primórdios da era moderna, Maquiavel aconselhou seu príncipe sobre o uso produtivo do espetáculo para o governo e o controle da sociedade, e os imperadores e reis dos estados modernos cultivaram os espetáculos como parte de seus rituais de governo e poder. O entretenimento popular naturalmente teve suas raízes no espetáculo, enquanto a guerra, a religião, os esportes e outros aspectos da vida pública se tornaram terrenos férteis para a propagação do espetáculo por muitos séculos. Agora, com o desenvolvimento de novas multimídias e da tecnologia da informação, os tecnoespetáculos têm, decisivamente, determinado os perfis e as trajetórias das sociedades e culturas contemporâneas, pelo menos nos países capitalistas avançados, ao mesmo tempo em que o espetáculo também se torna um fato marcante da globalização. (KELLNER, 2004, p. 5).

Kellner afirma que a vida político-social é cada vez mais moldada pelo espetáculo, desde os conflitos sociais e políticos "cada vez mais presentes nas telas da cultura da mídia, que apresentam os espetáculos de casos sensacionalistas de assassinatos, bombardeios terroristas, escândalos sexuais envolvendo celebridades e políticos, bem como a crescente violência da atualidade". Hoje, há uma nova cultura do espetáculo, com o surgimento de megaespetáculos e de espetáculos interativos. Isso é evidente neste novo milênio e constitui novas formas de cultura global. A teoria social crítica se depara com novos desafios no mapeamento teórico e na análise dessas novas formas de cultura e de sociedade e de como elas podem conter novas formas de dominação e de opressão bem como a potencialidade para a democratização e a justiça social. De acordo com Kellner, sob a influência de uma cultura imagética multimídia, os espetáculos sedutores fascinam os ingênuos e a sociedade de consumo, envolvendo-os na semiótica de um mundo novo de entretenimento, informação e consumo, que influencia profundamente o pensamento e a ação. Se na concepção de Debord, o espetáculo na sociedade midiatizada podia ser visto como algo alienante, gerador de passividade e despolitização, talvez, do ponto de vista mais otimista, surge uma tentativa de reação a essa sociedade que compra as "verdades" midiáticas como realidade.

Segundo Lemos (2009, p. 4), a tecnologia, que foi o instrumento principal da alienação, do desencantamento do mundo e do individualismo, vê-se "investida pelas potências da socialidade" e a cibercultura mostra como "as novas tecnologias são efetivamente ferramentas de compartilhamento de emoções, de convivialidade e de retorno comunitário".

> A cibercultura não é mais a sociedade do espetáculo, no sentido dado a essa pelo situacionista francês Guy Debord. Ela é mais do que o espetáculo, configurando-se como a "manipulação" digital do espetáculo. O espetáculo é a representação do mundo através dos mass media, enquanto que a cibercultura é a simulação do mundo pelas tecnologias do virtual. A cibercultura surge com os postmedia, ou seja, as redes informáticas, o multimídia interativo, a realidade virtual. A cibercultura toma a simulação como a via de apropriação do real, enquanto que o espetáculo da tecnocultura moderna apropria o real por meio da representação do mundo (LEMOS, 2009, p. 4).

Viu-se durante os protestos, que o MPL escolheu o termo "ato" para nomear a série de ações programadas e levantes durante junho de 2013 e nos anos seguintes. A palavra encontra ainda aproximação com o contexto da sociedade midiatizada contemporânea, caracterizada pela espetacularização de processos com a utilização ou mediação da mídia, em que os meios são utilizados como formas das narrativas ou para dar os recortes e induzir a leitura de determinados contextos. O termo "ato" remete às artes onde é utilizado parra demarcar cada uma das partes em que se divide uma peça de teatro, uma ópera ou um balé. Do ponto de vista do significado, também remete à ética da ação guiada por uma consciência livre e consciente e ainda sob o viés filosófico, ao estado de pleno desenvolvimento daquilo que em um momento anterior apresentava uma tendência ativa para a transformação ou ainda, sob aspecto jurídico, a documento público que expõe a deliberação de uma autoridade. (HOUAISS, 2009).

José Szwako, Monika Dowbor (2013) fazem uma aproximação entre a "performance" do MPL e dos comitês Populares da Copa (CPC) e o que chamam de "metáforas dramatúrgicas" e "realidades teatrais".

> Uma abordagem teatralizada dos movimentos sociais permite entendê-los como "dramas nos quais protagonistas e antagonistas competem para afetar as interpretações do público a respeito das relações de poder em vários domínios". Nessa competição pela interpretação da plateia e por uma reação positiva do público, a performance dos movimentos visa transformar aquilo que é uma plateia desde sempre virtual (seja ela as autoridades estatais, a opinião pública ou quaisquer outras personagens da sociedade civil) em um público espectador cativo, um aliado. Para esse trabalho de convencimento e adesão, os movimentos dramatizam ações, forjando ou emprestando palcos e

> vitrines e encenando atos que dependem da cooperação entre seus protagonistas (os militantes) e do esforço deles para a perfeição de cada parte do seu espetáculo (a cenografia, a trilha sonora, o figurino).
> Longe de serem espontâneos, esses palcos, atos e espetáculos são construídos ao longo e através das trajetórias acumuladas pelos próprios militantes protagonistas e são inspirados em formas já existentes. Os movimentos se conformam como equipes, cuja cooperação íntima e duradoura entre suas personagens constrói uma disposição estético-ideológico-estratégica amparada no acúmulo prévio de saberes e de experiências vividas coletiva e individualmente. Uma leitura dramatúrgica dos movimentos não tira deles seu componente estratégico; os meios para alcançar seus objetivos tanto podem ser lidos a partir de metáforas teatrais como delas se nutrem. Essa leitura permite, ainda, compreender como os objetivos e meios dos movimentos são prévia e internamente construídos a partir das interações e investimentos nos chamados bastidores e encenados publicamente nos palcos. Por fim, a utilização das metáforas teatrais não tem por objetivo despolitizar a atuação dos movimentos; consideramos apenas um enquadramento analítico alternativo ao da semântica do confronto e das metáforas bélicas. Ambos, interacionismo e confronto político, são formas ricas e não excludentes de se aproximar desse universo heterogêneo e complexo. (SZWAKO e DOWBOR, 2013, p. 44-45)

Os autores fazem uma análise de eventos que antecederam os protestos de 2013 como as revoltas do Buzu e da Catraca, aqui já mencionadas, e um paralelo com o protesto de 25 de outubro de 2013, que contou com a tática *Black block* na capital paulita. Para tanto, Szwako e Dowbor apoiam-se em três categorias teatrais aproximando aspectos da teoria das manifestações coletivas e do confronto político defendidas pelos sociólogos Sidney Tarrow (1938-), Charles Tilly (1929-2008) da teoria social sobre interação simbólica de Erving Goffman (1922-1982), cientista social, antropólogo, sociólogo e escritor canadense, que se popularizou com o livro *A representação do eu na vida cotidiana* e que permite a análise dramatúrgica: a noção de bastidores, que enfatiza aquilo que não é dado à percepção pública e que, segundo eles remete à forma de organização interna dos movimentos e ao espaço de deliberação estratégica do movimento; as noções de palco e de vitrine (*public display*). "Dispostos em um *continuum* que vai das vitrines aos palcos, os movimentos constroem formas pelas quais expõem suas causas para um público maior e dramatizam suas questões" (SZWAKO e DOWBOR, 2013, p. 45). Tais relações também podem ser feitas com os protestos de junho de 2013.

Neste sentido, podem-se fazer outras analogias: as praças e cidades como palcos do drama urbano; os manifestantes como atores e protagonistas do enredo à espera do clímax, em que seus anseios potencializados pela voz da multidão e do público possam ser ouvidos pelo poder competente.

Segundo Szwako e Dowbor, nos bastidores os movimentos se articularam para aglutinar o público. Os protestos e manifestações também envolvem toda uma representação e teatralização ao tornar as ações públicas, expondo-as à sociedade. Pode-se, até certo modo, dizer que a comunicação é utilizada, sob muitos aspectos para esta promoção, publicidade e espetacularização de tais eventos, que, no que se refere aos protestos de junho de 2013 foram amplamente midiatizados.

O elemento dramático, segundo os autores, faz parte da tônica dos movimentos

.

> a luta pelo "passe livre" transbordou a própria performance do MPL, tornando-se um ciclo de protestos e sendo apropriado pelo público maior, a partir do momento em que a plateia acessou e criticou a reação desproporcional da polícia paulista diante do movimento àquela mesma noite. (SZWAKO e DOWBOR, 2013, p. 55)

Tal aproximação entre essa "interpretação cênica da realidade", as dinâmicas teatrais e eventos permite pensar na espetacularização (SODRÉ, 2013) ou midiatização dos protestos basicamente de duas maneiras: uma quando se considera a transmissão pelo próprio movimento ou pelo público utilizando as plataformas dos dispositivos móveis, o que permite até uma mudança de angulação na cobertura da mídia tradicional, e outra através da apropriação dos movimentos por esta própria mídia tradicional que passa a ser alvo da truculência da polícia, em especial no ato do dia 13 de junho, conforme já apontado. Remete também em pensar que se o meio é a mensagem, conforme McLuhann, isso significa que as mídias deixaram de ser canais tecnológicos de transporte de uma mensagem e se tornaram o próprio conteúdo que "intervém culturalmente na vida social, dentro de um novo mundo sensível criado pela reprodução imaterial das coisas, pelo divórcio entre forma e matéria" (SODRÉ, 2013, p. 19).

5.4 Os protestos na internet

Cobertas pela mídia tradicional de formas distintas, foi na mídia digital e com a utilização dos dispositivos móveis como celulares, *smarthpones* e da comunicação mediada por computador nas redes socais digitais ou de relacionamento que os protestos se propagaram de forma viralizada. Pela própria instantaneidade que lhe é característica, os atos eram divulgados e ganhavam rapidamente as redes, páginas e *timelines* do Movimento e dos usuários que o seguem.

Diversas empresas especializadas em monitoramento *on-line* relataram o fenômeno. Embora os números sejam divergentes, o que pode ser justificado pela metodologia de coleta,

ilustram o alcance das manifestações. Para se ter uma ideia, só nas manifestações que ocorreram no dia 17, em diversas capitais do país geraram cerca de 550 mil *posts*[52] nas redes sociais, segundo levantamento da agência digital Today[53]. O Twitter foi a rede social mais usada nessas manifestações, registrando 88% das publicações, algo em torno de 484. Já o Facebook teve 10% de participação com 60 mil postagens sobre os protestos enquanto o Google+ e *blogs* foram responsáveis pelos 2% restantes. As *hashtags*[54] mais usadas foram #vemprarua, #ogiganteacordou, #protestosp, #mudabrasil e #semviolência. Às 20h houve o pico de mensagens, com mais de 87 mil postagens - 15% das publicações do dia. Estima-se que a mensagens tenham chegado a mais de 79 milhões de pessoas. 276 mil teriam confirmado a participação do protesto do dia 17 pelas redes sociais e grande parte comentou sobre o mesmo assunto nas mesmas, segundo informa o levantamento on-line da Scup[55], uma ferramenta paga de monitoramento, gestão e análise de mídias sociais. A Scup contabilizou mais de 236 mil publicações postadas nas redes sociais no período e entre os termos mais citados estão 'Protesto', 'O gigante acordou', 'Vem pra rua' e 'Acorda, Brasil'. As redes sociais também exerceram um papel fundamental na organização dos manifestantes e dos atos.[56] Tais levantamentos dessas empresas especializadas foram divulgados na internet e alguns foram transformados em infográficos com números, que em alguns casos, apesar de divergentes, dão dimensão dessa projeção que os eventos ganharam.

O levantamento "Dados da Primavera Brasileira", publicado pela Infobase Interativa (IInterativa)[57], outra empresa de monitoramento, trouxe os seguintes dados:

> Até o dia 17 de junho, data do ápice do movimento, 548.944 publicações foram registradas nas redes sociais, de acordo com levantamento feito pela agência Today. O Twitter foi o canal responsável pela maior parte das manifestações, com 88% do total (483.839 publicações relativas ao tema).

---

[52] *Post*, termo que se refere a publicação ou postagem, ou seja, entradas de texto em ordem cronológica em sites e redes sociais na internet.

[53] Disponível em http://olhardigital.uol.com.br/noticia/protestos-geram-cerca-de-550-mil-posts-nas-redes-sociais,-segundo-pesquisa/35347. Acesso em 30 de junho de 2013.

[54] *Hashtags* são espécies de palavras-chaves de determinado assunto dentro da rede. Elas são precedidas pelo símbolo # e são indexáveis pelos mecanismos de buscas. Segundo Espírito Santo (2014, p. 32), as *hashtags* viram *hiperlinks* nas redes sociais, para apontar os assuntos dos quais se está falando. Ao adicionar o # a alguma palavra e publicá-la, o usuário permite que quem esteja lendo e clicar nela veja todas as outras pessoas que também publicaram tal palavra desta mesma maneira. Por meio deste recurso, também, é possível contabilizar a quantidade de menções feitas a determinado assunto, e assim ter uma noção mais palpável da relevância da discussão nas redes sociais.

[55] Para o *site* do produto, acesse: http://scup.com/pt/produto/

[56] Disponível em http://canaltech.com.br/noticia/redes-sociais/Nas-redes-sociais-79-milhoes-de-pessoas-comentam-os-protestos-pelo-pais/#ixzz2mcIIGr1e. Acesso em 30 de junho de 2013.

[57]Disponível em http://www.iinterativa.com.br/infografico-dados-da-primavera-brasileira/#ZgPVlGBfIhchUPqj.99. Acesso em 30 de junho de 2013.

> Durante o dia, a participação nas redes sociais teve um crescimento constante a partir do início oficial das manifestações, às cinco da tarde. Neste horário, ocorreram 35.668 menções, desta forma distribuídas: 51.218 às seis da tarde, 54.058 às sete da noite e 87.795 às oito da noite, momento de pico, concentrando 15% dos comentários do dia.
> No Facebook, a sexta manifestação pela redução da tarifa do transporte público em São Paulo contou com pouco mais de 118 mil pessoas confirmadas até as nove e meia da manhã. (Fonte: http://www.iinterativa.com.br/infografico-dados-da-primavera-brasileira/#CSUJIvMEvJPEsyOF.99)

O *blog* "A viagem de Odiseo", especializado em tendências de *marketing* e comunicação 2.0, uso das mídias sociais, criação de aplicativos, inteligência coletiva, crowdsourcing e sustentabilidade, em parceria com a empresa de monitoramento ICustomer, realizou um monitoramento de 01 a 19 de junho de 2013[58] e estima que os protestos tenham atingido 219 mil menções em redes sociais, impactando em 200 milhões de usuários da rede.

Pesquisadores acadêmicos especializados em análises das redes sociais também publicaram seus apontamentos frutos de mapeamentos feitos a partir das publicações nas redes sociais digitais, sobretudo no Twitter, que permite a captura de dados por *softwares* especializados em análises de maneira mais fácil. Algumas dessas abordagens foram feitas por Raquel Recuero e publicadas em seu *blog*. De acordo com Recuero[59], além desses *softwares*, o Twitter ainda permite a utilização de outras ferramentas e os *trendtopics*[60], tópicos mais acessados em determinado momento. Contudo, ressalta a importância de ter em mente as limitações do TOS (*Terms of Service*) do Twitter que impedem que você tenha acesso a *tweets* do passado, ou que tenha acesso a *datasets* da ferramenta (ou que os publique). Portanto, é necessário que se esteja coletando informações relativas a um evento enquanto ele acontece. Outras redes sociais como, por exemplo, Orkut, Google+ e Facebook exigem como estratégia a criação de um aplicativo para a pesquisa por serem muito fechadas para *crawlers*[61], s*oftware* que visita *websites* e armazena dados obtidos, reduzindo o trabalho do pesquisador, conforme definição de Recuero (2009, p. 189), proibidos pelo TOS porque

---

[58] Disponível em http://www.aviagemdeodiseo.com/blogbr/2013/06/infografico-movimento-passe-livre-nas-redes-sociais/.

[59] *In* RECUERO, Raquel. *Mapeando Redes Sociais na Internet:* Softwares. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/mapeando_redes_sociais_na_internet_softwares.html>. Acesso em 14 mar. 2014.

[60] No Twitter, quando uma palavra, um nome ou um assunto é mencionado com muita frequência em um curto período de tempo, ele se transforma em um Trending Topic (sigla TT), ou seja, uma representação dos fatos que ganharam maior repercussão no dia, na semana, ou no mês. Fonte: http://www.trendingtopics.com.br/

[61] *Crawlers* ou *web crawlers* podem ser traduzidos para o português como rastreadores *web*. Eles são programas de computador que navegam pela *World Wide Web* metódica e automatizadamente em busca de termos. Como sinônimos também é comum encontrar na literatura os termos indexadores automáticos, *bots*, *web spiders, Web robot*, ou *Web scutter*.

ferem o anonimato dos usuários e têm poucas informações públicas. Outra alternativa é a realização da coleta de dados de forma qualitativa.

Raquel Recuero, Fábio Malini e Marco Toledo Bastos coletaram materiais sobre as postagens no Twitter durante os protestos. Um resumo foi escrito por Recuero e postado em seu *blog* em 16 de junho:

> Ao que parece, a escalada dos protestos deve-se simplesmente à violenta repressão, narrada ao vivo nas e pelas redes sociais dos manifestantes em São Paulo e ontem, no Rio de Janeiro. Os inúmeros relatos, vídeos, fotografias e mensagens acabaram sendo a faísca que faltava para criar uma mobilização de grandes proporções. O que eu vou tentar fazer aqui é mostrar algumas evidências disso. A rede de pessoas falando/preparando os protestos, o número de hashtags utilizadas, os públicos que passaram a mobilizar-se na mídia social agora são muito mais heterogêneos. Há várias causas e não apenas uma. Há vários motivos. Mas o vilão é um só: o Estado. (RECUERO, Raquel. A escalada dos protestos no Brasil. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2013/06/ars-a-escalada-dos-protestos-no-brasil.html> ou http://dmlcentral.net/blog/raquel-recuero/role-social-media-citizen-media-latest-anti-government-unrest-brazil. Acesso em 14 mar. 2014)

Análises também foram desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic[62]), da Universidade Federal do Espírito Santo. Ao longo dos protestos, os pesquisadores desenvolveram análises de *hastags* e dados coletados de redes sociais através de metodologias próprias e de *softwares* desenvolvidos nas próprias instâncias de pesquisa com o financiamento de agências de fomento. Num dos estudos, especificamente, as atenções foram voltadas para as imagens publicadas em redes. Uma delas usou como método de coleta a extração manual das imagens do Facebook e Instagram dos protestos no Espírito Santo. De cada *site* de relacionamento foram extraídas cerca de 500 imagens (fotografias, montagens, cartazes, ilustrações e convocações). Tais imagens, com a utilização de programa de computador específico, geraram mosaicos que permitem visualizações e inferências sobre os protestos.

5.5 A ocupação simbólica da cidade e a questão do espaço público

Na Grécia Antiga a *polis* era uma organização social constituída por cidadãos livres que surgiram do agrupamento de várias tribos a partir do século VII a. C., no chamado Período Arcaico. Nela tais cidadãos discutiam e elaboravam as leis relativas à cidade. A ágora, uma praça pública, era utilizada pelos cidadãos para discussões políticas e manifestações cívicas e religiosas.

---

[62] A página do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) na internet é http://www.labic.net.

O processo de urbanização desenfreado do século XX trouxe consigo consequências, uma vez que as cidades passaram a ser espaços de segregação e diferenças, sobretudo econômicas. Boa parte da população se concentrou em áreas distantes do centro onde grandes empreendimentos foram construídos, valorizando-se e tornando sua aquisição restrita a detentores de poder econômico. E o desenvolvimento urbano desigual, segundo Harvey, traça o cenário para o conflito social.

> O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais. No entanto, o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. Culturas oposicionistas tiveram, portanto, de se adaptar a essas novas regras e encontrar novas maneiras de desafiar a hegemonia da ordem existente. Elas podem ter aprendido a inserir-se em estruturas de governança, por vezes com poderosos efeitos (tal como em numerosas questões ambientais). Recentemente, toda sorte de inovações e experimentações com formas coletivas de governança democrática e de decisão comunal têm emergido na cena urbana. (HARVEY, 2013, p. 32).

Segundo Harvey (2013, p. 32), é preciso criar novos espaços urbanos comuns [*commons*], de uma esfera pública de participação democrática, exige desfazer a enorme onda privatizante, imaginar uma cidade mais inclusiva, baseada em uma ordenação diferente de direitos e em práticas político-econômicas. Esse direito à cidade é um grito, uma demanda, que tem força apenas na medida em que existe um espaço a partir do qual e dentro do qual são visíveis. “Ao reclamar o espaço em público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos”. (MITCHEL apud HARVEY, 2013, p. 33-34)

Vainer (2013, p. 39) afirma que a cidade neoliberal “agudizou” problemas como a favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados que as cidades herdaram de quarenta anos de “desenvolvimentismo excludente”. Essa retomada do direito à cidade e, sobretudo, à cidade é uma espécie de resposta à segregação da exploração capitalista do mundo globalizado de política neoliberal.

E a ocupação das cidades, a tomada das praças, consideradas marcos referenciais da própria história da humanidade, seja para manifestações artísticas, lazer atividades econômicas, administrativas ou para protestos sociais é uma das características em comum entre os protestos geográfica e ideologicamente distantes ao redor do globo como a chamada Primavera Árabe, que congrega um conjunto de levantes contra os regimes ditatoriais em

países árabes do Norte da África e do Oriente Médio como Tunísia, Egito, Líbano, Jordânia, Líbia, territórios palestinos etc.; o Movimento dos Indignados ou 15M[63], que surge em Madri, Espanha contra o poder dos bancos, a crise enfrentada pelo país e como luta por uma democracia direta; o *Occupy Wall Street*[64], contra o sistema financeiro nos Estados Unidos; e os protestos ocorridos no Brasil partir de junho de 2013 contra o aumento nas tarifas do transporte coletivo das principais capitais brasileiras.

Não só a arquitetura, mas a função desses espaços urbanos se modifica ao longo dos anos. As praças, que nas cidades da Idade Média eram centro de trocas, comércio e punição, deram lugar às cidades coloniais onde se "espetacularizar" o controle da população contra as insurgências. Paralelamente no contexto europeu da idade Moderna, as praças das cidades ganham *status*, reúnem casarões, elite, prefeituras, igrejas, comércio etc. (GOHN, 2013, p. 90). Na contemporaneidade, as praças se transformaram em espaços de concentração para massas em diferentes épocas históricas com a função comum de ser palco de manifestação, protesto, reivindicações, marchas, ocupações etc. Elas tornam-se *lócus* por excelência de espaço público para o exercício da cidadania (GOHN, 2013, p. 90-91).

Lima (2006) lembra que o termo cidadania ao analisar sua relação com comunicação e poder. Na sua origem latina — *civitatis* —significa qualidade ou condição de cidadão, isto é, habitante da cidade. Lima resgata o clássico estudo do sociólogo britânico Thomas Humprey Marshall (1893-1981), que concebe a cidadania em três dimensões: a civil, a política e a social. Em sua readequação Lima (2007, p. 11) afirma que cidadania civil tem como princípio básico a liberdade individual que compreende direitos como a liberdade de ir e vir, a igualdade perante a lei, o direito de propriedade e o direito à presunção de inocência (direito a não ser condenado sem o devido processo legal). A cidadania política, por sua vez, que tem como princípio básico o direito à comunicação e a participar do exercício do poder público tanto diretamente, pelo governo, quanto indiretamente, pelo voto. Esse direito em tese deveria ser garantido por partidos políticos consolidados, por diferentes movimentos sociais e por um sistema democrático de mídia. Já cidadania social, por fim, tem como princípio básico a Justiça Social e significa a participação na riqueza coletiva através do direito à educação, à saúde, ao emprego, a um salário justo e à comunicação. Tais direitos seriam teoricamente garantidos pelos poderes Executivo e Legislativo. Ao analisar essas três dimensões nas quais a comunicação está presente, Lima conclui que "a cidadania plena ainda é uma utopia distante em nossa sociedade" (LIMA, 2006, P. 16).

---

[63] Para saber mais, acesse a página do movimento na internet: http://www.movimiento15m.org/
[64] Veja a página do movimento para mais informações: http://occupywallst.org/

Segundo Bustamante (2010, p. 21) historicamente, o conceito de cidadania tem estado vinculado ao conceito de espaço físico, de território compartilhado. Resgatando a afirmação de Aristóteles de que a polis não pode se estender além do alcance da voz dos cidadãos, pois sua essência é o diálogo democrático que se manifesta na ágora como ponto de encontro, Bustamante defende que não há comunidade em que não haja a possibilidade de diálogo e que a participação nas redes digitais é um exercício criativo de cidadania digital.

A cidadania se apresenta sob a perspectiva de uma atuação política como o eixo norteador das mais diversas ações organizadas por uma determinada comunidade. (MIANI, 2011, p. 228). Assim, essa ocupação ou reocupação simbólica das cidades que caracteriza tais manifestações ativistas é uma forma de manifestar-se contra esses direitos negados, contra essa segregação do capitalismo imposta às populações das grandes metrópoles. Nesse sentido, observa-se a emergência e atuação de movimentos sociais voltados a resolver problemas decorrentes das desigualdades que afetam grandes contingentes populacionais (movimentos de transporte, moradia, terra, saúde, lazer, meio ambiente, paz, contra a violência, defesa dos animais etc.) tais como o Movimento Passe Livre (PERUZZO, 2013, p. 163). Essa ocupação ou reocupação simbólica das cidades que caracteriza tais protestos é uma forma de protesto contra essa segregação do capitalismo imposta às populações das grandes metrópoles. Sobre estas questões, Raquel Rolnik (2013, p.15) ressalta que, segundo assume o próprio MPL-SP, a cidade é usada como "arma para sua própria retomada", atacam-se pontos que comprometem a circulação das metrópoles. Ela acrescenta que outros temas e agendas "podem ser lidos e interpretados": a participação, através de sua expressão mais radical, a autogestão, e as novas maneiras e métodos de fazer política tomaram as ruas como forma de expressar revolta, indignação e protesto.

5.6 O novo espaço público

Observou-se anteriormente que Szwako e Dowbor (2013) se apropriaram das teorias de Goffman, Tarrow e Tilly que tratam também do confronto político e do empoderamento dos movimentos. Pode-se, grosso modo, fazer uma relação com os autores otimistas da cibercultura aqui já mencionados, no que tange ao empoderamento ou *empowerment* que a mesma, em tese, proporcionaria.

Através da cibercultura e da combinação entre as redes sociais ou de relacionamento e mídias digitais e a ocupação simbólica do espaço das cidades, constituiu-se um terceiro espaço, um novo espaço público conforme mencionado por García Canclini, Castells, Lemos, entre outros.

Num primeiro instante, há certa aproximação entre o conceito habermasiano de agir comunicativo e de esfera pública, com os quais observar certa intersecção com as potencialidades das TICs, enquanto canais que, até certo modo, relacionam-se com a questão do poder e ampliam as formas de diálogo entre sociedade e governo. Apesar de não focar seus estudos em redes sociais digitais permeou-se o conceito de esfera pública, o frankfurtiano Jünger Habermas já havia preconizado que as novas tecnologias trariam em si grande potencial. O conceito original de esfera pública foi revisto em 1962, em *Mudança estrutural da Esfera Pública*, pelo próprio autor, ganhou novas formulações anos mais tarde. Com o advento das novas tecnologias, a esfera pública parece ganhar novos contornos. Desse modo, para o teórico que defendia que toda ação política era uma ação comunicacional, a esfera pública seria o espaço onde pessoas, enquanto cidadãs, articulam suas visões de mundo, suas opiniões e organizam-se para tentar influenciar ou questionar as instituições políticas.

O conceito de esfera pública na terminologia é de orientação francesa. Segundo Brittes (2010, p. 470-471), "trata-se uma instância simbólica na qual a sociedade civil forma e expressa suas opiniões, retratando seu modo de atuação em relação ao Estado". Assim, a esfera pública pode assumir diversas configurações conforme o modelo comunicativo utilizado pela comunidade implicada no processo.

> Desde sua gênese, enquanto objeto de investigação acadêmica, o tema mobiliza diversas matrizes analíticas, iniciadas pelos estudos filosóficos da modernidade. Fecunda preocupações contemporâneas em diversas áreas das ciências sociais, tais como a teoria política, o direito, a antropologia e a psicologia social. No âmbito da comunicação social é uma das temáticas mais polêmicas. Aparece na esteira das interrogações sobre a relação que a sociedade civil desenvolve com os meios de comunicação de massa, formuladas a partir dos anos 1940. (BRITTES, 2010, p. 470-471).

Entre os fundadores do quadro referencial teórico estão Kant, Hegel, Marx, Stuart Mill, Tocqueville, Gabriel Tarde, Ortega y Gasset e John Dewey. Entretanto, aquele que mais se destaca ao tratar do tema é Jürgen Habermas, autor de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, de 1960. Brittes (2010, p. 470-471) afirma que enquanto modelo, de caráter normativo, tal conceito precisa ser construído em determinadas condições para que a comunicação seja eficaz e as opiniões do público atinjam o "patamar de força política". Caso contrário, o que prevaleceria, como na atualidade, "seria o modelo estratégico, calcado na barganha, na troca e na negociação", inclusive entre governo e imprensa. A mídia, que em tese teria de desempenhar esse papel de contraponto, contudo, afastou-se deste papel de se tornar um espaço de conversação dando voz aos anseios dos cidadãos e por questões

econômicas passou a ser mais um meio a serviço dos interesses de governos e classes políticas dominantes.

Há basicamente duas correntes que estudam Habermas e ambas são demasiadamente complexas e até hoje geram discussões. Aqueles que estudam o teórico ligado à chamada Escola de Frankfurt[65], transmitem como consenso a ideia de que, de acordo com seus estudos, a grosso modo, esta esfera pública seria um espaço de deliberação democrática através do qual o indivíduo teria condições de, por meio da livre expressão, da comunicação e da manifestação, expressar seu direito à cidadania e, consequentemente fazer parte efetivamente da sociedade. Habermas supunha que o interesse coletivo deveria sobrepor-se ao interesse individual, aspecto que fez com que seus críticos mais ferrenhos associassem aos seus pensamentos o substantivo utopia.

Entretanto, na comunicação, suas ideias ainda fomentam pesquisas, principalmente no contemporâneo com as novas tecnologias. Lara Haje (2007, p. 127), por exemplo, afirma que o modelo de esfera pública é um modelo que valoriza a importância da comunicação no mundo contemporâneo, pois implica no conceito de democracia centrado no discurso e baseado na mobilização social e na força comunicativa de seus participantes.

> A esfera pública denota as condições de comunicação nas quais é possível formação, por meio do discurso racional, de opinião pública sobre questões relevantes para a sociedade. A construção de esferas públicas autônomas e capazes de ressonância no governo, na mídia e no mercado, é essencial, portanto, para que os processos democráticos sejam dirigidos pelo poder comunicativo da sociedade civil (HAJE, 2007, p. 128).

Acredita-se que o conceito de esfera pública possa ser revisto com as novas tecnologias e não precise ficar restrito à questão deliberativa mais próxima das consultas públicas, forma como ele vem sendo empregado mais comumente. O próprio Habermas vem fazendo revisões sistemáticas de seus escritos. Nesse sentido, é possível que tal conceito se desprenda apenas da questão deliberacionista dos canais estabelecidos pelo governo. Vê-se eclodir diante do contemporâneo novas formas discussão e de deliberação, como serão apontadas no presente trabalho ao tratar-se dos protestos.

---

[65] Corrente da comunicação originada no Instituto de Pesquisas Sociais (*Institut für Sozialforschung*, Frankfurt), Alemanha, fundado em 1923. Na década de 30, por causa do nazismo, seus representantes se transferem para Genebra, Paris e depois para os Estados Unidos. Os frankfurtianos foram responsáveis pelo estabelecimento da chamada Teoria Crítica e receberam influências de Kant e Marx e concentravam parte dos seus estudos com relação à Comunicação de Massa e aproximações entre comunicação e política. Para aprofundar sobre tal corrente recomenda-se tais obras: DE FLEUR, Melvin L. e ROKEACH, Sandra Ball. *Teorias da Comunicação de Massa.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993; FRANÇA, Vera; HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C. *Teorias da Comunicação***.** *Conceitos, escolas e tendências*, 2001; LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa.* Rio de Janeiro: Paz **e** Terra, 2000, 7ª. Edição; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. *Para entender as teorias da comunicação*. Uberlândia; EDFU, 2009 e; WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Manuel Castells e Pierre Lévy, entre outros aqui já mencionados, aceitam a noção de esfera pública virtual que, sob uma perspectiva otimista, devolve à esfera civil o poder de formulação da agenda pública. O próprio Castells, ao longo de sua obra, analisa questões como a interatividade, a identidade e o impacto das tecnologias sobre a sociedade trata da esfera pública, da interatividade na rede, da comunicação na era digital e da questão do poder neste ambiente. Para Castells, a esfera pública é o espaço de comunicação de ideias e projetos que emergem da sociedade e são dirigidas àqueles que tomam a decisão nas instituições da sociedade. Castells (2008, p. 78-79) se baseia na definição de Habermas de que a esfera pública se encontra entre o Estado e a sociedade como "uma rede de comunicação de informações e pontos de vista", um componente essencial da organização sociopolítica, porque é o espaço onde as pessoas se reúnem como cidadãos e para articular as suas opiniões autônomas para influenciar as instituições políticas da sociedade. Castells afirma (2008, p. 79) que a expressão material da esfera pública varia com o contexto, a história e a tecnologia, mas na sua prática atual, é certamente diferente do tipo ideal de século XVIII - burguesa esfera pública em torno do qual Habermas formulou sua teoria. Neste sentido, o espanhol (2008, p. 79-80) acrescenta que a esfera pública não é apenas a mídia ou os locais socioespaciais de interação com o público, mas o repositório cultural / informacional dos ideais e projetos que alimentam o debate público. Ele defende que as redes sociais digitais oferecem a possibilidade de "deliberar sobre" e coordenar ações de forma "amplamente desimpedida" (CASTELLS, 2013, p. 14).

Também para Lévy (2011, p.44), a mídia digital do século estende ou democratiza a liberdade de expressão, por pelo menos três razões: econômica, técnica e institucional. Econômica, porque se pode publicar textos, imagens e dados em geral a custo muito baixo. Técnica, porque o uso das ferramentas digitais de comunicação envolve domínio de linguagens de programação. Institucional, pois a publicação não passa mais crivo de conselhos editoriais, redatores, produtores, e diretores que controlavam as velhas mídias.

Como mencionado, hoje na literatura, percebe-se que a noção de esfera pública está muito mais ligada à questão da deliberação, enquanto o conceito de espaço público se relaciona às manifestações mais espontâneas e criação de espaços de discussão na sociedade, como os que foram observados durante os protestos de 2013. Por este motivo, adota-se aqui essa noção de espaço público como a mais adequada para dar conta da problemática do objeto do presente estudo. Contudo, também há de se considerar, pelo que também foi abordado, que o espaço público da contemporaneidade é construído pelas dimensões da estética, do entretenimento, em função do imaginário social, do "*ethos* sensorial" e do "subjetivismo

privado". "Profundamente afetada pela esfera do espetáculo, a vida comum torna-se *médium* publicitário e transforma a cidadania política em performance tecnonarcísica". (SODRÉ, 2013, p.40). Esse novo espaço, trouxe à tona a discussão de algumas temáticas e, sobretudo comunicou o descontentamento da população.

Buscou-se até aqui apresentar considerações que permitissem a compreensão geral do que foram os protestos de junho de 2013, com os mesmos foram articulados, os principais atores envolvidos, aspectos relacionados à comunicação e a constituição de uma ágora ou espaço público de discussão e até uma tentativa ou exercício de cidadania.

São Paulo, que já foi historicamente definida como "capital do capital", durante o período de protestos passou a emblematizar a capital das reivindicações coletivas. Isto porque, espaços públicos que foram erigidos para servir ao capital foram ressignificados mediante às ações coletivas; as praças que de áreas de lazer já a décadas haviam se transformado em frios espaços de passagem metamorfosearam-se em campos de aglutinação de milhares de pessoas que bradavam com emoção por múltiplas reivindicações.

Nesse contexto, os protestos de junho de 2013 na capital paulista favoreceram a reocupação urbana, deixando claro que espaços citadinos e críticas sociais coletivas amoldaram-se mutuamente.

A amplidão dos espaços não só favoreceu a concentração humana, mas também abriu oportunidades para o amplo clamor público. Áreas estratégicas do território urbano ao terem suas funções redefinidas para além do esperado ou do proposto pelas instituições oficiais transformaram-se em metáforas concretas da ânsia de liberdade e participação social. Mais do que isso, acredita-se que a tomada do espaço urbano pela população está diretamente articulada com o direito à cidade, entendendo-se por isto, que esta mesma população, a arquiteta do território urbano passou a percebê-lo como o terreno propício para reivindicações dos seus direitos cidadãos. Lembra-se ainda que, mesmo pautado pela espontaneidade, as redes sociais e a ampla cobertura da mídia dos protestos de 2013 incitaram uma atuação espetacularizada do tecido coletivo. Assim, protestos populares, cultura de massa e seus desdobramentos espetaculares deram uma forma e um sentido a tudo que então aconteceu.

6 AS TEMÁTICAS DOS PROTESTOS DE 2013

A questão da tarifa do transporte coletivo foi o mote para o início dos protestos como apontado anteriormente. Contudo, ao longo das manifestações por todo o país, observou-se uma ampliação da pauta, que foi se tornando cada de vez mais difusa e ampliada para questões sociais como educação, saúde, segurança, corrupção, carga tributária e até os gastos públicos com eventos esportivos como a Copa das Confederações, realizada na ocasião de parte dos protestos, e a Copa do Mundo de 2014, PEC 37[66]. Slavoj Žižek (2013, p. 189-190) lembra que esta é uma tendência dos protestos e revoltas atuais, sustentados pela sobreposição de diferentes níveis, e é esta combinação de propostas que representa sua força: eles lutam pela democracia, contra regimes autoritários, contra o racismo e o sexismo, contra o ódio dirigido a imigrantes e refugiados; pelo estado de bem-estar social contra o neoliberalismo, contra a corrupção na política, mas também na economia (empresas que poluem o meio ambiente etc.), por novas formas de democracia e, finalmente, questionando o sistema capitalista mundial. Parte desta temática ampla e difusa foi observada nas redes sociais na internet.

O *site* Causa Brasil[67] também reúne em forma de infográficos as causas discutidas nas redes sociais digitais. Segundo explicação no próprio *site*, a plataforma que ainda está no ar, é abastecida automaticamente, a cada hora, por milhares de menções espontâneas no Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e Google+, a ferramenta categoriza, agrupa e interpreta o conteúdo das postagens que contenham as *hasthags* ligadas às manifestações. Entre 16 e 17 de junho, o preço das passagens era apontado como a causa dos protestos. Já no seguinte, que contempla o final do mês, vê-se uma polarização mais politizada apresentada como alvo das manifestações, que atingem o governo Dilma Rousseff. Nessa data aparecem como palavras-chaves mais mencionadas nas redes sociais os seguintes termos: governo Dilma Rousseff, segurança, corrupção, combate à corrupção, saúde, gastos das obras da Copa e democracia. Já entre os dias 29 e 30 de junho de 2013, assuntos como Governo Dilma Rousseff, segurança, corrupção, combate à corrupção, saúde, gastos das obras da copa e democracia aparecem mencionados em maior evidência.

Em outra, análise, mas desta vez utilizando a técnica de *tag clouds* (ou nuvem de palavras), Recuero coletou aproximadamente 50 mil *tweets*, que ao serem publicados passaram a fazer parte da chamada narrativa destes protestos, organizando a frequência das

---

[66] A Proposta de Emenda Constitucional 37/2011, PEC 37, foi proposta pelo deputado Lourival Mendes (PT do B do Maranhão) para limitar o poder de investigação criminal a polícias federais e civis, retirando-o de, entre outras entidades, o Ministério Público. Em 25 de junho de 2013, em plena efervescência dos protestos, ela foi posta em votação e rejeitada com 430 votos contrários, nove votos a favor e duas abstenções.

[67] Causa Brasil (http://www.causabrasil.com.br/).

palavras em base de dados diferentes, para posteriormente filtrá-los e depois publicá-los com *softwares* específicos. Segundo o levantamento, houve uma mudança na temática e na agenda dos protestos entre 13 e 18 de junho, conforme conclui Recuero, ao afirmar que o protesto que começa contra as tarifas, por um transporte público de maior qualidade vai sendo ampliado e torna-se um protesto contra todas as coisas que incomodam as pessoas (como a falta de investimento em serviços básicos, a Copa, a corrupção e etc.).

Malini e Antoun (2013, p.174-175) afirmam que, no passado, a indignação das populações acabava capturada por golpes de estado de grupos ideológicos intolerantes e violentos, mas hoje as populações reunidas nos movimentos sociais e ações coletivas não precisam que os intermediários falem por elas através das mídias de massa e instituições políticas. Segundo os autores, a internet gerou uma mídia livre e se revelou um megaespaço público onde qualquer um tem voz e pode falar por si mesmo o que, por sua vez, permitiu que os movimentos sociais falassem diretamente através de seus manifestantes sem precisar de líderes e porta-vozes. "A verdade do enunciante se liberta da servidão do enunciado e da escravidão performática dos dispositivos de enunciação", destacam.

> Nas manifestações de 20 e 22 de junho em São Paulo, a pauta das ruas se duplicou. De um lado, a pauta popular, organizada de baixo para cima nos primeiros dias, na qual era central a questão da tarifa de transporte, induzida pelo Movimento Passe Livre (MPL).
> De outro, uma pauta que veio de cima para baixo. Esta era a pauta de massa. A questão aqui não é o conteúdo, mas a forma, ou seja, o que importa é como a "vanguarda" interpela os demais. A linguagem de cima é apelativa como a publicidade. A de baixo assemelha-se ao jogral, escolhido pelo MPL em contraposição ao tradicional uso de carros de som e palanques.
> A pauta massificada nasce de baixo apenas aparentemente. Num universo de simulacros desprendidos de suas bases, em que os indivíduos relacionam-se diretamente sem mediações visíveis, os manifestantes virtuais não canalizam seu descontentamento pela representação política. Assim, ela se reduz a uma crítica generalizada dos próprios políticos profissionais, mas não do modo de produção da política, enredando-se num emaranhado abstrato. A totalização de suas demandas teria de ser mais do que a simples soma das partes que se despem de modo fragmentado nas ruas. O protesto sustentado pelo capital monopolista, invertido nos meios de comunicação de massa, se torna *uma flash mob*.
> Apesar de a maioria dos jovens manifestantes usar a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação. A internet é também um espaço de interação entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela "inteligência" dos governos. (SECCO, 2013, p. 72-73)

Para Ruy Braga (2013, p. 81), a "questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para interpretarmos a maior revolta popular da história brasileira".

> Uma pesquisa nacional realizada pelo Ibope durante as passeatas do mês de junho de 2013 mostrou que os problemas mais citados pelos manifestantes eram a saúde (78%), a segurança pública (55%) e a educação (52%). Ademais, 77% dos entrevistados mencionaram a melhoria do transporte público como a principal razão dos protestos. Estamos diante de um autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade. (BRAGA, 2013, p. 82)

Em entrevista à rede britânica BBC, o sociólogo francês Alain Touraine, especialista em América Latina e autor de inúmeros livros sobre movimentos sociais, afirma que o "caso brasileiro é um pouco atípico. As reivindicações econômicas e sociais são, pelo menos aparentemente, mais importantes do que os protestos ou ataques puramente políticos". Para Touraine, "não há um furor pela democracia no Brasil como ocorreu, por exemplo, na praça Tiananmen, em Pequim. Em vários países os protestos se concentraram contra um ditador". (FERNANDES, 2013). Aqui, há um urgente clamor por demandas sociais que precisam ser atendidas ou que foram deixadas de lado ao longo dos anos e ignoradas pelo Estado e pelas autoridades que o administra.

6.1 A violência dos protestos ou contra os protestos?

Temática à parte, uma questão que também veio à tona durante os protestos e passou a caracterizá-los direta ou indiretamente foi a relação com a violência, atribuída ora aos manifestantes, ora àqueles destacados para combater os levantes, como a Polícia Militar. Episódios relacionados à violência também estiveram presentes na cobertura da mídia tradicional foram determinantes na mudança de angulação desta cobertura, como se verá a seguir.

A violência também ganhou a rede. Nas páginas do MPL e de outros coletivos como o *Anonymous* imagens e vídeos foram postados retratando as ações da PM contra os manifestantes. Vídeos se espalharam pelo YouTube, a maior rede de compartilhamento de vídeos da internet, e até o Tumbler "Feridos no Protesto SP"[68], plataforma de *microblog* com extensão maior que o Twitter mas que permite a postagem de vídeos, fotos e textos curtos, foi criado para retratar as agressões.

Na ocasião dos protestos o grupo Mídia Ninja (de Narrativas Independentes de Jornalismo e Ação), ganhou projeção ao transmitir ao vivo os protestos entre os dias 18 e 19

[68] http://feridosnoprotestosp.tumblr.com/

de junho. Segundo o jornalista Nelson de Sá[69], as primeiras transmissões teriam atingido, de acordo com os manifestantes 100 mil visualizações. O grupo, que teria nascido dentro do grupo Fora do Eixo, uma rede de música "independente" que existe desde 2006, liderada pelo ativista cultural Pablo Capilé que em sua página oficial na internet[70], se autointitula "uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando", que aposta "na lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdo, característica da sociedade em rede, para realizar reportagens, documentários e investigações no Brasil e no mundo". O grupo, do qual fazem parte Bruno Tortura, Filipe Peçanha, Rafael Vivela, Thiago Dezan, entre outros, afirma que sua "pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa" e defende a cultura *peer-topeer* (P2P)[71], "que permite a troca de informações diretas entre as pessoas, sem a presença dos velhos intermediários".

> Novas tecnologias e novas aplicações têm permitido o surgimento de novos espaços para trocas, nos quais as pessoas não só recebem, mas também produzem informações.
> Neste novo tempo, de redes conectadas às ruas, emergem os cidadãos multimídia, com capacidade de construir sua opinião e compartilhá-la no ambiente virtual. (MÍDIA NINJA)

As mídias alternativas e digitais, as redes sociais ou de relacionamento, e até as mídias tradicionais o movimento ganhou ainda mais projeção e não era mais possível ignorá-lo.

6.2 A mudança de posicionamento da mídia tradicional

A mudança de postura da mídia pode ser observada se analisados os editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. No dia 13 de junho os principais jornais paulistas cobravam do governo do estado uma postura para conter os manifestantes, identificados como "vândalos". O editorial da Folha, intitulado "Retomar a Paulista"[72] inicia com um "saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de

---

[69] Sá, Nelson de. *Grupo Mídia Ninja se projeta ao cobrir protestos ao vivo*. Folha de S. Paulo. Poder. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1317943-grupo-midia-ninja-se-projeta-ao-cobrir-protestos-ao-vivo.shtml> . Acesso em 28 jul. 2013.

[70] MÍDIA NINJA. Disponível em <http:www.midianinja.org> ou <https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about>. Mais informações também no *site* post.org ou facebook.com.br/midiaNinja. Acesso em 01 abr. 2015.

[71] *Peer-to-peer* (par a par, na tradução para o português), é um termo derivado da informática correspondente a um formato de rede descentralizada de compartilhamento em que cada usuário conectado realiza funções de servidor e de cliente ao mesmo tempo. No caso da comunicação, este termo é utilizado para dizer que o usuário pode ter ao mesmo tempo os papéis de emissor e receptor.

[72] FOLHA DE S. PAULO. *Retomar a paulista*. [Editorial]. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml. Acesso em 13 de jun. 2013.

parar São Paulo": "oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados e 10 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito". Observa-se no discurso uma tentativa de desqualificar o movimento:

> Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R$ 3 para R$ 3,20 –abaixo da inflação, é útil assinalar– não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. (FOLHA DE S. PAULO, 2013 [Editorial])

O texto traz termos (substantivos, verbos e adjetivos) na tentativa dessa desqualificação como "grupelho", "vandalizar", "condição marginal e sectária" (dos militantes).

> É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Policia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais. (...)
> No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência. (FOLHA DE S. PAULO, 2013 [Editorial])

Estratégia parecida é adotada pelo *Estadão*, que começa o editorial "Chegou a hora do basta"[73], descrevendo que "os baderneiros que promovem [o protesto] ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável". Há uma inversão de papéis no segundo parágrafo ao retratar a PM como aquela que é "atacada com paus e pedras sempre que tentava conter a fúria dos baderneiros" e no trecho seguinte uma justificativa para a utilização de "gás lacrimogêneo e baldas de borracha" – uma "reação" à ação dos manifestantes.

> Em suma, foi mais um dia de cão, pior do que os outros, no qual a violência dos manifestantes assustou e prejudicou diretamente centenas de milhares de paulistanos que trabalham na Paulista e no centro e deixou apreensivos milhões de outros que assistiram pela televisão às cenas de depredação. (O *Estado de S. Paulo*, 2013. [Editorial]

[73] Íntegra do texto disponível em http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-do-basta-imp-,1041814

Em seguida, o texto cobra atitudes do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad, que na ocasião se encontravam em Paris para defender a candidatura da capital paulista à sede da Exposição Universal de 2020. O editorial afirma que "a população quer o fim da baderna – e isso depende do rigor das autoridades".

No dia seguinte, os editoriais dos dois jornais não traziam opiniões sobre os protestos, voltando ao assunto no sábado, dia 15 de junho. No editorial *Agentes do Caos*[74], a Folha critica a ação da PM no protesto de 13 de junho:

> a Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir. Cabe à PM impor a ordem, e não contribuir para a desordem (...)
> No quarto protesto, a responsável maior pela violência passou a ser a própria PM. Pessoas sem envolvimento no confronto foram vítimas da brutalidade policial. Transeuntes, funcionários do comércio, manifestantes pacíficos e até frequentadores de bar foram atacados com cassetetes e bombas.
> Sete repórteres da Folha terminaram atingidos, quatro deles cm balas de borracha, em meio à violência indiscriminada da polícia. A jornalista Giuliana Vallone foi alvejada no olho e recebeu 15 pontos no rosto. (....)
> Não é só por solidariedade profissional que se mencionam, neste espaço, as agressões sofridas por repórteres da Folha – e de outros órgãos de imprensa. Antes de mais nada, como qualquer cidadão, eles não poderiam ser atacados por policiais cuja ação não parecia obedecer a qualquer plano ou estratégia. (...)
> De promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência que lhes cabia reprimir, dentro da lei, da legitimidade e da razão. (FOLHA DE S. PAULO, 2013b [Editorial].

O editorial do Estadão intitulado *Entender as Manifestações*[75], publicado em 15 de junho de 2013, pelo que se observa no título se propõe a compreender os avanços das manifestações por todo o país. No corpo do texto, destaca-se o poder de mobilização do movimento através das redes sociais ressaltando a "facilidade com que os grupos que organizam os protestos conseguem mobilizar descontentes de todos os tipos pelas redes sociais dá o que pensar". O texto questiona se a tarifa é o único motivo para os protestos e define a manifestação da quinta-feira, dia 13, como a " a manifestação mais violenta – pela insistência dos seus integrantes em ocupar vias, como a Avenida Paulista, que as autoridades haviam decidido manter livres, e pela reação da Polícia Militar (PM), muito mais dura que nos dias anteriores". Observa-se certa justificativa para a ação violenta da PM "determinada a conter os protestos" e que teria provocado "a fúria dos manifestantes, com atos de vandalismo" e, por fim, uma crítica à postura do prefeito Fernando Haddad "que ora se diz

[74] Íntegra do texto disponível em http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1295534-editorial-agentes-do-caos.shtml

[75] Íntegra do editorial disponível em http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,entender-as-manifestacoes-imp-,1042701. Acesso em 15 jun. 2013.

aberto ao diálogo com quem quer tarifa zero, ora diz que não recua do aumento, ora condena o vandalismo dos manifestantes, ora alega que tem havido excesso da PM. Quem está no poder tem de pagar o preço de atitudes nítidas, em especial em momentos de crise."

A mídia televisiva também fez o seu *mea culpa.* Outro episódio que bastante conhecido foi o do comentarista da TV Globo, Arnaldo Jabor, que após comentário exibido no Jornal da Globo, se retratou no próprio noticioso e na rádio CBN:

> Amigos ouvintes, outro dia eu errei. Sim. Errei na avaliação no primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Falei na TV sobre o que me parecia um bando de irresponsáveis fazendo provocações por causa de 0,20 centavos. Era muito mais que isso. Pois eu fiz um erro de avaliação. E esta é minha autocrítica.
> Este movimento, o Passe Livre, que começou outro dia, tinha toda cara de anarquismo inútil e critiquei-o porque temia que tanta energia fosse gasta em bobagens quando há graves problemas a enfrentar no Brasil.
> Mas a partir de quinta-feira, com a violência maior da polícia, ficou claro que o Movimento Passe Livre expressava uma inquietação que tardara muito no país, pois desde 1992 faltava o retorno de algo como os caras pintadas, os jovens que derrubaram o presidente. Hoje eu acho que o Movimento Passe Livre expandiu-se como uma força política original. Até mais rica do que os caras pintadas justamente porque não tem um rumo e objetivo certo a priori. (JABOR, 2013.)

A mudança de postura de Jabor foi amplamente comentada e repercutiu entre os jornalistas. O portal *Comunique-se*, destinado a este tipo de público, veiculou no próprio dia 17 e seguinte texto[76]:

> Seis dias depois de opinar sobre os protestos em São Paulo, Arnaldo Jabor falou à CBN que errou. O colunista da Globo, que havia dito não entender o motivo para tanto "ódio contra a cidade", voltou atrás em seu depoimento e disse que o "Movimento Passe Livre expandiu-se como uma força política original". (COMUNIQUE-SE, 2013).

Se a mídia se posicionou sobre os protestos, o mesmo ocorreu com as autoridades, sobretudo o governo federal, principal alvo das críticas dos manifestantes. Os partidos políticos, por sua vez, apostaram em peças publicitárias de propaganda eleitoral gratuitas voltadas para o público das manifestações, vendendo uma ideia de necessidade de transformação.

6.3 As respostas do governo aos protestos de junho de 2013

[76] COMUNIQUE-SE. "Amigos, eu errei". *Arnaldo Jabor muda de opinião sobre manifestações*. Disponível em http://portal.comunique-se.com.br/index.php/11-editorias/comunicacao/72080-amigos-eu-errei-arnaldo-jabor-muda-de-opiniao-sobre-manifestacoes. Acesso em 17 jun. 2013

Mesmo que a questão do transporte urbano esteja diretamente relacionada às gestões municipais e estaduais, os demais problemas sociais apresentados na pauta de discussões dos protestos referem-se a esta esfera do poder institucionalizado, refletindo indiretamente questões problemáticas que envolvem a representatividade política e o papel do estado esvaziado na sociedade contemporânea. A seguir, serão abordados alguns aspectos da resposta do governo federal brasileiro numa (re)ação diante dos fatos desencadeados pelos movimentos sociais em junho de 2013 como resposta e iniciativa de comunicação junto à opinião pública.[77]

De acordo com Castells (2013, p. 180), o mais significativo do movimento brasileiro inicialmente teria sido a resposta das instituições políticas. Segundo ele, por um lado, como ocorreu em outras partes do mundo de maneira geral, a classe política rechaçou o movimento definindo-o como "demagógico e irresponsável".

> O governador do Estado de São Paulo, tucano, e o governador de Brasília, petista, disputaram para ver quem reprimia com mais violência as primeiras manifestações. Apenas algumas vozes isoladas, particularmente a da líder ecológica e progressista Marina Silva, colocaram-se desde o princípio ao lado dos jovens que se arriscavam a dizer o que muitos pensavam: basta de corrupção política e de pseudodemocracia. (CASTELLS, 2013, p. 180).

Para o pesquisador espanhol, a reação da presidente Dilma Rousseff adquire significado, pois, pela primeira vez, desde que, em 2010, se iniciaram esses movimentos em redes em noventa países diferentes, a alta autoridade institucional declarou que "tinha obrigação de escutar a voz das ruas", legitimando assim o movimento e recomendando às autoridades locais que anulassem os aumentos das tarifas de transporte (idem). Isso também ressuscitou o tema da reforma política no Brasil, quando a presidente propôs que o país elabore leis que investiguem e castiguem mais duramente a corrupção, um sistema eleitoral mais representativo e fórmulas de participação cidadã que limitem a partidocracia. (CASTELLS, 2013, p. 180-181).

Dentre as iniciativas mais significativas da presidente Dilma Rousseff (PT) em resposta ao "grito" das ruas destacam-se as reuniões ministeriais, pronunciamento em cadeia nacional e divulgou iniciativas como a proposta de elaboração do chamado "cinco pactos nacionais" para melhoria dos serviços públicos em áreas como responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação e a criação do Participatório – Observatório

---

[77] Neste tópico, retomo algumas considerações apresentadas na monografia de conclusão de curso sob orientação da professora Dra. Sônia Cabestré, *in* CARRASCO (2014) referenciada no final deste.

Participativo da Juventude[78], autointitulado pela Secretaria Nacional de Juventude, como "espaço virtual interativo", "inspirado nas redes sociais" com o objetivo de "promover espaços de participação, produção de conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos" de temas voltados à juventude. A presidente também voltou a ter página oficial nas redes sociais. Algumas dessas iniciativas serão abordadas a seguir.

No dia 17 de junho de 2013, a presidente comentou as manifestações realizadas em grandes cidades, por meio de nota divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República intitulada "As manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia. É próprio dos jovens se manifestarem"[79].

Um dia depois, o governo admitiu monitorar os protestos que mobilizavam centenas de milhares de pessoas pelo país e as informações e repassá-las sistematicamente à presidente Dilma Rousseff pelos ministros mais próximos. Segundo reportagem do jornal *O Globo*[80], a movimentação nas redes sociais era acompanhada em tempo real para saber quais serão as próximas manifestações e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) acompanhava cerca de 700 cenários relevantes, incluindo as manifestações no país.

No dia 21 de junho de 2013, mais de dez dias após o início dos protestos no país, a presidente Dilma Rousseff veio a público em cadeia nacional de rádio e TV se posicionar frente ao levante das ruas. Ao contrário da nota objetiva divulgada no dia 17 de junho de 2013, o pronunciamento do dia 21 de junho, teve nove minutos e 58 segundos[81] e começou reforçando a atenção dada às manifestações, que segundo a presidente, "mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar". Dilma ressaltou que tem, como presidente, "a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas" e "dialogar com todos os segmentos" dentro da lei e destaca que o país lutou para se tornar democrático e ressalta os esforços para que ele se torne mais justo e também a necessidade do fortalecimento da democracia, do poder cidadão e dos poderes da República, atacou o caráter violento dos protestos, a destruição do patrimônio público e privado e necessidade de as mobilizações ocorram de "forma pacífica e ordeira". "'Não podemos conviver com essa violência que envergonha o Brasil. Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública têm o dever de

---

[78] Acesso ao Participatório – Observatório Participativo da Juventude em http://participatorio.juventude.gov.br/

[79] Disponível em < http://www2.planalto.gov.br/imprensa/notas-oficiais/dilma-201cmanifestacoes-pacificas-sao-legitimas-e-proprias-da-democracia201d>. Acesso em 17 jun. 2013.

[80] Leia em <http://oglobo.globo.com/pais/planalto-monitora-mobilizacoes-em-todo-pais-nas-redes-sociais-8738133>. Acesso em 18 jun. 2013.

[81] Íntegra do Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV, em 21/06/2013. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em 22 jun. 2013.

coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo", destaca. A presidente afirma que "as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional", reconhece que a sociedade "reivindica um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos", "serviços públicos de mais qualidade" tais como "escolas de qualidade"; "atendimento de saúde de qualidade"; "transporte público melhor e a preço justo"; " mais segurança") e que a mensagem também é clara no sentido de aspirar que "as instituições e os governos devem mudar". Dilma descreve o que seria "um grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos" firmado com os governadores e prefeitos das maiores cidades do país com foco na "elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo"; "destinação de cem por cento dos recursos do petróleo para a educação" e a contratação de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). A presidente se propôs, também, a receber os líderes das manifestações pacíficas, os representantes das organizações de jovens, das entidades sindicais, dos movimentos de trabalhadores, das associações populares em busca de contribuições para "questionar erros do passado e do presente".

Para rebater as críticas em relação à Copa, a presidente destacou que "o dinheiro do Governo Federal, gasto com as arenas é fruto de financiamento" que será pago pelas empresas e os governos que estão explorando os estádios. Segundo ela, eles não saíram do orçamento público federal, prejudicando setores como a saúde e a educação, sobre os quais ressaltou ter ampliado os gastos e além de reforçar a proposta de investimento de *royalties* do petróleo com a educação apresentada anteriormente. O discurso se encerra reiterando que o "governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança".

Analisando sob o ponto de vista da comunicação, observa-se que o pronunciamento atende o que preconizam os manuais de assessoria de imprensa e gerenciamento de crise, que estabelecem a necessidade de resposta ao público diante de situações como as observadas durante os protestos de junho, tratando de ponto das reivindicações dos manifestantes.

Depois de se reunir com membros do Movimento Passe Livre, a presidente Dilma Rousseff, no dia 24 de junho de 2013, se encontrou com 26 prefeitos e 27 governadores e apresentou o que chamou de "Cinco Pactos Nacionais" para melhoria dos serviços públicos em áreas como responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação. Para apresentação desta temática, a presidente fez um discurso de 19 minutos e oito segundos[82]. Ela foi categórica ao analisar a mensagem das ruas:

---

[82] A íntegra do Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais, em 24 de junho de 2013, pode ser acessada no endereço eletrônico:

> O povo está agora nas ruas, dizendo que deseja que as mudanças continuem que elas se ampliem, que elas ocorram ainda mais rápido. Ele está nos dizendo que quer mais cidadania, quer uma cidadania plena. As ruas estão nos dizendo que o país quer serviços públicos de qualidade, quer mecanismos mais eficientes de combate à corrupção que assegurem o bom uso do dinheiro público, quer uma representação política permeável à sociedade onde, como já disse antes, o cidadão e não o poder econômico esteja em primeiro lugar.
> É muito bom que o povo esteja dizendo tudo isso em alto e bom som.
> Cabe a cada um de nós – presidenta, ministros, governadores, governadoras, prefeitas, prefeitos –, cabe a cada um de nós cumprir essa nova e decisiva dimensão da vontade popular.
> Nós todos sabemos onde estão os problemas. Nós todos sabemos que podemos construir soluções. Mas também sabemos das incontáveis dificuldades para resolvê-los. (ROUSSEF, 2013)

O discurso trouxe os seguintes temas e propostas: Responsabilidade fiscal - para garantir a estabilidade da economia e o controle da inflação; Reforma Política e Combate à Corrupção - propor o debate sobre a convocação de um plebiscito popular para reforma política; prioridade ao combate à corrupção, uma nova legislação que classifique a corrupção dolosa como crime hediondo e implantação plena da Lei de Acesso à Informação; Saúde – acelerar investimentos para hospitais, UPAs e unidades básicas de saúde; contratação de profissionais estrangeiros para trabalhar com exclusividade no Sistema Único de Saúde (Programa Mais Médicos, adoção de medidas para melhorar as condições físicas da rede de atendimento e o ambiente de trabalho dos profissionais, ampliação das vagas em cursos de Medicina e formação de especialistas); Transporte e Mobilidade Urbana - melhoria da qualidade no transporte público nas grandes cidades (mais metrôs, VLTs e corredores de ônibus), desoneração de impostos e redução de tarifas, investimento em obras de mobilidade urbana e criação de Conselhos de Transporte Público, com participação da sociedade civil e dos usuários; Educação – mais investimento em qualidade e formação, destinação de 100% dos *royalties* do petróleo, 50% dos recursos do pré-sal para a área.

Oficialmente, o Governo Federal declara que sentiu a necessidade de dialogar com a juventude. A escolha deste perfil de público pode ser considerada estratégica, uma vez que, de acordo com a Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião da Juventude Brasileira 2013[83] encomendada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com a Unesco, e divulgada no dia 7 de agosto do ano passado, 45% da juventude brasileira acredita que as

---

http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais

[83] Disponível em <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/pesquisa%20perfil%20da%20juventude%20snj.pdf>. Acesso em 20 dez 2013.

manifestações públicas "podem melhorar as coisas no Brasil". O estudo foi realizado entre e abril e maio de 2013, por duas consultorias privadas contratadas pela Secretaria-Geral da Presidência, e ouviu 3.300 brasileiros com idade entre 15 e 29 anos, em 187 municípios em todas as unidades da federação. O levantamento apontou ainda que 67% dos entrevistados viam a corrupção como um dos problemas que mais incomodam no Brasil, seguido pelo poder dos traficantes, mencionado por 46% dos entrevistados. 43% dos jovens apontaram a violência e a segurança como problemas que mais os preocupam. Mais de 90% deles também citaram saúde, educação, desemprego e respeito aos direitos humanos como desafios que precisam ser enfrentados no país. A necessidade de melhorar a saúde foi destacada por 99% dos jovens ouvidos e a educação ficou em segundo lugar, apontada por 98% dos entrevistados. Com relação às impressões sobre a administração pública, 53% dos entrevistados afirmaram que os governos no Brasil conhecem as necessidades dos jovens, mas não fazem nada a respeito. Outro dado interessante é que 44% dos entrevistados sugeriram a criação de políticas de apoio à juventude.

Voltando sua atenção para esse público, o governo antecipou o lançamento de uma plataforma idealizada desde 2011 com universidades e destinada ao público jovem. O Participatório, Observatório Participativo da Juventude, foi lançado logo após os protestos aparentemente como uma tentativa de "dialogar" com a juventude conectada das manifestações ou dos principais usuários das TICs. Segundo o próprio *site*[84], O Participatório é apresentado como um espaço virtual interativo sobre e para a juventude brasileira, inspirado nas redes sociais, que pretende promover espaços de participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às políticas de juventude e correlatos. O texto afirma também que ele funcionará de forma integrada com as redes sociais e *blogs*, de forma que os diálogos que estão ocorrendo nesses outros espaços possam alimentá-lo e vice-versa. Desta maneira, ele foi "concebido", em tese, para "alargar os canais de comunicação e mobilização, com foco na ampliação da capacidade de articular o conjunto de ferramentas que viabilizam e potencializa o diálogo com os movimentos sociais e a sociedade, as relações interministeriais, parlamentares e com outras esferas de governo".

Em decorrência dos protestos, a popularidade da presidente Dilma Rousseff (PT) apresentou queda. Em 21 de junho[85], frente aos protestos, a reprovação chegou a 55% entre os

---

[84] *In*: http://participatorio.juventude.gov.br/about

[85] Veja informações sobre a pesquisa em http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1299509-55-dos-paulistanos-reprovam-atuacao-de-dilma-frente-aos-protestos.shtml>

paulistanos; 27% que avaliam seu desempenho como regular (eram 29%), 15% que atribuem a ela uma atuação ótima ou boa (eram 16%) e 4% que não souberam responder.

Em julho, logo após os protestos, houve a criação de um grupo para estreitar as relações entre os órgãos do Governo Federal e as demandas da sociedade expressas pelas redes sociais depois que os protestos atingiram a popularidade da presidente e o desempenho do governo. As atenções também se voltaram para a página do Palácio do Planalto no Facebook[86], que contava com 47.982 pessoas que "curtiam"[87]. A presidente, até então considerada avessa às redes sociais, adotou uma estratégia mais pessoal de uso das mesmas ao ressuscitar sua conta no Twitter e procurou utilizar o *microblog* para manifestar suas opiniões, pensando também no cenário voltado para as eleições 2014.

Em outubro de 2013, a presidente Dilma Rousseff voltou a se manifestar sobre os "Cinco Pactos" lançados em junho, após anunciar investimentos de R$ 5, 4 bilhões em mobilidade urbana para São Paulo[88]. Como iniciativas que saíram do papel, Dilma destacou a aprovação do programa Mais Médicos que, segundo a presidente, significará o atendimento de mais 14 milhões de brasileiros tendo como meta alcançar 46 milhões de brasileiros assistidos até abril de 2014. Outro ponto foi a aprovação da lei dos royalties que repassa 75 % dos recursos dos royalties de concessão e do pré-sal à Educação. Análises feitas pela imprensa, contudo, no primeiro semestre de 2014, indicam que os resultados estão aquém do esperado. Matéria publicada em janeiro pela Rádio CBN[89], o jornalista Felipe Igreja destaca que "sete meses após ser anunciado pela presidente Dilma Rousseff, o Pacto pela Mobilidade Urbana ainda está apenas no papel. Nenhum centavo saiu dos cofres do governo federal e as obras dos projetos não foram iniciadas". Segundo o texto, apesar do anúncio de R$ 50 bilhões em intervenções e melhorias no transporte público em todo o país, um levantamento da ONG Contas Abertas revela dificuldade na liberação das verbas para os projetos. Em resposta, o Ministério do Planejamento alega que o tempo foi curto para que as demandas da população fossem efetivamente atendidas. No mesmo sentido, Tai Nalon, do jornal *Folha de S. Paulo*, em texto publicado em fevereiro de 2014[90] destaca, por exemplo, que "a reforma política é o

---

[86] Acesse: https://pt-br.facebook.com/PalacioDoPlanalto

[87] Dados de 14 de fevereiro de 2014.

[88] Portal Brasil. *Dilma fala sobre cumprimento dos cinco pactos propostos em junho.* Disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/10/dilma-fala-sobre-cumprimento-dos-cinco-pactos-propostos-em-junho>. Acesso em 25 out. 2013.

[89] Acesse a íntegra do texto em <http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/pais/2014/01/11/SETE-MESES-APOS-PROTESTOS-PACTO-PELA-MELHORIA-DA-MOBILIDADE-URBANA-NAO-SAI-DO-PAPEL.htm#ixzz2tVi4veta>

[90] *Pactos de Dilma em resposta aos protestos de junho não avançam*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/152141-pactos-de-dilma-em-resposta-aos-protestos-de-junho-nao-avancam.shtml>. Acesso em 14 fev. 2014.

principal fracasso do governo" e que o Congresso "não teve tempo para viabilizar as mudanças antes das eleições deste ano" e "não há perspectiva que volte ao tema em 2014".

A resposta das instituições políticas foi ressaltada inclusive por Castells (2013, p. 180), como "o mais significativo do movimento brasileiro". Para ele, a reação da presidente Dilma Rousseff adquire significado, pois, pela primeira vez, desde que, em 2010, se iniciaram esses movimentos em redes em noventa países diferentes, a maior autoridade institucional declarou que "tinha obrigação de escutar a voz das ruas". Uma atitude emblemática.

O que se observou nos discursos da presidente foi a tentativa de acalmar os ânimos, de tentar aproximação com a sociedade e de estabelecer diálogo com os manifestantes. O Governo Federal identificou tais reivindicações, seus pontos-chaves e se posicionou assertivamente ao se pronunciar sobre tais anseios populares e ao destacar o aspecto democrático de tais manifestações, exigindo rigor contra a violência que se apropriou das causas e do movimento.

Observa-se que a instituição pública/governamental mostrou-se aberta, tentando interagir com a sociedade, no sentido de dar uma resposta e ouvir seus anseios, mostrando que atende às demandas sociais, mas na prática, existem poucas ações concretas e efetivas para essa finalidade.

Há de se ressaltar que algumas iniciativas, contudo, tiveram impacto negativo. Os "Cinco Pactos", por exemplo, soaram como estratégias de *marketing*, uma espécie de placebo às dores da nação, uma vez que pouca coisa, em curto espaço de tempo saiu do papel. As estratégias não mensuraram resultados em curto, médio e longo prazo, podendo ter um efeito contrário que é reforçar o descrédito na instituição de governo. Sabe-se, contudo, que os desafios e as demandas são complexos, em virtude do histórico que cada uma carrega, sem investimentos e iniciativas que, ao longo dos anos, pudessem dar cabo ou minimizar efetivamente. Porém, quando se apresenta uma proposta diante de uma situação emergencial ou crítica, o que se espera é a implementação da mesma com resultados mensuráveis e gradativos. Neste sentido, os cinco pactos acabaram soando como proposta eleitoreira para que os protestos não arranhassem a imagem do governo nem sua aprovação diante de um cenário futuro de disputa por eventual reeleição.

Houve ainda necessidade de se comunicar com o público e para o público. Isso foi bastante observado com a tentativa de criar o Participatório. Seu lançamento precoce, sem se atentar a questões do seu funcionamento, à linguagem e as interfaces possíveis com os usuários permitiu que a ferramenta caísse em descrédito diante dos próprios usuários, reforçando o aspecto negativo do não retorno, que por sua vez gera mais e mais apatia.

Entende-se que não cabe apenas ao governo criar os canais para tentar promover esta participação, mas que os canais devem ter recursos que permitam que tais objetivos sejam atingidos. Há também a importância de criar mecanismos eficazes de moderação das discussões para que elas não se caracterizem apenas como o mero expressar de opiniões aleatórias sobre os assuntos postos em pauta ou de interesse. Uma sugestão neste caso seria a presença de profissionais de comunicação que pudessem usar todos os recursos disponíveis, contribuindo para que a prática deliberativa fosse mais significativa que a meramente opinativa.

Como se trata de uma versão beta espera-se que o Participatório possa ser aprimorado e todas as críticas e problemas apontados pelos próprios usuários ou por estudos que se proponham a diagnosticá-los sejam sanados. A ferramenta não consegue cumprir da forma como se apresenta hoje com aquilo que ela se propõe e sua finalidade, nobre e salutar, em tese, acaba se tornando um despropósito. Observa-se a necessidade de que as informações não estejam apenas disponíveis, mas sejam organizadas de forma que permitam a fácil busca, a compreensão mais eficaz e uma participação mais efetiva. Há de se pensar ainda na página com uma funcionalidade que vá além do mero "fórum de opinião", mas que se aproxime mais de um local para sugestões com a reunião de propostas autênticas de uma parcela da sociedade brasileira, institucionalizando demandas, sugestões em diversas questões. Há de se ter um cuidado mais efetivo com relação à linguagem e ao conteúdo. Que ele seja dinâmico e também permita a interação dos jovens. Sobretudo, faz-se necessário que o canal de comunicação seja tratado como mais atenção e cuidado. Conforme manifestaram os usuários, a ideia é relevante e interessante, mas é necessário fazer com que ela seja funcional.

O Participatório é um reflexo do que os canais criados pelo governo que hoje existem com o intuito de ampliar a participação, são ainda insipientes, pouco explorados ou estão distantes das expectativas da sociedade que tem anseios primários, que deveriam ser direitos garantidos por tais instituições que as representam, uma representatividade em crise. Talvez por isso, a população opte por manifestar em redes sociais como Twitter e Facebook e ir para as ruas.

Diante do exposto, parte-se para a descrição de uma opção metodológica, na tentativa de quantificar, qualificar e, sobretudo, exemplificar com dados concretos alguns aspectos até agora mencionados do ponto de vista teórico.

7 MENSAGENS NA REDE - UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Conforme lembra Maximiliano Martin Vicente (2009, p. 39), a história da comunicação social demanda estudos específicos para cada meio de comunicação e o eixo da construção da comunicação social reside no reconhecimento das nuanças de cada meio, no estudo de suas repercussões na construção da sociabilidade e na formação e divulgação de ideias e valores. Constigan (1999 apud AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011, p. 33) afirma que a ciência social produzida sobre a internet se divide em duas categorias: a) relativa à habilidade de busca e recuperação de informações a partir de bancos de dados e; b) que diz respeito às capacidades de comunicação interpretativa presentes na internet. Para Wellman e Postil, os estudos da internet podem ser divididos em fases. Para Wellman, elas são três: 1) início dos anos 1990, caracterizada pela dicotomia entre utópicos e distópicos; a narrativa da história da comunicação parece ter início com a internet; 2) iniciada por volta de 1998, utiliza a coleta e análise de dados, sobretudo estudos quantitativos, documentação e observação sobre usuários e suas práticas sociais; 3) a partir dos anos 2000, com abordagem teórico-metodológica que enfocava a análise de dados, reflexões sobre os padrões de conexão, personalização e comunicação. Já para Postill, esses três estágios poderiam ser estruturados da seguinte maneira: 1) início dos anos de 1990, marcada pelos modismos, tendências ou novidades (*hypes)* e a polaridade entre real e virtual, internet como esfera autônoma e interações sincrônicas e assincrônicas; 2) metade dos anos de 1990, marcada pela análise da internet inserida no cotidiano, comparações entre internet e outras mídias e escolha de casos extremos (amostragem intencional) com popularização da internet; após dos anos 2000, inicia-se o enfoque nos usos e apropriações da internet e explicitação metodológica (AMARAL, FRAGOSO E RECUERO, 2011, p. 35-40). Atualmente, as abordagens quantiqualitativas são as mais adotadas no que se refere ao estudo da internet.

Nos anos 2000 difundiu-se a noção difundida por Hine (apud AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011, p. 40) de que a internet, enquanto objeto de estudo, pode ser entendida enquanto cultura e artefato cultural, na acepção emprestada da antropologia, especificamente que permite que a mesma seja considerada "um repositório vivo de significados compartilhados que são produzidos por uma comunidade de ideias" (SHAH, 2005, apud AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011, p. 40). Na perspectiva da internet como cultura, o estudo enfoca o contexto cultural dos fenômenos, e aqui, entendemos o fenômeno em sua dimensão *on* e *off-line*, ou seja, dentro e fora da rede social digital, mas como parte da sociedade, de modo a rebater as críticas como a feita por Espinoza referindo-se à interpretação de que a internet seria uma redução dos signos sociais. Enquanto artefato cultural, a internet

pode ser compreendida como um objeto "multifacetado e passível de apropriações" e neste sentido passa-se a considerar os discursos que emergem ou trafegam pela rede, o consumo e os processos de produção de sentido dos seus usos sociais, articulando aqui a relação entre tecnologia e seu processo histórico e em um sistema social como "articulação e aparato" como defendeu Raymond Williams Dessa forma a internet vista como artefato cultural passa as ser vista como tecnologia midiática que gera práticas sociais e cujos objetos de estudo são sempre definidos pelas práticas midiáticas por eles geradas. (AMARAL, FRAGOSO e RECUERO, 2011, p. 42-44).

Para a presente abordagem que se refere à temática do ativismo em redepor extensão, os dispositivos móveis, Recuero (2009) e Amaral, Fragoso e Recuero (2011) levantam metodologias específicas para internet que se aplicam no caso das redes sociais ou do ciberespaço, como, por exemplo, a Teoria Fundamentada, que deve emergir dos dados a partir da sistemática de observação, ou da Análise das Redes Sociais ou etnografia ou vertentes conhecidas e apontada por alguns autores como netnografia, webnografia, etnografia digital ou ciberantropologia, que abarcam os contextos sociais, seu cenário e seus participantes.

Além da observação sistemática do fenômeno, da análise bibliográfica e documental de materiais veiculados pela mídia e na internet durante os protestos, o presente estudo ampara-se metodologicamente na análise de conteúdo, pois, conforme Bardin (2011), tal método de pesquisa é aplicável a qualquer forma de comunicação e por ser um conjunto de técnicas de análises das comunicações, "seja qual for a natureza do seu suporte" (BARDIN, 2011, p.35).

> Desde mensagens linguísticas em forma e ícones até "comunicação" em três dimensões, quanto mais o código se torna complexo, ou instável, ou mal explorado, maior terá de ser o esforço do analista, no sentido de uma inovação com vista a elaboração de técnicas novas. E quanto mais o objeto da análise e a natureza as suas interpretações forem invulgares e mesmo insólitas, maiores dificuldades existirão em colher elementos nas análises já realizadas (...) em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo. (BARDIN, 2011, p.38).

Segundo Bardin (2011, p. 41), designa-se sob o termo análise de conteúdo:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. O analista possui a sua disposição (ou cria)

> todo um jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas à natureza do material e à questão que procura resolver.

A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Assim, conforme a autora (2011, p.45), ela nos leva e "inferir", ou seja, deduzir de maneira lógica conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre seu meio. Desta forma, Bardin conclui que, se a descrição, isto é, a enunciação das características do texto, resumida após tratamento, é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem de uma à outra. As categorias clássicas de análise de conteúdo permitem pensar análises temáticas, as quais permitem trabalhar as representações sociais examinando elementos constitutivos do texto; análises formais, voltadas para as formas e encadeamento de discurso e; análises estruturais, voltadas para a forma como os elementos da mensagem estão dispostos e, assim, revelar aspectos das mensagens que estejam subjacentes e implícitos. A análise de conteúdo tem como objetivo o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc. por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares (BARDIN, 2011, p. 50).

Optou-se por analisar o conteúdo da página do MPL-SP no Facebook visto que tal rede social ou de relacionamento apresentava a maior parcela da população brasileira entre os seus usuários. Para tal análise, inicialmente cogitou-se a coleta de material de todo mês de junho, o que foi descartado durante a pré-análise dada a quantidade de material coletado, conforme é possível observar em dados mencionados quantitativamente nas páginas seguintes. Após a análise flutuante, fruto de navegações pelas postagens do movimento e dos usuários, na qual se dá o contato com o material a ser analisado, surgiram algumas impressões que ajudaram a orientar os caminhos a serem seguidos. Nessa fase de pré-análise, optou-se pela definição do *corpus* de pesquisa limitado a postagens na página do Facebook do MPL-SP no período compreendido entre os sete atos de protestos, bem como analisar aspectos referentes à interação dos usuários da página com o movimento por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos, recursos disponíveis para interação dos usuários da rede social. Depois de uma pré-análise das mensagens publicadas na página do Facebook do MPL-SP, partiu-se para a "leitura flutuante" ou exploratória como sugere Bardin, explorando os *posts* e comentários. Com base na coleta de amostras escolhidas, fez-se uma análise quantitativa (total de *posts*, comentários, "curtidas" e compartilhamentos). Nessa navegação,

constatou-se que a página do Facebook era utilizada pelo MPL-SP como forma oficial de comunicação com os usuários para convidá-los para os eventos dos protestos, como forma de manifestação da posição do movimento diante de determinado fato ou acontecimento (o que ocorreu por meio de notas e postagens), para divulgação da dinâmica de determinado ato, indicando, por exemplo, sua geolocalização (em que local estavam) e a descrição do andamento das ações e na tentativa de apresentar suas propostas e reivindicações. Para os usuários, a página basicamente cumpriu o papel de dar vazão à manifestação de opiniões. Tais aspectos serão detalhados a seguir.

A escolha da análise de conteúdo também se deve ao fato de tentar responder à questões-problema deste estudo como qual o papel das redes sociais digitais durante os protestos, como se articulou tal comunicação entre movimento, usuários, autoridades e opinião pública e também permitir identificar as temáticas emergentes em tais protestos para que pudesse se identificar o que os principais atores ou actantes das manifestações de junho queriam comunicar e o conteúdo dessas mensagens. Para tanto, a coleta do material começou a ser executada durante o próprio mês de junho de 2013, visto que por se tratar de material *on-line* temia-se que parte deixasse de estar disponível posteriormente. A partir de então, passar-se-á a descrever um pouco da sistemática de coleta e alguns entraves encontrados ao longo do percurso.

7.1 O percurso de coleta e alguns entraves

Uma das principais dificuldades de se trabalhar com o material *on-line* é o seu caráter fluído e o risco de que o mesmo não esteja disponível em médio e longo prazo. Para tanto, optou-se pela coleta de três formas distintas: a) utilizando o recurso de tela de captura do Windows, que permite recortar as imagens que aparecem na tela do usuário da forma como elas são veiculadas; b) copiando o material coletado no Microsoft One Note, um bloco de notas que, em tese, permite preservar certos padrões do material coletado; c) copiando o mesmo no Microsoft Word, Microsoft Excel e no Bloco de Notas e editores de textos. Observa-se, contudo, que o último programa não permite o salvamento de imagens e *hiperlinks*, armazenando apenas o texto do material coletado. A coleta de material do Facebook representou um trabalho redobrado. Tal rede social, por suas características técnicas não permite acesso irrestrito e aberto a usuários que não sejam detentores de determinadas páginas, o que dificulta ou limita o trabalho do pesquisador, ao contrário do Twitter, que possui características que permitem a utilização de *softwares* específicos que auxiliam neste

sentido. Não foi possível ter acesso aos convites para os eventos dos protestos, aspecto que poderiam permitir outras inferências, o que acabou limitando a análise.

Outro aspecto a mencionar é o fato de que, durante o período de coleta, o Facebook substituiu o chamado *feed* (conjunto de postagens da página) estático e cronológico por um *feed* dinâmico, baseado em um algoritmo matemático, que por meio de associações, relaciona as postagens ao perfil e preferências do usuário que navega pela página. Isso significa, entre outros aspectos, que dependendo das preferências e interações determinado usuário pode visualizar certos comentários enquanto outro usuário que interage na rede com outras pessoas ou tem preferências diferentes poderá não visualizá-los. Esse processo que envolve algoritmos para a interpretação ou extração de dados de pessoas conectadas é chamado de filtro bolha[91] e cruza os dados de navegação dos usuários e suas interações, remetendo-os a outros dados que se aproximam dessa experiência. Nesse caso, o software encarregado desse cruzamento de dados acaba se comportando como um "selecionador" ou mesmo um *gatekeeper*, uma espécie de editor das interfaces que os usuários passam a ter na rede. Mesmo assim, optou-se por manter a análise do Facebook pelos motivos já mencionados, contudo, não foi descartado um acompanhamento exploratório pela página do Twitter do MPL-SP a título de comparação com relação principalmente à funcionalidade e utilização, mas não contemplado no presente trabalho.

Para a codificação dos dados na presente análise optou-se pelas postagens oficiais do MPL-SP em especial as que se referem aos dias dos atos de junho: 6, 7, 11, 13, 17, 18, 19, 20 e do dia 24, quando o movimento emitiu uma carta aberta à presidente Dilma Rousseff. As unidades de registro que comporiam o recorte do presente trabalho são tais postagens e também fotos (imagens) que compõem álbuns de fotos referentes ao período mencionado na página do MPL-SP no Facebook. Optou-se para o presente estudo em construir uma amostra dessas postagens diante do volume de dados fornecidos e a definição de categorias semânticas (baseadas em temas) e respectivas coocorrências mensuradas através da repetição ou do aparecimento de determinados termos. A todo foram analisadas 13 postagens de texto, 90 fotos postadas e capas de 3 álbuns, 21.864 curtidas, 4.491 comentários, 7.349 compartilhamentos.

---

[91] O termo "filtro bolha" foi cunhado por Eli Pariser. Para mais informações, recomenda-se a leitura de PARISER, E. The Filter Bubble. *What the Internet is Hiding from You.* The Pinguim Press. New York. 2011.

Tabela 1 - Amostra - dados quantitativos

Item	Quantidade
Postagens de texto	13
Fotos	90
Capas de álbum de fotos	3
Curtidas	21.864
Comentários	4.491
Compartilhamentos	7.349

Fonte: Elaborada pelo autor.

A análise dos dados foi feita de forma manual em alguns casos com o auxílio de tabelas que geraram, em alguns casos, gráficos que facilitassem a interpretação e ilustrassem a relevância das informações neles contidos. Em outros casos contou-se com recursos tecnológicos para mensurar alguns aspectos quantitativos diante do montante do material coletado. Um deles foi a contagem de palavras por meio da ferramenta Word Count Tool[92]. Com ele foi possível mensurar, por exemplo, a quantidade de palavras nas somas dos comentários. Ele funciona basicamente como o contador de caracteres da ferramenta de revisão do Microsoft Word. Outro recurso utilizado foi a ferramenta TagCrowd[93], disponível na *web* e que a visualização de frequências de palavra em qualquer texto, criando o que é conhecido popularmente como uma nuvem da palavra, nuvem texto ou *tag cloud* (nuvem de *tags*). Assim, através da representação gráfica, é possível visualizar os termos com maior ocorrência e a quantidade de menções que os mesmos tiveram dentro de determinado contexto. Observou-se na análise exploratória a existência de diferentes os tipos de *posts* que circularam na *timeline* (linha do tempo) do Facebook do MPL-SP quanto à sua finalidade convocatórios (aqueles utilizados para convidar para os eventos); fotos e vídeos; textos informativos, textos opinativos, e notas (comunicados oficiais do movimento para a sociedade em geral).

[92] Disponível em < http://www.wordcounttool.com/>.

[93] TagCrowd é uma aplicação *web* para a visualização de frequências de palavra em qualquer texto, geradora do que convencionou-se chamar de nuvem da palavra, nuvem texto ou *tag cloud*. Foi criado em julho de 2006 por Daniel Steinbock, enquanto um estudante de doutoramento na Universidade de Stanford. Disponível em < http://tagcrowd.com/>

Figura 5 - Exemplo de postagem convocatória para os "atos" organizados pelo MPL. Reprodução da página do Facebook do MPL-SP.

Figura 6 - Exemplo de postagem convocatória para os "atos" organizados pelo MPL. Reprodução da página do Facebook do Tarifa Zero.

Outra postagem que tem a mesma finalidade é a que foi publicada no dia 18 de junho e curtida por 6.705 pessoas e com 8.995 compartilhamentos, conforme se observa na figura a seguir, que vinha acompanhada do seguinte texto:

> "Até REVOGAR! ----- Não sairemos das ruas até o aumento ser revogado! ::: AMANHÃ é na Praça da Sé! ::: 17h. CONFIRME e VENHA! https://www.facebook.com/events/361804520612050/?ref=22."

Figura 7 - Imagem usada para convocar pessoas para o 6º ato em 18/06[94].

[94] Disponível em <https://www.facebook.com/passelivresp/photos/a.176327119090214.45137.176309402425319/531745216881734/?type=3&src=https%3A%2F%2Fscontent-gru.xx.fbcdn.net%2Fhphotos-prn2%2Fv%2>. Acesso em 15 mai. 2015.

Além de postagens convocatórias e orientando sobre as lutas do MPL, durante as manifestações forma comuns a divulgação de notas oficiais relacionadas a acontecimentos durante os eventos, como as que se observarão a seguir.

7.2 As Notas Oficiais do MPL no Facebook

Dada tal característica deste último texto mencionado, optou-se por enfatizar sua análise. Além dos dias já mencionados, consideraram-se ainda os dias 14, 15 e 24 de junho, para efeito quantitativo, datas em que foram publicados comunicados oficiais pelo MPL-SP, no último dia, com uma Carta Aberta à Presidente da República.

Na tabela a seguir, dados quantitativos da amostra constituída de 13 *posts.* Eles referem-se às interações dos usuários da rede social e somaram 11650 "curtidas", 3392 comentários e 4827 compartilhamentos. Com base nestes números, observa-se o tipo de interação chamado de "curtir" é o predominante, seguido pelos compartilhamentos e, por fim, os comentários. Os dois primeiros tipos possuem uma interação mais fácil que o comentário. É possível compartilhar ou curtir uma postagem com apenas um *click* enquanto o comentário pressupõe a expressão da opinião, motivo que talvez justifique o fato das "curtidas" terem sido quase quatro vezes maiores que os comentários.

Tabela 2 - Análise quantitativa das interações nas notas postadas pelo MPL-SP em junho de 2013.

POST	**DATA**	**TÍTULO**	**CURTIDOS**	**COMENTÁRIOS**	**COMPARTILHAMENTOS**
1.	10/jun	Nota 1: sobre a manifestação do dia 06.6	84	27	39
2	10/jun	Haddad defende ação da PM contra protestos e diz que vai negociar, apenas se o movimento "renunciar à violência":	468	33	296
3.	10/jun	Nota n° 2: sobre manifestantes presos dia 06 06	37	12	3
4.	10/jun	Nota n°03: Nota pública do Movimento Passe Livre sobre a luta contra o aumento	186	26	79
5.	13 de junho	Nota n° 4: Nota pública do MPL sobre a situação dos detidos nos atos contra o aumento da tarifa de 11/06	161	55	75

6.	14 de junho	Nota n° 5: Nota pública do MPL-SP sobre a violência e repressão do dia 13 06	898	157	563
7.	15 de junho	Nota n° 6: Nota pública sobre a situação dos detidos nos atos contra o aumento da tarifa	517	151	164
8.	17 de junho	Nota n° 7: Nota do MPL sobre reunião da Prefeitura	1509	317	493
9.	18 de junho	Nota n° 8: Nota pública sobre os atos do dia 17	2089	533	692
10.	19 de junho	Nota n° 9: Nota pública sobre as declarações do Prefeito	3537	1217	1434
11.	20 de junho	Nota n° 10: sobre a revogação do aumento	1649	864	475
12.	24 de junho	Carta aberta	281		406
13.	24 de junho	Carta aberta	234		108
TOTAIS		**13 *posts***	**11650**	**3392**	**4827**

Fonte: Elaborada pelo autor.

Observa-se, com base na tabela anterior, que a publicação de maior interação foi o dia 19 de junho e que trata das declarações do prefeito Haddad (3537 “curtidas”, 1217 comentários e 1434 compartilhamentos). De certa forma, pode-se inferir que o MPL se posiciona com relação à manifestação oficial do prefeito e os internautas reagem a este posicionamento debatendo o mesmo e criticando-o, numa espécie de reação emocional coletiva. O gráfico a seguir elaborado da mesma fonte mostra a movimentação das três principais formas de interação entre os usuários com as postagens feitas na rede social, ilustra os picos de interação.

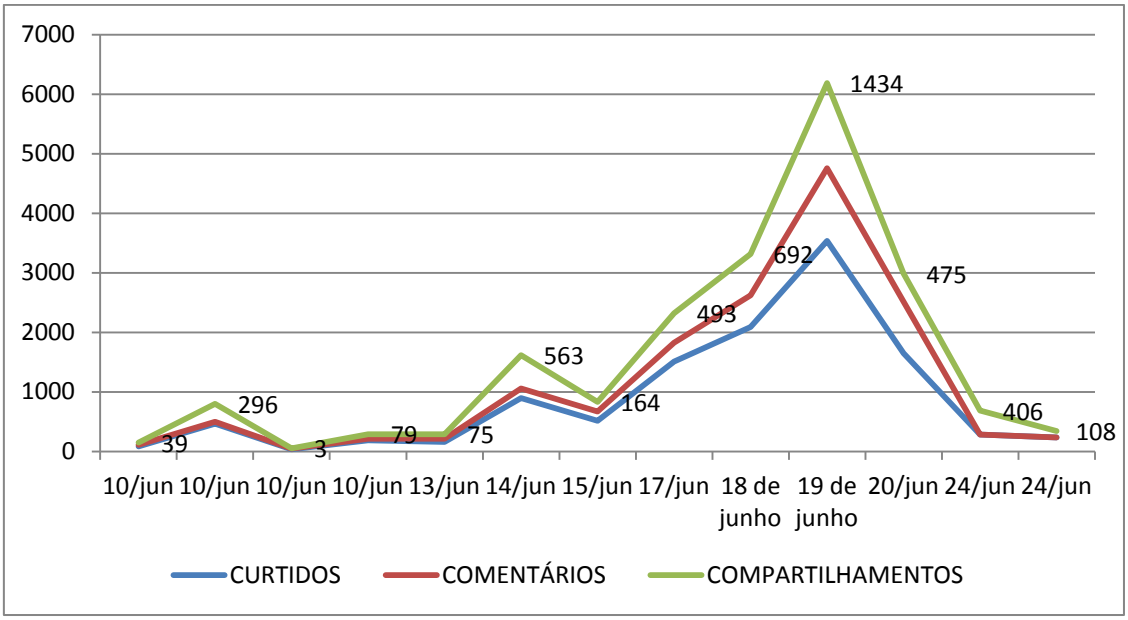


Gráfico 1 - Picos de interação das notas do MPL-SP por tipo em junho de 2013.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Feitas tais considerações, passar-se-á a uma análise pormenorizada das postagens. Parte-se da descrição e serão mencionados aspectos quanti e qualitativos com relação às suas interações e temáticas. Por uma questão de síntese, as interações entre os usuários da página, serão pormenorizadas, principalmente, utilizando os dados da postagem em que as mesmas foram mais relevantes, como já mencionadas.

Na análise exploratória de todos os comentários mencionados, observa-se que tal amostra permite inferências que refletem o conjunto das interações. Quando se atém apenas às notas que o próprio MPL enumera, tem-se os dados quantitativos ilustrados na tabela a seguir.

Tabela 3 - Quantitativo das interações de usuários em notas publicadas pelo MPL-SP entre 10 e 19 de junho de 2013.

POST	DATA	CURTIDAS	COMENTÁRIOS	COMPARTILHAMENTOS
1	10/jun	84	27	39
2	10/jun	37	12	3
3	10/mar	186	26	79
4	13/jun	161	55	75
5	14/jun	898	157	563
6	15/jun	517	151	164
7	17/jun	1509	317	493
8	18/jun	2089	533	692
9	19/jun	3537	1217	1434
10	20/jun	1649	864	475
	TOTAL	10667	3359	4017

Fonte: Elaborada pelo autor com dados extraídos da página do MPL-SP no Facebook.

Com base nesses dados, infere-se que curtidas e compartilhamentos aparecem em maior número em relação aos comentários. As primeiras chegam a ser quase três vezes mais que esses últimos como se observa no gráfico a seguir. Uma hipótese que justifica tal diferença é o fato de que tanto curtidas quanto compartilhamentos, pelas características dos mecanismos dos Facebook são formas de interação que, em tese, podem ser feitas de maneiras mais simples, em geral, em apenas um *click,* ao contrário dos comentários que exigem a reflexão e a sistematização do pensamento, a digitação e a publicação, num processo mais elaborado e que exige mais tempo e disponibilidade do usuário.

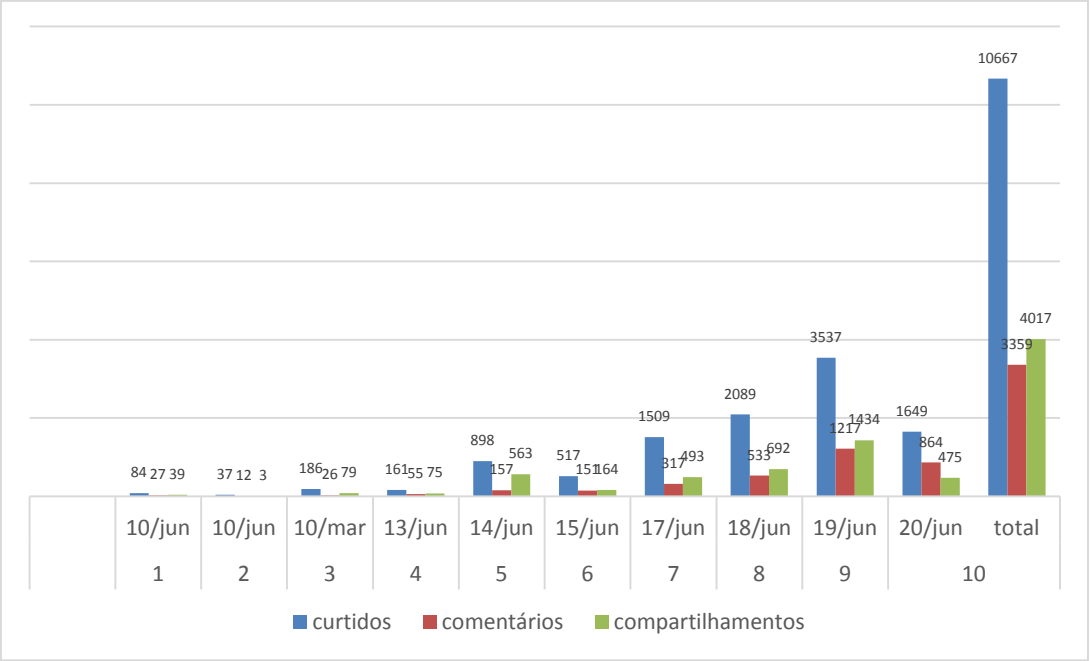


Gráfico 2- Quantitativo de interações.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Feitas tais considerações, parte-se para uma análise do conteúdo dessas notas e comentários, primeiro descrevendo o teor da informação de tais postagens e, em seguida, relacionando aspectos inerentes às interações de seus usuários, suas impressões e opiniões.

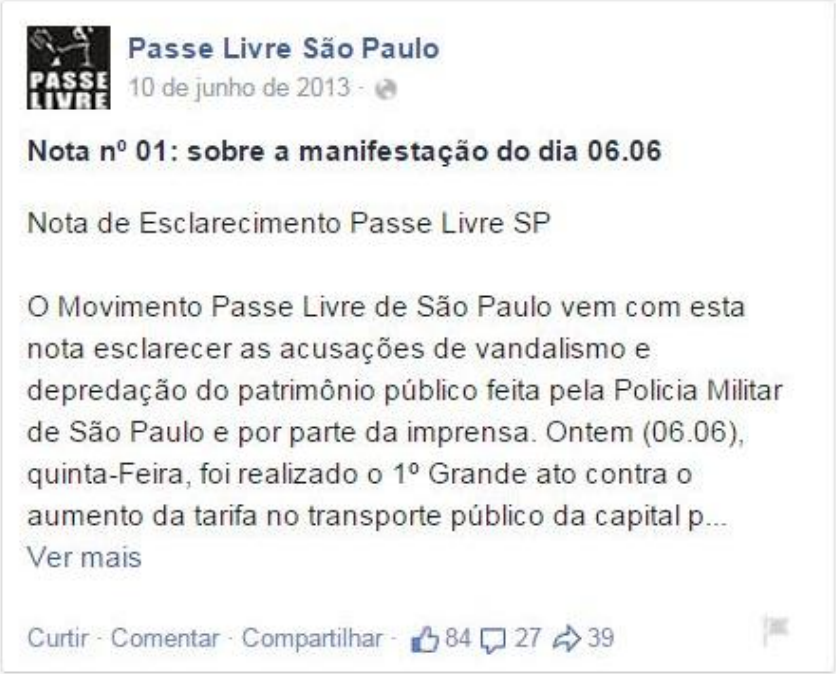


Figura 8 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 1.
Disponível em <https://www.facebook.com/passelivresp/notes>

Intitulado "Nota nº 01: sobre a manifestação do dia 06.06", o texto que foi reproduzido na rede social até o dia 10 de junho é o mesmo que foi publicado no dia 07 de junho no *site* oficial do movimento. Trata-se de uma nota de esclarecimento que rebate as acusações de vandalismo, reitera o direito à manifestação, ataca a repressão da PM e diz que não incentiva a violência. A nota também apresenta dados sobre o número de participantes, ressalta a quantidade de pessoas "excluídas" do transporte público e destaca que reflete o "sentimento" da periferia, principal afetada pelo problema.

> Nota nº 01: sobre a manifestação do dia 06.06
> 10 de junho de 2013 às 11:05
> Nota de Esclarecimento Passe Livre SP
> O Movimento Passe Livre de São Paulo vem com esta nota esclarecer as acusações de vandalismo e depredação do patrimônio público feita pela Policia Militar de São Paulo e por parte da imprensa. Ontem (06.06), quinta-feira, foi realizado o 1º Grande ato contra o aumento da tarifa no transporte público da capital paulista. Com concentração inicial em frente ao Teatro Municipal, o ato reuniu 5 mil pessoas e seguiu em caminhada pacífica pelas ruas do centro da cidade.
> Exercendo seu legítimo direito de se manifestar, as pessoas ocuparam importantes vias da capital e em seguida sofreram diversos momentos de repressão violenta por parte da Polícia Militar.
> A população que já revoltada com o abusivo aumento das tarifas reagiu e revidou a agressão dos policiais - que, vale a pena lembrar, são os que possuem armas e bombas. Ontem, a PM feriu dezenas de pessoas.

> As imagens dessa repressão brutal podem ser vistas em toda a mídia imprensa e de vídeo nas redes sociais. A truculência da PM é um fato conhecido até mesmo pela imprensa, que diversas vezes tem seus cinegrafistas e repórteres vítimas dessa violência. As depredações só se iniciaram depois de um segundo momento de repressão brutal e prisões, realizadas na região da Avenida Paulista. O Movimento Passe Livre não incentiva a violência em momento algum de suas manifestações, mas é impossível controlar a frustração e a revolta de milhares de pessoas com o poder público e com a violência da Polícia Militar.
>
> Atualmente 37 milhões de pessoas são excluídas do transporte público por não terem dinheiro para pagarem a tarifa. Com o aumento desse valor aumenta também a exclusão social, o número de pessoas que não podem viver a cidade. Essa exclusão é a maior violência, e é a que estamos combatendo, e apesar dos ataques da polícia militar, não vamos desistir de lutar por um mundo diferente - um mundo em que a cidade seja de todos.
>
> O transporte público de São Paulo é um dos mais caóticos, precários e caros do Brasil como se vê noticiado todos os dias pela imprensa da cidade, e se vive todos os dias dentro dos ônibus e trens. Todos os dias as periferias sofrem com a falta de transporte público, com trânsito e violência policial. Ontem (06.06) o outro lado da cidade ficou sabendo como essa periferia se sente. (MOVIMENTO PASSE LIVRE SP[95].)

Desta primeira nota, far-se-á uma análise descritiva do conteúdo e também dos comentários dos internautas seguidores da página, destacando aspectos quantitativos e qualitativos, principalmente com relação às temáticas que eles suscitam bem como aspectos relevantes percebidos durante a coleta de dados.

Como mencionado anteriormente observou-se que 27 pessoas comentaram tal postagem do MPL-SP. Desse total de interagentes, a maioria (85,18%) era do sexo masculino, enquanto 14,4% eram do sexo feminino. Somados, todos os comentários chegam a 2.476 palavras. Do total, as 50 mais mencionadas ilustram a figura a seguir e dão um parâmetro sobre a temática abordada e permitem categorizar as diferentes opiniões dos usuários com relação à mensagem mencionada na rede social: Impostos (9); Movimento (8); Tarifas (7); Manifestações (7) / Manifestação (5); Governo (6); Vandalismo (5); Corrupção (4); Direitos (4); Transporte (4) / Transportes (4), por exemplo.

[95] Disponível em <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-01-sobre-a-manifesta%C3%A7%C3%A3o-do-dia-0606/528654787190777>. Acesso em 15 mai. 2015.

Figura 9 - Frequência de termos nos comentários da Nota 1.
Fonte: Elaborado pelo autor com utilização de recurso on-line TagCrowd.

Em alguns comentários observa-se otimismo com relação ao movimento, como por exemplo, no depoimento do usuário identificado como Valdemir dos Santos, que no dia 17 de junho de2013, às 18h25, postou: "Parabéns, vamos mudar este pais, vcs estão no caminha certo, tenta dividir por zonas, na leste, na sul, na oeste, norte e no centro,a policia naum vai ter contingente para todas as manifestações" (*sic*). Outro depoimento que ilustra o otimismo é do usuário identificado como Renato Kattys, que, em 11 de junho de 2013, às 07h59, publicou: "este país só vai melhorar qdo o brasileiro abrir mão do comodismo e reivindicar os seus direitos que já foram pagos com o sangue de homens que lutaram pelo nosso povo no passado. Alguns centavos fazem muita diferença qdo se falam de milhões de pessoas" (*sic*).

Observa-se também nas postagens críticas a políticos e partidos e a ênfase para o fato do comentário enquanto forma de expressão da opinião. Um exemplo é observado no discurso do usuário identificado como Igor Issao, em 10 de junho de 2013, às 12h09: "Essa é a minha opinião e espero que seja respeitada, se é que isso se trata de direitos iguais. Se não for o caso, vocês vão fazer igual a PM que vocês tanto discriminam, vão me reprimir". Note que há no comentário seguinte, postado por Anselmo Silva, às 12h32, há uma discussão entre os usuários da rede social muito próxima da discussão que se observa em situações de oralidade. Anselmo comenta o *post* de Igor: "é todo seu esse direito, mas se informe um pouquinho mais sobre a posição política do movimento". Este por sua vez reafirma sua opinião em comentário seguinte, como observado na tabela a seguir.

Tabela 4- Exemplos de comentários de usuários - Nota 1 - 10/06/13.

Usuário	Data	Comentário (sem edição)	Aspectos a destacar
Valdemir Dos Santos	17 de junho de 2013 às 18:25	Parabéns, vamos mudar este pais, vcs estão no caminha certo, tenta dividir por zonas, na leste, na sul, na oeste, norte e no centro,a policia naum vai ter contingente para todas as manifestações	O depoimento destaca otimismo em relação às manifestações.
Renato Kattys	11 de junho de 2013 às 07:59	este país só vai melhorar qdo o brasileiro abrir mão do comodismo e reivindicar os seus direitos que já foram pagos com o sangue de homens que lutaram pelo nosso povo no passado. Alguns centavos fazem muita diferença qdo se falam de milhões de pessoas,...	Reforça, em uma opinião política, o direito à manifestação e a perspectiva de mudança
Igor Issao	10 de junho de 2013 às 12:09	vocês parecem os politicos que estão no poder... usam uma desculpa para dar razão ao vandalismo... é uma pena ver que vocês vão ser os futuros corruptos no poder daqui alguns anos, assim como foi o Lula, o Genuino, entre outros. Se vê que a briga é sempre por causas pequenas. Quero ver brigar para tirar a Dilma, e aquele monte de deputados que não trabalham, do poder. Quero ver brigar para tirar o Alckimin e o PSDB do poder também. Vocês não querem melhorar nada, só querem achar uma forma de aparecer e se filiar a um partido para ter uma comissão na roubalheira que é o nosso Brasil. Essa é a minha opinião e espero que seja respeitada, se é que isso se trata de direitos iguais. Se não for o caso, vocês vão fazer igual a PM que vocês tanto discriminam, vão me reprimir.	Além das críticas políticas e a políticos mencionados no texto, observa-se a questão do direito à manifestação de opinião.
Anselmo Silva	10 de junho de 2013 às 12:32	é todo seu esse direito , mas se informe um pouquinho mais sobre a posição política do movimento,,,,,,,,,,,	Interação com comentário anterior, discussão próxima da oralidade
Igor Issao	10 de junho de 2013 às 12:58	A opinião esta um pouco sem fundamentos, por conta da falta de informações, e isso eu admito. Porém existe muitos problemas nas periferias que são de longe mais importantes do que 20 centavos na passagem de ônibus. E se é para parar o Brasil com grandes movimentos, deveria ser por lá, pela periferia, porque assim começaria uma grande mobilização. E começaria por quem realmente precisa de algo, sem contar que o vandalismo seria bem menor, porque lá estaria pessoas que realmente querem resolver os problemas. O que vejo, é que muitos "sem noção" entram em movimentos como o de vocês para causar vandalismo mesmo e sem nenhum respeito. Sem organizar, sem tirar esses individuos de seus movimentos, vocês não vão ter nenhum respeito da grande massa.	Interação com postagens anteriores, além de uma crítica aos manifestantes e ao vandalismo.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Da nota 2 à nota 8, observam-se aspectos semelhantes aos da primeira nota oficial do movimento. Nelas, opta-se por uma breve descrição da temática presente no texto e um apontamento quantitativo dos três níveis de interações que a rede social, deixando a análise de conteúdo para a nota 9, com o maior número de interações, como já mencionado. A segunda nota também se refere ao primeiro dia das manifestações contra o aumento da tarifa e trata

dos manifestantes presos e da dificuldade em libertá-los. A figura a seguir destaca os três níveis de interação dos internautas ("curtidas", comentários e compartilhamento).

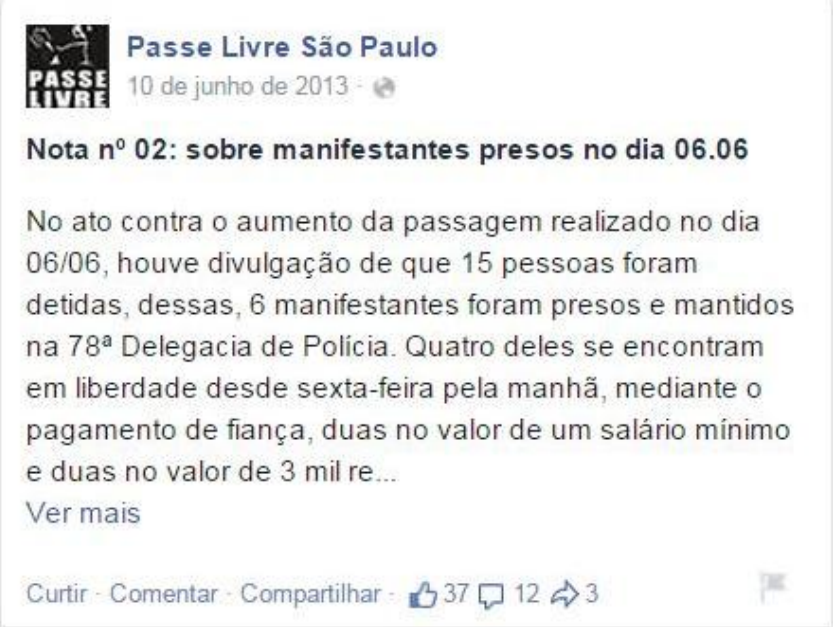


Figura 10 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 2.
Disponível em <https://www.facebook.com/passelivresp/notes>

> Nota nº 02: sobre manifestantes presos no dia 06.06
> 10 de junho de 2013 às 07:06
> No ato contra o aumento da passagem realizado no dia 06/06, houve divulgação de que 15 pessoas foram detidas, dessas, 6 manifestantes foram presos e mantidos na 78ª Delegacia de Polícia. Quatro deles se encontram em liberdade desde sexta-feira pela manhã, mediante o pagamento de fiança, duas no valor de um salário mínimo e duas no valor de 3 mil reais. Parte deste valor foi pago pelas famílias e, em parte, por fundos do Movimento Passe Livre. Outros dois continuam detidos apesar do MPL e da Conlutas terem levantado o dinheiro necessário para a fiança.
> Isso se deve a um conjunto de fatos. Primeiramente, ao chegarmos na 78ª DP para pagar as fianças, os mesmos já haviam sido transferidos, para a 2ª DP. Desta forma, tivemos que nos dirigir ao Fórum da Barra Funda, porém não pudemos pagar a fiança, pois a documentação da delegacia ainda não havia chegado ao Fórum. Às 18 horas de sexta-feira os papéis finalmente chegaram, mas não havia mais tempo para que as fianças fossem pagas.
> Na segunda-feira(10/06)faremos o pagamento da fiança para libertar os presos e os advogados de confiança do MPL irão acompanhar os respectivos processos.
> Acreditamos, no entanto, que nenhum destes problemas foi casual: nem a transferência, nem a demora dos documentos, nem os valores das fianças. Todo esse conjunto de empecilhos tem como objetivo atrasar o processo, mantendo os companheiros por mais tempo na cadeia - algo que não pode ser deixado de lado em hipótese alguma. Além disso, contribui para a

> criminalização de quem luta por uma cidade de e para todas as pessoas. (MOVIMENTO PASSE LIVRE-SP96).

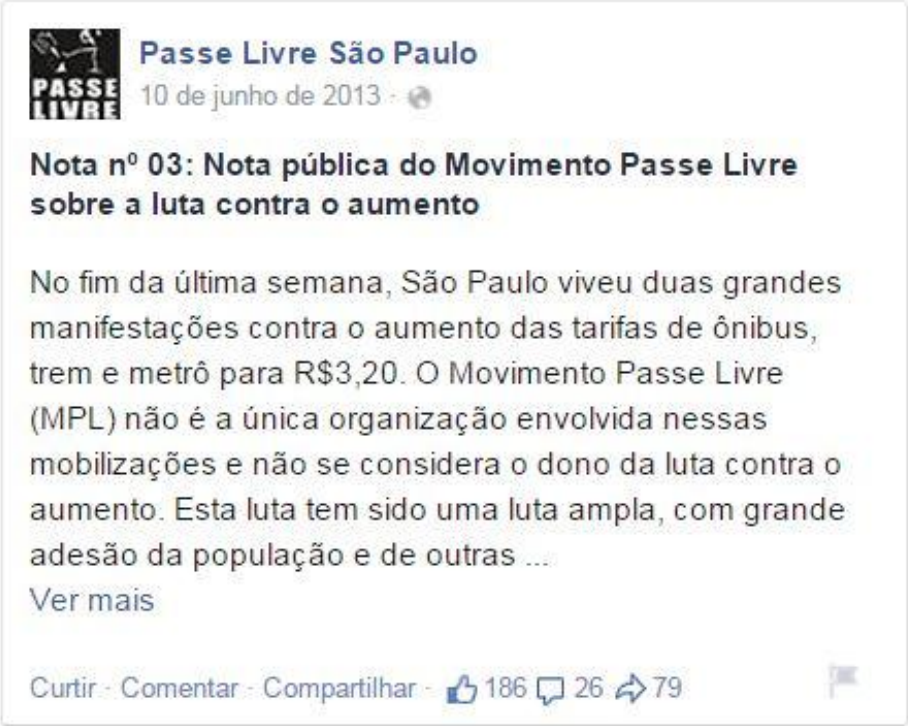


Figura 11 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 3. Disponível em <https://www.facebook.com/passelivresp/notes>

O texto da terceira nota publicada no mesmo dia pelo MPL-SP destaca que outras organizações também estão envolvidas na luta pela redução da tarifa; explica o que é o movimento, questiona com números orçamentários as declarações do prefeito Haddad a um jornal afirmando não ter recursos para a implantação da Tarifa Zero, principal bandeira do MPL, ataca também o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin que responde pelos transportes por trilho (trem e metrô), defende a revogação do aumento e convoca para uma nova manifestação.

> Nota nº 03: Nota pública do Movimento Passe Livre sobre a luta contra o aumento
> 10 de junho de 2013 às 07:58
> No fim da última semana, São Paulo viveu duas grandes manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus, trem e metrô para R$3,20. O Movimento Passe Livre (MPL) não é a única organização envolvida nessas mobilizações e não se considera o dono da luta contra o aumento. Esta luta tem sido uma luta ampla, com grande adesão da população e de outras organizações políticas – por isso mesmo não temos controle total das manifestações e nem dos grupos envolvidos.

[96] Disponível em < https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-02-sobre-manifestantes-presos-no-dia-0606/528655497190706>. Acesso em 10 jun. 2013

O MPL é um movimento social independente e apartidário que luta por um modelo de transporte verdadeiramente público. Há partidos políticos participando das manifestações contra o aumento, mas, ao contrário do que foi publicado em alguns veículos de imprensa, os partidos não fazem parte do MPL. O MPL é um movimento nacional, autônomo e horizontal – não há líderes e todas as deliberações são tomadas coletivamente.

Declarações do Prefeito

No último sábado (08), foi publicada uma entrevista no Jornal Estado de S. Paulo na qual o prefeito Haddad falou sobre seus planos para o transporte coletivo da cidade e suas impressões sobre as manifestações ocorridas na semana.

Perguntado sobre a municipalização do imposto e sobre os combustíveis, Haddad disse que o movimento está defasado em relação o debate público. Mas se engana: quem está defasada é a prefeitura, que renega um debate muito mais avançado que foi feito pelo próprio PT no início da década de 1990: a Tarifa Zero.

Haddad diz ainda que a desoneração do Cide é uma bandeira histórica dos movimentos sociais, o que também não é verdade. Esta seria antes uma bandeira histórica de EMPRESÁRIOS do ramo: desonerar impostos, aumentar subsídios e ainda aumentar a tarifa!

O Prefeito revela que para se implementar a Tarifa Zero nos ônibus da capital seriam necessários R$ 6 bilhões, diz que essa discussão é séria e precisaria saber de onde tirar esse financiamento. O Movimento Passe Livre sabe que essa é uma questão séria, tanto que sabe também que, por exemplo, a previsão orçamentária da cidade que era de R$ 37 bilhões em 2012 cresceu para R$ 43 bilhões em 2013 – os 6 bi necessários para a Tarifa Zero.

Uma política como a Tarifa Zero, que priorize o transporte público, depende de uma decisão política. E a opção que esta prefeitura vem mantendo, é a mesma das anteriores: o modelo falido de priorizar o transporte individual em relação ao coletivo.

Sobre o Bilhete Mensal

Haddad admite que se trata de uma forma de captar mais recursos para as empresas. O projeto só beneficiará 10% dos usuários e representará um aumento de 60% do dinheiro publico que vai pro bolso dos empresários.

Trem e Metrô

O Governador Geraldo Alckmin parece não ter entendido (ou finge que não entendeu) que as mobilizações não são apenas contra o aumento das tarifas de ônibus: os aumentos do metrô, CPTM e dos intermunicipais são igualmente injustos. E que os mesmo prestam um serviço de péssima qualidade ao usuário e precarizam as condições de trabalho de seus funcionários.

Sobre o diálogo

O Movimento Passe Livre São Paulo está perfeitamente aberto ao diálogo, no entanto não temos disposição em negociar algo diferente daquilo que a população está exigindo nas ruas. Nas atuais mobilizações, temos uma reivindicação clara: a REVOGAÇÃO DO AUMENTO.

Voltaremos ao centro na terça-feira às 17h na praça do ciclista, e estaremos nas ruas dos bairros ao longo de toda semana. A luta está só começando.

Por uma vida sem catracas - Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP) (MOVIMENTO PASSE LIVRE SP).[97]

---

[97] Disponível em https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-03-nota-p%C3%BAblica-do-movimento-passe-livre-sobre-a-luta-contra-o-aumento/528678153855107. Acesso em 10 jun. 2013.

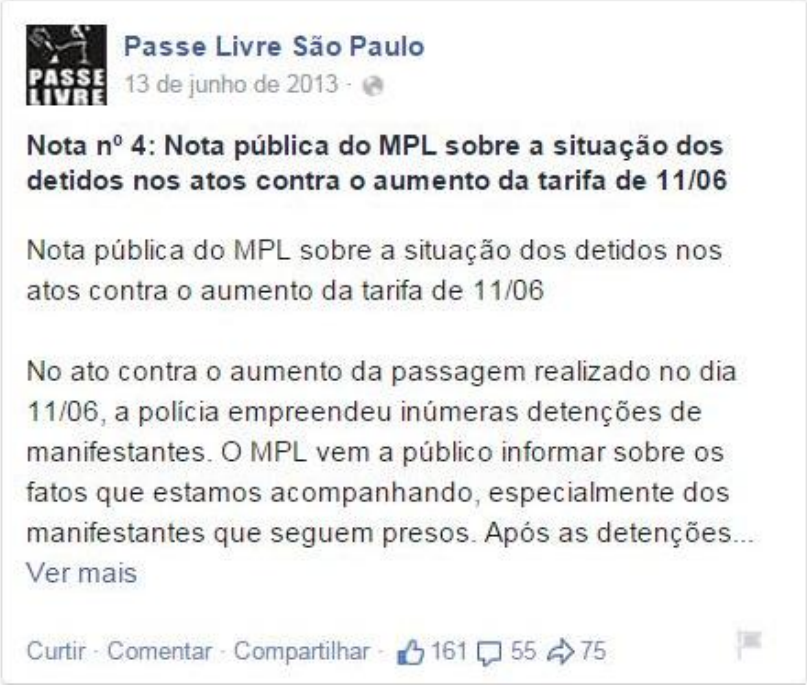


Figura 12 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 4.
Disponível em <https://www.facebook.com/passelivresp/notes>

A nota 4, publicada no dia 13 de junho[98], assim como a segunda nota postada pelo movimento trata da situação dos integrantes do movimento presos durante o ato de dois dias antes. A questão dos presos durante os atos também será abordada na sexta nota publicada pelo movimento, em 14 de junho, cujo texto99 destaca "duas fontes de arrecadação [para pagamento das fianças]: os depósitos em conta-poupança direto ao movimento e as arrecadações a partir do site Vakinha.com. A nota destaca que as doações totalizaram R$18.011,40 (até aquele momento) e o pagamento de 15 fianças custaram R$ 22.590.

[98] Disponível <em https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-4-nota-p%C3%BAblica-do-mpl-sobre-a-situa%C3%A7%C3%A3o-dos-detidos-nos-atos-contra-o-aum/530037213719201>. Acesso em 13 jun. 2013.

[99] A nota 6 mencionada está disponível em < https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA6-nota-p%C3%BAblica-sobre-a-situa%C3%A7%C3%A3o-dos-detidos-nos-atos-contra-o-aumento-da-/531015230288066>. Acesso em 14 jun. 2013.

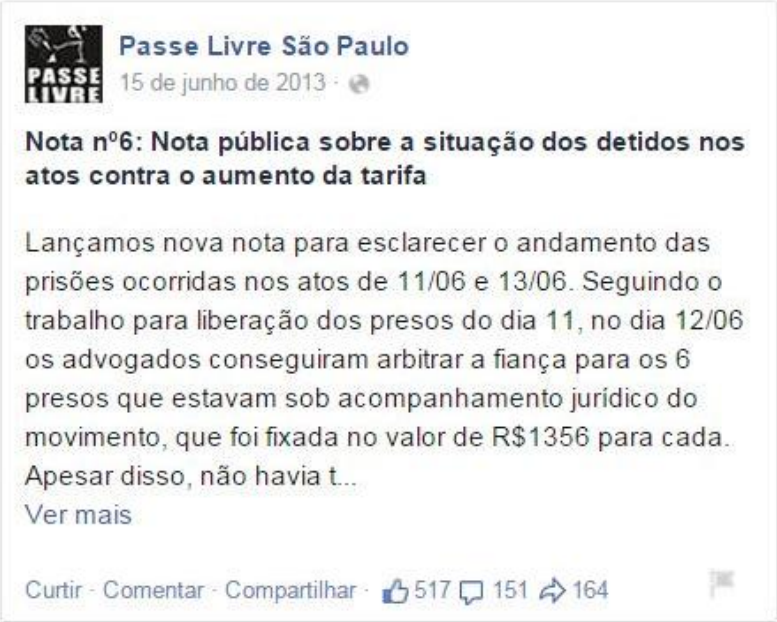


Figura 13 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 6.
Disponível em <https://www.facebook.com/passelivresp/notes>

A quinta nota apresenta um dado significativo: um salto quantitativo nas três modalidades de interações dos usuários da página, conforme destacado na tabela 1 e gráfico 1. As "curtidas" praticamente dobraram em relação às da nota 2 que apresentava até então o maior número neste tipo de interações, saltando para 898, quase oito vezes mais em relação aos demais dias até então. O total de compartilhamentos também teve destaque passando a 563, como é possível observar na figura seguinte.

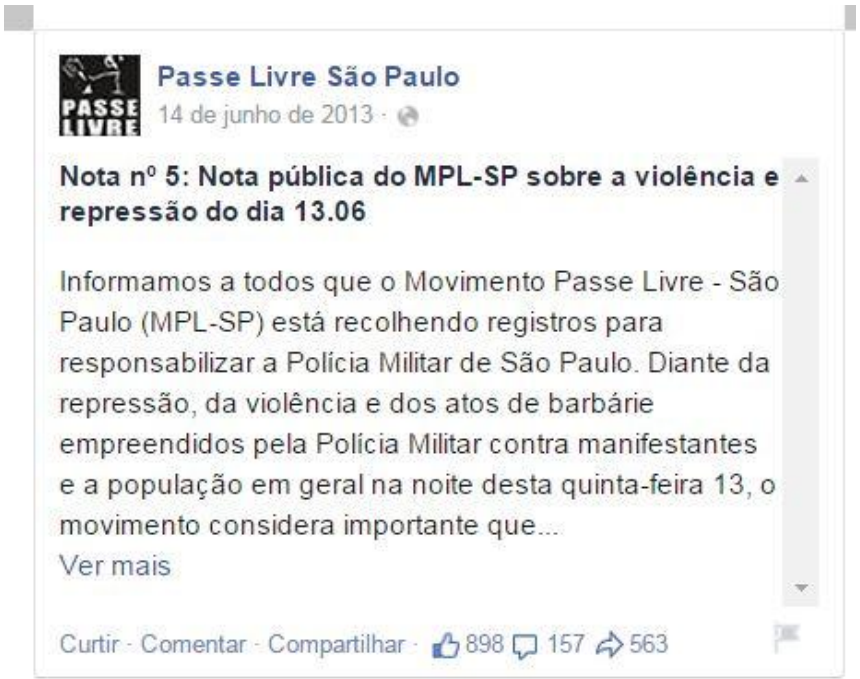


Figura 14 - Reprodução de postagem com dados quantitativos da Nota 5.
Disponível em <https://www.facebook.com/passelivresp/notes>

Outro aspecto significativo com relação a esta nota é que ela se refere ao dia 13 de junho, aquele que representou o agravamento das agressões generalizadas a manifestantes e imprensa causando a mudança de posicionamento desta última. O texto informa que

> o Movimento Passe Livre - São Paulo (MPL-SP) está recolhendo registros para responsabilizar a Polícia Militar de São Paulo. Diante da repressão, da violência e dos atos de barbárie empreendidos pela Polícia Militar contra manifestantes e a população em geral na noite desta quinta-feira 13, o movimento considera importante que todos os relatos da ação da polícia sejam expostos para o conjunto da população e encaminhados à Justiça.
> Portanto, é necessário que todos aqueles que foram feridos ou sofreram qualquer violência entrem em contato com os nossos advogados. Compartilhe com seus conhecidos e amigos.
> Contato dos advogados
> Bruno - 979591940
> Felipe – 974142430 (MOVIMENTO PASSE LIVRE SP). [100]

Note que o movimento disponibiliza publicamente dois números de telefones de advogados, encarregados de tal intuito. Termos como "repressão", "violência" e "atos de barbárie" são utilizados para se referir à atuação policial. Como é possível observar na figura a seguir, há o uso de uma postagem mista, com texto e imagem, que traz uma foto representando a violência e agressão da PM contra os manifestantes e ao fundo observa-se a reação das pessoas que assistem a cena.

[100] Disponível em < https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-02-sobre-manifestantes-presos-no-dia-0606/528655497190706>. Acesso em 14 de junho de 2013.

Nota nº 5: Nota pública do MPL-SP sobre a violência e repressão do dia 13.06

14 de junho de 2013 às 11:53

Informamos a todos que o Movimento Passe Livre - São Paulo (MPL-SP) está recolhendo registros para responsabilizar a Polícia Militar de São Paulo. Diante da repressão, da violência e dos atos de barbárie empreendidos pela Polícia Militar contra manifestantes e a população em geral na noite desta quinta-feira 13, o movimento considera importante que todos os relatos da ação da polícia sejam expostos para o conjunto da população e encaminhados à Justiça.

Portanto, é necessário que todos aqueles que foram feridos ou sofreram qualquer violência entrem em contato com os nossos advogados. Compartilhe com seus conhecidos e amigos.

Contato dos advogados
Bruno - 979591940
Felipe - 974142430

Curtir · Comentar · Compartilhar

Figura 15 – Reprodução de nota 5 publicada no dia 14 de junho sobre a violência da PM no ato do dia anterior. [101]

Um dos comentários relacionados a essa postagem, feito pela internauta Sheila Cardoso afirma que "Crescem as críticas na sociedade à brutal violência da PM de São Paulo, sob comando tucano, contra jovens em luta pela redução das tarifas do transporte público. Pesquisas já indicam que a população paulista apoia os legítimos protestos da juventude - mas rejeita atos tresloucados" e traz um *hiperlink* que remete a outra foto que ilustra a violência, um PM utilizando gás de pimenta contra uma equipe de TV. Na postagem do endereço há menções a outras formas de adesão ao "Manifesto contra a Violência da PM" e um *hiperlink* para uma petição pública na internet, que foi assinada por 1.998 pessoas[102]. O abaixo-assinado "Manifesto Contra A Violência da PM nos Protestos De Jovens Pelo Transporte Público" é assinado por entidades da sociedade civil e partidos políticos como ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), coletivo Fora

[101] Disponível em <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-02-sobre-manifestantes-presos-no-dia-0606/528655497190706>. Acesso em 14 jun. 2013.
[102] Disponível em < http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2013N41381>. Acesso em 16 de jun. 2013. Os dados de assinatura referem-se a 18 de maio de 2015.

do Eixo; JCUT (Juventude da Central Única dos Trabalhadores); JPT/SP (Juventude do Partido dos Trabalhadores da cidade de São Paulo); JSOL (Juventude Socialismo e Liberdade) e UNE (União Nacional dos Estudantes), entre outros.

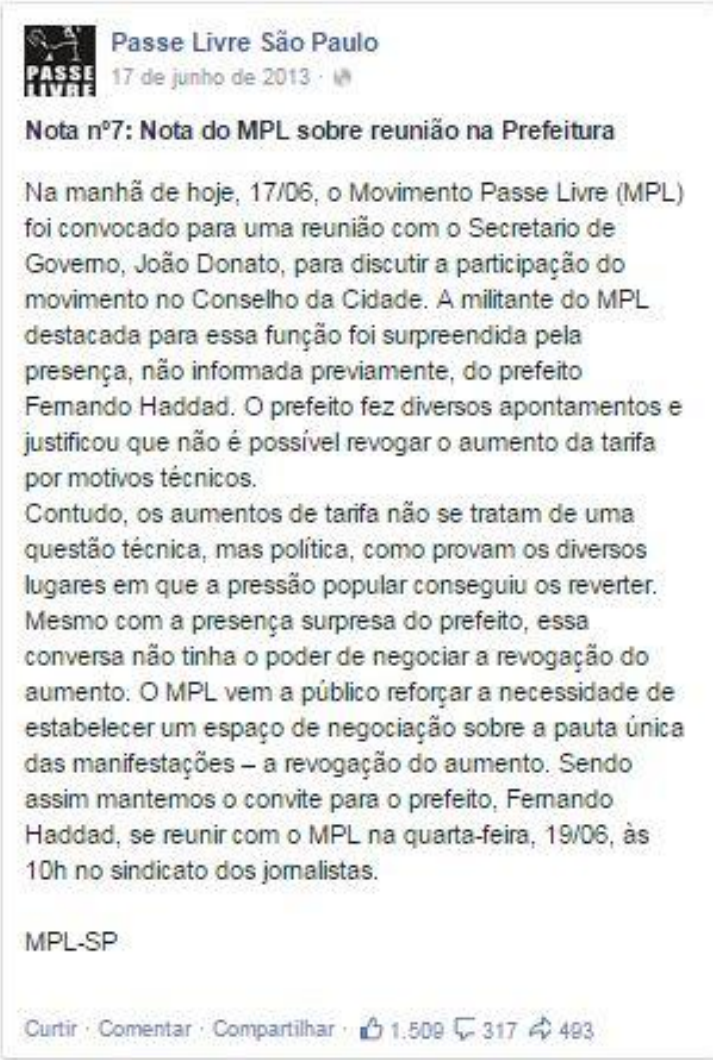
Figura 16 - Reprodução de postagem do Blog do Leite[103].

A nota 7[104] trata de uma reunião do MPL com o secretário de Governo, João Donato, que contou com a presença de Fernando Haddad. O texto classifica a questão da tarifa como "política" e não "técnica". O texto volta a falar na revogação do aumento e sobre uma nova reunião no sindicato dos jornalistas conforme aparece na figura a seguir.

---

[103] Disponível em <https://www.facebook.com/blogdeleitte/photos/a.277463359043642.62868.277446882378623/360759307380713/?type=1&hc_location=ufi>. Acesso em 16 jun. 2013.

[104] Disponível em< https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA7-nota-do-mpl-sobre-reuni%C3%A3o-na-prefeitura/531678733555049>. Acesso em 17 de jun. 2013.



Passe Livre São Paulo
17 de junho de 2013 ·

Nota nº7: Nota do MPL sobre reunião na Prefeitura

Na manhã de hoje, 17/06, o Movimento Passe Livre (MPL) foi convocado para uma reunião com o Secretario de Governo, João Donato, para discutir a participação do movimento no Conselho da Cidade. A militante do MPL destacada para essa função foi surpreendida pela presença, não informada previamente, do prefeito Fernando Haddad. O prefeito fez diversos apontamentos e justificou que não é possível revogar o aumento da tarifa por motivos técnicos.
Contudo, os aumentos de tarifa não se tratam de uma questão técnica, mas política, como provam os diversos lugares em que a pressão popular conseguiu os reverter. Mesmo com a presença surpresa do prefeito, essa conversa não tinha o poder de negociar a revogação do aumento. O MPL vem a público reforçar a necessidade de estabelecer um espaço de negociação sobre a pauta única das manifestações – a revogação do aumento. Sendo assim mantemos o convite para o prefeito, Fernando Haddad, se reunir com o MPL na quarta-feira, 19/06, às 10h no sindicato dos jornalistas.

MPL-SP

Curtir · Comentar · Compartilhar · 1.509 317 493

Figura 17 - Reprodução de postagem da Nota 7[105].

A nota 8[106], publicada em 18 de junho, menciona que os governos municipal e estadual ignoram a vontade de mais de 100 mil pessoas que estiveram presentes no ato do dia 17 representando toda a população que reivindica a redução da tarifa, enfatizando o apoio em manifestações em cidades como Santos, Belém, Curitiba, Rio de Janeiro e Salvador. O MPL-SP reafirma a posição pela "revogação imediata do aumento!", finalizando da seguinte maneira: "Não sairemos das ruas enquanto a tarifa não baixar". A nota foi curtida por 2088, comentada por 533 e compartilhada por 691 pessoas.

[105] Disponível em <https://www.facebook.com/passelivresp/notes>. Acesso em 18 de jun. 2013.
[106] Disponível em < https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA8-nota-p%C3%BAblica-sobre-os-atos-do-dia-1706/532142603508662>. Acesso em 18 jun. 2013.

Passe Livre São Paulo
18 de junho de 2013 ·

Nota nº8: Nota pública sobre os atos do dia 17.06

Nota nº8: Nota pública sobre os atos do dia 17.06

Mais um dia se passou e o aumento não foi revogado. Mais de 100 mil pessoas foram para as ruas e mesmo assim a Prefeitura e o Governo do Estado continuam a fechar os olhos e os ouvidos para a vontade da população. Hoje estaremos novamente ocupando as ruas para barrar o aumento. Na Praça da Sé a partir das 17h.

Outras reivindicações estão presentes nos atos contra o aumento da tarifa, mas o motor das mobilizações e o fator de união entre os diversos manifestantes **é esse aumento excludente**.

Hoje, no Conselho da Cidade, o Prefeito Fernando Haddad se comprometeu com o MPL a marcar ainda essa semana uma reunião cuja pauta única é a revogação da tarifa. Não aceitaremos nada menos que a queda dos 20 centavos. Mesmo assim o prefeito insiste em dizer que baixar a tarifa é tirar dinheiro da educação e saúde. Isso não é verdade. Basta diminuir o enorme lucro dos empresários, já quem paga 70% do custo do transporte é o usuário, segundo a própria prefeitura.

Os atos convocados pelo Movimento Passe Livre de São Paulo continuarão a ter reivindicação central muito clara e concreta: **a revogação imediata do aumento!**

Diversos protestos ocorreram no país pedindo a redução das tarifas do transporte (*Santos, Belém, Curitiba, Rio de Janeiro e Salvador*). Hoje a tarifa caiu em *Porto Alegre, João Pessoa, Campinas, Cuiabá*, Manaus e outras cidades. E o apoio vindo de 30 cidades no exterior impulsiona com mais força ainda a nossa luta. Não sairemos das ruas enquanto a tarifa não baixar!

Não sairemos das ruas enquanto a tarifa não baixar!

Movimento Passe Livre São Paulo

Curtir · Comentar · Compartilhar · 2.088 533 691

Figura 18 - Reprodução de postagem da Nota 8[107].

A nota 9[108], publicada, no dia 19 de junho teve 3537 "curtidas", 1.217 comentários e 1434 compartilhamentos. As interações ocorreram da data da postagem até o dia 30 de junho. O texto faz críticas ao governo do estado e às declarações do prefeito Haddad sobre impossibilidade da revogação da tarifa, além de abordar pesquisa do Instituto Datafolha que indica que 77% das pessoas aprovam os protestos.

[107] Disponível em <https://www.facebook.com/passelivresp/notes>. Acesso em 19 de jun. 2013.
[108] Disponível em < https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA9-nota-p%C3%BAblica-sobre-as-declara%C3%A7%C3%B5es-do-prefeito/532602840129305>. Acesso em 19 jun. 2013.

Figura 19 - Reprodução de dados quantitativos da Nota 9.[109]

Nota nº 9: Nota pública sobre as declarações do Prefeito
19 de junho de 2013 às 15:59
Ontem, centenas de milhares de pessoas tomaram o Centro, a Avenida Paulista, a Rodovia Raposo Tavares, a Ponte do Socorro, a Cidade Dutra, as linhas Rubi e Esmeralda da CPTM. Hoje, foi a vez da M'Boi Mirim, da Regis Bittencourt e da Anchieta. A reivindicao (*sic)* é clara: revogação imediata do aumento da tarifa! Enquanto isso, o prefeito Haddad e o governador Alckmin se mantêm intransigentes, e tomam a atitude irresponsável de não atender aos clamores populares. Essa é a causa da revolta popular que vemos se espalhar pela cidade.
O poder público de São Paulo tem adotado duas posições claras em relação aos protestos populares pela revogação do aumento das passagens na cidade. O governo do Estado se cala e desaparece do debate público, se negando dialogar e criando uma ideia que essa é uma questão única de segurança pública, colocando sempre o comando da PM à frente de todas as situações. O governador Geraldo Alckimin (*sic)* deixa claro que prefere mandar a polícia para tratar de uma demanda da população. Isso comprova que São Paulo não lida bem com manifestações, como afirmou o prefeito hoje. Será mesmo que é a população que não está pronta para a "vida democrática"?
Já a Prefeitura tenta de toda forma iludir o povo nas ruas, criando a falsa ideia de que, para revogar o aumento, a prefeitura terá que retirar dinheiro da educação, saúde e outras áreas sociais. Isso não é verdade, até porque as verbas para setores como educação e saúde estão vinculadas e não podem ser transferidas.
O prefeito diz que não poderia abandonar os projetos por ele formulados na campanha eleitoral, cedendo a uma pressão vinda das ruas, o que causaria "contradição entre rua e urna". Não existe contradição: 77% da população (segundo Datafolha) aprova os protestos pela revogação do aumento, porcentagem superior ao próprio eleitorado do prefeito.
A própria prefeitura divulgou que os empresários do setor só pagam 10% do custo dos ônibus enquanto o usuário paga 70% desse custo! Que tal equilibrar um pouco mais essa conta? Será que o prefeito Haddad prefere garantir o alto lucro dos empresários e punir o usuário do transporte público mantendo esse aumento? Além disso a prefeitura poderia ser mais corajosa e

[109] Disponível em <https://www.facebook.com/passelivresp/notes>. Acesso em 19 de jun. 2013.

> cobrar o IPTU atrasado de Shoppings, grandes propriedades e empresas que devem ainda milhões para a cidade!
> Ressaltamos que a decisão continua sendo política, tanto é que, em períodos eleitorais, os governantes reorganizam os recursos disponíveis para não aumentar tarifas e perder o eleitorado. Porto Alegre, Vitória, Goiânia, Florianopolis *(sic.)*, entre outras, já baixaram suas tarifas, a partir da vontade da população. Questione os moradores dessas cidades se isso foi em detrimento dos outros serviços públicos!
> Apesar de não ser obrigação do MPL explicar para o poder público como devem ser organizadas as contas do Estado e do Município foi mais do que preciso divulgar essas informações para reiterar que é possível SIM revogar essa injustiça social que é o aumento das passagens de ônibus, Trens e Metrôs.
> Temos que acabar com a inversão do discurso realizado pelos governantes, que dizem que as manifestações impedem o direito de ir e vir da população. São essas pessoas que estão se manifestando que de fato lutam para garantir esse direito, marginalizado pela tarifa e seus aumentos! Não sairemos das ruas! (MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO)[110]

Dos 1.217 comentários de usuários, elencou-se uma amostra de 10% para análise de conteúdo. Tais postagens com as opiniões dos usuários foram expressas em 3403 palavras, cuja frequência se observa na figura a seguir. Vale ainda destacar que dos comentários feitos no próprio dia 19 até às 17h03, extrai-se uma média de aproximadamente duas "curtidas" (total de 232) por comentário. O tempo médio entre uma e outra interação (comentário) é de aproximadamente um segundo de reação.

[110] Disponível em < https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA9-nota-p%C3%BAblica-sobre-as-declara%C3%A7%C3%B5es-do-prefeito/532602840129305>. Acesso em 19 jun. 2013.

Figura 20 - Frequência de termos nos comentários da Nota 9.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nas palavras mais frequentes entre as cem possíveis, observa-se a repetição de algumas categorias que se referem às seguintes temáticas: ao movimento através de termos como Passe Livre, MPL, luta, e o próprio termo movimento; à temática do aumento da tarifa, através de menções como tarifa, transporte, ônibus, passagem, empresas e empresários, centavos, redução; revogar, reais; crítica aos governantes e políticos, através de termos como Haddad, prefeito, Dilma, prefeitura, políticos; outros temas relacionados à demanda social através de menções como saúde, educação, violência, entre outros. Tais aspectos observados nos textos dos comentários refletem ou reproduzem as reivindicações e temáticas polarizadas nas ruas. Há semelhança nos discursos.

Durante a análise foram identificadas por meio de classificação manual algumas temáticas que também são recorrentes em outros eventos aqui apontados. Tais temáticas e sua ocorrência (frequência) são apontadas na tabela a seguir.

Tabela 5 - Temáticas presentes nos comentários.

temáticas	menções
apologia à violência	2
confirmação de presença	3
contra o vandalismo	8
crítica à impensa	8
crítica à manifestação	6
crítica à PM	9
crítica a quem ataca as manif	6
crítica ao governo	5
crítica ao MPL	
crítica aos manifestantes	9
crítica aos partidos	5
corrupção	2
crítica política	16
defesa da redução da tarifa	4
em defesa da PM	1
greve da cptm	2
hiperlink	10
incentivo à manifestação	33
em defesa da PM	1
greve da cptm	2
hiperlink	10
incentivo à manifestação	33

Fonte: Elaborada pelo autor com contagem manual.

Observam-se em maior número mensagens de incentivo às manifestações (33 registros/ocorrências na amostra analisada).

Tabela 6 - Comentários com mensagem de incentivo às manifestações.

Data e horário	Usuário	Comentário
19/06 - 16:04	Beto Costa	Parabens !! ao Movimento Passe Livre São Paulo
19/06 - 16:40	Carlos Eduardo	O poder subestimando o entendimento do povo.
19/06 - 16:13	Rodolfo Augusto Riacho	#VEMPRARUA
19/06 - 16:40	Pedro Henrique Laviano	MPL tamo junto! #vemprarua #oGiganteAcordou

Fonte: Elaborada pelo autor.

A crítica política, em especial ao prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, ao governador Geraldo Alckmin e à presidente Dilma Rousseff, também são frequentes como se observa em exemplos de comentários reproduzidos na tabela a seguir. Notem que “covardes” e “piada” são termos em destaque usados para representar respectivamente os três e o prefeito Haddad nos exemplos relacionados. Outro aspecto a ser ressaltado é que há um determinado

grau de informação dos comentaristas uma vez que os mesmos dados como o percentual que cabe a cada entidade (governo, empresas de transporte, usuários) no preço da tarifa, como na postagem de Aline Bassin, também reproduzida abaixo, da mesma forma como se infere que o “Fora Geraldo!”, postado Ivan Silvate, reflete um descontentamento, mas apenas uma opinião mais enfática do que argumentativa.

Tabela 7 -Exemplos de comentários com crítica política.

Usuário e data	Comentário
Paulo Emilio Alvarenga **19 de junho 16h17**	O prefeito Haddad é uma piada mesmo (não, eu não me refiro às cagadas do Enem, de quando ele era ministro da educação) eu me refiro às "questões técnicas" que supostamente impediriam a redução da tarifa do ônibus de R$3,20 para R$3,00.Vamos fazer uma continha simples: A prefeitura do município (que na época era do Kassab) doou R$ 420.000.000,00 (420 milhões) ao Corinthians para a construção do ITAQUERÃO, em forma de CID (Certificados de Investimento ao Desenvolvimento). Se somente esse dinheiro fosse dividido por R$0,20 (os tais vinte centavos), daria para a prefeitura subsidiar 2.100.000.000 (dois bilhões e cem milhões) de viagens de ônibus a R$ 3,00 (subsidiando apenas os 20 cents). Quanto tempo isso significaria de passagem sem aumento??? Responda essa prefeito, por favor...
Gislene Ferreira Baptista **19 de junho 16h36**	O grande problema da manifestação é que a população e muitas das pessoas que estão indo para as ruas perderam seu foco, não tem como mudar o Pais em um dia, a questão que esta em pauta neste momento é a revogação do aumento da passagem, precisamos ter consciência que não tem como negociar tudo de uma vez, tem pessoas que querem casa, saúde, educação, fim da copa, PEC37 e iptima da presidente Dilma, tudo isso junto será impossível conseguir... temos que ter um foco, isso esta virando guerra e vai acabar de quebrar o pais sem resolução alguma dos objetivos...Muita das coisas reivindicadas é sim falta de consciência da população por votar errado, estamos reivindicando muitas coisas que deveriam ser pensadas antes do voto, mas o pais resolveu acordar agora, então sigamos o objetivo principal e depois pensaremos em o que mais conseguimos mudar com manifestações, paremos para pensar em nossa economia que com tantos manifestos, tantas pessoas nas ruas tem caído ao chão, A questão da copa... Poxa desculpe, mas tive os mais de 4 anos para reivindicar para que fosse cancelado ou transferida, este não é mais o momento de dizer que não se quer a copa no brasil, pois o rombo para sua execução já foi feito, será uma vergonha mundial, mas já é irrevogável... A Crise no Brasil esta chegando de forma brusca e tende a piorar a cada dia, se a população ficar neste impasse de querer resolver tudo o que acabara acontecendo, é o descaso do poder publico e nda se resolverá... Vamos pensar galera, brigar sim, mas para isso fazer um sentido todos tem que ter em mente o mesmo objetivo e a cada nova conquista uma nova batalha
Aline Bassin **19 de junho 16h52**	"Conforme MP 617 que isentou os empresários de pagar o PIS e COFINS das empresas de transportes urbanos, o Sr. Haddad e o Sr. Geraldo poderia muito bem repassar uma parte do custo que o usuário paga para os empresários. Há, mais o empresário tem funcionário e carga tributaria do empresário é muito alta isto é outra historia, o que não é certo é a população pagar tanto por um serviço de péssima qualidade... 10% - Empresários; 20% - Poder Publico; 70% - Usuários/População; Não poderia ser desta forma? 33,33% - Empresários 33,33% - Poder Publico 33,33% - Usuários/População Qual é o interesse em isentar os empresários do setor de transporte urbanos de pagar as contribuições federais, sendo que os funcionários não tem um retorno justo pelo que faz? R: Financiamento das eleições de alguns Partidos Políticos, licitações fraudulentas, presente para alguns políticos etc... Engraçado o maior prejudicado não é o Poder Publico é o Empresário deste setor e o Sr. Haddad se abaixar R$ 0,20 vai subsidiar de outro lugar. "
Daniela Beleze Karasawa **19 de junho 17h29**	Esta discussão está se polarizando. O MPL está sendo irresponsável ao divulgar que outras cidades baixaram os preços das passagens sem gerar outros custos ou cortes em outros setores. Alckmin e Haddad podem ser covardes, sim, mas os donos das empresas ...
Ivan Silvati **19 de junho 16h16**	FORA GERALDO!
Simone Cabral **19 de junho 16h07**	Vocês estão esperando o que? Tira esse prefeito dai!

Fonte: Elaborada pelo autor.

Um fato interessante são as citações de *hiperlinks* que remetem a vídeos, matérias de jornais e outros conteúdos na internet. Essa ferramenta da internet permite a navegação do usuário de uma página para outra, fornecendo, na maioria dos casos, elementos que ajudem a contextualizar determinado assunto ou façam referência a ele. O *link* permite uma leitura não linear dos textos fazendo com que o usuário possa obter informações adicionais ou complementares. Na amostra analisada foram 10 ocorrências desse tipo. Há ainda menções nominais a pessoas marcadas para a leitura de determinado comentário.

Há exemplos de críticas aos manifestantes e à violência como no depoimento do usuário Luiz Felipe Russo, às 16h53:

> FOCO, POR FAVOR Estou acompanhando as manifestações e venho reparando uma perda de foco total, a manifestação de segunda foi muito bonita, pelo menos a caminhada que fiz do Largo da Batata até o Palácio dos Bandeirantes. Depois de tomar muita borrachada da PM no ato de quinta, era tudo que precisávamos para mostrar que somos melhores que isso. Acho que foi um erro tremendo marcar a manifestação logo para terça, convenhamos, nada irá mudar de um dia para o outro e é mais do que natural que, se nada mudar de maneira pacífica, alguns extremistas usem a violência e o vandalismo. Depois de ver alguns indivíduos queimarem o carro da Rede Record (não sei se faziam parte do Movimento Passe Livre ou não) subi para a Avenida Paulista e o que vi me deixou um tanto quanto chateado. A avenida parecia um grande carnaval, cada um gritando o que queria, reclamando de todas suas insatisfações. Concordo que o protesto vai além dos 0,20 centavos, mas nessa hora precisamos ter FOCO para conseguirmos aquilo que realmente estamos pleiteando, e não passear com grupos de dança, ficar bebendo até cair ou fumando maconha pela cidade. Isso é um protesto, uma manifestação, e não uma grande festa. Que a festa seja feita sim, mas após conseguirmos o que tanto queremos. Na minha opinião essa falta de foco vem de uma falta de liderança mais presente e, como já ouvi de muita gente esse mesmo tipo de reclamação, resolvi escrever. Sou a favor de todas as reivindicações feitas, mas elas têm que ser feitas uma por vez ou ninguém irá escutar. Pelo bem da manifestação e do país.

A crítica à cobertura da imprensa também é destacada nos comentários como o de Fernando Mauro Nemoto (às 16h26): “Estou revoltado, estou assistindo a Globo News agora. A parcialidade é clara. Mostra a depredação, os saques e nenhuma, repito NENHUMA imagem da massa na Sé ou na Paulista”.

As imagens e seus respectivos comentários também trazem à discussão algumas temáticas já mencionadas.

7.3 Álbuns de fotos

Também fazem parte da amostra analisada postagens fotográficas do movimento durante os atos de junho. Elencaram-se aqui dois álbuns sobre os quais serão abordados alguns aspectos.

Figura 21 - Reprodução de capa de página do álbum "Primeiro grande ato no centro contra a tarifa"[111]

O primeiro álbum de fotos, intitulado “Primeiro grande ato no centro contra a tarifa”[112] conta com 19 fotos postadas entre 6 e 9 de junho. Como é possível observar na figura anterior, cinco imagens mostram barreira e fogo impedindo acesso nas principais vias, outras cinco imagens mostram o contingente de pessoas participando da manifestação, seis das 19 fotos trazem frases como "Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar"; "Se a tarifa não baixar, SP vai parar"; “Se 3,00 R$ já tá caro imagina 3,20 para ser enlatado!”; “Pro povo trabalhar, 3,20 não dá” e oito das 19 fotos (42%) fazem alusão à violência, três delas (15,7%) mostram balas de borracha deflagradas e um manifestante ferido na cabeça. Uma leitura possível das imagens permite inferir que o protesto teve grande adesão e que foi marcado por violência e

[111] Disponível em <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.527247837331472.1073741829.176309402425319&type=3>. Acesso em 16 mai. 2015.
[112] Álbum de fotos disponível em <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.527247837331472.1073741829.176309402425319&type=3>. Acesso em 16 mai. 2015.

repressão. Contudo, há de se considerar que as fotos que fazem parte do álbum são selecionadas pelo movimento e há de se questionar qual sua real intenção.

As fotos publicadas no álbum mencionado foram "curtidas" por 2035 usuários do Facebook e rederam 241 comentários dos internautas. Só as fotos que se encontram na capa do álbum foram "curtidas" por 601 usuários da rede social e geraram 37 comentários. Se forem consideradas apenas as 19 fotos vistas isoladamente (sem a capa de página) em seus endereços específicos tem-se: 1433 curtidas de usuários do Facebook, 204 comentários e 876 compartilhamentos. Tais números permitem inferir que há uma propagação viral das imagens postadas por aqueles que acompanham as manifestações e refletem também a interação de diferentes formas entre os usuários da internet e seguidores da página do MPL-SP no desenrolar da ação planejada para a ocasião. Na tabela a seguir há uma descrição numérica por foto de cada um dos itens quantitativos analisados.

Tabela 8 - Análise quantitativa do álbum de fotos - Primeiro grande ato no centro contra a tarifa 06/06.

Número da foto	Curtidos	Comentários	Compartilhamento
1	133	10	52
2	130	89	347
3	69	12	41
4	106	8	13
5	193	11	72
6	91	2	17
7	103	3	42
8	53	4	3
9	75	4	15
10	66	31	62
11	95	4	37
12	77	8	21
13	81	7	78
14	8	0	1
15	18	8	0
16	30	0	13
17	8	0	1
18	49	2	30
19	48	1	31
Total	**1433**	**204**	**876**
Capa do álbum	601	37	(não mencionado)
Total Geral	**2035**	**241**	**876**

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na análise exploratória das fotos identificam-se imagens que ilustram violência, resistência e quantitativo de público. As fotos não possuem legendas e foram analisadas uma a uma bem como os respectivos comentários aos quais a elas se referem. Na capa do álbum, 37 internautas comentaram as publicações. Desse total, a maioria é do sexo masculino (56,75% - o equivalente a 21 comentários) enquanto 43,24% são do sexo feminino (respondem por 16

comentários). Nos textos identificou-se que há uma recorrência de determinadas temáticas nos comentários.

Tabela 9 - Temáticas dos comentários da capa do álbum de fotos do dia 6 de junho de 2013. Contagem Manual

TEMÁTICAS	FREQUÊNCIA (MENÇÕES)	Percentual
Violência policial	12	21,82%
Incentivo ao movimento	8	14,55%
Vandalismo	8	14,55%
Crítica à imprensa	5	9,09%
Crítica ao governo	3	5,45%
Sugestão de ação	2	3,64%
Descrença na mudança	1	1,82%
Crítica à manifestação	3	5,45%
Crítica aos manifestantes	7	12,73%
Outros	6	10,91%

Fonte: Elaborada pelo autor.

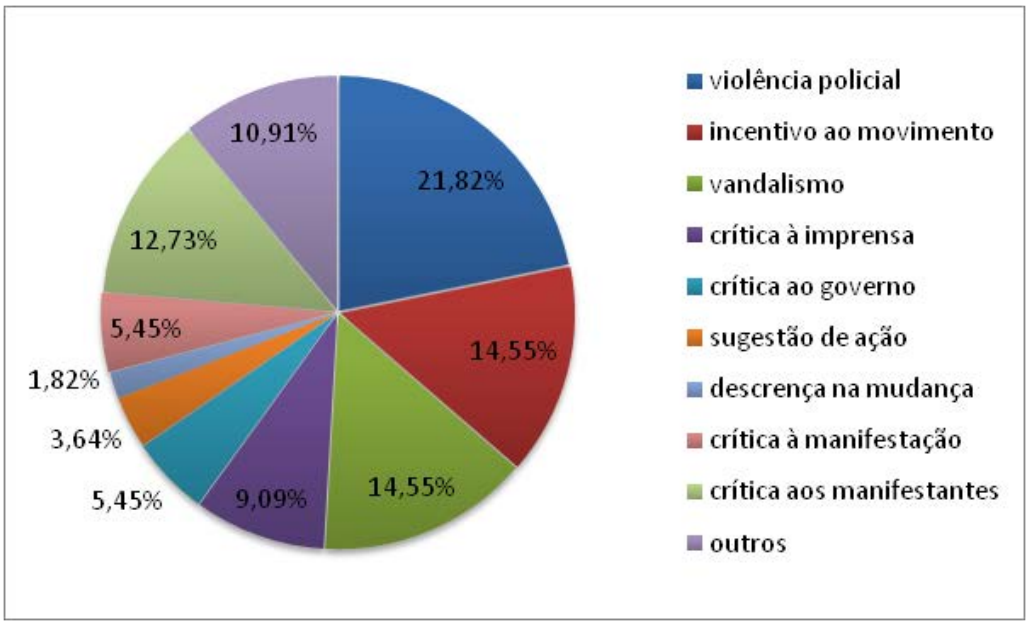


Gráfico 3 - Temáticas dos comentários da capa do álbum de fotos de 6 de junho de 2013.
Fonte:Elaborado pelo autor.

A frequência que cada termo aparece também pode ser identificada com o recurso de uma nuvem de *tags*, utilizando o recurso do Tagcrowd. As palavras ou termos mais mencionados aparecem em destaque na figura abaixo com os respectivos números de menções no texto. Ex.: manifestação (7 menções); polícia (6 menções); manifestantes (5), povo (5); vandalismo (3); violência (3).

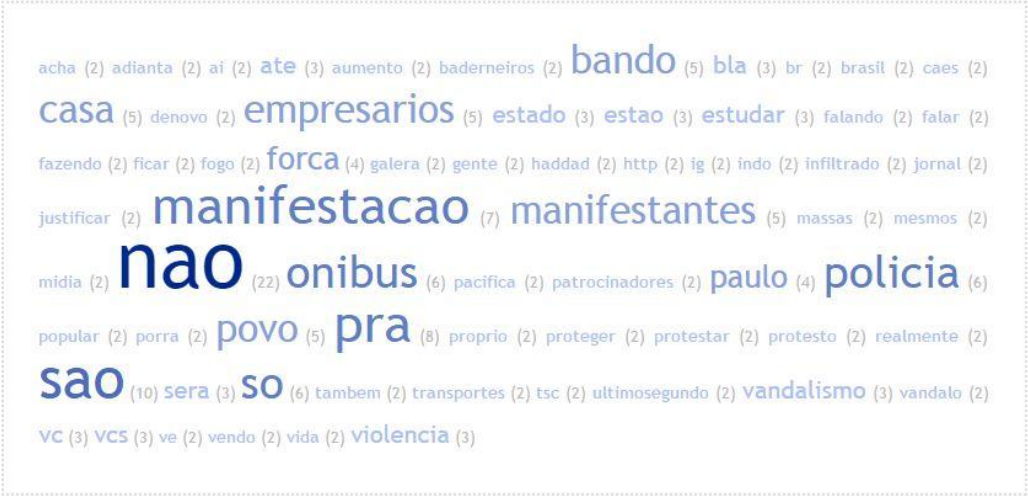


Figura 22 - Frequência das palavras mencionadas nos comentários da capa do álbum de fotos de 6 de junho.
Fonte: Elaborado pelo autor com o uso do Tagcrowd.

A violência é retratada pela maioria das fotos de todos os álbuns, em especial no que se refere ao primeiro, ao terceiro e ao quarto atos, como ilustrados nos exemplos a seguir. As imagens trazem ações da polícia militar e o confronto com manifestantes. É o caso da primeira foto teve 133 curtidas, 10 comentários e 52 compartilhamentos.

Figura 23 - Foto 1 - Álbum 6 de junho de 2013[113].

[113]Disponível em: https://www.facebook.com/passelivresp/photos/a.527247837331472.1073741829.176309402425319/527247937

A foto 2 do álbum foi a que teve um número expressivo de interações nos três quesitos: curtidas (130), comentários (89) e compartilhamentos (347). Por esse motivo, foi a foto escolhida como amostra para análise pormenorizada. A imagem traz um manifestante não identificado atingido por uma bala de borracha na cabeça e renderam comentários como o de Ademar Santos Santos (*sic*.), no dia 18 de junho, às 7h46: "Queremos soluções, não violência". As imagens, como já mencionado, procuram chamar atenção da opinião pública sobre a questão da repressão policial contra os manifestantes.

Figura 24 - Foto 2 do álbum. Manifestante atingido por bala de borracha. No detalhe, depoimento do usuário Ademar Santos Santos[114].

.

Para tal análise, optou-se também por pormenorizar um aspecto sobre os compartilhamentos: analisar do ponto de vista quantitativo se as interações são fracas (quando apenas há o compartilhamento puro e simples da postagem sem comentários ou interação) ou fortes (quando há um comentário e uma interação entre o usuário e demais membros da

331462/?type=3&src=https%3A%2F%2Fscontent-gru.xx.fbcdn.net%2Fhphotos-frc3%2Fv%2Ft1.0-9%2F600597_527247937331462_2118578527_n.jpg%3Foh%3D07500badc1ca7f46e23ffff531fa070c%26oe%3D55CE16BC&size=960%2C640&fbid=527247937331462>. Último acesso em 15 mai. 2015.

[114] Disponível em https://www.facebook.com/passelivresp/photos/a.527247837331472.1073741829.176309402425319/527247917331464/?type=3&theaterhttps://www.facebook.com/passelivresp/photos/a.527247837331472.1073741829.176309402425319/527247917331464/?type=3&theater. Acesso 15 mai. 2015.

rede)[115]. Com base em parte da amostra quantitativa (10% do total de fotos), buscou-se também analisar os compartilhamentos. Elegeram-se as duas primeiras fotos do álbum nas quais, com base em contagens manuais e observação dos compartilhamentos, se analisou se os usuários da página apenas compartilhavam a postagem ou emitiam opinião ou tinham outro tipo de interação. O resultado dessa análise pode ser obtido na tabela a seguir. Os dados nos permitem inferir que a grande maioria, 67% na primeira foto e 91% na segunda, apenas replica o *post* da página do movimento, enquanto 32% dos usuários da primeira foto e 8,9% da segunda fazem comentários ou outro tipo de interação ao compartilhar a postagem em suas páginas pessoais ou com outros usuários. Se considerados os dados do total de compartilhamento nas duas fotos (426), obtém um percentual de 82,39% de replicagem simples (reprodução na linha do tempo) sem comentários ou interações e 11,26%. Tal dado permite inferir que a interação nos compartilhamentos acaba sendo fraca, na maioria dos casos.

Tabela 10 - Nível de interação nos compartilhamentos.

Número da foto	Compartilhamento	Apenas replicaram (nível fraco)	Percentual	Comentaram ou emitiram opinião (nível forte)	Percentual
1	52	35	67, 3%	17	32,69%
2	347	316	91%	31	8,90%
TOTAIS	426	351	82,39%	48	11,26%

Fonte: Elaborada pelo autor.

O uso do primeiro álbum permitiu algumas inferências com base nos dados quantitativos e qualitativos. O mesmo foi escolhido como amostra por ser a primeira manifestação. No álbum seguinte, optou-se por uma análise mais descritiva e quantitativa, pois devido à temática, os dados basicamente refletem aspectos semelhantes aos do primeiro álbum.

[115] Apesar da criação de tais categorias com relação à intensidade do compartilhamento não terem sido abordadas em outras análises por não serem determinantes para as conclusões, aqui mesmo introduzidas de forma ilustrativa, elas permitem inferir um dado relevante sobre o comportamento do usuário da página da rede social que também se observa nas demais postagens compartilhadas: a grande maioria delas é fraca, replicando sem qualquer manifestação sobre o seu conteúdo.

Figura 25 - Reprodução de capa do álbum Segundo ato - bloqueio da marginal[116].

Tabela 11 - Dados Quantitativos - álbum Segundo ato - bloqueio da marginal.

Número da foto	Curtidos	Comentários	Compartilhamento
1	83	4	15
2	46	7	0
3	104	0	20
4	76	4	15
5	122	13	16
6	129	8	41
7	34	0	2
8	30	12	0
9	215	13	60
10	43	1	0
11	96	1	15
Total	978	63	184
Capa do álbum	903	133	(não mencionado)
Total Geral	1881	196	184

Fonte: Elaborado pelo autor com base na coleta de informações disponíveis em <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.527692573953665.1073741830.176309402425319&type >

[116] Disponível em <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.527692573953665.1>. Acesso em 15 mai. 2015.

Com relação às imagens, é possível observar em elementos contidos nas fotos as seguintes temáticas: a) Violência (presente em 4 de 11 fotos), através de imagens de policiais, escudos da Tropa de Choque, cartaz; b) a ocupação urbana ou quantitativo de participantes da manifestação (4 de 11 fotos), através das imagens de pessoas nas ruas; c) obstrução das vias para protestos e a questão da locomoção urbana (6 de 11 fotos), através das imagens de pessoas, placas de vias interditadas, carros e ônibus parados em meio aos manifestantes; d) reivindicação pela redução da tarifa (presente em 5 fotos) visível em cartazes e faixas, no preço da tarifa exibido em um cartaz e pichado no para-brisas do ônibus fotografado.

O terceiro álbum[117], que ilustra o terceiro ato de protestos, é composto por 60 fotos que foram "curtidas" 6298 vezes, comentadas 662 vezes e compartilhadas 1462. A tal pela temática, pelo significado da mudança de angulação dos rumos e cobertura dos protestos e pela descriminalização da violência, presente principalmente pelas imagens que se observa a seguir. A abertura destaca o seguinte texto:

> Hoje paramos a Consolação, o início da Radial Leste e a Paulista! Depois de uma caminhada pacífica o ato foi recebido pela polícia com bombas, cassetetes e balas de borracha ao chegar ao Term. Parque D. Pedro. Mas a repressão policial não nos intimidou! A manifestação se reagrupo e seguiu pela Brigadeiro até a Paulista. Ao invés de garantir para a manifestação um final pacífico no vão do MASP, a polícia atacou brutalmente os manifestantes obrigando-os a se dispensar. Mas não sairemos das ruas enquanto a tarifa não baixar!! Todos para o ato dessa quinta às 17h no Teatro Municipal! https://www.facebook.com/.

[117] Disponível em <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.529371177119138.1073741833.176309402425319&type=3>. Último acesso em 26 jun. 2015.

"Hoje paramos a Consolação, o início da Radial Leste e a Paulista! Depois de uma caminhada pacífica o ato foi recebido pela polícia com bombas, cassetetes e balas de borracha ao chegar ao Term. Parque D. Pedro. Mas a repressão policial não nos intimidou! A manifestação se reagrupou e seguiu pela Brigadeiro até a Paulista. Ao invés de garantir para a manifestação um final pacífico no vão do MASP, a polícia atacou brutalmente os manifestantes obrigando-os a se dispensar. Mas não sairemos das ruas enquanto a tarifa não baixar!! Todos para o ato dessa quinta às 17h no Teatro Municipal! https://www.facebook.com/events/310051482462587/"

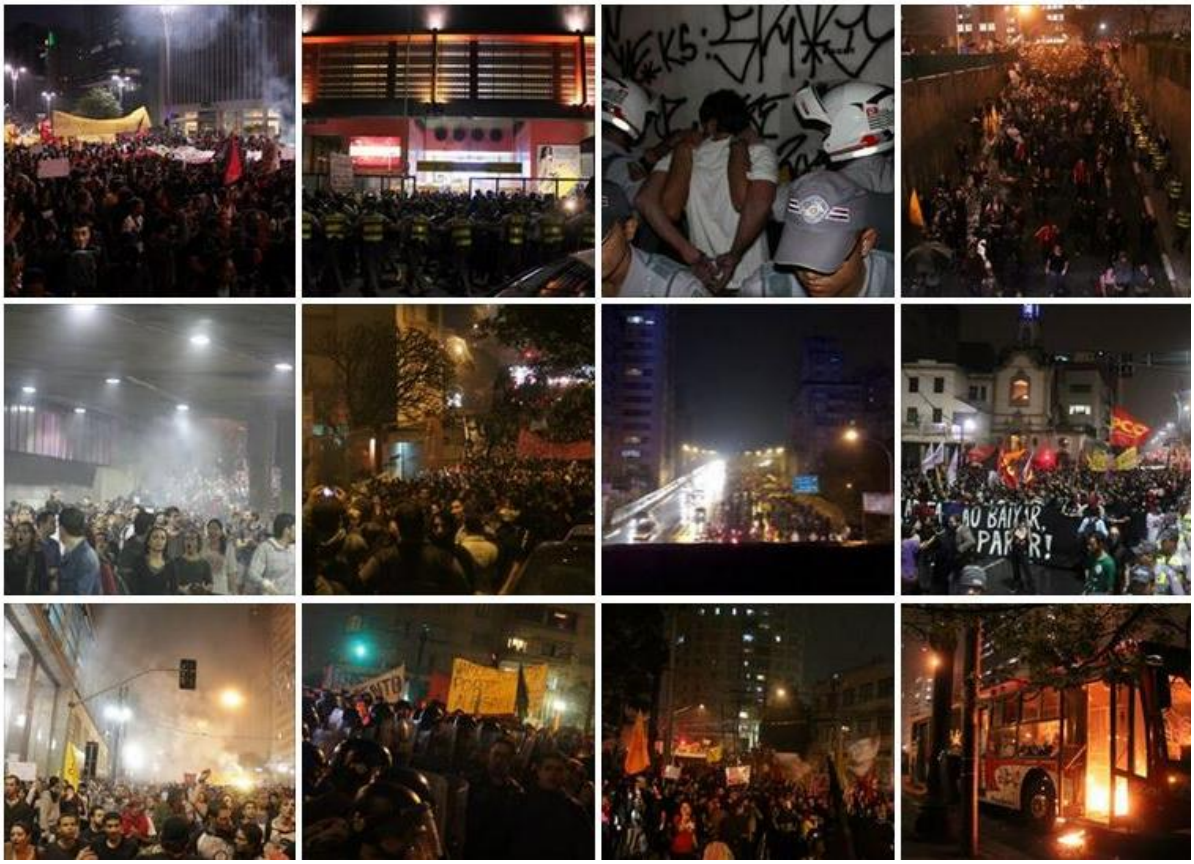


Figura 26 - Reprodução recorte de capa do álbum 11/06 - Terceiro Grande Ato no Facebook.

Figura 27 - Reprodução recorte de capa do álbum 11/06 - Terceiro Grande Ato no Facebook.

Tabela 12 - Dados quantitativos do álbum de fotos do 3º Ato.

Número da foto	Curtidos	Comentários	Compartilhamento
1	128	8	46
2	50	5	4
3	42	18	14
4	80	5	18
5	80	10	14
6	101	1	29
7	42	0	0
8	73	10	18
9	74	0	19
10	35	0	5
11	38	0	0
12	89	28	46
12	307	16	176
13	11	11	5
14	144	4	23
15	163	4	56
16	307	16	177
17	11	11	2
18	144	4	3
19	163	4	1
20	250	7	2
21	7	0	0
22	36	1	23
23	13	4	44
24	23	11	2
25	27	0	6
26	104	6	1
27	63	28	13
28	13	0	1
29	44	0	35
30	30	5	2
31	39	0	35
32	154	14	0
33	28	0	0
34	75	7	13
35	54	4	35
36	38	5	14
37	67	13	24
38	99	77	32
39	52	2	2
40	51	2	48
41	69	14	25
42	63	2	1
43	72	4	2
44	52	2	0
45	44	5	21
46	14	17	2
47	32	7	17
48	57	9	46
49	28	1	19
50	47	24	12
51	136	16	11
52	93	2	1
53	76	0	3
54	49	1	3
55	62	2	0
56	60	2	40
57	71	0	126
58	41	0	88
59	122	3	41
60	184	77	16
Total	4721	529	1462
Capa do álbum	1577	133	(não mencionado)
Total Geral	6298	662	1462

Fonte: Elaborada pelo autor com dados retirados da amostra no Facebook.

Tais dados quantitativos ilustram o gráfico seguinte.

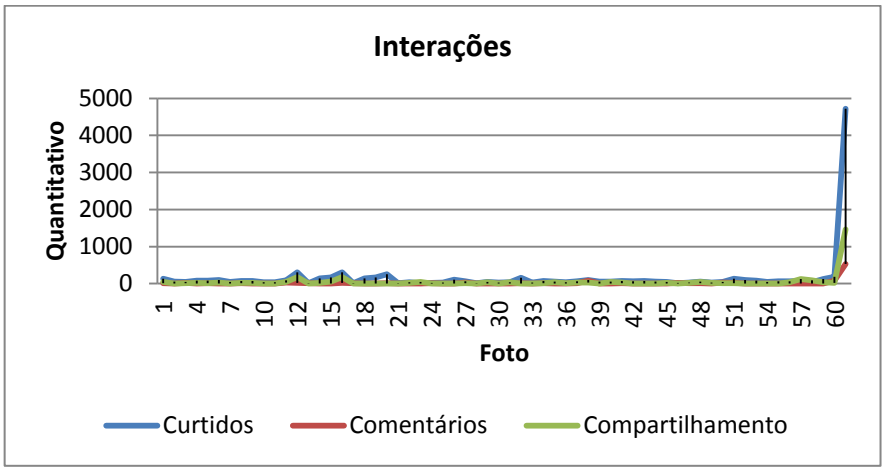


Gráfico 4 - Demonstração gráfica do quantitativo de interações do álbum do 3º Ato.
Elaborado pelo autor.

Nos comentários observam-se a incidência dos termos destacados na figura a seguir. Nota-se que a frequência e a temática são muito semelhantes aos comentários das postagens anteriormente analisadas, motivo pelo qual tais aspectos serão tratados na conclusão da presente análise.

Figura 28 - Frequência das palavras mencionadas nos comentários da capa do álbum de fotos de 6 de junho.
Fonte: Elaborado pelo autor com o uso do Tagcrowd.

Algumas inferências foram possíveis de observar atentando-se a determinados aspectos das postagens, que não necessariamente haviam sido pensados como categorias analíticas contempladas neste estudo. Um exemplo disso ocorreu observando os horários em que os comentários foram postados. Constatou-se que a interação entre os usuários se dá de forma muito rápida. Nesse sentido, a título ilustrativo foi criada outra categoria a do tempo de reação ou interatividade[118]. Para se ter um exemplo, com base nos dados coletados de 15 comentários de uma postagem da capa do álbum, entre 22h19min e 23h39. Nos dez primeiros comentários, a média de tempo de reação era de 55 segundos, enquanto no final do dia esse tempo aumentou para 5 minutos e 11 segundos, observando-se que houve um intervalo de tempo maior entre as respostas de 22h43min e 23h39min.

Se anteriormente buscou-se o nível de interação entre os compartilhamentos, na análise de um recorte (amostra), tentou-se inferir também a participação dos usuários quanto ao gênero nos comentários da capa de página do terceiro álbum: 89,43% foram comentários de usuários do sexo masculino enquanto 10,5% foram do sexo feminino. Observa-se uma interação maior de homens em relação aos temas ou à manifestação de opiniões[119].

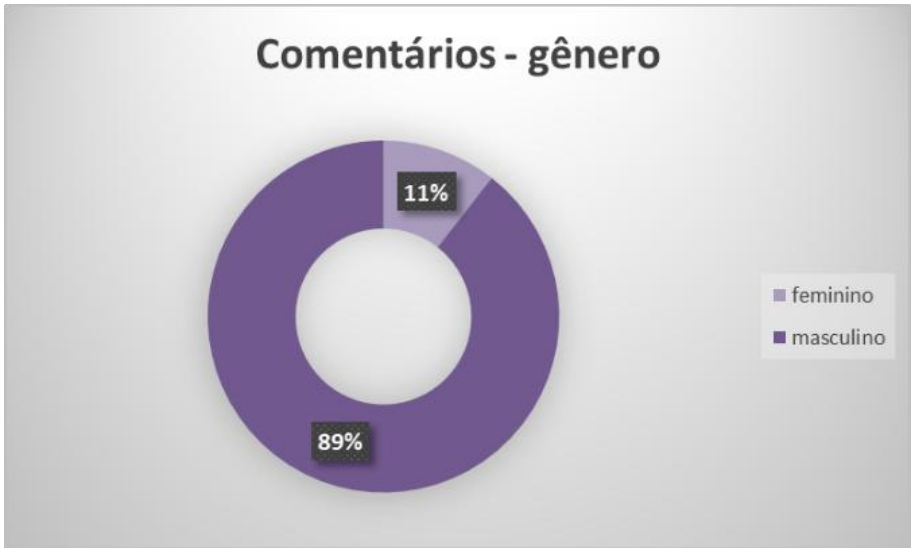


Figura 29 - Percentual de comentários por gênero no álbum de fotos do 3º ato.
Fonte: Elaborado pelo autor.

[118] A análise de conteúdos dinâmicos como as postagens na internet permite uma que determinados aspectos que originalmente não haviam sido pensados possam emergir ao longo da pesquisa, coleta ou análise. Categorias antes não previstas, mas que se observam com certa frequência, trouxeram elementos interessantes para as inferências que merecessem ser mencionados, e, por isso, formam incorporadas a título ilustrativo, o que, na visão deste autor, não significa uma afronta ao rigor metodológico que deva ser observado em produções científicas desta natureza. Tais aspectos podem ser melhor explorados em estudos futuros como na pesquisa de doutorado.

[119] Embora a categorização por gênero nos comentários dos usuários da página do MPL-SP no Facebook não tenha sido uma preocupação metodológica deste trabalho, julgamos pertinente, nesta amostragem específica pontuar a representação de gênero uma vez que contribui para inferências diante da problematização desta pesquisa.

7.4 Algumas leituras possíveis

Feitas tais observações, partir-se-á para algumas reflexões ou inferências sobre os dados apresentados e relacionados a outros aspectos observados do fenômeno que compreende o objeto do presente estudo. Ressalta-se, contudo, que devido à quantidade de material coletado e da característica polifônica das mensagens, serão apontados aspectos identificados como relevantes durante a análise.

7.4.1 Identidade e representação social

Dentro deste contexto simbólico se constroem representações sociais. Etimologicamente, a palavra representação remete ao termo latino '*representare'*, que significa 'fazer presente' ou 'apresentar de novo', ou seja, a representação, já em sua origem, carregava o significado de fazer presente algo ou alguém que está ausente, por intermédio de uma construção simbólica. Portanto, as representações sociais podem ser definidas como "uma série de proposições que possibilita que coisas ou pessoas sejam classificadas, que seus caracteres sejam descritos, seus sentimentos e ações sejam explicados e assim por diante" (MOSCOVICI, S. 2007. p. 207)[120]. O conceito de representação social na acepção do psicólogo social romeno naturalizado francês Serge Moscovici atualiza o conceito de Émile Durkheim de Representação Coletiva. As representações sociais são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos permitindo numa perspectiva transdisciplinar questionar a natureza do conhecimento e a relação indivíduo-sociedade, inserindo este campo de estudos entre as correntes epistemológicas pós-modernas (JODELET 1985 apud SPINK, 1993, p. 300).

Em outras palavras, as representações constituintes das formas de conhecimento prático orientadas para a compreensão do mundo e para a comunicação emergem como elaborações ou construções expressivas de sujeitos sociais respeito de objetos socialmente valorizados (SPINK, 1993). A representação social se configura como aquilo que dá sentido aos eventos cotidianos e práticas sociais. Dessa maneira, os comportamentos e opiniões podem ser entendidos como desdobramentos destas elaborações cognitivas e simbólicas. Ou seja, pode-se observar que existe uma negociação constante entre o indivíduo e a sociedade, onde as representações sociais e os processos comunicativos assumem uma importância crucial e o indivíduo participa de maneira ativa e consciente dos processos de construção

[120] Aspectos abordados por CARRASCO; NUNES (2014).

simbólica das representações sociais. Assim, há uma aproximação com a perspectiva sociossemiótica da cultura defendida pelos teóricos dos Estudos Culturais. Stuart Hall, em palestra proferida na Universidade de Westminster, em Londres, aborda a relação entre a representação, a linguagem, os meios de comunicação, a ideologia e os estereótipos. Tais aspectos se entrelaçam ao reapresentar determinadas identidades quer seja no sentido de reforçar os significados vigentes, quer seja na forma de reconstrução fragmentária da realidade que passa a ganhar projeção através dos meios. Marx e Durkheim já reforçavam o caráter de ilusão da cultura e da representação como meio de dominação ao fundar o senso comum ou reforçá-lo neste caso, através da "consciência coletiva" e das representações sociais.

De acordo com Bertolli Filho (2013, p. 29), apesar de haver certa afinidade com os postulados marxistas, entre os teóricos dos Estudos Culturais buscou-se o afastamento da ideia de que a cultura seja sobredeterminada pela infraestrutura, defendendo em vez disso a existência de um estado de contínuas tensões que instauram a formatação e a dinâmicas peculiares nas as esferas econômicas, políticas, sociais e culturais. Há teóricos como Raymond Williams e Néstor García Canclini que rompem com a visão marxista ao entender que a cultura se constitui no "mundo das significações". As representações sociais possuem a função de apresentar e explicar a realidade aos indivíduos, mediando a forma como os indivíduos entram em contato com os objetos e sujeitos da vida cotidiana, além de contribuir para que os grupos e pessoas possam se situar na sociedade. Isto é, o mecanismo das Representações Sociais é responsável por atuar nos processos de construções indenitárias como formação da autoimagem e visão social dos grupos e indivíduos e as representações sociais podem aumentar as diferenciações entre grupos sociais, contribuindo para a formação de estereotipias, já que são construções simbólicas negociadas culturalmente entre os indivíduos e a própria sociedade como um todo.

Com base nas análises do corpus e no estudo teórico que as fundamentaram, é possível tecer algumas considerações sobre a questão da construção da identidade do Movimento Passe Livre São Paulo. O próprio MPL deixa bem claro quais são suas características (anonimato e ausência de identidade política coletiva, discurso sem ideologia, objetivos múltiplos, formato em rede e a-hierárquico, recusa de institucionalização, imprevisibilidade, ação elíptica etc. – DI FELICE, 2013c) e diretrizes em todos os meios virtuais do qual dispõe, conforme anteriormente mencionado ao falar de si mesmo e se apresentar ao público. Além do tópico "Sobre", na página do Facebook, essa identidade também se constrói por meio das postagens. Viu-se anteriormente que a questão da identidade, construção e desconstrução do

sujeito é tônica desde a antiguidade e se acentuou com a pós-modernidade e esvaziamento do sujeito e que no contemporâneo, essa questão ganha novos contornos e a busca por essa construção identitária passa a operar no simbólico, tanto para definição dos indivíduos (sujeitos) quanto para a questão dos grupos (sujeitos coletivos) nos quais os mesmos estão envolvidos.

Há de se considerar, sob certo aspecto, que há uma construção negativa desta identidade associada aos atos de vandalismo e depredação do patrimônio público. Fica evidente uma espécie repulsa da opinião pública em relação a isso nos exemplos de comentários postados nas páginas do Facebook que aparecem nos exemplos da tabela a seguir.

Tabela 13 - Exemplos de comentários contrários ao vandalismo.

Data e horário	Usuário	Local onde postado	Comentário
12 de junho de 2013 – 3h01	Jose Antonio S. Batista	Capa de álbum de fotos 3	viva a juventude consciente mais nao vandalismo ...
11 de junho – 22h27	Vitor Camargo		*Manifestar sim,fazer vandalismo não!*
19 de junho de 2013 – 16h04	Nilton Rodrigues	Nota 9	*sou a favor da mobilização, agora violência naum o que vão fazer para conter os bardeneiros?*
14 de junho de 2013 às 13h47	Tiago Kátia Barbosa	Nota 1	*essas penoas apoiam o governo ... isso que vc chama de vandalismo...foi pago com nosso dinheiro tambem... porem o gasto de reforma deste veiculo se equivale a migalhas em relaçao o que e gasto diariamente em corrupçao desse brasil... escolha o seu lado...parabens ao movimento dos 0,20 cents parabens m. passe livre há ± um minuto*
20 de junho de 2013 às 16h21	Noraldo Neto	Nota 10	*Galera que vai participar da manifestação... Segue uma ideia baseada nas manifestações na Argentina: Quando os vândalos começavam a quebrar tudo lá, os verdadeiros manifestantes se sentavam, assim facilitava a ação da policia para reprimir e prender os culpados por esses tipos de ações mesquinhas. Podemos usar isso como ação na nossa manifestação, pois queremos uma cidade melhor e não uma cidade destruída."*

Fonte: Elaborada pelo autor.

Perceba que termos como “baderneiros”, de caráter pejorativo, são relacionados aos manifestantes. O MPL busca por meio das notas combater essa imagem como neste trecho de nota publicada sobre a violência: "O Movimento Passe Livre não incentiva a violência em momento algum de suas manifestações, mas é impossível controlar a frustração e a revolta de milhares de pessoas com o poder público e com a violência da Polícia Militar."

As autoridades e políticos, por sua vez, têm associados a eles termos como "corruptos", "fascistas", entre outros, como exemplificado na tabela a seguir.

Tabela 14 - Comentários - representação social das autoridades.

Data e horário	Usuário	Local onde postado	Comentário
12 de junho de 2013 às 00:22	Victor Mesquita	Comentário da Nota 3	Infelizmente as autoridades fascistas desse Estado não estão abertas ao diálogo. Utilizam a repressão da Polícia contra a manifestação social. Depois reclamam do vandalismo.
19 de junho de 2013 Às 16:21	Carolina Ssaot	Comentário da Nota 9	Que o prefeito, o governador, a presidenta, façam valer a justiça, recuperem o dinheiro desviado pelos corruptos, e comecem a pagar as contas que ELES DEVEM ao povo brasileiro!

Fonte: Elaborada pelo autor.

A representação social e a identidade da PM também estão associadas a aspectos negativos. Nas imagens, a posse das armas, ações violentas contra os manifestantes, os escudos, barricadas, munição ou bala de borracha, disparos. Nos comentários adjetivos ou substantivos reforçam tais aspectos como apontados nos dados quantitativos as críticas à polícia são recorrentes. Um exemplo: No comentário de César Fraciolli, reproduzido abaixo, na Nota 2, à do Passe Livre São Paulo, em 10 de junho de 2013, os policiais são descritos como "vermes" e "bonequinhos". No comentário de Paulo Ferraz, num compartilhamento da Nota 5, em 14 de junho, a PM é definida como "adestradora de animais" que "ensina a bater em quem está defendendo os direitos de todos".

Tabela 15 - Comentários - representação social da PM.

Data e horário	Usuário	Local onde postado	Comentário
10 de junho de 2013	Cesar Franciolli	Nota 2	Sempre os vermes, bonequinhos do estado
14 de junho de 2013 - 16h15	Paulo Ferraz	Compartilhamento da Nota 5	*e tem escola de adestramento de cães , e a PM E ADESTRADORA DE ANIMAIS TAMBEM ENSINAM A BATER EM QUEM ESTA DEFENDENDO OS DIREITOS DE TODOS, AGORA SERÁ QUE NENHUM PM SE PERGUNTOU PQ ARRISCAR A VIDA POR UM BANDO DE BANDIDO NO PLENARIO E NO GOVERNO? BANDO DE JUMENTOS.....*
14 de junho de 2013	Anne Caroline F. Rocha	Nota 5	Olha a cara de ódio desse policial!E a expressão de horror pela covardia dele na face das pessoas...Um absurdo!

Fonte: Elaborada pelo autor.

A internauta com o perfil Anne Caroline F. Rocha, como se observou na tabela anterior, ao comentar uma foto destaca a " a cara de ódio" de um policial: "E a expressão de horror pela covardia dele na face das pessoas...Um absurdo", conclui. Na imagem evidencia-se o contexto violento da foto e a expressão das pessoas ao fundo é outro indicador disso.

Figura 30 - Reprodução de foto comentada pela internauta[121].

A crítica à imprensa e a Rede Globo também é presente, como já destacado. A representação social da mídia, em especial dessa emissora de TV também é negativa. No comentário de Ulysses de Melo, reproduzido na tabela a seguir, cria-se o termo "GLOebbels" para fazer uma associação à emissora e Paul Joseph Goebbels (1897 –1945), político e Ministro da Propaganda do Reich na Alemanha Nazista de Adolf Hitler entre 1933 e 1945. No comentário de Gabriel Gianóglio Brabo, uma comparação entre a cobertura da imprensa nacional e internacional, destacando que a nacional tenta "encobrir" a violência da PM.

Tabela 16 - Exemplos de comentários sobre a imprensa.

Data e horário	Usuário	Local onde postado	Comentário
12 de junho de 2013 16h06	Ulysses de Melo	Capa do Álbum 3	*A rede GLOebbels tentou, mas não conseguiu! Parabéns!*
19 de junho de 2013 – 16h11	Alexandre Marques	Comentário da Nota 9	*Ta explicado o porquê de não ter aulas nas escolas sobre Constituição Federal!!! Será que a grande maioria da população (que tanto leem Veja e assistem a Globo) sabem o que é VINCULADO e DISCRICIONÁRIO? A mídia também ajuda pra kct nas manipulações de informações. Temos que aproveitar a internet para adquirir mais conhecimento.*
13 de junho de	Willian	Compartilhamento	*ENQUANTO VOCÊ ESTÁ ASSISTINDO SUA*

[121] Disponível em <https://www.facebook.com/notes/passe-livre-s%C3%A3o-paulo/nota-n%C2%BA-5-nota-p%C3%BAblica-do-mpl-sp-sobre-a-viol%C3%AAncia-e-repress%C3%A3o-do-dia-1306/530514310338158>. Acesso em 15 mai. 2015.

2013	Holanda	de comentário da Nota 3	*TELEVISÃO , A VERDADE ESTÁ AQUI*
14 de junho de 2013 - 16h26	Gabriel Gianóglio Brabo	Comentário na Nota 5	*Entre os brasileiros aqui (e são muitos), só se fala nisso. Todo mundo indignado com a ação da polícia. Mas pelo que vi, pelo menos a imprensa internacional consegue enxergar o que está acontecendo. Estão noticiando o absurdo que a PM está fazendo, diferente daí né, que tentam encobrir. Vai rolar uma passeata aqui de brasileiros, no domingo. Na verdade, irá rolar em vários lugares na Europa.*

Fonte: Elaborada pelo autor.

Pode-se dizer que algumas opiniões são, em tese, politizadas ou tem um teor informativo. Por exemplo:

7.4.2 Interação semelhante à oralidade

No material analisado é comum haver postagens ou comentários que reproduzem uma interação oralizada. Um dos exemplos disso: "*Alguém me diz se hj vai ter um protesto na zona leste??*", publicado por Marianna Vasconcellos, na nota 9 de 19 de junho. Observa-se ainda uma interação entre os usuários muito similar ao da comunicação instantânea oral ou em *chats* das páginas de internet. Ex: Dentre os comentários relacionados à primeira nota do MPL-SP, Gabriel Rezende Vaz, no dia 10 de junho de 2013, às 13h44 posta:

> Igor Issao, um movimento Apartidário que quer aparecer para se filiar... você está mal informado. Tirar politico é uma causa grande? Trocar sujo pelo mal lavado pra você pode ser algo grande, só que pra gente, melhorar a qualidade e o custo de vida do povo é muito maior. (VAZ, 2013: [postagem na internet])

O comentário é uma resposta ou reação á postagem do outro usuário:

> vocês parecem os politicos que estão no poder... usam uma desculpa para dar razão ao vandalismo... é uma pena ver que vocês vão ser os futuros corruptos no poder daqui alguns anos, assim como foi o Lula, o Genuino, entre outros. Se vê que a briga é sempre por causas pequenas. Quero ver brigar para tirar a Dilma, e aquele monte de deputados que não trabalham, do poder. Quero ver brigar para tirar o Alckimin e o PSDB do poder também. Vocês não querem melhorar nada, só querem achar uma forma de aparecer e se filiar a um partido para ter uma comissão na roubalheira que é o nosso Brasil. (Issao, 2013).

Este tipo de postagem é recorrente e no campo dos comentários, percebe-se que a interação entre os autores de comentários é mais dinâmica do que a interação entre o autor da

postagem (o Movimento) e os usuários que navegam pela rede social da organização. Tem-se a impressão de uma discussão acalorada como as que se tem pessoalmente, como nas postagens abaixo, que são comentários da Nota 4.

Tabela 17 - Exemplos de postagens que reproduzem uma discussão oral.

Data e horário	Usuário	Local onde postado	Comentário
13 de junho de 2013 às 18h04	Ronaldo Pereira	Comentário da Nota 4	*Eu espero que estes marginais FIQUEM PRESOS DURANTE MUITO TEMPO!! A polícia está de parabens! Pq vocês não vão brigar com a Dilma, que deixou a inflação disparar ? Destruir o bem público é coisa de MASSA-DE-MANOBRA!*
13 de junho de 2013 às 18h16	José Guilherme Zago	Comentário da Nota 4	*Cai dentro burguês de merda. É sua mão que segura o cassetete da polícia. E contra reacionários como vocês que agente luta. Filhotes da Ditadura.*
13 de junho de 2013 às 18h19	Ronaldo Pereira	Comentário da Nota 4	*E ai José Guilherme, vc é massa-de-manobra e não consegue perseber! O Comunismo acabou há muito tempo e vc ainda está pensando em ditadura! Veja se muda o disco e vai lutar pelas coisas certas!*
13 de junho de 2013 às 18h21	*José Guilherme Zago*	Comentário da Nota 4	*Foda-se o que você pensa. Vem pra luta. Mostra de que lado você estado. Que está do lado da força, que está do lado da truculência, de Haddad, do PSDB, de Maluf, das empresas de ônibus, do maior juros do mundo. Quem é o alineado ? Fique bem quieto e vá ver sua novela.*
13 de junho de 2013 às 18h25	*Fuchs Erick*	Comentário da Nota 4	*A ação da polícia, de revistar e prender os bandidinhos retardados que denigrem a posição do movimento todo é muito bem vinda! Espero que revistem e prendam toda essa minoria escrota que adora provocar!*
19 de junho 16h05	Fábio Cunha	Nota 9	*Até agora, já foram arrecadados mais de 700 bilhões de reais em todo o Brasil. Cadê o nosso dinheiro filhos da put4 ???? Queremos de volta, e queremos agora !!!! Tarifa zero é só a primeira demanda !!!!*
18 de junho de 2013 às 17h10	Johnny Malta	Álbum de fotos	*Seria um desperdício usar toda esta movimentação apenas pela redução da passagem. Devemos aproveitar e protestar contra a corrupção e (todos) os partidos!*

Fonte: Elaborada pelo autor.

7.4.3 Sobre a utilização da página do Facebook como espaço público

Sobre a polarização da temática dos protestos, os próprios usuários comentam e as opiniões divergem. Enquanto uns defendem a questão da tarifa, outros ampliam para discussões como a corrupção, a PEC 37, como destacado na tabela a seguir. No comentário de Valéria Nunes, por exemplo, há uma crítica ao MPL e a questão dos rumos e as próprias postagens na rede social: "vcs estão mais perdidos q cegos em tiroteio. Então agora a hora é de pensar em organizações e metodos e não ficarem postando cada vez mais publicações sem noções e q não levará a nada" (sic.).

Tabela 18 - Exemplos de comentários sobre as temáticas.

Data e horário	Usuário	Comentário
18 de junho de 2013 às 17:11	***Pablo Braga***	*Galera temos que agradecer sempre ao MPL, por levar a galera às ruas, mas em todo o momento eles voltam a enfatizar que o objetivo do movimento é único, é a redução dos 20 centavos.Apoiamos esse objetivo, mas a manifestação já é muito maior do que is...*
18 de junho de 2013 às 17:14	Junior Lopes	*e revogarem o aumento acaba tudo? e as outras indignações? voltam ao normal?*
18 de junho de 2013 às 17:14	Vittor Gazetti	*O destino da manifestação é único, objetivo e específico: REVOGAR O AUMENTO! ... Apenas revogar o aumento não vai mudar nada. Os organizadores da manifestação ao invés de aproveitarem a proporção que o evento tomou para nos auxiliarem a brigar por causas mais justas, como saúde, educação, diminuição dos malditos impostos.. Não, colocam o rabo entre as pernas e estão brigando só pelos 20 centavos mesmo.*
18 de junho de 2013 às 17:14	Tabata França	*Eu tb imploro, que nao terminem as manifestações por 20 centavos, prefiro pagar 5,00 se isso acabasse com todo o resto errado! Nao vamos parar, nao podemos parar por 20 centavos, nao podemos, ta lindo, nos temos poder, nao podemos parar!!*
18 de junho de 2013 às 17:14	Gui Sikora	*Mas vem cá... Com e sem PEC 37 não vi politicos presos até hoje.*
18 de junho de 2013 às 17:14	Fernando Zeituni	*Objetivo é acabar com a corrupção de vez, se não teremos surpresas logo logo quando a poeira abaixar e os engravatados que acabam com nosso pais continuarem lá.*
18 de junho de 2013 às 17:14	Allan Sousa	*Não é só pelos 20 centavos que o povo tá na rua...parem de ser hipócritas!!! se fossem pelos 20 centavos nem saiamos de casa!*
18 de junho de 2013 às 17:14	Valeria Nunes	*Srs. organizadores do MPL sabemos q vcs estão mais perdidos q cegos em tiroteio. Então agora a hora é de pensar em organizações e metodos e não ficarem postando cada vez mais publicações sem noções e q não levará a nada. Com essas publicações no momento em q vcs sem encontram sem saber o q fazer só esta servindo para influenciar pessoas q nem sequer sabem o q vieram fazer no mundo a uma guerra civil, onde sim terá cidadaos de bem matando cidadaos de bem. Avaliem melhor suas organizações e metodos de agora pra frente. E parem de incentivar essa população com publicações q so levará a uma guerra civil.*

Fonte: Elaborada pelo autor.

Assim como os exemplos apontados na tabela anterior, dos quase cinco mil comentários analisados, infere-se que há um descontentamento generalizado com relação às

instituições governamentais. Contudo, observa-se também a polissemia das postagens contemplando diversos temas, manifestando opiniões muitas vezes incoerentes, com mensagens inconsistentes, meramente opinativas ou expressão de pontos de vistas.

Pretende-se fazer uma reflexão mais abrangente de tais aspectos mencionados nesta análise no capítulo com as considerações finais. Procurou-se até aqui exemplificar quanti e qualitativamente aspectos observados ou inferidos durante as análises considerados mais relevantes ou recorrentes, mas sabe-se que são apenas algumas das leituras possíveis, ao se debruçar sobre o tamanho do *corpus*.

8 O LEGADO DOS PROTESTOS

Buscou-se até aqui apresentar uma série de considerações que permitissem a compreensão geral ou global do que foram os protestos de junho de 2013, com os mesmos foram articulados, os principais atores envolvidos e considerações sobre a comunicação e a constituição de uma ágora ou espaço público de discussão. Tal tentativa de compreensão do fenômeno também é objeto deste estudo, que caminha agora para a experiência de tentar responder de forma quantitativa uma das questões propostas neste estudo: o que comunicam tais protestos? Para dar conta de tal questão, faz-se necessário explicitar a escolha metodológica, que foi utilizada para chegar a tal propósito. A grande herança dos protestos de 2013 foi ter criado ou (re)acendido no brasileiro uma cultura de protesto, uma atitude reativa da população que passou a acreditar, em termos, na mobilização popular, na articulação de ações políticas através de atos de protesto e na utilização das redes sociais e mídias digitais como forma de ativismo como forma de participação e de exercício da cidadania. Tal cultura reflete a indignação da população com relação às questões sociais, um levante contra a apatia política, sobretudo da juventude, que até então não tinha experimentado participações mais democráticas. Tal cultura de protesto concentrou em si toda uma esperança de mudança e transformação social diante de uma crise de representação e das instituições políticas somadas a anseios urgentes que ganharam projeção e emergiram nos episódios de 2013 e nos anos seguinte. Depois dos protestos de 2013, o MPL-SP continuou a articular as ações em relação à questão da mobilidade urbana e transporte coletivo. Em todos os canais de comunicação pela internet, o movimento continuou propagando suas ações, com uma ampla agende de iniciativas em regiões periféricas das cidades, com grupos de movimentos sociais e autoridades para discutir tais temáticas. O trabalho informativo e educativo com a divulgação de artigos, vídeos, prosseguiu como previa a própria organização. Um ano depois dos levantes de junho de 2013, o movimento fez uma avaliação positiva das manifestações.

A porta-voz do MPL afirmou em entrevista à rede BBC que a estratégia dessa vez será diferente da adotada em 2013.

> "Vimos vários atos acontecendo no centro em 2013. Agora entendemos que isso deve ir além. A luta tem que estar na periferia, de baixo para cima", diz a estudante de Letras Andreza Delgado, porta-voz do MPL.
> A mudança não é só geográfica: se em junho de 2013 a internet foi o principal eixo de discussões sobre os protestos, agora a mobilização offline deve ganhar mais força.
> "Dizem que o MPL saiu das ruas. Não saiu. Fomos consolidar nosso trabalho nos bairros, junto à população", diz Delgado. "Neste ano, vamos ter mais atividades [na periferia] do que protestos", completa. (...)."Na internet a

> gente não consegue travar um diálogo mais profundo", diz a porta-voz do grupo. (SENRA, 2013)[122]

Diante dessa avaliação, o próprio movimento afirma que pretende equilibrar as mobilizações *on-line* e *off-line* com ações como as que já vinha desenvolvendo desde a sua criação, "realizado debates, mostras de literatura e cinema, oficinas de produção de camisetas e estêncil em bairros distantes das regiões centrais", além de "aulas públicas" ("encontros promovidos em praças e transmitidos em tempo real pela internet, onde convidados e plateia compartilham experiências sobre transporte e mobilidade nas cidades"), debates e enquetes na internet. (SENRA, 2013).

Novos atos voltaram a ser organizados em 2014 em virtude da Copa do Mundo realizada no Brasil. A temática da mobilidade urbana nesse tipo de evento foi deixada de lado em virtude da conquista da revogação dos aumentos, mas, em dezembro de 2014, o anúncio do aumento da tarifa na cidade de São Paulo de R$ 3 para R$ 3,50 gerou novas articulações pró-mobilizações, com estratégias de comunicação semelhantes às adotadas em 2013. O MPL-SP organizou manifestações para protestar. Só no mês de janeiro de 2015, foram seis atos, como consta na tabela a seguir, que apresenta os locais onde os mesmos foram realizados e o número de internautas que seguem a página do movimento e confirmaram presença em tais eventos através de uma ferramenta do próprio Facebook.

Tabela 19 - Atos de janeiro de 2015.

Ato	Local	Confirmações de presença no Facebook
1º GRANDE ATO CONTRA A TARIFA	Theatro Municipal de São Paulo em São Paulo - 17:00	49.879 pessoas confirmaram presença
2º GRANDE ATO CONTRA A TARIFA	Praça do Ciclista em São Paulo - 17:00	25.896 pessoas confirmaram presença
3º GRANDE ATO CONTRA TARIFA - 3ª feira, 20/01	Praça Silvio Romero - Tatuapé (próx. ao Metrô) - 17:00	10.572 pessoas confirmaram presença
4º GRANDE ATO - MOBILIZAÇÃO NACIONAL CONTRA A TARIFA	Teatro Municipal de São Paulo em São Paulo - 17:00	9.142 pessoas confirmaram presença
5º GRANDE ATO CONTRA A TARIFA	Largo Da Batata (próximo ao Metrô Faria Lima) - 17:00	7.974 pessoas confirmaram presença
6º GRANDE ATO CONTRA TARIFA	Vão Do Masp em São Paulo - 17:00	5.655 pessoas confirmaram presença

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do Facebook do MPL-SP.

[122] SENRA, Ricardo. MPL repete fórmula de 2013, mas promete levar protestos do centro para a periferia. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/01/150106_salasocial_retorno_mpl_rs>. Acesso em 07 jan. 2015

O primeiro deles, intitulado “Primeiro grande ato contra a tarifa” é objeto desta análise. Ele foi realizado no dia 9 de janeiro de 2015, partindo do Teatro Municipal de São Paulo, no centro da cidade e tomando as ruas da capital. Mais uma vez, uma das maneiras de convocar as pessoas foi a utilização de canais como as redes sociais digitais ou mídias sociais. Um dos convites na Facebook (ver figura a seguir) aponta 1356 “curtidas” e 39 comentários. Pelo Facebook, 49.875 declararam que compareceriam ao “Primeiro Ato”, o que representa aproximadamente 11% dos convidados ou usuários da página oficial que abriga o evento. Entretanto, os dados do próprio MPL contabilizaram a presença um pouco menor, de aproximadamente 30 mil pessoas.

Figura 31 - Reprodução de postagem do 1º ato de 2015.
Fonte: Página do Facebook do MPL-SP

Uma análise[123] das mensagens na página do MPL-SP referente ao primeiro protesto de 2015 permite inferências sobre a discussão entre os membros da página na internet do MPL-SP. Depois de uma pré-análise das mensagens publicadas na página do Facebook do MPL-SP, partiu-se para a “leitura flutuante” ou exploratória como sugere Bardin, explorando os *posts* e comentários. Foi feita uma análise quantitativa (total de *posts*, comentários, “curtidas” e compartilhamentos). Os oito *posts* referentes ao primeiro ato analisados foram curtidos por 11.534 seguidores, comentados por 870 deles e compartilhados por 1.410 usuários.

[123] Tais aspectos foram apresentados pelo autor durante seminário para a disciplina *de Mídia, Cultura e Sociedade*, ministrada pelo orientador prof. Dr. Cláudio Bertolli e na Divisão Temática Ibercom - Comunicação e Cultura Digital do XIV Congresso Internacional IBERCOM, na Universidade de São Paulo, São Paulo, de 29 de março a 02 de abril de 2015, com o título *MEDI@ÇÃO – aspectos da comunicação mediada por computador nos protestos contra aumento da tarifa em 2015. Estudo de caso do MPL-SP*.

Tabela 20 - Dados quantitativos das postagens - 1º ato de 2015.

Curtidas	Comentários	Compartilhamentos
1.005	45	163
1622	45	61
862	27	não mencionado
1462	118	238
1559	208	504
2225	257	636
821	96	207
1978	74	63
11.534	**870**	**1410**

Fonte: Elaborada pelo autor

Esses critérios nos dão parâmetros para definir a amplitude das mensagens, pois permite, mensurar, apesar de certas limitações, a abrangência material de cada mensagem e suas interações. Em seguida, analisaram-se qualitativamente tais textos publicados. Observou-se o tipo de texto referente ao conteúdo: vídeo, texto escrito, imagem ou misto (texto, imagem, vídeo, etc.). Neste sentido, há uma predominância dos textos mistos. As mensagens também foram categorizadas com relação ao caráter do texto ou sua função: 1) Informativo: a) comunicado, b) nota, c) convocação, d) geolocalização ou andamento (quando diz em que local estão ou em que pé está o andamento das manifestações), e) orientação (explica algum tópico ou tema ou orienta sobre a condução do protesto), f) ataque à instituição pública (PM, governo estadual, federal) e g) outros; 2) Opinativo: a) os *posts* são opiniões do próprio MPL-SP, b) são opiniões de manifestantes ou fontes externas, e c) se opinam, opinam contra quem?

Com relação às postagens, observa-se que o MPL se utilizou de sua página do Facebook como forma articuladora dos protestos, para reunir os manifestantes por meio dos convites, para orientações sobre o encaminhamento das ações como informação sobre o trajeto e a geolocalização dos manifestantes. Essa utilização para articulação do ativismo esteve presente em 37,5% do material analisado. Tanto nas postagens do movimento quanto nas interações dos usuários, há a prevalência de vídeos, fotos, e convergência com outras mídias com a postagem de links do Twitter e sites que fazem a transmissão *on-line* da ação e matérias de jornais e revistas, *hiperlinks* que remetem a páginas de movimentos e coletivos, compartilhamentos de *posts*. Dos oito *posts* referentes ao primeiro ato analisados, um deles (o primeiro) se caracteriza como uma convocação para participação do ato, cuja autoria não foi

do próprio movimento e o conteúdo misto (texto e imagem) opinativo com críticas ao capitalismo, injustiça social, exploração do trabalhador, ao sistema de transporte e à tarifa. O mesmo foi curtido 1.005 vezes, teve 45 comentários e 163 compartilhamentos. O segundo foi um *post* de registro com quatro fotos que ilustram a concentração em frente ao Teatro Municipal de São Paulo. Teve 1.622 curtidas, 45 comentários e 61 compartilhamentos. O texto também informa o percurso que será adotado nas ruas (Teatro Municipal-Consolação-Paulista-Parada do Ciclista), deliberado instantes antes e que rendeu 862 curtidas e 27 comentários. Os demais são *posts* mistos (com texto e imagem) com caráter informativo e opinativo seguem a lógica de informar o andamento da manifestação naquele momento, mas traziam também uma opinião contrária à ação policial, sendo recorrente a presença de termos como "repressão". Tal tipo de texto foi predominante em metade (50%) das postagens em relação ao evento analisado. Com relação aos comentários, procurou analisar de que tipo são esses comentários, se refletem opiniões pessoais ou propõem alguma discussão temática, se apoiam (e a quem); criticam (e a quem), se interagem com outros comentários? (com quem); se se repetem etc. Quanto à temática dos comentários, observa-se que os mesmos são utilizados para construção das identidades dos manifestantes, críticas à Polícia Militar e ao governo, discussão entre os interlocutores e defesa dos direitos de manifestação. Observou-se, ainda a autoria ou origem das mensagens na tentativa de identificar quais eram as vozes dos discursos: texto do próprio MPL, compartilhado de movimentos sociais, compartilhado de fontes noticiosas (jornais, revistas, canais de comunicação em geral), compartilhados de partidos políticos, compartilhados de usuários aleatórios, compartilhados de figuras públicas. Neste aspecto, há de se considerar a página oficial do MPL-SP como um espaço plural de manifestação contemplando múltiplas vozes. Outros aspectos observados foram a frequência e repetição dessas mensagens. Na maioria dos compartilhamentos havia apenas a repostagem ou replicagem dos *posts*, sem algum comentário ou texto introdutório de quem estava compartilhando a mensagem. A repetição também é um aspecto recorrente.

Com relação às mensagens na página oficial do movimento referentes ao primeiro ato, o que se observa é muito mais a manifestação da opinião dos usuários, verbalizações muitas vezes difusas que fogem do objetivo proposto da convocação ou da criação do evento feita pelo movimento. Observa-se uma discussão muito próxima da oralidade na qual há uma predominância de ofensas pessoais entre os usuários que interagem por meio de mensagens, *posts*, comentários e curtidas, do que de uma discussão profunda da problemática proposta pelo movimento. Com base nas análises conclui-se que o discurso das redes é marcado por uma polifonia, mas que permite muito mais aos usuários a manifestação verbal do que a

própria condução pelo movimento e distingue-se da ação sendo desenvolvida nos próprios atos ou eventos as quais as mensagens se referem. Há sim interação, mas ela nem sempre pressupõe ação (informativa, orientativa, articuladora), apenas manifestação de opinião.

Referindo-se ao que foi publicado pelo Movimento Passe Livre e a questão da representação social, o teor das representações sociais contidas nos termos mais recorrentes de tais *posts* observa-se uma clara tentativa do MPL-SP de legitimar os protestos. Para o movimento, o manifestante é associado a construções como "reivindicador de direitos" (em 59% das ocorrências), "cidadão" (em 32%) e "militante" (em 9%). A leitura de tais representações demonstra a visão que o Movimento Passe Livre possui acerca dos movimentos sociais como um todo, numa relação com a cidadania estimulando os sujeitos ou usuários (cidadão) a participar das manifestações e exigir aquilo que lhe é de direito. O grau de recorrência dos termos ligados às representações sociais dos manifestantes nos comentários de usuários do Facebook na página do MPL-SP permite observar um quadro diametralmente oposto às representações dos *posts*. Enquanto o MPL busca legitimar as manifestações, os usuários que comentam os *posts*, em sua maioria tendem a desqualificar o manifestante. Observam-se construções simbólicas negativas como "desordeiro", "anarquista", "vândalo", "badernista" em 36% do material analisado. Da mesma forma, termos como "vagabundo" e "desocupado" aparecem em 11% dos comentários, mesmo percentual de expressões como "cidadão", "reivindicador de direitos", "militante" enquanto "trabalhador" e "estudante" figuram em porcentagem menos expressiva (2%). No teor dos comentários nos *posts* há uma tendência à generalização e à polarização do debate, onde dicotomias como PT vs. PSDB, Petralhas[124] vs. Tucanos, Vândalos vs. Cidadãos de bem, etc. são utilizados como ponto de partida para discussões, o que por consequência acaba empobrecendo o debate. A descrença na política e nos meios pacíficos e ideológicos de mudança social também se manifesta de forma marcante. Tal característica é presente no argumento tanto dos grupos que são a favor dos protestos e dos que são contra, o que mostra uma insatisfação e ceticismo com relação às instituições políticas brasileiras. Este ponto é interessante pois se apresenta como uma contradição presente nos protestos, já que quando a violência foi realmente empregada nas manifestações através da ação de grupos *black blocs,* o movimento passou a ser deslegitimado por todas as parcelas da sociedade, que argumentavam que os protestos deveriam ser ordeiros

[124] Petralha - neologismo criado pelo jornalista Reinaldo Azevedo, no livro *O País dos Petralhas* (Ed. Record, 2008). O termo é resultante de um jogo de palavras entre petista e metralha e remete aos personagens Irmãos Metralha, quadrilha das histórias em quadrinhos da Disney que tinha como intuito assaltar o cofre do personagem Tio Patinhas. Azevedo, ferrenho crítico do governo do ex-presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, faz alusão ao propósito de enriquecimento do PT com dinheiro público

e respeitarem o patrimônio público, caso quisessem que suas reivindicações fossem ouvidas. Entretanto, a maior contradição presente nesta questão ainda, é que mesmo os que não acreditam na ação de *Black Blocs*, nem em qualquer tipo de depredação ou uso de violência em protestos, são a favor da repressão brutal realizada pela polícia militar, um indício de que a sociedade vê o Estado como o único capaz de consumar a violência física e simbólica, detendo seu monopólio.

Outro ponto importante e latente nos comentários de usuários do Facebook na página do MPL é a desinformação com relação às causas do aumento do transporte público. Enquanto alguns apontavam o Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, a presidente do país, Fernando Haddad, prefeito de São Paulo, outros apontavam Geraldo Alckmin, o governador do estado. No entanto, poucos apontaram o lucro das empresas responsáveis pelo transporte público na cidade de São Paulo como um fator fundamental para este aumento. As interações sociais através dos comentários e réplicas aos comentários parecem convergir ao ponto em que um debate político é impossível de ser realizado, pois adquirem tons ofensivos com o uso de xingamentos frequentes entre os usuários, o que acaba por deixar o debate para segundo plano. De maneira geral, o que se pode depreender de tal cenário é a dissonância entre a visão do MPL e dos usuários que comentam na página do Movimento no Facebook. Enquanto a organização trabalha para mostrar uma imagem do manifestante ligada à cidadania e à legitimação dos movimentos sociais como aliados da transformação democrática da sociedade, os usuários parecem ir na direção contrária, ou seja, na deslegitimação do Movimento, bem como na desqualificação do manifestante. (CARRASCO; NUNES, 2014).

8.1 A apropriação da cultura dos protestos

Houve posteriormente uma apropriação desse tipo de manifestação como as de 2015 contra o governo Dilma, onde se observou claramente o interesse político de grupos opositores e setores conservadores e tradicionais da sociedade como a própria mídia. Panelaços, manifestações nas quais as pessoas batem panelas e utensílios de metal em forma de protesto, ocorreram durante programas do PT no horário político e em discursos da presidente Dilma Rousseff. Os atos organizados por opositores do governo foram iniciados no dia 13 de março de 2015, uma sexta-feira, e no domingo, 15 de março, protestos ocorreram em mais de 70 cidades brasileiras. Os protestos, convocados foram convocados pela internet e

pelo Whatsapp[125], foram encabeçados pelos movimentos Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre e Revoltados Online, grupos que se dizem apartidários e se caracterizam pela pauta anticorrupção -no caso dos dois últimos, defendem o impeachment de Dilma. Segundo a Polícia Militar, os atos contra o governo de Dilma Rousseff (PT) e a corrupção reuniram 1,4 milhão de pessoas em 16 estados e o Distrito Federal. Em São Paulo, a PM estimou um público de 1 milhão às 15h40 e o Datafolha estimou um público de 210 mil na avenida Paulista, que seria o maior na cidade desde o das Diretas-Já, quando cerca de 400 mil se reuniram na Praça da Sé em 1984. O governo federal anunciou que irá apresentar um pacote de medidas contra a corrupção nos próximos dias em resposta às manifestações. (MARTINS, 2015)[126].

A cobertura da mídia desses eventos recebeu críticas. Ladeira (2015)[127], afirma que, segundo o pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci, "em épocas como a atual, marcada pela crise eleitoral das tradicionais organizações partidárias de direita, a grande imprensa assume a função de principal partido político das forças conservadoras".

> Grande parte da mídia deixava transparecer seu apoio incondicional já nos dias que antecederam os protestos. A *Folha de S.Paulo* publicou uma agenda com horários e locais das manifestações, em uma tácita intenção de atrair potenciais manifestantes. O *Estação*, periódico distribuído gratuitamente nas estações do metrô paulistano, estampou em uma capa o cartaz do grupo Movimento Brasil Livre, um dos mentores aos atos contra Dilma. "Povo brasileiro, chegou o momento das manifestações legítimas e de exigirmos a saída dessa mulher que se chama Dilma Rousseff e que atrasou o país em mais de 50 anos", escreveu o articulista da Rede Globo Arnaldo Jabor. Ao fazer uma análise sobre a atual onde de protestos urbanos, Reinado Azevedo, da revista *Veja*, asseverou que as manifestações em repúdio ao impeachment e a favor da Petrobras foram marcadas para um dia de semana porque seus adeptos não trabalham e, em contrapartida, a mobilização contra a presidenta Dilma só poderia ocorrer durante o domingo, pois os "cidadãos de bem" labutam nos outros dias. [...]
>
> Conforme era de esperar, os principais canais de televisão do país concederem amplo destaque para as manifestações de domingo. Desde as primeiras horas da manhã, a Rede Globo "convocava" os brasileiros a saírem às ruas desde. Cada aumento do número de manifestantes foi comemorado pelo canal da família Marinho como se fosse um gol da seleção brasileira em final de Copa do Mundo. Como bem apontou o jornal *Brasil de Fato*, a maior emissora do país mobilizou, como há muito tempo não se via, toda a sua estrutura com o objetivo de ampliar a visibilidade dos atos. Quase a totalidade dos seus jornalistas esteve

---

[125] O WhatsApp Messenger é um aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS. O aplicativo está disponível para iPhone, BlackBerry, Android, Windows Phone, e Nokia e sim, esses telefones podem trocar mensagens entre si. (Fonte: http://www.whatsapp.com/?l=pt_br)

[126] MARTINS, Miguel. *Brasil vive dia de protestos massivos contra Dilma*. Publicado 15/03/2015 20h40, última modificação 15/03/2015 21h02. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-vive-dia-de-protestos-massivos-contra-dilma-4764.html>. Acesso em 16 mar. 2015

[127] LADEIRA, Francisco Fernandes. *Grande mídia, redes sociais e movimentação golpista.* Observatório da Imprensa, edição 842, 16/03/2015. Disponível em http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed842_grande_midia_redes_sociais_e_movimentacao_golpista/>. Acesso em 16 mar. 2015.

> de plantão, e durante as entradas nas cidades onde aconteciam mobilizações os microfones da emissora captaram gritos de guerra contra o atual governo e xingamentos contra a presidenta. Em seu site, a *Folha de S.Paulo* incentivou os leitores a enviar relatos, fotos ou vídeos das manifestações. (LADEIRA, 2015)

Tais aspectos devem ser tratados de forma distinta do objeto de análise do presente trabalho, entretanto, estão a ele relacionados por causa da apropriação desta cultura de protesto já mencionada, motivo pelo qual são citados aqui.

9 CONSIDERAÇÕES OU RETICÊNCIAS?

Para responder o que comunicam os protestos de junho e de que maneira os movimentos se apropriaram desse potencial comunicativo e do ativismo para arquitetar a mobilização social e promover suas causas e levar para as ruas discussões políticas adotou-se abordagem teórica que subsidiasse as discussões propostas e também se amparou na observação sistemática do fenômeno estudado, seus desdobramentos e reações a ele, visto que os protestos ocorreram em âmbito nacional e foram divulgados amplamente pelos meios de comunicação tradicional ou pelas redes sociais digitais. Além da percepção do pesquisador, da análise bibliográfica e documental de materiais veiculados pela mídia e na internet durante tais eventos, para dar conta da problemática proposta amparou-se metodologicamente na análise de conteúdo aplicável a qualquer tipo de comunicação e a qualquer meio. Optou-se por analisar as postagens na página do Facebook do Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP) nos dias dos principais atos ou manifestações do mês de junho de 2013.

Inicialmente procurou-se tecer considerações acerca da polissemia dos conceitos de cultura e comunicação, as tecnologias de informação e comunicação como formas de sociabilidade características do contemporâneo abrangidas pela cibercultura, essa configuração da vida humana nas esferas material, simbólica e imaginária, que envolve as tecnologias de informação e comunicação (TICs) como a convergência midiática, o ativismo em e nas redes dos movimentos sociais como ferramenta política. A perspectiva sociossemiótica da cultura defendida pelos Estudos Culturais, em especial pelos seus representantes na América Latina como Néstor García Canclini e Jésus Martín-Barbero foi apresentada como norteadora conceitual. Viu-se que diante de tal abordagem, cultura é concebida como um sistema de interações de signos interpretáveis e como sistema de símbolos e os processos comunicativos são entendidos como processos culturais de produção de sentido e significado. Apresentaram-se aspectos sobre as características da sociedade contemporânea com as tecnologias de informação e comunicação suas características e potencialidades com relação à participação e sua relação com o exercício da cidadania. Destacaram-se visões distintas de entusiastas que acreditam que tais tecnologias são capazes de promover mudanças, como Pierre Lévy e Manuel Castells, a céticos que defendem que os novos suportes não podem vencer o *status quo* e alterar o perfil de instituições e modelos ou interferir no poderio político e econômico.

O caminho seguinte foi discutir a metáfora da rede, uma nova ecologia e forma do relacionar, muito próxima a aspectos biológicos que remetem a sistemas, nós, teias, em que as partes ou integrantes se entrelaçam, interagem e se conectam de forma dinâmica para constituição dos grupos e tecidos que fazem parte do grande organismo social e que extrapola

tempo e espaço no estabelecimento de suas relações. Estabeleceram-se também considerações sobre tal conceito e o termo comunidade na tentativa de resgatar fatores motivadores do agregar nesse *bios* social como as emoções, por exemplo, que desencadeiam afinidades e uma espécie de neotribalismo retomando aspectos dos agrupamentos humanos mais primitivos que trabalham com o ideal de pertencimento que impulsiona o agir coletivo e responsável pela disseminação cada vez maior do ativismo em e nas redes, prática também abordada em sua nomenclatura variável (ciberativismo e/ou net-ativismo), fenômeno que engloba as ações sociais e comunicativas, luta ou mobilização por determinado objetivo, seja ele com a finalidade de conscientizar ou reagir a determinada situação, sem esquecer que tais aspectos abrangem a interação de diferentes agentes e dispositivos tecnológicos.

Posteriormente tratou-se do conceito de movimentos sociais, formas de articulação coletiva da sociedade civil com caráter sociopolítico em busca de direitos, e das características desses movimentos contemporâneos que se utilizam do ativismo em rede e na rede como forma de articulação. Tais movimentos são marcados pela ausência de hierarquia, horizontalidade, imprevisibilidade, não linearidade de ações e recusa de institucionalização. São movimentos fluídos que podem se dispersar assim que atingirem objetivos imediatos e se reagrupar facilmente por afinidade de propósito, ampliando-se ou esvaziando-se facilmente. Com exemplos de movimentos que emergiram últimos anos, nas redes e de conexões entre os indivíduos e trocas informativas, como os registrados no norte da África e no Oriente Médio e que receberam a denominação de "Primavera Árabe", o 15M ou "Os indignados", na Espanha, e *Occupy*, surgido nos Estados Unidos, cada qual com sua especificidade e semelhanças.

Buscou-se contextualizar tais dinâmicas para adentrar no universo estrito dos protestos de junho de 2013 no Brasil, sobretudo, na capital paulista. Foi dado um panorama sobre esses protestos no qual foram abordados os principais grupos ou atores de envolvidos em tais episódios como o *Anonymous*, grupo ativista que adota o anonimato e a tática *hacker* contra instituições financeiras, políticas e religiosas; os *Black Blocs*, com uma identidade coletiva mais anárquico punk associada à violência; chegando finalmente ao Movimento Passe Livre São Paulo (o MPL-SP), um dos coletivos do Movimento Passe Livre e que possui desdobramentos por todo o país, aqui estudado de forma mais específica por ser um dos principais grupos ativistas das manifestações de 2013. Fez-se uma breve contextualização dos principais momentos ou atos desses protestos na capital paulista que surpreenderam inicialmente ao conseguir reunir números expressivos de pessoas.

Depois foram destacadas particularidades do MPL, suas origens, em 2005, para propor discussões sobre a problemática da mobilidade urbana e a gratuidade do transporte, sua atuação nas redes sociais e utilização das mesmas para divulgar, convocar e articular tais protestos. Falou-se também da espetacularização das manifestações que ganharam as mídias tradicionais, inicialmente com um caráter pejorativo, mas que depois não pode mais ser ignorado. Abordou-se ainda aspectos da teatralização desses levantes, a viralização e disseminação dos mesmos na internet e a discussão acerca da apropriação de diferentes espaços pelo movimento e pelos manifestantes: as ruas e as redes sociais ou mídias digitais na internet. A ocupação da cidade, principalmente, carregada do simbolismo da reapropriação de direitos e exercício cidadão com a emergência de um novo espaço público que comunica anseios e necessidades a serem atendidos.

Com objetivo de apontar aspectos sobre a interação entre movimento, usuários de sua rede social, e a articulação de propostas da sociedade civil a utilização das tecnologias da informação e da comunicação neste contexto e quais as mensagens desses protestos, partiu-se para a análise de conteúdo. Foram 13 postagens de texto, 90 postagens de fotos, 21.864 curtidas, 7.349 compartilhamentos e 4.491 comentários. Com base em tais dados foi possível identificar temáticas dos protestos apontando para demandas sociais além do transporte, como educação, segurança, entre outras. Permitiu ainda inferir sobre representação social do movimento carregada de aspectos pejorativos e chamando atenção para a necessidade de um trabalho de comunicação para tentar mudar a imagem estereotipada do manifestante e do MPL, associada ao vandalismo, à depredação e desordem. Tal percepção também é muito próxima quando se trata da visão que os usuários têm dos governantes (prefeito, governador e presidente), identificados como corruptos e incompetentes, e de instituições como a Polícia Militar que canalizou o papel de repressora. Foi possível inferir ainda que no Facebook, os usuários preferem interações mais simples como curtidas e compartilhamentos e que os comentários exigem mais tempo, pré-disposição e maior elaboração.

Foram apresentadas as respostas do governo federal que se posicionou com discursos, proposta de pacto nacional que envolvia temáticas como a responsabilidade fiscal, reforma política, transporte público, educação e saúde, demandas que ganharam as ruas e as redes, e até o esboço de uma rede participativa para atender aos anseios da juventude, mas que na prática também não se consolidou. Respostas paliativas para o calor do momento? Iniciativas coerentes do ponto de vista da comunicação pública diante de um cenário de crise e um período pré-eleitoral, mas que efetivamente não saiu do discurso. Foi apenas uma demonstração popular que as autoridades souberam controlar e fazer arrefecer?

Discutiu-se a seguir, o legado dessas manifestações. Espera-se, assim, contribuir para a discussão deixadas sobre as mensagens e lições desses protestos, sobretudo no que tange sobre o papel singular da comunicação na sociedade contemporânea e de que maneira o ativismo em rede se relaciona com o exercício da cidadania.

Dois anos depois de sua realização, o MPL-SP reviu sua estratégia e continuou seu trabalho ativista, informativo e educativo em relação à questão da mobilidade urbana e transporte coletivo propagando ações em todos os canais de comunicação pela internet, com iniciativas em regiões periféricas das cidades envolvendo grupos e autoridades para discutir tais temáticas.

Os protestos de 2013 deixaram como herança a experiência do que chamo de uma cultura de protesto, uma postura reativa da população que passou a acreditar, em termos, na mobilização popular, na articulação de ações política através de atos de protesto e na utilização das redes sociais e mídias digitais como forma de ativismo, de participação e de exercício da cidadania como forma de ruptura contra a apatia política. Ela é reflexo da indignação e do descontentamento com relação às questões sociais. Concentrou em si toda uma esperança de mudança e transformação social diante da representatividade que a eleição direta fornece, mas que ainda não ocorreu.

Passado o período de Copa do Mundo e as eleições de 2014, as tarifas do transporte coletivo voltaram a subir e a qualidade desse serviço pouco melhorou. A velocidade média dos avanços nesse sentido e de atitudes concretas de governos municipais, estaduais e federais segue a lenta velocidade dos congestionamentos das grandes metrópoles e esbarra em burocracia, falta de vontade política e jogos de interesses de esferas do poder que estão na contramão ou bem distantes do interesse coletivo da população.

Observaram-se eventos entre 2013 e 2015 que, pelas semelhanças em certos níveis dos modelos de articulação, indicam que há uma assimilação ou a apropriação dessa cultura de protestos gerada após os eventos de junho nessas outras tentativas como os atos de janeiro contra o aumento da tarifa na capital paulista e dois meses depois as iniciativas de mobilização contra o governo Dilma Rousseff.

Mais de dois anos após os protestos de junho de 2013, ainda há de se ter cautela sobre seus desdobramentos. Alguns resultados em curto prazo já podem ser observados. Inegavelmente as tecnologias de informação e comunicação ampliaram e projetaram as vozes desses movimentos, de seus usuários e de parcela da população brasileira, se tornaram meios de interação, manifestação de opinião e, sobretudo, descontentamento diante de um modelo de sociedade contemporânea no qual o estado se afasta dos interesses coletivos e se volta para

interesses de grupos minoritários que se apropriam do poder que lhes é conferido para defender seus próprios interesses. Os manifestantes perceberam que não precisavam de intermediários para reivindicar seus direitos ou lutar por causas que acreditam e exerceram o direito de cidadania ao cobrar do poder público uma mudança de postura em prol de uma transformação social. Perceberam um potencial de comunicação e que ainda não haviam experimentado. Os protestos deram vazão a atitudes concretas, à ação comunicativa e passaram a amplificar pontos de vista particulares e coletivos de milhares de brasileiros insatisfeitos com a própria inércia e o descaso das instituições de governo, a falta de representatividade política e possibilidade de manifestação democrática.

O potencial dessas redes sociais, enquanto ferramentas que permitem a participação política depende, em parte, da forma como essas tecnologias são usadas pelos movimentos ou usuários que se apropriam delas. O ativismo em rede é uma dessas vias, considerada aqui a perspectiva da rede como aquela que engloba a reunião coletiva, a cooperação, o associativismo em prol de causas comuns, e não apenas me referindo às redes sociais ou de relacionamento digitais. Contudo, não se deve confundir ativismo apenas com interação ou manifestação livre de opinião. Há uma diferença entre interagir e agir. O ativismo é algo que se observa historicamente em movimentos sociais e pressupõe uma ação, uma causa e uma mobilização em prol de tais objetivos.

Com base nas análises conclui-se que o discurso das redes é marcado por uma polifonia, mas que permite muito mais aos usuários a manifestação verbal do que a própria condução pelo movimento e distingue-se da ação sendo desenvolvida nos próprios atos ou eventos as quais as mensagens se referem. Há sim interação, mas ela nem sempre pressupõe ação (informativa, orientativa, articuladora), apenas manifestação de opinião. Há mensagens sendo comunicadas que precisam ser lidas, interpretadas e gerar mudanças, o que não necessariamente depende de um movimento ou grupo que se mobilizou e sim de quem a mobilização ou causa pretende atingir. Essas manifestações verbais são uma espécie de catarse individual ou coletiva que traduzem a necessidade de ser ouvido e visto dos indivíduos ou grupos e um descontentamento que merece ser observado pelas esferas competentes. Se por um lado, para os movimentos sociais é preciso entender as dinâmicas da comunicação nas redes para tirar proveito de todo o seu potencial, também falta interpretação e ação do outro lado do processo.

Há de se atentar para a questão das representações sociais do movimento. Ao colocarmos em perspectiva os comentários dos usuários colhidos na rede, é possível observar o ressoar de um discurso muito presente na mídia conservadora do país, que já promoveu

diversas tentativas, ao longo da história, de criminalizar movimentos sociais, deslegitimando-os através de seu posicionamento. A chamada "grande mídia" ainda possui um expressivo poder em agendar e pautar as discussões cotidianas, bem como de reproduzir e legitimar determinadas representações sociais que reiteram sua ideologia e, por sua vez, se projetam também nos "novos" canais de comunicação.

Infere-se que, nos meios digitais há uma reprodução da própria forma como o manifestante é visto na sociedade. Passados dois anos depois dos protestos de junho de 2013 há ainda uma forte ligação com a questão da violência observada nas ruas durante aquela ocasião com depredação dos patrimônios público e privado e o distanciamento das principais reivindicações do movimento. Um indício que reflete a visão mais cética em relação às tecnologias de informação e comunicação de que ela passa a reproduzir ou apropria-se da visão hegemônica dos velhos meios e da própria sociedade e, que, numa perspectiva pessimista ela reflete o contexto no qual se insere, conseguindo, em determinados casos, mudanças pouco significativas no que se refere a valores, de certa forma institucionalizados. Não basta mudar o suporte e atribuir a ele o papel de mudança, se as mentalidades ainda carregam valores monolíticos difíceis de serem vencidos. O desafio sistêmico e complexo a ser encarado e conseguir que a sociedade adquira mais senso crítico para analisar os discursos que se reapresentam ou se reproduzem como verdades absolutas e questioná-los, questionar suas origens e suas implicações.

Sob outro aspecto, destaca-se o importante papel das representações sociais no posicionamento dos indivíduos e grupos na sociedade, construindo sua identidade. A partir desta análise dos enunciados presentes em tais canais de comunicação utilizadas pelo Movimento Passe Livre que o manifestante ainda é visto negativamente como vagabundo, arruaceiro, baderneiro, etc. por grande parte daqueles que comentam nos *posts* do MPL. É preocupante a forma como a sociedade vê os movimentos sociais e ainda possui ou reforça estereótipos acerca dos participantes de manifestações. Os movimentos sociais precisam ainda se comunicar melhor com a sociedade. Cabe a eles rever a questão da sua própria representação, pensar em estratégias de comunicação explorando melhor o potencial das novas mídias tais recursos ainda mais como fonte de esclarecimento e no fortalecimento positivo de sua imagem e suas causas. É preciso, sobretudo, ressaltar o caráter transformador do ativismo em rede procurando afastar dele as leituras negativas às quais possam ser associadas. É um trabalho lento que depende de educação, da formação consciente do público, de seus integrantes ou simpatizantes e, sobretudo, do esclarecimento da sociedade. Esse trabalho já vem sendo feito pelo MPL, ao utilizar os diferentes canais pela internet, as

redes sociais ou de relacionamento e o trabalho em rede e de base em grupos e comunidades para esclarecer os objetivos de suas lutas e em sua postura de se desvincular de grupos com interesses políticos difusos à sua luta.

Do que se vivenciou a partir de 2013, existem aspectos positivos a serem destacados como o da criação de espaços de discussão, expressão e diálogo. Numa perspectiva otimista, a exemplo de Castells, acredita-se no potencial comunicativo das redes e movimentos sociais com o uso das tecnologias em conjunto com as ações nas ruas que dão vozes às reivindicações populares. Sob um olhar cético, contudo, reconhecem-se seus limites diante da fragilidade, heterogeneidade dos discursos e mensagens nas redes sociais digitais e a diferença entre manifestação difusa de opinião e ação concreta que nem sempre se traduzem em ativismo. Na ausência de um modelo de democracia direta e de um estado distante do bem comum, pergunta-se se as reivindicações serão ouvidas pelos governantes e serão capazes influenciar as decisões do Estado e gerar mudanças profundas.

Segundo Barbero (2006, p.69) esse "esvaziamento de utopias no aspecto político, com o esvaziamento do estado e das representações" projeta na comunicação e na tecnologia a sensação enganosa de "democracia direta", de cidadania, de opinião, criando a ilusão de um processo sem interpretação nem hierarquia e de que os indivíduos podem comunicar-se utilizando toda mediação social. No mesmo sentido, Gómez Orozco (2006, p.81) afirma que "a exuberância tecnológica contemporânea" não deve ser vista com "idealismo" ou "promessa de uma democracia cibernética". De acordo com ele, por meio ou através da tecnologia de informação, há sim, um "crescente despoder social".

Tanto as redes sociais quanto as ruas se tornaram espaços públicos de reivindicação e mobilização política coerente com o exercício legítimo da cidadania. O que se observa é que, a mensagem foi clara e esse é um meio para se buscar tais transformações ou mudanças. Nas ruas, as vozes dos brasileiros clamavam por mais atenção a questões sociais e aos serviços básicos como educação, saúde, segurança, que o Estado teoricamente teria o dever de garantir aos cidadãos. Os protestos brasileiros de junho de 2013 e os movimentos sociais envolvidos neles são manifestações legítimas de um descontentamento comunicado, mas que exigirá amadurecimento da sociedade no tocante à resolução das questões por eles comunicadas. Tal descontentamento suscita das autoridades um posicionamento ainda maior e revisão do seu papel ou repensar o modelo de democracia com a legitimação de espaços dialógicos e interativos que permitam ampliar os graus de participação e decisão dos cidadãos.

Os protestos representam um empenho de múltiplas camadas sociais em exercitar a participação política em um contexto no qual o processo democrático ainda se encontra

permeado por graves lacunas e por vigorosas críticas não só ao Estado, mas a todos os agrupamentos políticos. Acrescenta-se a isso algo que ainda tem sido pouco explorado pelos estudiosos do evento aqui analisado: as desconfianças em relação às instituições oficiais incitaram a constituição de novos grupos pautados mais pela confluência de interesses e expectativas do que por um alinhamento ideológico mais evidente. Pensa-se também que se constituiu numa etapa sociocultural na qual os sujeitos da pós-modernidade buscavam novas formas de pertencimento, associativismo e colaboração. Representam esperança de mudança e transformação social diante da representatividade que a eleição direta fornece. Entretanto, a população ficou esperando mudanças que não ocorreram em nenhuma das demandas levantadas.

Se as experiências participativas de comunicação e ativismo em rede vivenciadas durante esses protestos devem ou não ser o embrião de uma nova sociedade e de mudanças profundas nos modelos que hoje observamos ainda é cedo para dizer. Espera-se que os reflexos transformadores desse fenômeno aqui observado sejam conhecidos a médio e longo prazo. Que as análises de tais vivências contribuam para suscitar novas discussões e questionamentos que envolvam o papel singular da comunicação e do ativismo em rede na construção de uma sociedade mais transparente, mais dialógica e consequentemente mais cidadã, democrática, igualitária e humana.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia; BARBOSA, Suzana. Espacialidades da Comunicação. *In* **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, vol. 1 – Conceitos, São Paulo, 2010, p. 471 a 472.

AMARAL, Adriana da Rosa; MONTARDO, Sandra. **Mapeamento temático da história da cibercultura no Brasil.** 2012. . Disponível em <http://www. intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2241-1.pdf>. Acesso em 05 jul. 2014.

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **A internet e a rua - Ciberativismo e mobilização nas redes sociais.** Porto Alegre, Sulina, 2013.

AUGÉ, Marc. Sobremodernidade: do mundo tecnológico de hoje ao desafio essencial do amanhã. **Sociedade midiatizada.** Rio de Janeiro: Mauad, p. 99-117, 2006.

BACCEGA, Maria Aparecida. O campo da Comunicação. *In* SANTOS, Verlane Aragão *et al*. **Enciclopédia Intercom de Comunicação**: verbetes de Economia da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2009, p. 149-150.

BAPTISTA, Juliana; BERTOLLI FILHO, Cláudio. **Cultura, Identidade e o Zeitgeist Digital**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Ouro Preto - MG – 28 a 30/06/2012. Disponível em http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-2246-1.pdf. Acesso em 10 ago. 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8.ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. Unesp, 1995.

BECKER, Maria Lucia. Cibertativsmo. *In* **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, vol. 1 – Conceitos, São Paulo, 2010, p. 175-176.

BELTRÃO, Luiz. Processo da Comunicação. In: SILVA, Roberto de Queiroz e (Org). **Temas Básicos em Comunicação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983, p. 13-16.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **As pesquisas no campo da Comunicação e os conceitos de cultura.** Revista Comunicação Midiática, v. 8, n. 2, p. 14-35, 2013.

_____; TALAMONI, Ana Carolina Biscalquini. Corpo, aparência e pós-modernidade no pensamento de Michel Maffesoli. In: COELHO, Jonas Gonçalves;
BULHÕES, Marcelo (Orgs.). **Corpo e cultura:** múltiplos olhares. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 89-101.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2012.

BOURDIEU, P**. Razões práticas:** sobre a teoria da ação**.** Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é Participação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BRITES, Juçara. Esfera Pública. *In* **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, vol. 1 – Conceitos, São Paulo, 2010, p. 470-471.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes.** Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, São Paulo, Boitempo, p. 79-82, 2013.

BUSTAMANTE, Javier. Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital. In Silveira, Sérgio Amadeu da (org.). **Cidadania e redes digitais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet, v. 25, n. 11, p. 13-35, 2010. Disponível em http://www. cidadaniaeredesdigitais. com. br/_pages/artigos_01. htm. Acesso em 13 dez. 2013.

CARRASCO, Vinicius. **Protestos, Governo e Opinião Pública** – Um estudo analítico da resposta do Governo Federal Brasileiro às manifestações de junho de 2013. Monografia (Especialização em Comunicação nas Organizações) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP, 2014.

_____; NUNES; Lucas Sant'Ana. **A Representação Social do Manifestante do MPL-SP no Primeiro Ato de 2015.** XX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã. Unesp, Bauru, 22 a 24 de abril de 2015.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

_____. **The New Public Sphere:** Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, 2008. p. 78-93. Disponível em: <http://ann.sagepub.com/content/616/1/78>. Acesso em 01 jul 2012.

_____. La comunicación em La era digital. In: CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, p. 87-187.

_____. **A Galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **O poder da identidade:** era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v.1

_____. **A sociedade em rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUI, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Teoria e Debate.** v. 113, 2013. Disponível em http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo. Acesso em 27 jun. 2013.

COSTA, Rogério da**. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva.** Interface - Comunic., Saúde, Educ**.**, v.9, n.17, p.235-248, mar./ago. 2005. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=101667>. Acesso em: 28 maio 2012.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DE FLEUR, Melvin L. e ROKEACH, Sandra Ball. **Teorias da Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DE KERCKHOVE, Derrick. **A pele da cultura**. Annablume, 2009.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs:** Capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____.**Mil Platôs**, v. 4, São Paulo: Ed. 34, 1977

DI FELICE, Massimo. Net-Ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares. **Contemporânea | comunicação e cultura** - v.11 – n.02 – mai-ago 2013 – p. 267-283a.

_____. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas**. MATRIZes**, v. 7, n. 2, p. 49-71, 2013b.

_____. Redes sociais digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social. **Revista USP**, Brasil, n. 92, p. 6-19, fev. 2012. ISSN 2316-9036. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34877>. Acesso em: 17 Abr. 2013b. doi:http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i92p6-19.

_____. **Netativismo:** novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. International Association for Media and Communication Research. IAMCR 2011. Disponível em: <http://netativismo.files.wordpress.com/2011/10/artigo_massimodifelice.pdf.> . Acesso em: 10 out. 2012.

_____ (Org.). **Do público para as redes:** a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul: Editora Difusão, 2008.

DI FELICE, Massimo; PIREDDU, M (Org.). **Pós-Humanismo**: as relações entre o humano e a técnica na época das redes. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2010. v. 1.

DI FELICE, Massimo; TORRES, Julliana Cutolo; YANAZE, Leandro Key Higuchi. Ecologia, mídia e pós-modernidade. **Comunicação e Sociedade**, v. 18, p. 85, 2012.

DUARTE, Eduardo. Por uma epistemologia da Comunicação. *In* LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.*)*. **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 42-43.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os estudos culturais. *In* FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, p. 151-170, 2001.

ESPÍRITO SANTO, Maíra Ouriveis do**. Lutas sociais e ciberespaço: o uso da Internet pelo movimento passe livre nas manifestações de junho de 2013 em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014.

FERNANDES, Daniela. **Protestos despertaram Brasil para realidade, diz sociólogo francês.** Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130619_protestos_touraine_df>. Acesso em 13 jun. 2013.

FERRARA, Lucrécia D.'Alessio. Ciberespaço: conceito á procura de um nome. Revista **FAMECOS**-Mídia, Cultura e Tecnologia, v. 3, n. 37, 2008.

_____. Por uma cultura epistemológica da comunicação. *in* CAPARELLI, Sérgio; SODRÉ. Muniz; SQUIRRA, Sebastião (orgs.).**Comunicação Revisitada**. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 27-40

FONSECA, João Barreto da. Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas. *In* SANTOS, Verlane Aragão *et al*. **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação.** Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, vol. 1 – Conceitos, São Paulo, 2010, p. 258-259.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana**. Métodos de pesquisa para internet.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA, Vera V.; MAIA, Rousiley. **A comunidade e a conformação de uma abordagem comunicacional dos fenômenos.** *In* LOPES, Maria I. Vassallo. (Org.). Epistemologia da comunicação. São Paulo: Loyola, 2003, p.187-203.

_____. O objeto da Comunicação. / A comunicação como objeto. In HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (Orgs.) **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 39-60.

FRANÇA, Vera; HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C. **Teorias da Comunicação. Conceitos, escolas e tendências**, Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade.** UFRJ, 2009.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. *In* **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar editores, 1978, p.13-41.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, Brasil, v. 1, n. 27, 2006. Disponível emhttp://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/440/367. Acessado em 24 jul. 2015.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. **Sociedade Midiatizada. Rio de Janeiro: Mauad**, p. 81-98, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 47, Aug. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Fev. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GUIMARÃES, Denise Azevedo Duarte. **Interações sociais e novos padrões perceptivos na construção da subjetividade**. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/30/03_logos30_Denise.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2012.
GUZZI, Drica. **Web e Participação**: A Democracia no Século XXI . Senac: São Paulo, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAJE, Lara. Comunicação, esfera pública e poder. In: RAMOS, M. C.; SANTOS, S. (Orgs.). **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo: Paulus, 2007, p. 127-147.

HALL, Stuart. Representation & the media. **Media Education Foundation.** 1997, 2005. Disponível em: http://www.mediaed.org/assets/products/409/transcript_409.pdf. Acesso em 16/07/2012. (Tradução: Murilo C. Soares)

HARVEY, David. A liberdade da cidade. *In* HARVEY, David et al. **Cidades rebeldes**. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo Editorial, 2013, p. 47-6.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **Spaces of capital: towards a critical Geography**. New York: Routledge, 2001.

HOHLFELDT, Antonio. Comunicação. *In* **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, vol. 1 – Conceitos: São Paulo, 2010, p.234-235.

HOUAISS, ANTÔNIO. **Dicionário Eletrônico**. Editora Objetiva, 2009.

IANNI, Octávio. A sociedade mundial e o retorno da grande teoria. *In* LOPES, Maria I. Vassallo. (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 331-345.

JAMBEIRO, Othon. Os pilares estruturais das comunicações contemporâneas. In TRIVINHO, Eugênio; CAZELOTO, Edilson. **A Cibercultura e seu Espelho**: Campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa. São Paulo: ABCiber, 2009.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

KASTRUP, Virginia. A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. *In* **Tramas da rede:** novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, p. 80-90, 2010.

KELLENER, Douglas. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. **Líbero**, v. 6, n. 11, 2007.

LEMOS, André. Tecnologia e Cibercultura. In: BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRANÇA, vera Veiga. (Org.). **Dicionário de Comunicação: escolas, teorias e autores**. 01ed.São Paulo: Contexto, 2014, v. 01, p. 412-420.

_____. **Ciberativismo.** 2003. Disponível em http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/ciberativismo.pdf. Acesso em 01 set 2013.

_____. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Sulinas, 2013a.

_____. **A comunicação das coisas**. Teolria ator-rede e cibercultura. São Paulo, Annablume, 2013b.

_____. **Ciber-socialidade**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. RUBIM, Antonio Albino Canelas et al.“Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea”. Editora Unisinos, Compós, p. 9-22, 1999.

_____. **Ciber-socialidade**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. **Logos**, Rio de Janeiro, 4, Jan. 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/logos/article/view/14575>. Acesso em: 12 Mai. 2015

LÉVY, Pierre. **A esfera pública do século XXI.** Artigo publicado em 29 de junho de 2011. Disponível em <http://techyredes.files.wordpress.com/2011/08/techyredes_artigo-pierre-levy1.pdf.> Acesso em 30 jan. 2014.

_____. **Cibercultura.** São Paulo: Edições 34, 1999.

_____. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Para navegar no século XXI:** tecnologias do imaginário e cibercultura, v. 2, p. 195-216, 1999.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Edições 34, 1996.

LIMA, Venício A. de. Comunicação, poder e cidadania. **Rastros**, v. 7, n. 7, 2006.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. O campo da comunicação: sua constituição, desafios e dilemas. **Revista FAMECOS:** mídia, cultura e tecnologia, v. 1, n. 30, 2006.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus; ALANIZ, Erika Porceli; ANNIBALL, Sérgio Fabiano. Movimentos sociais na contemporaneidade: reflexões sobre internet, cidadania e o ativismo social online. In MARTINS, Moisés de Lemos; OLIVEIRA, Madalena (org.). **Comunicação ibero-americana:** os desafios da Internacionalização - Livro de Atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana, 2014, p. 4138-4145.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. São Paulo: José Olympio, 2002.

MACHADO, Jorge Alberto S. *et al*. **Ativismo em rede e conexões identitárias**: novas perspectivas para os movimentos sociais. Sociologias, v. 18, p. 248-285, 2007.

MAFFESOLLI, Michel. **Tribalismo pós-moderno:** da identidade às identificações. Ciências sociais Unisinos, v. 43, n. 1, p. 97-102, 2007.

_____. **O tempo das tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. **A Transfiguração do Político:** a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús Martin. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. **Sociedade midiatizada. Rio de Janeiro:** Mauad, p. 51-79, 2006.

MARCONDES FILHO, C. Martín-Barbero, Canclini, Orozco. Os impasses de uma teoria da comunicação latino-americana. **Revista FAMECOS:** mídia, cultura e tecnologia, Brasil, v. 1, n. 35, 2008. Disponível em http://revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/5368/4887. Acessado em 26 mar. 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARICATO, Ermínia *et al*. **Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo, Boitempo: Carta maior, 2013.

_____. É a questão urbana, estúpido. **Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo, Boitempo: Carta maior, 2013, p. 19-26.

MARTINO, Luiz C.; BERGER, Charles R.; CRAIG, Robert T. **Teorias da comunicação:** muitas ou poucas?. Atelie Editorial, 2007.

_____. Apontamentos Epistemológicos sobre a Fundação e Fundamentação do Campo da Comunicação**.** *In* APARELLI, Sérgio; SODRÉ. Muniz; SQUIRRA, Sebastião (Orgs.). **Comunicação Revisitada**. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 41-66.

_____ Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (Orgs.) **Teorias da comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2011 P. 27-28.

MARTINS, Francisco Menezes; DA SILVA, Juremir Machado; MORIN, Edgar. **Para navegar no século XXI/21:** tecnologias do imaginário e cibercultura. Edipucrs, 1999.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação.** São Paulo: Loyola, 2002.

MCLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

_____. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 1964.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, n. 25, p. 250-263, 2011.

MIANI, Rozinaldo Antonio; FREGONESI, Ludmilla Andrade. A política de comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares. In: FUSER, Bruno (Org.). **Comunicação para a cidadania:** caminhos e impasses. Rio de Janeiro: E-papers, p. 53-63, 2008.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo: Carta maior, 2013, p. 13-18.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. *In* PARENTE, André (org). **Tramas da rede:** novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**.** Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 17-38.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. Tradução: Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NÖTH, Winfried. **A semiótica no século XX**. Annablume, 1996.

PARENTE, André (org). **Tramas da rede:** novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____; LATOUR, Bruno e DELEUZE, Guiles. Enredando o pensamento: redes de transformação e subjetividade. *In* PARENTE, André (org). **Tramas da rede:** novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 91 -110.

PELLANDA, ANDRESSA. **Cidade Violentada**. Outras palavras. 14/06/2013. Disponível em < http://outraspalavras.net/posts/sao-paulo-cidade-violentada/>. Acesso em 14 jun. 2013.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que "o gigante acordou"?. **MATRIZes**, v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013.

PRIMO, Alex. **Interação Mediada por Computador:** A comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional. Tese de Doutorado. Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação em março de 2003. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream_id/7759/000449573.pdf>. Acesso em 12 nov. 2013.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulinas, 2011.

_____. **Mudança de Agenda dos Protestos no Brasil**. Disponível em: http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2013/06/a-mudanca-de-agenda-dos-protestos-no-brasil.html>. Acesso em 14 mar. 2014.

ROZA, Erick Andre. **Net-ativismo**: comunicação e mobilização em contextos reticulares. 2012. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-20052013-151543/>. Acesso em 09 jun. 2013.

REZENDE, Renata. Comunicação e cultura. *In* **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, vol. 1 – Conceitos, São Paulo, 2010, p. 259-260.

ROLNIK, Raquel. Apresentação As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas Interpretações. *In* MARICATO, Ermínia *et al*. **Cidades rebeldes, passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo, Boitempo: Carta maior, 2013, p. 9-20.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura:** perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____. Cultura e Cibercultura-princípios para uma reflexão crítica. **Logos**, v. 18, n. 1, 2011.

_____. **Introdução às teorias da cibercultura**: perspectivas do pensamento tecnológico contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Dos movimentos sociais às manifestações de rua:** o ativismo brasileiro no século XXI. Política & Sociedade, v. 13, n. 28, p. 13-34, 2014. Disponível em < http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p13>. Acesso em 12 set. 2015.

SCHWARTZ, Ed. NetActivism: **How Citizens Use the Internet**. O'Reilly Media, 1996.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**. Criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos Olhares:** Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos, n. 2, 2012.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da *et al*. **Cidadania e redes digitais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá–Educação e Tecnologias, 2010.

SOBRINHO, Lemuel. O pós-modernismo e as ciências sociais: anotações sobre o atual estado da discussão. **Revista Impulso/Piracicaba**, n. 29, 1997.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. Vozes, 2013.

_____. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **MATRIZes**, v. 5, n. 2, p. 11-28, 2012.

_____. **Reinventando a cultura:** a comunicação e seus produtos. Petrópolis. Vozes, 2010.

_____. Sobre a episteme comunicacional. **MATRIZes**, v. 1, n. 1, p. 15-26, 2009.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993.

TRIVINHO, Eugênio; CAZELOTO, Edilson. **A Cibercultura e seu Espelho**: Campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa. São Paulo: ABCiber, 2009.

_____. Epistemologia em ruínas: a implosão da Teoria da Comunicação na experiência do cyberspace. **Revista FAMECOS:** mídia, cultura e tecnologia, v. 1, n. 5, 2008.

_____. A condição transpolítica da cibercultura. **Revista FAMECOS:** mídia, cultura e tecnologia, v. 1, n. 31, 2007.

_____. Introdução à dromocracia cibercultural: contextualização sociodromológica da violência invisível da técnica e da civilização mediática avançada. **Revista FAMECOS:** mídia, cultura e tecnologia, v. 1, n. 28, 2006.

UGARTE, David de. **O poder das redes:** manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes***:* Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 35 - 40.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na nova ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **MATRIZes**, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2014.

WELLMAN, Barry. **Connecting Community: On- and Off-line**. Disponível em <http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/> Acesso em 25 mar 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. Tradução de Vanise Pereira Dresch. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Pensar a comunicação**. Tradução de Zélia Leal Adghiri. Brasília: Editora UnB, 2004.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. A comunidade dos contemporâneos. **Galaxia** (São Paulo, *Online*), n. 26, p. 60-71, dez. 2013.

_____; SODRÉ, Muniz. Comunicação e Pós-modernidade. In: BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRANÇA, vera Veiga. (Org.). **Dicionário de Comunicação:** escolas, teorias e autores. São Paulo: Contexto, 2014, v. 01, p. 82-92.

_____. **Comunidade ou rede?** Notas para uma possível diferenciação conceitual. VIII POSCOM Seminário dos Alunos de Pós-graduação em comunicação social da PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. *In* MARICATO, Ermínia *et al*. **Cidades rebeldes.** Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo Editorial, 2013, p. 181-195.